



Universidade De Brasília
Faculdade de Educação Física
Programa de Pós-Graduação em Educação Física

VALMIR ARRUDA DE SOUSA NETO

**A NOVA MORFOLOGIA DA PRODUÇÃO NA INDÚSTRIA DO FITNESS: a
Plataformização do trabalho em Educação Física**

BRASÍLIA

2023

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

VALMIR ARRUDA DE SOUSA NETO

A NOVA MORFOLOGIA DA PRODUÇÃO NA INDÚSTRIA DO FITNESS: a
Plataformização do trabalho em Educação Física

Tese de Doutorado submetida Programa de
Pós-graduação em Educação da Universidade
de Brasília como parte dos requisitos
necessários para a obtenção do grau de Doutor.

Área de Concentração:

Linha de Pesquisa:

Orientador: Prof. Dr. Edson Marcelo Hungaro

BRASÍLIA

2023

VALMIR ARRUDA DE SOUSA NETO

A NOVA MORFOLOGIA DA PRODUÇÃO NA INDÚSTRIA DO FITNESS: a
Plataformização do trabalho em Educação Física

Tese de Doutorado submetida Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Brasília como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Doutor.

Aprovada em 18 de dezembro de 2023.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Edson Marcelo Hungaro
Universidade de Brasília - UNB
Orientador

Prof. Dr. Pedro Avalone Athayde
Universidade de Brasília - UNB
Examinador Interno

Prof. Dr. Lino Castellani Filho
UNICAMP
Examinador Interno

Prof. Dr. Bartolomeu Lins De Barros Júnior
IFSERTA OPE
Examinador Externo

*Populus, meu cão
O escravo, indiferente, que trabalha
E, por presente, tem migalhas sobre o chão
Populus, Populus, Populus, meu cão
Populus, meu cão
Populus, meu cão*

*Primeiro, foi seu pai
Segundo, seu irmão
Terceiro, agora, é ele, agora é ele, agora é ele
De geração, em geração, em geração*

*No congresso do medo internacional
Ouvi o segredo do enredo final
Sobre Populus, meu cão
Sobre Populus, meu cão
Documento oficial, em
Testamento especial
Sobre a morte, sem razão
De Populus, meu cão*

*De Populus, de Populus, de Populus
Populus, Populus, Populus, meu cão
Populus, Populus, Populus, meu cão
Delírios sanguíneos
Espumas nos teus lábios
Tudo em vão*

*Tenho medo de Populus, meu cão
Roto no esgoto do porão
De Populus, de Populus, de Populus, meu cão*

*Seu olhar de quase gente
E as fileiras dos seus dentes
Trago o rosto marcado
E eles me conhecerão, me conhecerão
Me conhecerão, me conhecerão*

*Populus, Populus, Populus, meu cão
Populus, Populus, Populus, meu cão
Populus, Populus, Populus, meu cão*

RESUMO

SOUSA NETO, Valmir Arruda de. **A nova morfologia da produção na indústria do fitness: a Plataformização do trabalho em Educação Física.** 2023. 139p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

Tendo em vista as constantes reformulações nos processos produtivos sob a égide capitalista buscamos em nossa investigação investigar o trabalho do professor e da professora de educação física que atua na indústria fitness. Para tanto estabelecemos como referencial teórico metodológico o materialismo histórico dialético Marx nos leva a examinar a história em sua fundação concreta, destacando a produção social da vida. Dentro desse contexto, o curso histórico é fundamentado em aspectos materiais e econômicos, seguindo uma dinâmica dialética. Dessa forma, o ser humano emerge como um participante ativo na edificação da história. Inicialmente discutimos a centralidade do trabalho nos dias de hoje, para entendermos quem é a classe trabalhadora na contemporaneidade. Discutimos, a partir da contrarreforma trabalhista, as ofensivas burguesas contra trabalhadores e trabalhadoras para chegarmos na reestruturação produtiva. Analisamos o advento tecnológico, fundamentalmente as adequações que o mundo do trabalho sofreu pós crise de 2008, chegando na Revolução 4.0 e a informatização da vida. Todo esse percurso foi essencial para que pudemos compreender o funcionamento da indústria fitness, discutindo as perspectivas de futuro para esse setor da economia e como esses fatores se desdobram nas relações de trabalho para professores e professoras que atuam nesses espaços. Apresentamos algumas possibilidades de classificações das plataformas e por fim propomos um modelo para a classificação das plataformas fitness a partir da forma como se dá a prestação do serviço e por consequência a remuneração desses professores e professoras. Entendemos que nosso estudo pode, mesmo com as lacunas, contribuir para o debate sobre o mundo do trabalho na Educação Física e principalmente nas condições de trabalho que professores e professoras estão submetidos.

Palavras-Chaves: Trabalho; Educação Física; Industria Fitness; Plataformização

ABSTRACT

SOUSA NETO, Valmir Arruda de. **The new morphology of production in the fitness industry: The Platformization of work in Physical Education.** 2023. 139p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

Given the constant reforms in productive processes under the capitalist system, our investigation aims to explore the work of physical education teachers operating in the fitness industry. In this regard, we have established dialectical historical materialism as our theoretical and methodological framework. Marx leads us to examine history in its concrete foundation, emphasizing the social production of life. Within this context, the historical course is grounded in material and economic aspects, following a dialectical dynamic. Thus, humans emerge as active participants in shaping history. Initially, we discuss the centrality of work in today's context to understand the contemporary working class. Starting from labor counter-reforms, we highlight bourgeois offensives against workers, leading to productive restructuring. We analyze technological advancements, particularly the adjustments the world of work underwent post the 2008 crisis, culminating in the advent of Industry 4.0 and life digitization. This journey was crucial to comprehend the functioning of the fitness industry, discussing future prospects for this economic sector and how these factors unfold in the working relationships of teachers in these spaces. We present various possibilities for classifying platforms and, finally, propose a model for classifying fitness platforms based on how services are provided and, consequently, how teachers are remunerated. Despite the gaps, we believe our study can contribute to the discourse on the world of work in Physical Education, especially the working conditions faced by teachers.

Keywords: Work; Physical Education; Fitness Industry; Platformization

RESUMEN

SOUSA NETO, Valmir Arruda de. **A nova morfologia da produção na indústria do fitness: a Plataformização do trabalho em Educação Física.** 2023. 139p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

Dada la constante reformulación de los procesos productivos bajo la égida capitalista, en nuestra investigación buscamos examinar el trabajo de los profesores de educación física que operan en la industria del fitness. Para ello, hemos establecido el materialismo histórico dialéctico como marco teórico y metodológico. Marx nos lleva a examinar la historia en su base concreta, resaltando la producción social de la vida. En este contexto, el curso histórico se fundamenta en aspectos materiales y económicos, siguiendo una dinámica dialéctica. De esta manera, el ser humano emerge como un participante activo en la construcción de la historia. Inicialmente, discutimos la centralidad del trabajo en la actualidad para entender quién es la clase trabajadora en la contemporaneidad. Presentamos, a partir de la contrarreforma laboral, las ofensivas burguesas contra los trabajadores, llegando a la reestructuración productiva. Analizamos el avance tecnológico, especialmente las adaptaciones que el mundo laboral experimentó después de la crisis de 2008, llegando a la Revolución 4.0 y la informatización de la vida. Todo este recorrido fue esencial para comprender el funcionamiento de la industria del fitness, discutiendo las perspectivas futuras para este sector de la economía y cómo estos factores se desarrollan en las relaciones laborales de los profesores que trabajan en estos espacios. Presentamos algunas posibilidades de clasificación de las plataformas y, finalmente, proponemos un modelo para la clasificación de las plataformas de fitness según la forma en que se presta el servicio y, por ende, la remuneración de estos profesionales. Entendemos que nuestro estudio puede contribuir al debate sobre el mundo laboral en Educación Física, a pesar de las lagunas, y especialmente en las condiciones laborales a las que están sometidos los profesores.

Palabras Clave: Trabajo; Educación Física; Industria Fitness; Plataformización

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E SEUS IMPACTOS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO	22
1.1 A CENTRALIDADE DO TRABALHO NOS DIAS DE HOJE.....	25
1.2 AS INCURSÕES CAPITALISTAS PARA O “ADEUS AO TRABALHO”	36
1.3 A CLASSE TRABALHADORA NA CONTEMPORANEIDADE.....	51
1.4 OS MECANISMOS DE REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO E SEUS IMPACTOS PARA A CLASSE TRABALHADORA NA ATUALIDADE	62
2. AS METAMORFOSES DAS RELAÇÕES DE TRABALHO A PARTIR DO ADVENTO TECNOLÓGICO	77
2.1 AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO CONTEMPORÂNEO E OS IMPACTOS NO MUNDO DO TRABALHO	82
2.2 INDÚSTRIA 4.0 E A INFORMATIZAÇÃO DA VIDA	107
2.3 AS PLATAFORMAS DIGITAIS E O NÃO TÃO NOVO MUNDO DO TRABALHO ...	126
3. AS RELAÇÕES DE TRABALHO NA INDÚSTRIA FITNESS COMO OBJETO DE ANÁLISE: A PLATAFORMIZAÇÃO EM FOCO	147
3.1 CARACTERIZANDO A INDÚSTRIA DO <i>FITNESS</i> NO BRASIL.....	155
3.2 AS “NOVAS” RELAÇÕES DE TRABALHO PARA PROFESSORES E PROFESSORAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA QUE ATUAM NA INDÚSTRIA DO <i>FITNESS</i>	174
3.3 ESTRUTURAÇÃO DAS PLATAFORMAS DIGITAIS: AS PLATAFORMAS FITNESS E AS FORMAS DE REMUNERAÇÃO DE PROFESSORES E PROFESSORAS.....	198
CONSIDERAÇÕES FINAIS	218
REFERÊNCIAS	226
APÊNDICE 01 - BUSCADORES: "EDUCAÇÃO FÍSICA" AND "MUNDO DO TRABALHO" (BDTD)	235
APÊNDICE 02 - BUSCADORES: "EDUCAÇÃO FÍSICA" AND "MUNDO DO TRABALHO" (BDTD)	239
APÊNDICE 03 - BUSCADORES: "EDUCAÇÃO FÍSICA" AND "PRECARIZAÇÃO" (BDTD)	241
APÊNDICE 04 - BUSCADORES: "EDUCAÇÃO FÍSICA" AND "PRECARIZAÇÃO" (BDTD)	244

*Populus, meu cão
O escravo, indiferente, que trabalha
E, por presente, tem migalhas sobre o chão
Populus, Populus, Populus, meu cão
Populus, meu cão
Populus, meu cão*

*Primeiro, foi seu pai
Segundo, seu irmão
Terceiro, agora, é ele, agora é ele, agora é ele
De geração, em geração, em geração*

*No congresso do medo internacional
Ouvi o segredo do enredo final
Sobre Populus, meu cão
Sobre Populus, meu cão
Documento oficial, em
Testamento especial
Sobre a morte, sem razão
De Populus, meu cão*

*De Populus, de Populus, de Populus
Populus, Populus, Populus, meu cão
Populus, Populus, Populus, meu cão
Delírios sanguíneos
Espumas nos teus lábios
Tudo em vão*

*Tenho medo de Populus, meu cão
Roto no esgoto do porão
De Populus, de Populus, de Populus, meu cão*

*Seu olhar de quase gente
E as fileiras dos seus dentes
Trago o rosto marcado
E eles me conhecerão, me conhecerão
Me conhecerão, me conhecerão*

*Populus, Populus, Populus, meu cão
Populus, Populus, Populus, meu cão
Populus, Populus, Populus, meu cão*

Música “Populus, meu cão” Autor: Belchior (1977)

INTRODUÇÃO

*Era uma vez um homem e seu tempo
Botas de sangue nas roupas de Lorca
Olho de frente a cara do presente e sei
Que vou ouvir a mesma história porca
Não há motivo para festa
Ora esta eu não sei rir a toa
Fique você com a mente positiva
Que eu quero a voz ativa
Ela é que é uma boa*

(Trecho da música “Conheço meu lugar”, Autor: Belchior, 1999)

Ao trazer a letra da música “Conheço meu lugar” (1999), do compositor, cantor, pintor, desenhista e caricaturista cearense Antônio Carlos Gomes Belchior Fontenelle Fernandes, (1946–2017) convido as pessoas que se dispuserem a ler essa tese a pensar em como, contraditoriamente, o ser humano que sobrevive da venda da sua força de trabalho, que é explorado diariamente pelos detentores dos meios de produção, consegue, em meio a tudo isso, produzir arte com uma riqueza estética que torna o mundo mais belo e nos fazem suportar as mazelas cotidianas.

Compreendendo que a *mente positiva* não pode ser maior que *a voz ativa*, que muito mais que otimistas devemos lutar pela superação da lógica predatória do capital, partimos para o entendimento de como se dão as relações sociais de trabalho nos dias de hoje. A forma como o sujeito produz e reproduz materialmente é o cerne de todas as sociedades ao longo dos tempos. Nos dias de hoje, onde o avanço tecnológico se põe como elemento central para o desenvolvimento social, entender as relações sociais de trabalho é o ponto central para qualquer propositiva de resistência e superação da lógica social vigente.

O *homem e o seu tempo* é o resultado de um processo histórico e *vou ouvir a mesma história porca* reflete que a centralidade do capital continua sendo a exploração do trabalho, contudo, as metamorfoses do capital através de suas crises mudam as relações de trabalho e como se dão as formas de exploração. As expressões da classe trabalhadora mudaram, porém, não deixou de ser explorada, sofisticaram-se as formas de exploração com o advento tecnológico.

Pensar sobre nossas relações sociais de trabalho se dá a partir de marco temporal para o autor, em agosto de 2023 completou vinte e cinco anos de magistrado tendo apenas quarenta e um anos de idade. Indubitavelmente a percepção sobre as relações que constituem as mais variadas atividades laborais que um professor de educação física pode realizar demarcam uma trajetória profissional e fazem florescer, dialeticamente, uma inquietação sobre a venda da força

de trabalho ser a única possibilidade de sobrevivência com a ilusão de ascensão social, pois na prática as demandas de trabalhos sempre são desproporcionais a quantidade de expendido de tempo de vida que disponibilizamos para tal, tudo isso para que possamos sanar nossas necessidades básicas com lampejos de lazer.

Tais inquietações nos levam a estabelecer mediações com a realidade, buscamos compreender as mazelas causadas pelo capitalismo e perceber as manobras que são feitas para que se mantenham as taxas de desemprego em países da periferia do capital. Pensar na constante reorganização do capitalismo dentro das suas crises, fruto das suas próprias contradições, é buscar entender como funciona a sociedade com a relações estabelecidas a partir do trabalho. Como consequência dessa intersecção temos uma ampliação da exploração da força de trabalho, um conjunto de formas assumidas pelo trabalho que vão desde a informalidade, intermitência, parciais, criando uma estratificação da classe trabalhadora – novo proletariado de serviços na era digital.

Demarcamos o trabalho como categoria central em nossa investigação, em específico nossa proposta temática faz menção a uma *indústria fitness* pois entendemos que as mudanças tecnológicas trazem profundas alterações no setor produtivo. Antunes (2018) afirma que a adoção de termos como agroindústria, agronegócio, serviços industriais e por que não a indústria fitness, representam uma profunda intersecção entre os diferentes setores da economia, convertidos em mercadorias, sejam elas materiais ou imateriais. A indústria fitness é um setor econômico dedicado ao desenvolvimento, produção e comercialização de produtos e serviços relacionados à promoção da saúde física, bem-estar e condicionamento físico. Essa indústria abrange uma variedade de segmentos, desde a fabricação de equipamentos de exercício até a prestação de serviços como academias, treinamento pessoal, aplicativos de fitness e programas de bem-estar (Pasquali, Niterói e Mascarenhas, 2011).

No contexto da "Indústria Fitness", observamos uma abordagem abrangente que vai além da simples oferta de produtos e serviços. Ela está integrada a um processo mais amplo de "mundialização da cultura", influenciando e sendo influenciada por diversas culturas em escala global. Além de seu impacto tangível na promoção da atividade física, a indústria do fitness desempenha um papel ativo na definição de padrões culturais, normas de beleza, hábitos de vida saudáveis e conceitos de bem-estar. Essa indústria reflete a crescente conscientização sobre a importância da saúde e do condicionamento físico na sociedade contemporânea. Desde equipamentos inovadores até abordagens personalizadas de treinamento, a indústria do fitness busca atender às diversas necessidades e preferências dos consumidores, contribuindo para a construção de um estilo de vida saudável e ativo (Pasquali, Niterói e Mascarenhas, 2011).

Destacamos agora o fracasso histórico que representa o sistema capitalista, uma vez que a Organização das Nações Unidas – ONU indica que cerca de 828 milhões de pessoas no mundo foram afetadas com a fome em 2022. Em pesquisa apresentada pela organização não governamental Oxfam no início deste ano (2023), um dia antes do Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça, é que 1% da população mundial controla dois terços da toda riqueza produzida no planeta, o que só reafirma o abismo social produzido pelo capitalismo. É inconcebível que tanta riqueza material, fruto do trabalho humano, esteja concentrada nas mãos de poucos, naturalizar esta situação é justamente aquilo que pregam os capitalistas.

Os desafios que são postos aos trabalhadores e trabalhadoras diariamente para a garantia de suas condições objetivas vão desde a exigência cada vez maior de qualificação, ampliando as “métricas” para a ocupação de vagas, criando um exército de reserva que se submete a funções inferiores a suas qualificações e por consequência recebem uma remuneração cada vez menor. Na contemporaneidade, que se apresenta um avanço tecnológico¹, as relações de trabalho se reconfiguram, os trabalhadores têm suas subjetividades capturadas pelo discurso neoliberal na tentativa de deslegitimação do trabalho assalariado, como consequência temos a migração de vários homens e mulheres para os trabalhos intermitentes, flexibilizados, terceirizados, regidos por plataformas digitais que ampliam as formas de exploração dessa estratificação da classe trabalhadora.

O advento tecnológico, que deveria servir, em tese, para a diminuição da jornada de trabalho e, por consequência, a ampliação do tempo livre, não se deu dessa forma, foi justamente o contrário. A flexibilização do trabalho permitiu a ampliação da exploração do trabalho, um processo que já vinha em curso e que se utiliza de uma pandemia mundial² para acelerar seus métodos.

¹ “Ao contrário da eliminação completa do trabalho pelo maquinário informacional-digital, estamos presenciando o advento e a expansão monumental do *novo proletariado da era digital*, cujos trabalhos, mais ou menos intermitentes, mais ou menos constantes, ganharam novo impulso com as TICs, que conectam, pelos celulares, as mais distintas modalidades de trabalho. Portanto, em vez do *fim do trabalho na era digital*, estamos vivenciando o *crescimento exponencial do novo proletariado de serviços*, uma variante global do que se pode denominar *escravidão digital*. Em pleno século XXI” (Antunes, 2018, p. 30).

² “Em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi alertada sobre vários casos de pneumonia na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China. Tratava-se de uma nova cepa (tipo) de coronavírus que não havia sido identificada antes em seres humanos. Uma semana depois, em 7 de janeiro de 2020, as autoridades chinesas confirmaram que haviam identificado um novo tipo de coronavírus. Os coronavírus estão por toda parte. Eles são a segunda principal causa de resfriado comum (após rinovírus) e, até as últimas décadas, raramente causavam doenças mais graves em humanos do que o resfriado comum. Ao todo, sete coronavírus humanos (HCoVs) já foram identificados: HCoV-229E, HCoV-OC43, HCoV-NL63, HCoV-HKU1, SARS-COV (que causa síndrome respiratória aguda grave), MERS-COV (que causa síndrome respiratória do Oriente Médio) e o, mais recente, novo coronavírus (que no início foi temporariamente nomeado 2019-nCoV e, em 11 de fevereiro de 2020, recebeu o nome de SARS-CoV-2). Esse novo coronavírus é responsável por causar a doença COVID-19” (OPAS, [2020?]).

As incertezas trazidas pelo COVID-19 estavam em todas as suas variáveis, desde como se deveria ser o tratamento aos impactos econômicos. A reestruturação produtiva em curso num capitalismo mundializado não poderia parar e mesmo com o caos da incerteza era difundida a ideia de um “novo normal”, onde as pessoas deveriam se “reinventar” e o local que parecia o ideal para que isso acontecesse eram as redes sociais³.

A vigência das relações de trabalho flexíveis instaura uma nova condição salarial caracterizada pela mudança abrupta da relação tempo de vida/tempo de trabalho (jornada de trabalho flexível); relação tempo presente/tempo futuro com a ascensão das incertezas pessoais (novas formas de contratação flexível) e estratégias de envolvimento do self (remuneração flexível). Este novo metabolismo social do trabalho transfigura a troca metabólica entre o homem e outros homens (relações sociais de trabalho e sociabilidade) e entre o homem e ele mesmo (autoestima e autorreferência pessoal) (Alves, 2011).

Ao mesmo tempo em que expõem a fragilidade destas relações de trabalho lança um exército de desempregados em busca de uma colocação no trabalho plataformizado. Nieborg e Poell (2018, p. 4276) definem plataformização como “a penetração de extensões econômicas, governamentais e infraestruturais de plataformas digitais nos ecossistemas da Web e de aplicativos”. Esse processo estaria afetando setores como produção cultural, saúde pública, educação, jornalismo e transporte urbano”.

Concordamos com Grohmann (2020) quando afirma a imprecisão do termo “uberização”, pois este não abarca a multiplicidade de atividades de trabalho mediadas por plataformas além da própria Uber. De fato, o termo tem sido frequentemente utilizado de forma restritiva, associando-se principalmente ao modelo de negócios adotado pela Uber, caracterizado pela prestação de serviços sob demanda através de aplicativos.

No entanto o fenômeno da economia de plataforma vai além da Uber e engloba uma variedade de atividades de trabalho que são intermediadas por plataformas digitais, como entrega de alimentos, serviços de hospedagem, consultorias, entre outros. Essas plataformas não apenas fornecem um meio de conexão entre prestadores de serviços e consumidores, mas

³ A vida em bando das aves, a convivência dos elefantes, que se vê todos os dias à procura de alimentos e proteção, o agrupamento de pessoas em metrópoles são manifestações coletivas que apresentam pistas do movimento natural dos seres vivos para se relacionarem organizadamente em espaços naturais, urbanos e, até mesmo, em ambientes digitais. Essa organização em torno de um problema, tema e artefato comum constituiu-se em um meio de sobrevivência para os grupos e a necessidade de desenvolver uma organização social entre indivíduos que vivem coletivamente, animais racionais ou não, a fim de se relacionarem. É assim que as redes e as organizações em grupos sociais estão presentes na história da humanidade desde a era das cavernas, representando as conexões entre os seres humanos em busca de soluções para problemas coletivos e para a convivência nos mais diferentes ambientes sociais entre pessoas que apresentam as mesmas convicções em assuntos determinados (Zenha, 2018, p. 20).

também introduzem novas dinâmicas de trabalho, influenciando as relações laborais e as condições de trabalho.

Como destaca Srnick (2016), por trás dessas plataformas digitais, há lógicas de extração de mais valor que podem resultar em desafios significativos para os trabalhadores, tais como a precarização das condições de trabalho, a falta de proteção social e a insegurança laboral. Além disso, as características do trabalho mediado por plataformas, como a flexibilidade de horários e a autonomia relativa dos trabalhadores, muitas vezes mascaram relações de poder desiguais e a falta de garantias trabalhistas básicas. Portanto, é essencial considerar a complexidade e a heterogeneidade desse fenômeno ao discutir seus impactos sociais, econômicos e políticos.

O termo da ordem era o *homeoffice*⁴, uma modalidade de trabalho que já vinha seduzindo vários trabalhadores e trabalhadoras com a proposta do trabalho em casa, de acabar com horas e horas perdidas no trânsito dentre outras benéficas, além de dar o tom nas empresas modernas, onde se trabalha com metas e não com o relógio. Vale destacar que o *homeoffice* teve um crescimento de 21% do ano de 2017 para o ano de 2018, segundo dados da Pesquisa Nacional de Domicílios – PNAD IBGE – bem antes da pandemia. Ou seja, uma nova forma de extração de mais valia já estava em curso e teve que antecipar algumas etapas para atender as demandas causadas pelo confinamento. Porém, uma parcela de trabalhadores e trabalhadoras que atuavam nos serviços de suporte (serviços gerais, vigilância, portaria, dentre outros) para empresas que tiveram suas sedes físicas fechadas pela pandemia não teriam como exercer suas funções de forma remota, o *homeoffice* não se aplica a esses/as trabalhadores/as que são obrigados a migrar para outras ocupações em busca de sua sobrevivência.

Para a atuação de professores no ambiente escolar o período pandêmico foi extremamente desafiador. Vale destacar que as formas de precarização do trabalho docente já vinham se desenvolvendo, assim como toda a classe que vive do trabalho⁵, como a flexibilização de direitos, trabalho intermitente e o a mercantilização da educação são apenas alguns exemplos (SILVA, GOMES e MOTTA, 2020). Concordamos com Sousa Sobrinho (2009) quando afirma que o campo de trabalho dos professores de Educação Física tem sofrido

⁴ O termo *homeoffice* traduzido significa escritório em casa. Na prática, nada mais é que o profissional ter uma estrutura na própria residência para realizar suas tarefas de trabalho como se estivesse alocado na empresa. (Catho, 2023).

⁵ Concordamos com Antunes (2009) na sua explicitação sobre o termo “classe de vive do trabalho” para as futuras descrições que serão desenvolvidas nas obras “*Privilégio da Servidão: o novo proletariado na era digital (2018)*” e “*Uberização, Trabalho Digital e Indústria 4.0 (2020)*”. “*A classe-que-vive-do-trabalho*, a classe trabalhadora, hoje inclui a totalidade daqueles que vedem sua força de trabalho, tendo como núcleo central os trabalhadores produtivos (no sentido dado por Marx, especialmente no *Capítulo VI, Inédito*). Ela não restringe, portanto, ao *trabalho manual direto*, mas incorpora a *totalidade do trabalho social*, a totalidade do *trabalho coletivo assalariado*” (Antunes, 2009, p. 102).

profundas transformações nas últimas três décadas. Desde a Lei de Diretrizes e Bases - 9.394/96, que prevê a Educação Física como componente Curricular obrigatório, reafirmando a escola como um espaço da atividade docente dos trabalhadores da educação física, todavia, a escola que historicamente foi principal espaço de atuação dos professores de Educação Física passa a dividir esse posto de prioridade para o trabalho com a ampliação do campo não-escolar, associado ao trabalho na área de lazer e saúde (ALEXANDRE, 1999). Consumando uma divisão nas possibilidades de ocupação dos professores de educação física nesses dois campos: [1] escolar e [2] não-escolar – academias, clubes, preparação esportiva – associada à área do lazer e saúde.

Tratando-se do campo não-escolar encontramos uma estratificação de professores e professoras que estão expostos a relações de trabalho ainda mais críticas quando comparados/as com professores/as que atuam na área escolar. Tanto a legislação trabalhista como os sindicatos atuam fortemente nos espaços escolares, bem diferente do que acontece nas áreas não escolares. Quelhas (2012) aponta em sua tese *TRABALHADORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO SEGMENTO FITNESS: um estudo da precarização do trabalho no Rio de Janeiro* como o segmento fitness tenta falsear a realidade de trabalhos desses/as profissionais, estimulando, principalmente, o ideário empreendedor, transformando atividade física, lazer e bem-estar em mercadorias e o professor em um vendedor.

Com a pandemia do COVID-19 os/as profissionais do fitness se viram desafiados, pois, ao ter como medida combativa a proliferação do vírus o isolamento social, as academia e espaços que ofereciam serviços de atividade física e afins tiveram que se readequar na oferta de seus serviços. Segundo Miguel, Lima, Campos e Santos (2020), o período de pandemia representou uma queda de 58,3% para atendimentos personalizados e de 28,2% atendimento on-line, esses números representam uma queda média de 51,6% nos valores mensais arrecadados por esse serviço. No transcorrer desse processo emergiu dentro da área um debate sobre a essencialidade da atividade física como ação preventiva para a saúde, o que ajudaria no combate à doença, os corpos seriam mais resistentes devido a estarem preparados fisicamente. Esse tipo de argumentação foi encabeçado pelo empresariado do fitness como uma possibilidade para reabertura de seus espaços e a diminuição de seus prejuízos com a pandemia.

Inegavelmente a categoria trabalho não sai do centro do debate, partindo dessa premissa, a investigação sobre as relações de trabalho no mundo em que vivemos se apresenta como uma espécie de “chave” para compreender o funcionamento da sociedade como um todo. Tal afirmativa traz como pressuposto a importância da relação do ser humano com sua atividade produtiva e todas as reverberações dessa relação na forma em que as sociedades se organizam.

Portanto temos o trabalho humano como ponto de partida para a compreensão dos demais elementos que compõem a sociedade, apontando a produção material como fio condutor neste processo. Associar à evolução da humanidade a forma como o homem produz sua subsistência é uma ação fundamental para entender os complexos sociais e as contradições desses processos na sociedade atual.

Para entendermos o trabalho e por consequência o modelo de produção da sociedade do capital acreditamos ser uma condição *sine qua non* o estudo da obra de Karl Marx⁶ (1818-1883) uma vez que o autor alemão dedicou sua vida a busca do entendimento da organização da sociedade burguesa. Ao mesmo tempo em que temos clareza dos limites que possamos encontrar nos escritos de Marx, compreendendo o tempo histórico em que foram feitas suas análises, sabemos que sem esse aprofundamento não reuniremos as condições necessárias para o entendimento das categorias centrais na compreensão do ser do “ser” na sociedade burguesa.

Para tanto, trataremos de trazer na nossa pesquisa a tradição marxista/marxiana para inteligência do trabalho na contemporaneidade. Especificamente, teremos como objeto investigativo **o trabalho do/a professor/a de educação física que está atuando na “indústria *fitnes*”**. O questionamento anterior se desdobra no nosso objetivo geral **investigar o trabalho do professor e da professora de educação física que atua na indústria fitness através das plataformas digitais**.

As provocações que alimentaram nossa investigação determinaram como objetivos específicos: [1] verificar a categoria trabalho na contemporaneidade; [2] configurar a classe trabalhadora nos dias de hoje; [3] compreender como atuam as plataformas digitais na mediação com o trabalho; [4] identificar como o trabalhador e a trabalhadora da educação física que está na indústria fitness se relaciona com o trabalho platformizado e [5] caracterizar como se dá o pagamento pela prestação de serviço do professor e da professora de educação física através das plataformas que oferecem os serviços fitness. Estabelecido objetivo geral e objetivos específicos apresentaremos a proposta metodológica em que a tese foi desenvolvida.

⁶ Karl Heinrich Marx nasceu em 5 de maio de 1818 em Trier, falecendo no dia 14 de março de 1883 em Londres. “É impossível medir a perda que o proletariado militante europeu e americano e a ciência histórica tiveram com a morte deste homem. Logo sentiremos a lacuna que se abriu com a morte deste espírito imponente. Como Darwin descobriu a lei da evolução na natureza orgânica, Marx descobriu a lei da evolução na história humana: o simples fato, previamente escondido sob capas ideológicas, de que os seres humanos devem primeiro comer, beber, se abrigar e se vestir antes de poder voltar sua atenção à política, ciência, arte e religião; e que, portanto, a produção dos meios de produção materiais imediatos de vida, e com isso um determinado estado do desenvolvimento econômico de um povo ou período, constitui a base na qual as instituições do Estado, os princípios legais, a arte e até mesmo as ideias religiosas do povo em questão se desenvolveram e pela qual devem ser explicadas, ao invés de exatamente o contrário, como se acreditava previamente”. Trecho das palavras de adeus do amigo e companheiro de luta Friedrich Engels para Marx (MEHRING, 2013).

Partiremos do entendimento do trabalho em geral para chegarmos a especificidade do nosso objeto, já que utilizaremos como suposto investigativo o materialismo histórico dialético, método presente em toda obra de Marx, que preconiza a máxima fidelidade ao objeto como também o enriquecimento de determinações através de sucessivas aproximações, buscando extrair o radical. “Ser radical é agarrar a coisa pela raiz” (Marx, 1843, p. 157). O Método de Marx nos conduz à análise da história em sua base concreta, evidenciada na produção social da vida. Nesse contexto, o movimento histórico possui fundamentos materiais e econômicos, seguindo a dinâmica dialética. Assim, o ser humano se revela como um agente ativo na construção da história.

O Método de Marx nos oportuniza estabelecer mediações através das quais podemos analisar a história e compreender suas complexidades subjacentes. Em contraste com abordagens mais idealistas, que tendem a enfatizar ideias, conceitos abstratos ou narrativas superficiais, o método marxista nos conduz a uma investigação profunda da base concreta da história, destacando a produção social da vida como seu ponto central.

Ao examinarmos a sociedade através da perspectiva marxista, somos instados a olhar para além das aparências e a desvendar as relações sociais que moldam a realidade material. Nesse sentido, Marx nos convida a direcionar nosso olhar para as forças produtivas e as relações de produção que caracterizam determinado modo de produção em uma época histórica específica.

A análise da produção social da vida implica compreender como os seres humanos interagem com a natureza e entre si para produzir os meios de subsistência e satisfazer suas necessidades materiais. Essa produção não se limita apenas à esfera econômica, mas permeia todas as dimensões da vida social, incluindo as relações de poder, as estruturas políticas, as instituições culturais e os sistemas de crenças.

Dessa forma, ao adotar o Método de Marx, somos levados a uma análise profunda das contradições e conflitos inerentes aos modos de produção vigentes em diferentes períodos históricos. Essa abordagem nos permite compreender as dinâmicas de mudança social, os processos de desenvolvimento e as crises que marcam a trajetória da humanidade ao longo do tempo.

O materialismo histórico-dialético nos desafia a ir além das aparências e a investigar as raízes materiais da história, reconhecendo a produção social da vida como o fulcro sobre o qual se erguem as estruturas sociais e se desdobram os acontecimentos históricos. Ao fazermos isso, acreditamos ampliar as possibilidades de alcançar uma compreensão mais profunda e

abrangente das dinâmicas sociais e dos desafios enfrentados pela humanidade em sua jornada através do tempo.

De maneira análoga, o materialismo histórico-dialético oferece contribuições significativas para o campo da educação, iluminando as dimensões ontológicas e epistemológicas da realidade que caracterizam a prática cotidiana da humanidade. Isso se traduz na reprodução, no âmbito do pensamento, da essência da estrutura do conhecimento. A produção do conhecimento reflete-se na prática concreta, sendo concebida e compreendida dentro da materialidade histórica da vida dos indivíduos na sociedade. Essa abordagem ressalta a interconexão entre teoria e prática, destacando a influência da dinâmica histórica na formação e na compreensão do conhecimento.

Compreendendo ainda a realidade como um todo articulado e historicamente construído e entendendo que as categorias sob a ótica marxiana representam a própria dinâmica da sociedade em que estão inseridas, parte do movimento do real, do concreto, numa relação recíproca determinada histórica e socialmente (Silva, 2019), partiremos do mundo do trabalho que temos hoje, analisando as relações sociais de trabalho tendo essa categoria como central, com as contradições e exigências impostas para a “sobrevivência” desses/as trabalhadores/as.

O entendimento das condições de trabalho em uma determina estratificação da sociedade exige que tenhamos o entendimento de como são as relações gerais de trabalho. Na sociedade capitalista, onde “O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quando mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria” (Marx, 2010, p. 80). O trabalho perde sua característica humanizadora e torna-se estranho⁷ ao sujeito, tornando essa relação, ser humano e trabalho, antagônica, usurpando a capacidade produtivas dos sujeitos em benefício dos detentores dos meios de produção.

Partindo das reflexões apresentadas até o momento destacamos [1] a centralidade da categoria trabalho para a compreensão do funcionamento da sociedade capitalista; [2] as metamorfoses das relações de trabalho a partir do advento tecnológico; [3] as relações de trabalho na indústria do fitness como objeto de análise. Compreendendo os desdobramentos dessas primeiras reflexões, apontamos para a estrutura de exposição que nos propusemos a

⁷ Este de fato nada mais exprime, senão: o objeto (*Gegenstand*) que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um *ser estranho*, como um *poder independente* do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisal (*sachlich*), é a *objetivação* (*Vergegenständlichung*) do trabalho. A efetivação (*Verwirklichung*) do trabalho é a sua objetivação. Esta efetivação do trabalho aparece ao estado nacional-econômico como *desefetivação* (*Entwirklichung*) do trabalhador, a objetivação como *perda do objeto* e *servidão ao objeto*, a apropriação como *estranhamento* (*Entfremdung*), como *alienação* (*Entäusserung*) (Marx, 2010, p. 80).

estabelecer as seguintes considerações [a] a centralidade do trabalho atualmente; [b] as incursões capitalistas para o “adeus ao trabalho”; [c] a classe trabalhadora na contemporaneidade; [d] os constantes ataques aos trabalhadores: a reforma trabalhista no Brasil ; [e] as transformações no mundo contemporâneo e os impactos no mundo do trabalho; [f] indústria 4.0 e a informatização da vida; [g] as plataformas digitais e o não tão novo mundo do trabalho; [h] caracterização do trabalhador e da trabalhadora da educação física que atua na indústria do fitness; [i] as novas relações de trabalhos para professores e professoras que atua na indústria fitness e [j] classificação das plataformas digitais fitness: como se dá a prestação desse serviço.

Estes elementos estruturantes para nossa apresentação reafirmaram a necessidade da apropriação continua dos estudos sobre a categoria trabalho, desta forma, a chave investigativa está nas relações de trabalho que se dão no mundo contemporâneo, estabelecendo as mediações que são próprias da atualidade como, por exemplo, o trabalho plataformizado. Ressaltamos que o entendimento de como se dão essas relações de trabalho em geral nos possibilita estabelecer as especificidades da indústria do fitness.

Partimos, portanto, para relação entre o singular e o universal mediado pela particularidade com o entendimento que o particular eleva o singular a uma universalidade mediada (Lavoura, 2018). Para Marx (2011, p. 58) “A sociedade burguesa é a mais desenvolvida e diversificada organização histórica da produção”. Por conseguinte, o entendimento das estruturas sociais anteriores que foram historicamente constituídas, é possível pelo entendimento do funcionamento da sociedade atual. “A anatomia do ser humano é uma chave para a anatomia do macaco” (Marx, 2011, p. 58).

Defendemos que as análises sobre as relações de trabalho devem ser compreendidas partindo do entendimento dos elementos constitutivos dessas relações, indo a raiz da questão, buscando enriquecer de determinações essa análise. Contudo, devemos também estabelecer os limitantes nesse processo, tanto para que possamos trazer uma nova significação para a categoria investigada, como em respeito aos limites de compreensão do próprio pesquisador.

Ao buscarmos a compreensão de como o capitalismo se comporta atualmente concordamos com Antunes quando afirma que “o capitalismo contemporâneo vem trazendo profundas alterações na classe trabalhadora em escala global” (Antunes, 2018, p. 117). Estamos assistindo uma alavancada neoliberal que traz consigo um achatamento do proletariado industrial nos países de capitalismo avançado, aliado ao fim do chamado de *estado de bem-estar* e, através da nova divisão mundial do trabalho, a expansão do contingente de

trabalhadores e trabalhadoras nos setores de serviços, agroindústria e na indústria nos países do Sul do mundo: Índia, China, Brasil, México, entre outros (Antunes, 2018).

Ao tratarmos sobre a expansão capitalista Fontes (2017) aponta que quanto maior é essa expansão maior são as possibilidades de exploração da força de trabalho, alinhadas com o ordenamento jurídico do Estado e a atuação empresarial. O trabalho, em uma análise imediata, reduz-se à a emprego, numa expressão meramente formal juridicamente, reforçando a aceção negativa do trabalho na sociedade do capital. Tal expressão se alicerça na lógica neoliberal onde, para a maior parte de trabalhadores e trabalhadoras, sua ação produtiva não passa de mera necessidade de garantia de subsistência.

Mattos (2019) nos apresenta uma síntese dos indicadores globais relacionados a população mundial e sua colocação no mercado de trabalho. Indica um crescimento de 44,31% no período de ¼ de século (1990 – 2016) para o percentual da força de trabalho⁸ refletindo o modo de ser do capital, que necessita ampliar o exército de reserva de trabalhadores e trabalhadoras amplificando a concorrência por empregos, barateando a mão de obra obrigando homens e mulheres a se submeterem às mais precárias formas de trabalho (Mattos, 2019). Os processos de modernização dos meios de produção estão longe de proporcionar qualquer melhoria para a classe trabalhadora servindo prioritariamente para ampliação da extração de mais valia.

Após a explanação descrita anteriormente iremos nos debruçar sobre o mundo do trabalho nos dias de hoje, em especial sobre o trabalho mediado pelas plataformas digitais, pois temos a compreensão ser esta a expressão da precarização do trabalho que mais se evidencia na atualidade, onde 32,4 milhões⁹ de trabalhadores e trabalhadoras no Brasil usam algum tipo de plataforma para sua atividade laboral.

Expostas essas questões trataremos de como estas relações de trabalho, mediadas pelas plataformas digitais, que apresentamos como expressão atual mais elaborada da precarização do trabalho se desenvolve na indústria do fitness. Muito além de funcionar apenas como uma mediação entre “oferta” e “procura”, as plataformas digitais se manifestam em várias esferas

⁸ “No mundo todo, a força de trabalho (entendida como a população acima de quinze anos empregada, desempregada à procura de emprego e procurando emprego pela primeira vez, excluídos os trabalhadores não pagos, o trabalho familiar e os estudantes) foi estimada, pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), mediante dados do Banco Mundial para 2016, em 3,388 bilhões de pessoas” (Mattos, 2019, p. 73-74).

⁹ “Assim como a situação econômica, o mercado de trabalho no Brasil também segue em lenta recuperação. E, enquanto milhares de pessoas não conseguem um emprego formal, a tecnologia aparece como uma rápida alternativa e ajuda a absorver grande parte dos desocupados. Segundo uma pesquisa do Instituto Locomotiva, o país tem hoje cerca de 32,4 milhões de pessoas que trabalham utilizando algum aplicativo. Isso representa 20% da população adulta. Desse total, 16% têm os apps como única fonte de renda, que corresponde a mais de 5,18 milhões de brasileiros” (Amaro, 2022).

da vida laboral dos sujeitos. Demonstraremos essas formas classificando as plataformas digitais conforme as possibilidades de remuneração oferecidas por elas a seus “colaboradores”.

Acreditamos que essa será a contribuição que a pesquisa trará para a área da educação física pois fizemos o esforço de propor o debate sobre a precarização do trabalho do professor e da professora de educação física demonstrando as armadilhas contidas nas falácias neoliberais que sustentam a lógica do empreendedorismo, por exemplo. Por fim, buscaremos apresentar as formas de resistência para trabalhadores e trabalhadoras que estão submetidas as plataformas digitais. A necessidade da organização da classe trabalhadora urge para que possamos salvaguardar e ampliar os direitos historicamente adquiridos pela luta de trabalhadores e trabalhadoras ao longo dos tempos.

Dentro do programa de pós-graduação da Faculdade de Educação Física de Brasília, onde se localiza o grupo de Estudos Pesquisa e Formação Sociocrítica em Educação Física, Esporte e Lazer – AVANTE, ao qual estou ligado através da linha Educação Física, Formação e Trabalho espero ter contribuído para a atualização desse importante debate, ainda que com muitos limites, mas com disposição para o bom debate.

A superação da sociedade capitalista é a luta de muitas vidas e traz como suposto o reconhecimento dos sujeitos enquanto componentes da classe trabalhadores. Sindicatos, cooperativas e todas as formas de organização de trabalhadores e trabalhadoras para a luta de classes deverá entender o mundo do trabalho tal qual ele se apresenta hoje, assim como o capitalismo se modifica os instrumentos de luta também deve se metamorfosear, contudo, um jargão do sindicalismo se mantém e nunca pode ser esquecido: “só a luta muda a vida”.

Apesar dos limites que o cotidiano nos impões ao longo da realização dessa pesquisa e a própria na natureza do objeto, que se atualiza em uma velocidade que, infelizmente, não conseguimos acompanhar, acreditamos ainda que possamos, com muitas lacunas, estimular o debate sobre o mundo do trabalho na educação física partindo das próprias contradições postas na realidade. Mais uma vez peço licença e trago Belchior, na obra “Alucinação” (1976) para que suportemos a realidade e principalmente não percamos a esperança na luta...

*“A minha alucinação é suportar o dia a dia
E meu delírio é a experiência com coisas reais”.*

1. A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E SEUS IMPACTOS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

*Você não sente nem vê
Mas eu não posso deixar de dizer, meu amigo
Que uma nova mudança em breve vai acontecer
E o que há algum tempo era jovem novo,
Hoje é antigo
E precisamos todos rejuvenescer*

(Trecho da música “Velha Roupas Coloridas”, Autor: Belchior, 1976)

Na vasta obra do cantor, compositor e poeta cearense Antônio Carlos Gomes Belchior (1946-2017), iremos encontrar trechos eternizados na música popular brasileira. Notadamente tentaremos, ao logo da nossa exposição, estabelecer mediações de partes da música de Belchior com as análises sobre as relações de trabalho que buscamos investigar em nossa pesquisa. O atrevimento para a execução de tal tarefa se dá pela motivação que nos trouxe a pesquisar sobre um debate tão necessário para a compreensão das relações sociais de trabalho dentro da sociedade capitalista. Belchior nos ensinou que “*amar e mudar as coisas nos interessa mais*” (Trecho da música “Alucinação”, Belchior, 1976).

As metamorfoses no mundo do trabalho regido pela égide do capital se evidenciam nas relações sociais de trabalho. A continuidade da ampliação do lucro, condição necessária para o capitalista, traz como consequência o asseveramento da exploração da força de trabalho. O estado burguês atua como ente jurídico a serviço do capital, pois é o responsável pela regulação dessas relações de trabalho, legitimando os processos de precarização do trabalho e impelindo trabalhadores e trabalhadoras à sujeição de aceitar qualquer forma de assegurar suas condições objetivas de sobrevivência.

Ao concordarmos com Engels (1876) que o trabalho é a *condição básica e fundamental de toda a vida humana*, compreendemos que o entendimento do funcionamento da sociedade capitalista tem, centralmente, a categoria trabalho como eixo propulsor para o desencadeamento de todo ordenamento do sistema capitalista. Eliminar qualquer acepção positiva do trabalho, estabelecendo não só uma divisão da sociedade em classes, mas sim o antagonismo entre proprietários dos meios de produção e trabalhadores, estabelece o *modus operandi* do Capitalismo enquanto sistema societário.

Entender o funcionamento da sociedade a partir das mudanças promovidas pelo capital, que visam unicamente a manutenção e ampliação da exploração do trabalho e que traz como consequência a ampliação das taxas de lucro dos patrões, poderá nos apontar os caminhos para o enfrentamento e a superação do sistema capitalista. Faz-se necessário aprender com projetos

anteriores e compreender a realidade como dinâmica, analisando a contemporaneidade como resultado de um processo historicamente construído.

No transcorrer de nossa pesquisa apontaremos como se dá a centralidade do trabalho na contemporaneidade partindo da premissa que não vivemos o fim do trabalho assalariado. Tal afirmação se faz necessária para o entendimento das relações sociais de trabalho atuais, fundamentalmente, para que consigamos debater as formas contemporâneas de exploração da força de trabalho, necessitamos ter clareza de que o capitalismo está sofisticando sua forma predatória, o que não significa um retorno aos seus primórdios e sim um aperfeiçoamento da sua força destrutiva.

O trabalho é a fonte de toda riqueza, afirmam os economistas. Assim é, com efeito, ao lado da natureza, encarregada de fornecer os materiais que ele converte em riqueza. O trabalho, porém, é muitíssimo mais do que isso. É a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem (Engels, 1876, p.2).

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como uma potência natural [Naturmacht]. A fim de se apropriar da matéria natural de forma útil para a sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (Marx, 2017, p. 255).

Compreender as relações sociais de trabalho no mundo de hoje nos exige uma análise de como se constituiu a sociedade capitalista ao longo da história. Ao nos determos à contemporaneidade, correríamos o risco de fazer um “recorte” das relações sociais de trabalho, sem captar os aspectos que, ao logo desse tempo, foram os determinantes para o estabelecimento de tais relações. Partiremos deste ponto, a centralidade do trabalho na gênese humana, para buscarmos o esclarecimento sobre como se dão as relações sociais do trabalho após todas as mudanças no mundo capitalista.

Para tanto, entender como a reestruturação produtiva, ferramenta preferida dos capitalistas para contornar as crises cíclicas do capital, se faz fundamental, pois essa mesma reestruturação produtiva tem desencadeado transformações profundas na vida dos trabalhadores, gerando uma série de impactos significativos. Uma das consequências mais palpáveis é a reconfiguração do mundo de trabalho, resultando em novos arranjos contratuais e formas de emprego, como o aumento do trabalho temporário, contratos de meio período e a ascensão do trabalho autônomo. Isso tem levado a uma maior precarização e insegurança no emprego, minando a estabilidade tradicional e gerando preocupações acerca da sustentabilidade financeira a longo prazo (Tumolo, 2001).

Além disso, a reestruturação produtiva frequentemente impulsiona a automação e a introdução de tecnologias avançadas nos processos de produção. Isso pode resultar na substituição de mão de obra humana por máquinas e sistemas automatizados, o que pode levar à perda de empregos em setores específicos, acarretando em desemprego estrutural, uma estratégia própria do capital, e requerendo uma requalificação constante de trabalhadores e trabalhadoras para manterem sua condição de subsistência. A reestruturação produtiva também está ligada a mudanças na organização do trabalho, com a introdução de métodos de gestão mais enxutos e sistemas de avaliação de desempenho intensificados. Isso pode aumentar a pressão sobre os trabalhadores para atingirem metas cada vez mais elevadas, contribuindo para um ambiente de trabalho mais competitivo e estressante (Tumolo, 2001).

Outro impacto significativo é o aumento da pressão sobre os trabalhadores para serem mais produtivos e flexíveis, muitas vezes em detrimento do equilíbrio entre vida pessoal e profissional. A demanda por uma maior flexibilidade de horários e a necessidade de estar sempre conectado virtualmente podem resultar em jornadas de trabalho extensas e um maior risco de esgotamento e problemas de saúde relacionados ao trabalho. Por fim, tais mudanças, frequentemente, envolvem o deslocamento geográfico de indústrias e empresas, o que pode afetar a vida dos trabalhadores ao exigir que eles se mudem para áreas onde há demanda por mão de obra, resultando em desafios pessoais, sociais e familiares. Em resumo, os impactos da reestruturação produtiva na vida dos trabalhadores são múltiplos e complexos, influenciando aspectos que vão desde a estabilidade no emprego até o bem-estar psicossocial, e requerem uma análise cuidadosa e políticas adequadas para mitigar seus efeitos negativos (Borges, 1996).

Apresentando todos esses elementos sobre a necessidade do debate sobre a centralidade do trabalho em vias de reestruturação produtiva do capital e tendo como pressuposto que o trabalho é uma categoria histórica anterior ao capitalismo e não perderá sua centralidade enquanto a lógica capitalista não for superada, organizamos a apresentação deste capítulo em quatro subseções que compreendemos fundamentais para chegarmos a reestruturação produtiva e aos desdobramentos para as relações do trabalho, a saber: [1] a centralidade do trabalho na atualidade; [2] incursões capitalistas para o “adeus ao trabalho”; [3] a classe trabalhadora dos dias de hoje; [4] os mecanismos de regulamentação do trabalho e seus impactos para a classe trabalhadora na atualidade.

1.1 A CENTRALIDADE DO TRABALHO NOS DIAS DE HOJE

*Não quero regra nem nada
Tudo tá como o diabo gosta, tá
Já tenho este peso, que me fere as costas
e não vou, eu mesmo, atar minha mão*

*O que transforma o velho no novo
bendito fruto do povo será
E a única forma que pode ser norma
é nenhuma regra ter
é nunca fazer nada que o mestre mandar
Sempre desobedecer
Nunca reverenciar*

(Trecho da música “Como o diabo gosta”, Autor: Belchior, 1976)

A sociedade burguesa nos impõe suas regras, seus ditames. Na correlação de forças, seguimos na contramão da ordem capitalista. Debater a centralidade da categoria trabalho nos dias de hoje é reafirmar que precisamos ter a compreensão que a ordem vigente está longe de ser superada e que a exploração do trabalho continua sendo a base material da sociedade. *Sempre desobedecer, nunca reverenciar* nos provoca a buscar a revolução operária dos nossos tempos¹⁰, que perpassa pela compreensão das contradições do funcionamento da lógica capitalista e da compreensão dos sujeitos enquanto componentes da classe trabalhadora nas suas mais diversas expressões. As metamorfoses do capital, tendencialmente, só *transformam o velho no novo*, devemos estar atentos aos discursos que só demonstram a aparência dos objetos e buscar sempre romper com o imediato.

Entender como os seres humanos se desenvolvem perpassa, centralmente, pela categoria trabalho e todas as suas determinações. As funções vitais para a sobrevivência humana só são possíveis pelas relações sociais de trabalho que foram se constituindo ao longo dos séculos. A inquietação sobre as condições em que vivemos, onde o trabalho é a única possibilidade para a esmagadora maioria da população mundial de garantir suas condições objetivas de sobrevivência, nos leva a refletir sobre o ordenamento social vigente e os porquês de condições tão antagônicas para a manutenção de uma “ordem social”.

¹⁰ [...] O poder não pode ser conquistado pela via pacífica, mas pela violência, por meio de insurreições gerais do povo (Machajski, 1918). Não temos acordo com a afirmação de Jean Waclaw Machajski, em seu texto “A revolução operária”, de 1918. Compreendemos o momento histórico em que foi produzido e a sua relevância para a crítica a socialdemocracia que se estabelecia naquele momento. Na atualidade, precisamos avaliar dois pontos fundamentais: [1] a correlação da capacidade bélica do grande capital com a força operária; [2] a própria disposição da classe trabalhadora para “pegar em armas” nos dias de hoje. Compreendemos que o debate é mais profundo e perpassa pela conquista das subjetividades de trabalhadores e trabalhadoras, além de um processo de reconhecimento dos sujeitos enquanto classe trabalhadora.

Compreender o funcionamento de uma sociedade requer a análise aprofundada das relações sociais de trabalho. Entendemos que a relação do ser humano com sua atividade produtiva, o trabalho, é, certamente, uma das questões mais debatidas dentro do marxismo, uma vez que se trata de uma categoria central para o entendimento do funcionamento da ordem burguesa. Concordamos que o trabalho é o fundamento da liberdade humana, uma categoria que diferencia o homem dos demais seres da natureza, elemento que pressupõe liberdade e consciência, pressupostos estes que só são possíveis ao ser humano.

Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, ou seja, um resultado que já existia idealmente (Marx, 2017, p. 255-256).

Contudo, na sociedade capitalista, a exploração do trabalho torna essa relação “sujeito e trabalho” estranhada. Marx, nos “Manuscritos econômicos-filosóficos”, de 1844¹¹, inicia sua crítica a economia clássica inglesa¹², apontando justamente as lacunas deixadas nas relações entre capital e trabalho quando desconsidera o processo material da propriedade privada. Compreender essa condição é fundamental para analisar as relações sociais de trabalho dentro da sociedade capitalista, pois o trabalhador se torna uma mercadoria como outra qualquer. “O trabalhador não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral” (Marx, 2010, p. 80).

Ao tratarmos do trabalho como categoria central para compreender os seres humanos, temos em vista o modo de produção capitalista, que, de forma aparente, estabelece uma relação de troca entre trabalhador e proprietário, porém, essa relação não é uma relação de troca direta. Na sua essência, devemos considerar as condições objetivas que se põem nessa relação e que levam trabalhadores e trabalhadoras ao estranhamento com sua ação vital.

¹¹ “Além de estabelecer os fundamentos do pensamento de Marx, os *Manuscritos* representam o primeiro momento de sua crítica à economia política de Adam Smith, J-B. Say e David Ricardo. Possuindo duplo caráter, filosófico e econômico, os textos fazem também uma crítica incisiva ao idealismo hegeliano – é a grande contribuição marxiana à filosofia e o esboço de um socialismo humanista -, contrapondo-o a uma concepção materialista ainda fortemente influenciada por Feuerbach” (*Manuscritos econômico-filosóficos*, Ivana Jinkings, Nota à edição, 2010, p. 7).

¹² A economia política clássica anterior a Marx tinha-se formado na Inglaterra, o país capitalista mais desenvolvido. Adam Smith e David Ricardo lançaram nas suas investigações do regime econômico os fundamentos da teoria do valor-trabalho. Marx continuou sua obra. Fundamentou com toda precisão e desenvolveu de forma consequente aquela teoria. Mostrou que o valor de qualquer mercadoria é determinado pela quantidade de tempo de trabalho socialmente necessário investido na sua produção (Lénine, *As Três Fontes e as Três partes Constitutivas do Marxismo*, Revista Prosvetchchénie, nº 3, Março de 1913, II parte).

A relação do ser humano com sua atividade produtiva, o trabalho, é uma categoria histórica anterior ao capitalismo. Contudo, no modo de produção capitalista, o sujeito não se reconhece mais nessa atividade, ela se torna estranha a ele próprio enquanto trabalhador, ao trabalho e ao objeto fruto do trabalho (Marx, 2010). Essas primeiras aproximações permitiram o autor alemão aprofundar suas mediações e, no “O Capital Crítica da Economia Política, Livro I, O processo de produção do capital” (1867), apresentar uma elaboração mais ampla sobre o processo de produção capitalista e, por conseguinte, um adensamento da categoria trabalho.

Ao pensarmos o processo de trabalho, que se inicia como previa ideação, devemos levar em consideração não mais o simples intercâmbio direto do sujeito com a natureza – isso, em alguns casos, continua a ocorrer – contudo, outros meios se fazem necessários para a realização do processo. Essas são as condições objetivas necessárias para a realização do trabalho. Portanto, no processo de trabalho, “(...) a atividade do homem, com ajuda dos meios de trabalho, opera uma transformação do objeto do trabalho seguindo uma finalidade concebida desde o início” (Marx, 2020, p. 258).

A finalização do processo é o produto, “um material natural adaptado às necessidades humanas por meio da modificação de sua forma” (Marx, 2020, p. 258). Ao considerarmos a totalidade do processo, observaremos que, no modo de produção capitalista, o objeto ganha utilidade, é fruto do trabalho humano, adquire valor, torna-se mercadoria¹³. Destacamos que essa mercadoria produzida não pertence ao trabalhador que empregou sua força de trabalho para que ela assim se realizasse, pertence a outro, aquele que detém os meios de trabalho, caracterizando, de forma inicial, o antagonismo de classes entre trabalhadores e proprietários.

O indivíduo que está empregado, trabalhador, utiliza seus recursos materiais, seus objetos e ambiente ao seu redor; ele os utiliza intensamente e, deste modo, está envolvido também no processo de consumo. A distinção entre o uso produtivo e o pessoal reside no fato de que o último se refere à utilização de produtos para sustentar a vida do indivíduo, enquanto o primeiro implica na utilização por parte do sujeito como resultado de sua atividade produtiva, sendo algo separado deste (Marx, 2020).

O processo de trabalho, como expusemos em seus momentos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim – a produção de valores de uso -, apropriação do elemento natural para a satisfação de necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a natureza, perpétua condição natural da vida humana e, por conseguinte, independente de qualquer forma particular dessa vida, ou melhor, comum a todas as suas formas sociais (Marx, 2020, p. 261).

¹³ “A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer” (Marx, 2020, p. 113).

No cerne das atividades humanas, encontra-se o processo de trabalho, uma atividade voltada para a produção de bens que possam satisfazer as necessidades humanas. Essa atividade envolve a transformação dos recursos naturais disponíveis, por meio da aplicação de esforço humano, resultando na criação de valores de uso – produtos e serviços que possuem utilidade e valor para as pessoas. A essência desse processo reside na apropriação dos elementos da natureza, como matérias-primas e energia, para atender às demandas humanas. Essa interação entre o homem e a natureza não é apenas uma característica, mas, sim, um componente fundamental do metabolismo que mantém a vida. Os recursos naturais são moldados e adaptados pelas mãos do trabalho humano, tornando-se essenciais para a sobrevivência e desenvolvimento da sociedade (Marx, 2020).

Essa relação de interdependência entre o homem e a natureza é uma condição universal e perpétua. Desde tempos imemoriais, a humanidade tem se envolvido nesse ciclo de transformação, onde a energia, a matéria e a informação fluem constantemente entre os seres humanos e o ambiente natural. Essa relação não é restrita a uma forma específica de sociedade ou sistema econômico, mas transcende tais limitações.

Assim, o processo de trabalho e sua conexão íntima com a natureza são elementos essenciais da existência humana. Eles não apenas sustentam a produção de valores de uso, mas também constituem a base de nosso contínuo entendimento e interação com o mundo ao nosso redor. Independentemente das variações nas formas sociais, econômicas e culturais ao longo da história, a essência do processo de trabalho e sua ligação com a natureza permanecem como alicerces inabaláveis da condição humana.

A teoria marxista oferece uma análise profunda das relações sociais e econômicas subjacentes ao modo de produção capitalista. Central para essa análise é a interligação entre o processo de trabalho¹⁴ e o conceito de trabalho abstrato¹⁵, que desempenham papéis cruciais na compreensão da geração de valor e exploração no sistema capitalista.

¹⁴ “A utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho a consome fazendo com que seu vendedor trabalhe. Desse modo, este último se torna *actu* [em ato] aquilo que antes era apenas *potentia* [em potência], a saber, força de trabalho em ação, trabalhador. Para incorporar seu trabalho em mercadorias, ele tem de incorporá-lo, antes de mais nada, em valores de uso, isto é, em coisas que sirvam à satisfação de necessidades de algum tipo” (Marx, 2020, p. 255).

¹⁵ “Abstraindo do valor de uso dos corpos-mercadorias, resta nelas uma única propriedade: a de serem produtos do trabalho. Mas mesmo sendo o produto do trabalho já se transformou em nossas mãos. Se abstraímos de seu valor de uso, abstraímos também seus componentes [*Bestandteilen*] e formas corpóreas que fazem dele um valor de uso. O produto não é mais uma mesa, uma casa, um fio ou qualquer outra coisa útil. Todas as suas qualidades sensíveis foram apagadas. E também já não é mais o produto do carpinteiro, do pedreiro, do fiandeiro ou de qualquer outro trabalho produtivo determinado. Com o caráter útil dos produtos do trabalho desaparece o caráter útil dos trabalhos nele representados e, portanto, também as diferentes formas concretas desses trabalhos, que não mais se distinguem uns dos outros, sendo todos reduzidos a trabalho humano igual, **a trabalho humano abstrato**” (Marx, 2020, p. 116, grifo nosso). No entanto, o trabalho que constitui a substância dos valores é trabalho humano

O processo de trabalho diz respeito à atividade humana de transformar matérias-primas em produtos úteis. Esse processo, ao envolver a aplicação de habilidades, conhecimento e esforço físico, impulsiona a produção de bens que atendem às necessidades da sociedade. Em sua essência, o processo de trabalho é a fonte da criação de riqueza material e serve como uma manifestação tangível da relação homem-natureza. Ressaltamos que essa é uma característica própria do ser humano, que se evidencia sempre como parte de uma totalidade social. Justamente por isso, assume uma condição absolutamente necessária como categoria fundante da humanidade.

Em contrapartida, o trabalho abstrato emerge como um conceito distintivo dentro da teoria marxista. Ele denota o trabalho humano como uma forma de esforço quantificável em termos de duração e intensidade, independente das características particulares do trabalho em si ou dos produtos resultantes. No âmbito do sistema capitalista, no qual o trabalho é transformado em mercadoria e trocado por um salário, o valor das mercadorias é determinado pelo tempo médio de trabalho socialmente necessário para produzi-las (Húngaro, 2008).

A sinergia entre o processo de trabalho e o trabalho abstrato ocorre de maneira crucial na estrutura capitalista. Nesse sistema, os trabalhadores alienados dos meios de produção vendem sua força de trabalho aos capitalistas, detentores dos meios de produção. Durante o processo de trabalho, os trabalhadores transformam matérias-primas em produtos acabados, e esse processo incorpora o trabalho abstrato no próprio produto.

O trabalho abstrato, assim, é "fixado" nos produtos na forma de valor. O valor das mercadorias não meramente reflete o esforço individual de um trabalhador, mas também encapsula o tempo médio de trabalho socialmente necessário para a produção. Desse modo, o processo de trabalho não somente origina produtos utilitários, mas também instila valor por meio da encarnação do trabalho abstrato nos produtos finais (Marx, 2020).

Em síntese, a interligação entre o processo de trabalho e o trabalho abstrato desenha a imagem da economia capitalista conforme Marx. Enquanto o processo de trabalho representa a atividade produtiva pela qual as matérias-primas são transformadas em bens utilitários, o trabalho abstrato fundamenta a determinação do valor das mercadorias. A exploração inerente

igual, dispêndio da mesma força de trabalho humana. A força de trabalho conjunta da sociedade, que se apresenta nos valores do mundo das mercadorias, vale aqui como uma única força de trabalho humana, embora consista em inúmeras forças de trabalho individuais. Cada uma dessas forças de trabalho individuais é a mesma força de trabalho humana que a outra, na medida em que possui o caráter de uma força de trabalho social média e atua como tal; portanto, na medida em que, para a produção de uma mercadoria, ela só precisa de tempo de trabalho em média necessário ou tempo de trabalho socialmente necessário. Tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer sob as condições normais para uma dada sociedade e com o grau social médio de destreza e intensidade do trabalho (Marx, 2020, p. 117).

ao capitalismo, então, emerge da distinção entre o valor criado pelo trabalhador e o valor apropriado pelo capitalista, um fenômeno discernível a partir da união intrincada entre o processo de trabalho e o trabalho abstrato.

No modo de produção capitalista, o trabalho, na sua forma abstrata, como afirma Húngaro (2008, p. 108) “(...) o trabalho abstrato, ou seja, o trabalho abstraídas todas as suas especificidades, ou em outras palavras, enquanto dispêndio de energia que assume forma social na igualação” assume o protagonismo para afastar o trabalhado do produto do seu trabalho, para que o fim do trabalho se coloque de forma hostil. Discutir a centralidade do trabalho hoje nos coloca, objetivamente, o debate sobre a distinção entre trabalho e trabalho abstrato.

(...) para Marx e Engels há uma clara distinção entre trabalho abstrato e trabalho: o primeiro é uma atividade social assalariada, alienada pelo capital. Corresponde à submissão dos homens ao mercado capitalista, forma social que nos transforma a todos em “coisas” (reificação) e articula nossas vidas pelo fetichismo da mercadoria. O trabalho, pelo contrário, é a atividade de transformação da natureza pela qual o homem constrói, concomitantemente, a si próprio como indivíduo e a totalidade social da qual é partícipe. É a categoria decisiva da autoconstrução humana, da elevação dos homens a níveis cada vez mais desenvolvidos de sociedade. Embora a palavra trabalho faça parte das duas categorias, isto não deve velar que há uma enorme distância a separar trabalho de trabalho abstrato (Lessa, 2012, p. 26).

A exploração do trabalho, na sua forma de trabalho abstrato, assume no processo de valorização, conforme demonstrado por Marx (2020), uma função primordial para o acúmulo de capital, uma vez que:

(...) o processo de produção, como unidade dos processos de trabalho e de formação de valor, é processo de produção de mercadorias; como unidade de processos de trabalho e de valorização, é processo de produção capitalista, forma capitalista da produção de mercadorias (Marx, 2020, p. 273).

A riqueza não é meramente criada por meio do processo de trabalho, mas também através da incorporação de valor ao produto resultante desse processo. Marx desvela esse fenômeno ao examinar a dualidade das mercadorias, como portadoras de valor de uso (utilidade) e valor de troca (expressão quantitativa do valor).

O processo de valorização no sistema capitalista é intrinsecamente vinculado à noção de mais-valia, que representa o valor excedente criado durante o processo de produção. Marx aprofunda esse debate, de forma brilhante, ao diferenciar entre trabalho necessário¹⁶ (tempo de

¹⁶ “No tocante ao valor do fio, o tempo de trabalho necessário à sua produção, podemos considerar fases sucessivas de um mesmo processo de trabalho, os diversos processos especiais de trabalho, separados no tempo e no espaço, a serem percorridos, para produzir o próprio algodão, a parte consumida dos fusos. Todo o trabalho contido no fio é trabalho pretérito. Não tem a menor importância que o tempo de trabalho exigido para a produção de elementos constitutivos esteja mais afastado do presente que o aplicado imediatamente no processo final, na fiação. Se determinada quantidade de trabalho, digamos, 30 dias de trabalho, é necessária à construção de uma casa, em nada altera o tempo de trabalho incorporado à casa que o trigésimo dia de trabalho se aplique na construção 29 dias depois do primeiro. Basta considerar o tempo de trabalho contido no material e no instrumental do trabalho como

trabalho que sustenta o trabalhador) e trabalho excedente (tempo que excede o necessário para a reprodução do valor da força de trabalho). A mais-valia é gerada quando o trabalho excedente é apropriado pelo capitalista, resultando em uma apropriação de valor que excede o valor pago em salários.

O processo de acumulação capitalista se desenrola através da valorização dessa mais-valia, impulsionando a expansão da produção e, conseqüentemente, gerando um ciclo de valorização contínua. Esse ciclo, inerente à lógica do capitalismo, leva a um aumento constante da concentração de riqueza nas mãos dos capitalistas, ampliando as desigualdades sociais e a exploração dos trabalhadores assalariados.

Na produção de mercadorias, o valor de uso não é, de modo algum, a coisa *qu'on aime lui-même* [que se amo por ela mesma]. Aqui, os valores de uso só são produzidos porque e na medida em que são o substrato material, os suportes do valor de troca. E, para nosso capitalista, trata-se de duas coisas. Primeiramente, ele quer produzir um valor de uso que tenha valor de troca, isto é, um artigo destinado à venda, uma mercadoria. Em segundo lugar, quer produzir uma mercadoria cujo valor seja maior que a soma do valor das mercadorias requeridas para a sua produção, os meios de produção e a força de trabalho, para cuja compra ele adiantou seu dinheiro no mercado. Ele quer produzir não só valor de uso, mas uma mercadoria; não só valor de uso, mas valor, e não só valor, mas também mais-valor (Marx, 2020, p. 263).

O processo de valorização é caracterizado por sua natureza contraditória. Enquanto a busca incessante pela mais-valia é fundamental para a acumulação capitalista, ela também gera tensões e crises internas, como a tendência à queda da taxa de lucro. Essas contradições, de acordo com Marx, sinalizam as contrariedades inerentes ao sistema capitalista, que está enraizado em um conflito fundamental entre a busca do lucro e as limitações da produção.

O processo de mais-valia revela a dinâmica complexa subjacente ao sistema capitalista. Esse processo se baseia na extração da mais-valia, que representa o excedente de valor criado pelo trabalho excedente dos trabalhadores. A compreensão marxiana do processo de valorização fornece uma base crítica para a análise das dinâmicas sociais e econômicas do capitalismo, estimulando discussões pertinentes sobre desigualdade, exploração e as implicações mais amplas do sistema econômico dominante.

“Os diferentes fatores do processo de trabalho participam de diferentes modos na formação do valor dos produtos” (Marx, 2020, p.277). Assim, o autor alemão começa o capítulo 6, “Capital constante e capital variável”, de “O Capital”. Com maestria, Marx vai explicando o processo de produção de valor e suas reverberações, contudo, centralmente, o trabalho continua no protagonismo. Debruçar-nos-emos no debate sobre como essas expressões, capital constante

se tivesse sido despendido num estágio anterior ao processo de fiação, antes do trabalho de fiar finalmente acrescentado” (Marx, 1987, p. 212)

e capital variável, se interpelam na acumulação de capital e suas implicações para a compreensão do modo de produção capitalista.

Capital constante é o componente do capital que se manifesta na forma de meios de produção, como máquinas, ferramentas, matérias-primas e outros elementos que não são diretamente transformados em valor durante o processo produtivo. Em vez disso, o valor desses elementos é transferido para os produtos finais à medida que eles são utilizados na produção. Marx (2020) ressalta que o capital constante não cria valor novo por si só, mas contribui para o valor dos produtos por meio de sua transferência (Marx, 2020).

Capital variável, por sua vez, é o componente do capital que é destinado ao pagamento dos salários dos trabalhadores. Representa a força de trabalho que é comprada pelo capitalista e posta para funcionar no processo de produção. A característica distintiva do capital variável é que, quando os trabalhadores aplicam seu esforço e habilidades no processo de trabalho, eles geram valor adicional que excede o valor de seus próprios salários. Esse valor adicional é a mais-valia, que constitui a base da acumulação de capital (Marx, 2020).

A distinção entre capital constante e capital variável se conecta intrinsecamente à análise da taxa de mais-valia. A taxa de mais-valia é calculada como a proporção entre a mais-valia gerada e o capital variável investido. Ela revela a eficiência do processo de exploração dos trabalhadores, já que a geração de mais-valia é central para a acumulação de capital e para o aumento do capital total do capitalista.

A compreensão dessas categorias é fundamental para a teoria do valor e da exploração no sistema capitalista. Marx enfatiza que, na medida em que o capital constante não cria valor adicional, o aumento no valor dos produtos é resultado do trabalho humano e da aplicação de força de trabalho. A distinção entre capital constante e variável é uma ilustração concreta das dinâmicas do modo de produção capitalista, onde os trabalhadores fornecem o elemento gerador de valor, enquanto os meios de produção representados pelo capital constante atuam como veículos para a transferência desse valor (Marx, 2020).

Enquanto o capital constante representa os meios de produção que transferem valor aos produtos, o capital variável incorpora a força de trabalho humana que gera valor adicional, conhecido como mais-valia. Essa dualidade é essencial para a análise da acumulação de capital, exploração e as complexas interações entre trabalhadores e proprietários dos meios de produção no contexto do sistema econômico dominante.

O papel do trabalhador na produção de mais-valia é central no modo de produção capitalista e tem implicações fundamentais para a compreensão da exploração e das dinâmicas do capital. A mais-valia representa o valor excedente criado durante o processo produtivo,

acima do valor equivalente aos salários pagos aos trabalhadores. O trabalhador desempenha um papel crucial nesse processo, onde sua atividade produtiva resulta na criação e apropriação dessa mais-valia pelos proprietários dos meios de produção.

(...) Ele adiciona valor ao material por meio de seu trabalho, não como trabalho de fiação ou de carpintaria, mas como trabalho abstrato, trabalho social em geral, e adiciona uma grandeza determinada de valor não porque seu trabalho tenha um conteúdo útil particular, mas porque dura um tempo determinado. Portanto, é por sua qualidade abstrata, geral, como dispêndio de força humana de trabalho, que o trabalho do fiandeiro adiciona um valor novo aos valores do algodão e dos fusos, e é em sua qualidade concreta, particular e útil como processo de fiação que ele transfere ao produto o valor desses meios de produção e, com isso, conserva seu valor no produto. Daí decorre a duplicidade de seu resultado ao mesmo tempo.

Por meio da adição meramente quantitativa de trabalho, um valor novo é adicionado; por meio da qualidade do trabalho adicionado, os valores antigos dos meios de produção são conservados no produto. Esse efeito duplo do mesmo trabalho, decorrência de seu caráter duplo, pode ser detectado em vários fenômenos (Marx, 2020, p. 278).

O trabalhador, ao vender sua força de trabalho ao capitalista em troca de um salário, é inserido no ambiente produtivo onde aplica suas habilidades, conhecimento e esforço para transformar matérias-primas em produtos finais. No entanto, a duração total de trabalho necessário para produzir o valor equivalente aos salários é, em média, menor do que a jornada de trabalho efetiva. A diferença entre o tempo de trabalho necessário e a jornada de trabalho total é o tempo no qual o trabalhador cria valor adicional, ou seja, a mais-valia.

O processo de geração de mais-valia ocorre porque o valor da força de trabalho do trabalhador é determinado pelo tempo de trabalho necessário para reproduzir seus meios de subsistência. No entanto, uma vez que o trabalhador excede o tempo de trabalho necessário para sustentar seu próprio valor, o valor que ele cria através de sua atividade produtiva é apropriado pelo capitalista, que detém a propriedade dos meios de produção. Dessa forma, o trabalhador, ao criar valor além do que é necessário para sua própria reprodução, está essencialmente gerando lucro para o capitalista (Marx, 2020).

Esse processo de extração de mais-valia é o cerne da exploração do trabalho no sistema capitalista. A diferença entre o valor que o trabalhador cria e o valor pago em forma de salário representa o lucro do capitalista. Portanto, o trabalhador não apenas produz bens e serviços, mas também é responsável pela geração do excedente econômico que sustenta a acumulação de capital e a expansão das empresas. Em suma, o trabalhador desempenha um papel central na produção de mais-valia ao aplicar sua força de trabalho e habilidades no processo produtivo, resultando na criação de valor além do necessário para a reprodução de seu próprio valor. Esse valor excedente é apropriado pelo capitalista como lucro, constituindo a base da exploração econômica no sistema capitalista.

Compreendemos que a atividade laboral desempenha seu papel na reprodução social como um processo abrangente e unitário, embora, ao mesmo tempo, seja internamente contraditório. As contradições inerentes ao trabalho atuam como as intermediações através das quais, em suas inter-relações, a totalidade do processo de trabalho é constituída. Somente nessa dimensão global e abrangente, é que o trabalho exerce plenamente sua função como uma categoria fundamental na estrutura do mundo humano. Não será qualquer ato de trabalho individual e isolado que terá capacidade de desempenhar todas as funções sociais que, dentro da reprodução de uma sociedade específica em um dado momento histórico, são exigidas do trabalho como um todo. Não devemos interpretar a singularidade de um trabalho específico realizado por um indivíduo concreto como portadora de todas as funções sociais que o trabalho desempenha na totalidade da reprodução social, seja considerando os processos individuais ou os processos de reprodução da sociabilidade.

O século XXI trouxe consigo uma série de transformações que desafiam e expandem as análises marxistas sobre o trabalho. A ascensão da economia digital, por exemplo, introduziu novas formas de produção e relações de trabalho. Plataformas online e aplicativos conectam trabalhadores a oportunidades, criando uma economia *gig* em rápida expansão. Contudo, essa aparente liberdade na escolha de trabalhos muitas vezes mascara relações laborais desiguais, com trabalhadores enfrentando condições precárias, ausência de benefícios e falta de segurança no emprego. Iremos, ao longo de todo esse trabalho, aprofundar esse debate. Contudo, ao nos propormos a discutir a centralidade do trabalho na atualidade, cabe algumas reflexões iniciais.

A tecnologia, ao mesmo tempo em que potencializa a produtividade, também alimenta a automação, levantando questões cruciais sobre o futuro do trabalho. A inteligência artificial e a robotização ameaçam deslocar trabalhadores de setores tradicionais, criando uma dicotomia entre a eficiência econômica e a preservação dos meios de subsistência. Essa dinâmica redefine a própria natureza do trabalho, à medida que nos confrontamos com a perspectiva de uma crescente obsolescência de certas profissões.

Além disso, a globalização desempenha um papel fundamental na reconfiguração das relações de trabalho. As cadeias de suprimentos globais conectam trabalhadores em diferentes partes do mundo, mas também podem perpetuar condições de exploração, à medida que empresas buscam os custos mais baixos de mão de obra. A competição global intensifica a pressão sobre os trabalhadores, levando a uma corrida para o fundo em termos de salários e direitos trabalhistas.

A noção de alienação, tão enfatizada por Marx, assume novas formas em um mundo onde a produção é cada vez mais fragmentada e descentralizada. Trabalhadores muitas vezes

se encontram isolados em suas tarefas específicas, sem uma visão completa do produto final ou do impacto de seu trabalho na sociedade. A alienação também pode ser exacerbada pela natureza transitória e instável do emprego contemporâneo, onde o respeito entre trabalhador e empresa é muitas vezes substituída por uma relação mais utilitária e efêmera.

A luta de classes, conceito central na teoria marxista, evolui em um cenário globalizado. Movimentos sindicais e coletivos de trabalhadores continuam a buscar melhores condições, mas enfrentam desafios significativos em um mundo onde as fronteiras nacionais muitas vezes limitam sua eficácia. A solidariedade internacional dos trabalhadores torna-se crucial diante da complexidade das redes globais de produção.

O que tentamos até o momento foi demonstrar o trabalho como categoria central para a compreensão dos sujeitos, partindo de como essa categoria, o trabalho, se materializa na sociedade burguesa, expressão mais elaborada de sociabilidade historicamente referendada. Ademais, toda a produção de riqueza só é possível através do trabalho e, no sistema capitalista, existe a acumulação de riquezas através da exploração do trabalho em uma manifestação específica, o trabalho abstrato. Esse é um processo com determinações objetivas, porém, a captura das subjetividades desses trabalhadores e dessas trabalhadoras é fundamental para a manutenção dessa lógica.

Dessa forma, a ideia de que o trabalho perca sua centralidade só poderia ser compreendida em um contexto de um modo de produção alternativo. No entanto, essa perspectiva não parece ser válida, dado o crescente padrão de mercantilização da vida no sistema capitalista. Observa-se uma tendência cada vez mais pronunciada onde uma parcela significativa da população se encontra na necessidade de vender sua capacidade de trabalho em troca de um salário, ou até mesmo de comercializar sua força de trabalho ao pagar por acesso a plataformas ou meios de produção externos para garantir sua subsistência.

A centralidade do trabalho nos dias de hoje é intrincada e multifacetada. O referencial teórico marxiano oferece um alicerce sólido para entender as dinâmicas fundamentais do capitalismo, mas é imperativo incorporar as nuances do mundo contemporâneo, marcado pela tecnologia, globalização e novas formas de organização do trabalho. Nossa intenção, na continuidade desta exposição, é apresentar, dentre as estratégias capitalistas, a narrativa sobre o “adeus ao trabalho” onde vamos, mais uma vez, afirmar a centralidade do trabalho, tentando atualizar o debate.

1.2 AS INCURSÕES CAPITALISTAS PARA O “ADEUS AO TRABALHO”

*Se você vier me perguntar por onde andei
No tempo em que você sonhava
De olhos abertos, lhe direi
Amigo, eu me desesperava*

*Sei que assim falando pensas
Que esse desespero é moda em 73
Mas ando mesmo descontente
Desesperadamente, eu grito em português
Mas ando mesmo descontente
Desesperadamente, eu grito em português*

(Trecho da música “A palo seco”, Autor: Belchior, 1974)

A tese provocativa intitulada "Adeus ao Trabalho"¹⁷ ecoa como um chamado para uma reavaliação profunda do paradigma tradicional de trabalho e sua centralidade na sociedade moderna. Assim se anunciava, nos anos 1980, as transformações no modelo de produção capitalista. Advogando por uma visão iconoclasta, essa tese propõe uma reflexão sobre a transformação das estruturas econômicas, tecnológicas e culturais que estariam redefinindo as relações de trabalho.

A década anterior, precisamente em 1974, quando o cantor cearense lança seu álbum “Belchior”, a música “A palo seco”, inspirada no poema do pernambucano João Cabral de Melo Neto (1920–1999) que trazia o mesmo título, elucida uma mensagem anti-imperialista, exaltando a América Latina, destacando a América do Sul. As transformações no mundo do trabalho se reverberam na vida cotidiana das pessoas. Inegavelmente o modo como o ser se reproduz materialmente interfere também nas suas categorias subjetivas como o lazer, o amor, na poesia, na música. Essas manifestações também podem passar a representar uma forma de resistência a estrutura social burguesa, uma vez que os sujeitos compreendam sua condição de explorados.

O artista cearense nos inspira a manter *olhos abertos*, pois a aparência fenomênica somente não nos permite ter a precisão sobre determinado objeto. Além de, mais uma vez, reafirmar a necessidade de partimos do real, “*Se você vier me perguntar por onde andei; No*

¹⁷ “Escrito na forma de ensaio e publicado em 1980, *Adeus ao proletariado* é o décimo primeiro e, certamente, o mais famoso entre os livros de André Gorz (1923–2007). Considerando o tema central e o próprio título do livro, talvez seja desnecessário escrever que se trata de um livro polêmico; creio, no entanto, que não é demais chamar a atenção para este aspecto do livro, pois muito de sua importância deve-se à natureza polêmica de suas principais teses. (...) A tese básica do livro, em torno da qual todas as outras se desenvolvem, refere-se à abolição do trabalho: “O marxismo está em crise porque há uma crise do movimento operário” (Gorz, 1980:13). E o movimento operário está em crise porque “entramos na era da abolição do trabalho” (Gorz, 1980:1541). A abolição do trabalho aparece, portanto como a chave para compreender (e explicar) tanto a crise do movimento operário quanto a crise do marxismo” (Silva, 1999, p. 161-162).

tempo em que você sonhava” indica que devemos nos manter atentos, pois a realidade, mesmo sendo assustadora, é que precisa ser entendida e transformada. No cerne dessa tese, do “adeus ao trabalho”, está a premissa de que a concepção tradicional do trabalho assalariado, que moldou grande parte da sociedade industrial, está cedendo espaço a um cenário mais complexo e diversificado. A revolução tecnológica, com suas automações, inteligência artificial e mudanças na organização do trabalho, questiona a noção de que a atividade laboral é a única maneira de contribuir para a sociedade e de encontrar significado pessoal.

Dentre as muitas controversas apresentadas pelo texto de André Gorz (1923–2007), publicado em 1980, com o título “Adeus ao proletariado: Para além do socialismo”, destacamos, de início, a incompreensão sobre a categoria trabalho como ontológica¹⁸ por parte do autor austríaco, que afirma que o trabalho “nem sempre existiu: apareceu com os capitalistas e com os proletários” (Gorz, 1990, p. 9), ao equiparar trabalho com emprego, reduzindo, equivocadamente, trabalho a trabalho assalariado “(...) o trabalho não é mais alguma coisa que se *faz*, mas algo que se *tem*. Fala-se ‘procurar trabalho’ e ‘arranjar emprego’” (Gorz, 1990, p. 9-10). Para Antunes (2006), o livro de Gorz é um “ensaio muito instigante e abusivamente problemático” que “tentava questionar, na raiz, a revolução do trabalho e desse modo ajudava a desnortear ainda mais a esquerda tradicional” (Antunes, 2006, p. 17).

Ao negar o trabalho como categoria histórica o ensaio de Gorz analisa as transformações nos processos produtivos apenas no sentido de sua realização material, como se o trabalho tivesse fim em si mesmo, sem as mediações com a realidade. Faz uma distorção da realidade como se o fim do padrão fordista decretasse o desaparecimento do trabalho operário. Ao simplificar o trabalho, assistimos à valorização de atividades como o voluntariado, a economia criativa e colaborativa, bem como as aspirações individuais de equilíbrio entre vida pessoal e profissional. Pensar na superação da sociedade capitalista perpassa pelo fim do trabalho abstrato. O trabalho enquanto ontologia é a expressão plena das possibilidades humanas e é através dele que podemos apresentar novas formas de sociabilidade.

(...) o reconhecimento do caráter fundante do trabalho para o ser social não inviabiliza a crítica radical de suas formas históricas concretas. Pelo contrário, esse reconhecimento está na base da proposta marxiana da superação do trabalho abstrato por uma “livre organização dos produtores associados”. Justamente por ser o trabalho

¹⁸ “(...) De modo que é precisamente a teoria marxiana, segundo a qual o trabalho é a única forma existente de um ente teleologicamente produzido, que funda, pela primeira vez, a peculiaridade do ser social. (...). Somente no trabalho, no pôr do fim e de seus meios, com um ato dirigido por ela mesma, com o pôr teleológico, a consciência ultrapassa a simples adaptação ao ambiente – o que é comum também àquelas atividades dos animais que transformam objetivamente a natureza de modo involuntário – e executa na própria natureza modificações que, para os animais, seriam impossíveis e até mesmo inconcebíveis. O que significa que, na medida em que a realização torna-se um princípio transformador e reformador da natureza, a consciência que impulsionou e orientou tal processo não pode ser mais, do ponto de vista ontológico, um epifenômeno” (Lukács, 2013, p. 61-63).

a categoria fundante do mundo dos homens pôde Marx postular a necessidade de superação do trabalho abstrato, forma historicamente particular de exploração do homem pelo homem. Nesse preciso sentido, a análise ontológica do trabalho tal como realizada por Lukács em nenhum momento vela os graves problemas oriundos, para nossa sociedade, da vigência quase universal do trabalho abstrato (Lessa, 2012, p. 31).

A década de 1980 é marcada por uma profunda crise da classe trabalhadora ensejada pela reestruturação produtiva imposta pelo sistema capitalista em crise. Os anos 80 são marcados pelo grande avanço tecnológico¹⁹ incorporado no setor produtivo. Automação, informatização, robótica foram termos que ganham destaque dentro das fábricas que, por sua vez, se tornam verdadeiros laboratórios na busca pela ampliação do lucro. Os impactos na forma como os sujeitos se reproduzem materialmente implicam na sua reprodução social. Isto posto, evidenciamos como a crise produtiva do sistema fordista/taylorista²⁰ desencadeia toda uma nova reestruturação social.

O asseveramento da disjunção entre a produção, que deveria ser voltada para a satisfação das necessidades humanas e, na sociedade burguesa, faz o contrário, é voltada para autor-reprodução do capital, ampliado as condições destrutivas, das quais destacamos duas: a precarização do trabalho e a destruição da natureza (Antunes, 2018). Buscaremos apresentar o que foi a crise do modelo fordista/taylorista e como ela ajuda na construção da narrativa do “adeus ao trabalho”, apontando que o sistema capitalista, ao mesmo tempo que necessita do trabalho assalariado para manter a mais-valia, interpela por outras formas de representação deste mesmo trabalho, preferencialmente desprovido de direitos, com baixas remunerações, o retrato da precarização.

Destacadamente, o fordismo traz consigo o ideário da produção em massa e da linha de montagem, em que o processo de fabricação é dividido em etapas sequenciais e especializadas. Cada trabalhador realiza uma tarefa específica, repetitivamente, enquanto o produto em produção passa por uma série de estações de trabalho. Essa abordagem reduziu significativamente o tempo necessário para fabricar um produto e permitiu a produção de quantidades maiores em um período de tempo menor. Para além do seu *modus operandi* na vida

¹⁹ “Em uma década de grande salto tecnológico, a automação, a robótica e a microeletrônica invadiram o universo fabril, inserindo-se e desenvolvendo-se nas relações de trabalho e de produção do capital. Vive-se, no mundo da produção, um conjunto de experimentos, mais ou menos intensos, mais ou menos consolidados, mais ou menos presentes, mais ou menos tendenciais, mais ou menos embrionários” (Antunes, 2006, p. 23).

²⁰ “(...) entendemos o fordismo *fundamentalmente* como a forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidam-se ao longo deste século, cujos elementos constitutivos básicos eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e dos movimentos pelo cronometro taylorista e da produção em série fordista; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação entre *elaboração* e *execução* no processo de trabalho; pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/consolidação do *operário-massa*, do trabalhador coletivo fabril, entre outras dimensões” (Antunes, 2006, p. 25).

laboral dos trabalhadores, o fordismo teve um impacto profundo na sociedade, transformando a produção industrial, alterando os padrões de consumo e criando um novo cenário econômico. Ao mesmo tempo em que trouxe avanços significativos, também gerou desafios e questionamentos sobre as condições de trabalho, o significado do emprego e a diversidade na produção. Suas influências ainda são sentidas na organização industrial, nas relações de trabalho e na maneira como a produção em massa moldou o mundo moderno.

O modelo fordista teve um impacto significativo no comportamento da sociedade, pois suas mudanças na produção e na organização do trabalho se estenderam para além do âmbito industrial, afetando diversos aspectos da vida cotidiana e moldando os comportamentos das pessoas. Podemos destacar os seguintes:

[1] Padrões de consumo: com a produção em massa e a redução dos custos de produção, produtos anteriormente inacessíveis para muitos se tornaram mais baratos e disponíveis. Isso influenciou os padrões de consumo da sociedade, levando a um aumento do consumo de bens manufaturados e de produtos padronizados.

[2] Padronização do estilo de vida: a ênfase na produção em massa e na padronização dos produtos também influenciou o estilo de vida das pessoas. Roupas, utensílios domésticos e outros produtos passaram a seguir padrões de design e funcionalidade mais uniformes.

[3] Urbanização e mobilidade: a produção em massa de automóveis permitiu uma maior mobilidade geográfica das pessoas. As pessoas podiam se deslocar mais facilmente para o trabalho, para o lazer e para atividades sociais, o que contribuiu para a urbanização e para a criação dos subúrbios.

[4] Ritmo de vida acelerado: o foco na produção eficiente e rápida influenciou o ritmo de vida das pessoas. A noção de eficiência e produtividade se espalhou para outras esferas da vida, levando a uma sensação de pressa e urgência em várias atividades.

[5] Cultura do consumo: o fordismo contribuiu para a emergência de uma cultura de consumo em massa, onde a aquisição de bens materiais se tornou um sinal de status e identidade. Isso influenciou a forma como as pessoas percebiam a felicidade, o sucesso e a realização pessoal.

[6] Cultura pop e entretenimento: a cultura de massa e a produção em série também influenciaram a cultura pop e o entretenimento. Produtos culturais, como filmes, músicas e livros, passaram a ser produzidos em maior escala e distribuídos para um público mais amplo (Ribeiro, 2015).

A crise do modelo Fordista nos anos 80 marcou um ponto de inflexão na economia e na sociedade, levando a transformações significativas que deram origem a novas abordagens

econômicas, organizacionais e culturais. Diversos fatores contribuíram para a crise, incluindo a saturação do mercado, a competição global, o aumento dos custos de produção e a evolução tecnológica. “O elemento causal da crise capitalista seria encontrado nos excessos do fordismo e da produção em massa, prejudiciais ao trabalho e supressores da sua dimensão criativa” (Antunes, 2006, p. 26).

A crise que se consolida nos anos 1980 tem seu início na década anterior. Os anos 1970, após um longo período de acumulação desenfreada de capital, começam a apresentar os elementos que levariam ao processo de reestruturação produtiva, demarcando toda uma mudança geracional e provocando a necessidade de reorganização dos trabalhadores, uma vez que, evidentemente, são eles que “pagam a conta”. Antunes (2018) aponta seis sintomas para a crise que se afluía os quais vamos apresentar a seguir:

[1] A diminuição da taxa de lucro decorreu de diversos fatores, entre eles o aumento do custo da força de trabalho, obtido após o período pós-1945, e o fortalecimento das mobilizações sociais nos anos 60, que buscavam exercer controle sobre a produção. A combinação destes elementos resultou na diminuição da eficiência do capital, acentuando a trajetória decrescente da taxa de lucro.

[2] A incapacidade do sistema fordista/taylorista de responder a retração do consumo em virtude do crescimento das taxas de desemprego.

[3] O aumento desproporcional da esfera financeira, que adquiria uma autonomia considerável em relação aos capitais envolvidos na produção, também era reflexo da crise estrutural intrínseca ao sistema capitalista e ao seu modo de produção. Nesse cenário, o capital financeiro emergiu como uma arena de destaque para atividades especulativas na fase posterior do processo de internacionalização.

[4] A concentração de capitais através de fusões entre empresas de monopólio e oligopólio.

[5] A crise no “estado de bem-estar social” e seus mecanismos, que trazem como consequências crise na arrecadação fiscal e a retração com gastos públicos ocasionando a dependência do estado com o capital privado.

[6] Observou-se um aumento significativo nas privatizações, uma tendência generalizada em direção à desregulamentação e flexibilização dos processos produtivos, dos mercados e das relações de trabalho. Esses são apenas alguns exemplos dos elementos contingentes que refletiam esse novo cenário crítico (Antunes, 2018).

A síntese de Robert Brenner oferece um bom diagnóstico da crise: ela encontra “suas raízes profundas numa crise secular de produtividade que resultou do excesso constante de capacidade e de produção do setor manufatureiro internacional. Em

primeiro lugar, o grande deslocamento do capital para as finanças foi a consequência da incapacidade da economia real, especialmente das indústrias de transformação, de proporcionar uma taxa de lucro adequada. Assim, o surgimento de excesso de capacidade e de produção, acarretando perda de lucratividade nas indústrias de transformação a partir do final da década de 60, foi a raiz do crescimento acelerado do capital financeiro a partir do final da década de 70. (...) As raízes da estagnação e da crise atual estão na compressão dos lucros do setor manufatureiro que se originou no excesso da capacidade e de produção fabril, que era em si a expressão da acirrada competição internacional” (Brenner, 1999:12-3) (Antunes, 2018, p. 32).

Era preciso uma nova configuração para o setor produtivo. A capacidade metabólica do capital de superar suas crises é, sem dúvidas, uma de suas principais características. Encontrar as saídas para continuar a ampliar seus lucros vem sendo, ao longo de sua história, uma marca capitalista. Vale salientar, como já apresentamos, que os processos produtivos refletem não só o modo como os sujeitos se reproduzem materialmente, não somente no ato do trabalho. Contudo, destacadamente, os processos políticos são alterados. Com o entendimento que o Estado é o ente jurídico/financeiro do capital, como nos apresenta Mészáros (2018, p. 20-21): “Mas a história ensina uma lição importante: que grandes crises bancárias são essencialmente resolvidas pela injeção de grandes somas de dinheiro público”.

A solução para crise veio com as propostas dos “novos processos produtivos”²¹. Compreendemos que as novas expressões do processo produtivo que surgem a partir da crise do modelo fordista/taylorista não trazem uma ruptura com a exploração do trabalho, é justamente o oposto disso. Segundo Harvey (1992), a acumulação flexível²², como uma expressão própria do modelo capitalista de produção, apesar de ser contrária a rigidez do processo produtivo fordista, manteve três características essenciais desse mesmo modelo: [1] voltado para o crescimento, [2] exploração do trabalho vivo, [3] intrínseca dinâmica tecnológica e organizacional. Vale destacar que o desenvolvimento tecnológico, que a princípio automatiza

²¹ “Distanciando daqueles que falam em *novos processos produtivos*, inteiramente distintos das bases fordistas (como Sabel e Piore, 1984), quanto daqueles que não veem novas e mesmo significativas transformações no interior do processo de produção capital (como Pollert, Anna, 1988: 43-75), Harvey reconhece a existência de uma combinação de processos produtivos, articulando o fordismo com processos flexíveis, “artesanais”, tradicionais. Em suas palavras: “A insistência de que não há nada essencialmente novo no impulso para a flexibilização e de que o capitalismo segue periodicamente esses tipos de caminhos é por certo correta. O argumento de que há um agudo perigo de se exagerar a significação das tendências de aumento da flexibilidade e da mobilidade geográfica, deixando-nos cegos para a força que os sistemas fordistas de produção implantados ainda têm, merece cuidadosa consideração. E as consequências ideológicas e políticas da super acentuação da flexibilidade no sentido estrito da técnica de produção e das relações de trabalho são serias o bastante para nos levar a fazer sóbrias e cautelosas avaliações do grau do imperativo da flexibilidade” (Antunes, 2006, p. 29-30).

²² “A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas” (Harvey, 1989, p. 140).

certos processos de trabalho e poderia significar a diminuição das jornadas de trabalho causa, uma ampliação dessa segunda característica apresentada por Harvey. “Curiosamente, o desenvolvimento de novas tecnologias gerou excedentes de força de trabalho, que tornaram o retorno de estratégias absolutas de extração de mais-valia, mais viável mesmo nos países capitalistas avançados” (Antunes, 2006, p. 30).

Na esfera da acumulação flexível, surge a possibilidade de coexistência de sistemas de trabalho alternativos no mesmo espaço, conferindo aos empreendedores capitalistas uma flexibilidade de escolha. Como resultado desse desenvolvimento, quando aplicado ao contexto do trabalho, observa-se um colapso na organização do trabalho. Isso resultou em níveis significativos de desemprego estrutural e um enfraquecimento da influência sindical. Além disso, o individualismo exacerbado encontrou um terreno propício, impulsionado também por condições sociais favoráveis, dentre as várias consequências negativas.

A transição do fordismo para o toyotismo marcou uma significativa mudança no cenário da produção industrial e nas estruturas organizacionais. Esse processo foi influenciado por uma série de fatores econômicos, sociais e tecnológicos que culminaram na busca por abordagens mais flexíveis e eficientes na produção de bens e serviços. Ao longo das últimas décadas do século XX, o mundo testemunhou a evolução de um sistema altamente padronizado de produção em massa para uma abordagem mais adaptável, conhecida como toyotismo²³.

Diferentemente do Fordismo, no Toyotismo a produção é orientada e impulsionada diretamente pela demanda. A abordagem adotada é caracterizada por uma variedade e diversificação na produção, prontas para atender ao consumo. É a demanda que dita o que será fabricado, em contraste com o Fordismo, onde ocorre o oposto nas linhas de produção em série e em massa. Nesse contexto, a produção opera com base em manter estoques mínimos. A otimização do tempo de produção, que engloba transporte, controle de qualidade e estoque, é

²³ “O toyotismo, como via japonesa de expansão e consolidação, é uma forma de organização do trabalho que nasceu na Toyota, no Japão do pós-45, e que, muito rapidamente se propaga para as grandes companhias daquele país. Segundo Druck (1999), os traços mais marcantes do toyotismo se dividem em quatro dimensões: I) o sistema de emprego adotado pelas grandes empresas constituído por: a) o chamado emprego vitalício, apesar de não existir nenhum contrato formal, b) a promoção por tempo de serviço; c) a admissão do trabalhador não é realizada para um posto de trabalho, mas para a empresa, num determinado cargo, ao qual corresponde um salário; II) sistema de organização e gestão do trabalho: Just-in-time – produzir no tempo certo, na quantidade exata; Kanban – placas ou senhas de comando para reposição de peças e estoques; qualidade total – envolvimento dos trabalhadores para a melhoria da produção; trabalho em equipe – a organização do trabalho está baseada em grupo de trabalhadores polivalentes que desempenham múltiplas funções. III) o sistema de representação sindical: os sindicatos por empresa são integrados à política de gestão do trabalho. Os cargos assumidos na empresa confundem-se com os do sindicato. IV) Sistema de relações interempresas: são relações muito hierarquizadas entre as grandes empresas e as pequenas e médias. Ocorre subcontratação de pequenas e microempresas extremamente precárias e instáveis. Essa rede de subcontratação é fundamental para o modelo japonês de produção. Além do que existe uma hierarquia entre as grandes e médias e pequenas empresas que colocam estas últimas em posição de subordinação” (Ribeiro, 2015, p. 74).

assegurada pelo sistema *Just-in-time*²⁴. O *kanban*, representado por placas que atuam na reposição de peças, desempenha um papel fundamental ao inverter o processo convencional: é após a venda que se inicia a reposição dos estoques, e o *kanban* atua como um sinal que indica a necessidade de repor as peças ou produtos. Isso remete à sua origem onde o *kanban* estava vinculado ao modelo de operação de supermercados, que reabastecem as prateleiras após a venda dos produtos (Antunes, 2006, p. 34).

São essas, então, as principais características do modelo japonês de produção. Muitas dessas características vão ser absorvidas pelas indústrias ocidentais, principalmente americanas, que ainda junto com características do padrão de produção fordista, vão iniciar um novo tipo de acumulação e produção no sistema capitalista que é a chamada acumulação flexível. Diante da crise do fordismo, as empresas capitalistas vão buscar, na incorporação de algumas características do modelo japonês, saídas para a queda do nível de produtividade e acumulação, essas saídas terão como consequência um profundo processo de flexibilização do mundo do trabalho (Ribeiro, 2015, p. 74-75).

Para que tal modelo produtivo obtivesse sucesso, era necessário, para além das questões “operacionais”, vencer o combate contra ao forte sindicato japonês, marcado por muitos processos grevistas, o que seria um entreve para a plena realização do toyotismo. Essa configuração foi um elemento essencial para o sucesso capitalista da empresa japonesa, notadamente a Toyota. Através de uma combinação de repressão e cooptação, o sindicato da empresa garantiu, em troca de sua submissão à direção patronal, a garantia de emprego vitalício para uma parte significativa dos trabalhadores nas grandes corporações (aproximadamente 30% da força de trabalho) e também compartilhou nos ganhos resultantes do aumento da produtividade. Os sindicatos desempenham um papel crucial na mecânica da "meritocracia" da empresa, pois eles respaldam (com poder de veto) a progressão funcional dos trabalhadores. Em diversas situações, a passagem pelo sindicato torna-se um pré-requisito para ascender a funções de responsabilidade, especialmente na área de gestão de recursos humanos, estabelecendo uma conexão mais estreita entre o sindicato e a hierarquia corporativa (Antunes, 2006).

Para atender às demandas cada vez mais individualizadas do mercado, de maneira mais eficiente e com um alto padrão de "qualidade", torna-se necessário que o processo de produção seja sustentado por uma abordagem flexível, permitindo que um trabalhador opere várias máquinas. Isso representa uma ruptura com a relação tradicional de um homem para uma

²⁴ “A abordagem *lean* (enxuta) ou “*just-in-time*” tanto é uma filosofia quanto um método para o planejamento e controle de operações. O termo “enxuta” dá uma visão clara que pode ser usada para guiar a forma como as operações são gerenciadas em diferentes contextos (SLACK *et al.*, 2009), uma vez que, operacionalmente, *just-in-time* significa que cada processo deve ser suprido com os itens e quantidades corretas, no tempo e lugar correto (GHINATO). Neste contexto, o desafio operacional consiste no modo como essa abordagem pode contribuir para a eficiência do processo operacional da produção” (Lima; Santos e Pereira, 2017, p. 553).

máquina, que foi fundamental no Fordismo. A noção de "polivalência" entre os trabalhadores japoneses, indo além de ser apenas um reflexo de uma maior capacitação, destaca a habilidade do trabalhador em operar várias máquinas, combinando diversas tarefas de maneira eficaz. Da mesma forma, o trabalho é conduzido em equipe, rompendo com a natureza fragmentada característica do Fordismo. Um grupo de trabalhadores colabora diante de um conjunto de máquinas automatizadas. Além da adaptação flexível do aparato produtivo, também é imperativo flexibilizar a organização do trabalho (Antunes, 2006).

Precisamos destacar que a flexibilização dos processos produtivos passa pela flexibilização do trabalho e por consequência do trabalhador. O termo “flexibilização” quando empregado por um capitalista deve ser associado a *ampliação da exploração do trabalho*. Portanto, sugerimos que as mudanças que ocorrem no mundo do trabalho não significam um “adeus ao trabalho”, ou o reducionismo do trabalho apenas para sua expressão como trabalho assalariado. É justamente através desse processo de flexibilização e dos elementos constitutivos deste processo que nos possibilitam uma ampliação das formas de remuneração através da venda da força de trabalho. Salientamos que, no nosso entendimento, tal ampliação não traz benefícios ao trabalhador; é justamente o contrário. A saída das crises capitalista está na ampliação das formas de exploração da força de trabalho humana.

Com o que Gounet sintetiza: “O toyotismo é uma resposta à crise do fordismo dos anos 70. Ao invés do trabalho desqualificado, o operário torna-se polivalente. Ao invés da linha individualizada, ele se integra em uma equipe. Ao invés de produzir veículos em massa para pessoas que não conhece, ele fabrica um elemento para a ‘satisfação’ da equipe que está na sequência da sua linha”. E conclui, não sem um toque de ironia: “Em síntese, com o toyotismo, parece desaparecer o trabalho repetitivo, ultra simples, desmotivante e embrutecedor. Finalmente, estamos na fase do enriquecimento das tarefas, da satisfação do consumidor, do controle de qualidade” (Gounet, 1991:43). (Antunes, 2006, p. 37).

O modelo japonês foi a resposta que o capitalismo norte americano e europeu precisava para sua crise e, por consequência, para os países da periferia do capital. Evidentemente que o modelo de produção oriental não é implantado na sua forma “pura”. Questões culturais do ocidente não podem ser sobrepujadas para a implantação do toyotismo. Contudo, essas diferenças culturais não foram barreiras para o pleno desenvolvimento dos métodos toyotistas em terras ocidentais. Emergindo como parte da busca por soluções à crise contemporânea do sistema capitalista, vislumbrou-se internamente uma nova configuração na organização do trabalho e uma abordagem regulatória diferenciada dentro de um novo arranjo social pactuado entre capital, força laboral e o Estado. Essa concepção se fundamenta na coexistência e na colaboração entre estratos sociais, uma relação delineada como cooperatividade, sendo essa

perspectiva promovida pelo próprio capital, que assume o papel de inspirar a visão dos trabalhadores.

O resultado mais evidente é o completo afastamento de qualquer alternativa além do âmbito capitalista, à medida que adota e defende uma perspectiva centrada no mercado, na produtividade e nas empresas. Isso ocorre sem dar a devida consideração, com a seriedade necessária, a muitos outros elementos igualmente sérios e urgentes, como o desafio do desemprego estrutural, que se expande atualmente em proporções impressionantes em todo o mundo, inclusive no Japão, um país que nunca enfrentou excessos no mercado de trabalho. Esse desemprego é resultado direto das mudanças no processo produtivo, encontrando no modelo japonês, o Toyotismo, um fator de impacto substancial dentro da ordem globalizada do capital. Portanto, é sem hesitação que ressaltamos que a ocidentalização do Toyotismo (abstraindo suas características históricas, culturais e tradicionais que o tornam singular no Oriente japonês) efetivamente representaria uma conquista decisiva do capital em detrimento do trabalho (Antunes, 2006).

A desarticulação do sindicalismo combativo para a apropriação do sindicalismo patronal cumpre a função do aparato ideológico que deixa o solo fértil para a desarticulação da classe trabalhadora. Alinhado com o discurso de empresa família, onde o operário passa a ser colaborador e, dentro da organização em equipes, é também o responsável pelo controle de trabalho dos seus colegas. A organização operária perde o caráter de enfrentamento, um instrumento de luta passa a ser usado pelo patrão contra os trabalhadores. Evidentemente que esse processo não representa o fim da luta de classes, ou sequer o fim da exploração do trabalho, é exatamente o oposto disso. Ao mesmo tempo, não temos como negar o arrefecimento da luta dos trabalhadores em escala mundial.

No transcorrer da pesquisa, iremos retomar esse debate, justamente quando estivermos tratando das questões mais contemporâneas dos processos produtivos e de como isso se apresenta para a classe trabalhadora em um contexto de mundo globalizado. Compreendemos ser fundamental essa retomada, uma vez que a forma como os sujeitos se reproduzem materialmente indica como se dão as relações sociais. Dito de outra forma, a maneira como os seres humanos trabalham interferem em todas as outras determinações dos sujeitos em sociedade.

Mesmo nosso enfoque sendo as relações de trabalho nos dias de hoje e, em específico, nesse ponto do texto, a desconstrução da tese sobre o “adeus ao trabalho”, de André Gorz, e a compreensão das mudanças nos processos produtivos nos revelam ainda mais o caráter predatório do sistema capitalista. Não obstante, compreendemos também a necessidade de

apresentar como o Estado, nas esferas político/econômica, legitimava os “novos” processos produtivos. O aparato ideológico e a mudança de paradigmas socialmente referendados é de extrema importância para o sucesso das soluções capitalistas a suas próprias crises. As mudanças na forma que o capitalismo produz só é possível quando todas as esferas que fazem com que a engrenagem capitalista funcione estejam alinhadas para este fim. Só é possível que o toyotismo tenha sucesso se o aparato macroeconômico e político estatal estiver em perfeita sintonia com os princípios necessários para tal feito. O advento neoliberal²⁵ ganha força com a grande crise do modelo econômico em 1973, no pós-guerra, em que as altas taxas de desemprego e inflação levavam o mundo capitalista a sua, até então, maior recessão, dando vazão as ideias neoliberais de Friedrich Hayek (1899-1992).

As raízes da crise, afirmavam Hayek e seus companheiros, estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais (Anderson, 1995, p. 10).

As origens da crise eram atribuídas ao excessivo e prejudicial poder dos sindicatos e, de maneira mais ampla, ao movimento operário. Este último havia corroído os fundamentos da acumulação capitalista por meio de suas pressões reivindicativas por salários mais altos e sua influência parasitária para que o Estado aumentasse significativamente os gastos sociais. Esses dois processos comprometeram os níveis essenciais de lucro das empresas e desencadearam processos inflacionários que inevitavelmente levariam a uma crise abrangente nas economias de mercado. A solução, segundo eles, estava clara: um Estado forte que pudesse neutralizar o poder dos sindicatos e manter controle sobre a moeda, mas com restrições substanciais em todos os aspectos dos gastos sociais e intervenções econômicas. A busca pela estabilidade monetária deveria ser a principal prioridade de qualquer governo. Isso exigiria uma disciplina rigorosa nas finanças públicas, incluindo contenção nos investimentos sociais e o retorno à "taxa natural" de desemprego, ou seja, a criação de uma reserva de trabalho para enfraquecer a influência dos sindicatos.

Além disso, reformas fiscais eram consideradas essenciais para estimular os agentes econômicos. Em termos simples, isso implicava reduzir os impostos sobre rendas mais elevadas e outras formas de rendimento. Assim, um novo e saudável nível de desigualdade entraria em ação, revitalizando as economias avançadas que, na época, enfrentavam estagflação como

²⁵ “O neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Seu texto de origem é O Caminho da Servidão, de Friedrich Hayek, escrito já em 1944. Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciada como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política” (Anderson, 1995, p. 9).

resultado direto da combinação dos legados do keynesianismo²⁶ e do *estado de bem-estar social*²⁷. Esses legados incluíam a intervenção contra cíclica e a redistribuição social, as quais haviam deformado drasticamente a trajetória natural da acumulação e do livre mercado. O crescimento voltaria quando a estabilidade monetária fosse restabelecida, juntamente com os incentivos fundamentais.

O processo de consolidação levou mais de uma década para ser efetivado e encontrou no governo da primeira ministra inglesa Margaret Thactcher (1925-2013), eleita em 1979, e, logo no ano seguinte, no governo norte americano de Ronald Reagan (1911-2004), países notadamente de capitalismo avançado. Não somente estes, a balança do mundo, tendencialmente, pendeu para o campo mais conservador. Anderson (1995) descreve esse momento:

Em 1982, Kohl derrotou o regime social liberal de Helmut Schmidt, na Alemanha. Em 1983, a Dinamarca, Estado modelo do bem-estar escandinavo, caiu sob o controle de uma coalizão clara de direita, o governo de Schluter. Em seguida, quase todos os países do norte da Europa ocidental, com exceção da Suécia e da Áustria, também viraram à direita. A partir daí, a onda de direitização desses anos tinha um fundo político para além da crise econômica do período. Em 1978, a segunda guerra fria eclodiu com a intervenção soviética no Afeganistão e a decisão norte-americana de incrementar uma nova geração de foguetes nucleares na Europa ocidental. O ideário do neoliberalismo havia sempre incluído, como componente central, o anticomunismo mais intransigente de todas as correntes capitalistas do pós-guerra. O novo combate contra o império do mal – a servidão humana mais completa aos olhos de Hayek – inevitavelmente fortaleceu o poder de atração do neoliberalismo político, consolidando o predomínio da nova direita na Europa e na América do Norte. Os anos 80 viram o triunfo mais ou menos incontrastado da ideologia neoliberal nesta região do capitalismo avançado. (Anderson, 1995, p. 11)

Apresentado o cenário em que estabeleceu a narrativa do “adeus ao trabalho”, tentaremos elaborar uma síntese, partindo do texto de Ricardo Antunes, “Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho” (2006), no capítulo IV, “Qual crise da sociedade do trabalho?”, onde o autor indica cinco teses que representam os

²⁶ O Keynesianismo é uma teoria econômica e uma abordagem de políticas públicas que se baseiam nas ideias desenvolvidas pelo economista britânico John Maynard Keynes durante e após a Grande Depressão na década de 1930. Essa abordagem se destaca por sua ênfase na intervenção do governo na economia para estimular o crescimento econômico, combater o desemprego e manter a estabilidade macroeconômica.

A influência do Keynesianismo foi mais pronunciada nas décadas após a Segunda Guerra Mundial, quando muitos países adotaram políticas keynesianas para impulsionar a recuperação pós-guerra e promover o bem-estar social. No entanto, a partir das décadas de 1970 e 1980, o Keynesianismo enfrentou críticas e desafios, particularmente com o surgimento do neoliberalismo e a ênfase na livre concorrência e na minimização da intervenção estatal. Mesmo assim, muitos aspectos do pensamento keynesiano continuam a influenciar políticas econômicas e debates até os dias de hoje (Lima; Pitaguarí, 2005).

²⁷ O Estado de Bem-Estar Social (do inglês, *Welfare State*) se caracteriza pela intervenção do Estado na vida social e econômica. Portanto, o Estado intervém na economia para garantir oportunidades iguais para todos os cidadãos através da distribuição de renda e a prestação de serviços públicos como saúde e educação. Esse modelo de gestão pública foi adotado na Noruega, Dinamarca e Suécia, entre outros.

esforços para uma contraposição ao fim do trabalho. Como anunciamos, pretendemos apresentar uma síntese do texto, apresentando os elementos fundantes dessa elaboração.

Inicialmente o autor aponta que a ampliação da intelectualização do trabalho fabril e do trabalho especializado não tem relação com o fim do trabalho. O cerne da questão continua sendo o trabalho humano, continua sendo trabalho abstrato, que, apesar de na sua aparência se apresentar de forma mais sofisticada, continua gerando mercadorias resultantes da interação do trabalho humano com seus meios de produção, sejam esses meios um martelo, uma foice, um computador, ou outra máquina moderna qualquer. Exemplifica que os produtos criados nas fabricas continuam sendo, ao fim do processo, mercadorias, seja qual foi o método empregado, “resultam da interação entre trabalho vivo e trabalho morto, capital variável e capital constante” (Antunes, 2006, p. 86).

Já na segunda tese, o autor apresenta a argumentação que é através do trabalho humano que se produz o objeto como valor de uso, coisas que tem utilidade. Portanto, é através da interação do homem com a natureza, da transformação desta natureza em coisas úteis, que só é possível através do trabalho humano. O que podemos e devemos fazer é lutar para eliminar o capitalismo e assim por fim ao trabalho abstrato. “O trabalho é, por isso, considerado como ‘modelo’, ‘fenômeno originário’, protoforma do ser social” (Antunes, 2006, p. 91). A origem do ser social e sua distinção em relação à sua base original também constituem seu processo de tornar-se. Essa fundamentação está enraizada no trabalho, ou seja, na contínua concretização de objetivos teleológicos.

Aqui se revela mais uma vez a fragilidade proeminente dos críticos da sociedade centrada no trabalho: a negligência da dimensão essencial do trabalho como base que viabiliza o desenvolvimento das demais esferas da atividade humana. Na realidade, essa perspectiva se apoia no reconhecimento e aceitação de que o trabalho, sob a lógica do capital e das mercadorias, é inevitável e talvez até ineliminável. Consequentemente, a concepção é de que o trabalho humano não pode evoluir para se tornar uma verdadeira auto-atividade. É de suma importância reiterar que o trabalho, concebido como uma protoforma da atividade humana, nunca deve ser equivocadamente considerado como um momento singular ou abrangente. Pelo contrário, o que estamos enfatizando é que a esfera do trabalho concreto representa o ponto de partida no qual uma nova sociedade pode ser instaurada.

Apesar de ter sido tornada heterogênea, complexificada e fragmentada, as perspectivas para uma efetiva libertação da condição humana ainda podem encontrar realização e aceitação social concreta através das insurgências e revoluções que emergem principalmente no âmbito do mundo laboral. Este é um processo de emancipação que ocorre tanto através da libertação

do trabalho quanto através do próprio trabalho. Isso não exclui nem suprime outras formas de resistência e oposição, mas, em uma sociedade orientada para a produção de bens de troca, as revoluções no âmbito do trabalho ocupam uma posição central. Um vasto espectro de assalariados, abrangendo desde aqueles no setor de serviços até os trabalhadores terceirizados, os que laboram no mercado informal, os domésticos, os desempregados, os subempregados, todos eles afetados profundamente pela desestruturação social causada pelo capitalismo em sua natureza destrutiva, têm a capacidade de se unir aos trabalhadores envolvidos diretamente na produção. Assim, ao atuarem como uma classe coesa, eles constituem o estrato social com o maior potencial anticapitalista (Antunes, 2006).

Ao considerarmos adicionalmente outros focos de contradição provenientes do próprio processo de produção de capital, como a significativa quantidade de desempregados resultante das altas taxas de desemprego estrutural que prevalecem globalmente, identificamos nesse contexto, que abrange o conjunto de indivíduos dependentes da venda de sua força de trabalho, uma parte substancial das oportunidades de ação que transcendem o domínio do capital. Por esse motivo, discordamos das teorias que advogam o desaparecimento das atividades de classe, assim como a diminuição de sua capacidade anticapitalista. A revolução nos tempos atuais é, portanto, uma revolução intrínseca ao trabalho e originada a partir dele. Ela se configura como uma revolução no âmbito do trabalho, na medida em que é imperativo eliminar o conceito de trabalho abstrato, o emprego assalariado e a condição de indivíduo-mercadoria, com o intuito de estabelecer uma sociedade baseada na autodeterminação humana, no trabalho concreto que resulta em produtos de utilidade social e na emancipação através do trabalho (Antunes, 2006).

Na apresentação de sua quarta tese, Antunes (2006) indica que com todas as contradições/fragmentações, a classe trabalhadora não aponta para sua extinção. Ao contrário de considerar uma despedida em relação ao trabalho ou à classe trabalhadora, a análise relevante reside naquela que reconhece, por um lado, a viabilidade da emancipação por meio do trabalho como um ponto de partida crucial na busca pela plenitude humana em todas as suas dimensões. Por outro lado, surge um desafio substancial devido à existência de uma sociedade complexa, que engloba uma ampla gama de realidades. Essas realidades vão desde os setores altamente qualificados, representados por indivíduos que se beneficiaram do progresso tecnológico e experimentaram uma maior intelectualização de suas atividades laborais, até aqueles inseridos em formas de trabalho precárias, parciais e terceirizadas, que participam da economia informal.

Antunes aponta que, ao só considerar o trabalho assalariado, Gorz não levou em conta a massa de trabalhadores que estão desempregados e, por consequência, o potencial revolucionário que essa massa pode ter, uma vez que suas subjetividades já foram sobrepujadas

e isso pode levar a indignação própria dos despossuídos. Contudo, contraditoriamente, aqueles trabalhadores mais qualificados, que tiveram mais acessos à educação e à qualificação, na sua maioria, não se colocam na luta pela emancipação; estão cooptados pela lógica do capital. Contudo, mesmo que essa estratificação da classe trabalhadora não se enxergue como tal, continuam fazendo parte na massa que necessita do trabalho para sobreviver, que não são detentores dos meios de produção; portanto, dependem da venda de sua força de trabalho. Poderíamos aqui, num momento de descuido, dizer que aqueles que possuem os meios de produção não precisam do trabalho. Triste engano, pois, para conseguir a produção de mercadorias, é necessário a exploração da força de trabalho humana; de todas as formas, centralmente, o trabalho sempre estará presente.

Quinta tese: O capitalismo, em qualquer das suas variantes contemporâneas, da experiência sueca à japonesa, da alemã à norte-americana, (...) não foi capaz de eliminar as múltiplas formas e manifestações do estranhamento, mas, em muitos casos, deu-se inclusive um processo de intensificação e maior interiorização, na medida em que se minimizou a dimensão mais explicitante despótica, intrínseca ao fordismo, em benefício do “envolvimento manipulatório” da era do toyotismo ou do modelo japonês. Se o estranhamento é entendido como a existência de barreiras sociais que se opõem ao desenvolvimento da individualidade em direção à omnilateralidade humana, o capitalismo dos nossos dias, ao mesmo tempo em que, com o avanço tecnológico, potencializou as capacidades humanas, fez emergir crescentemente o fenômeno social do estranhamento, na medida em que esse desenvolvimento das capacidades humanas não produz necessariamente o desenvolvimento de uma individualidade cheia de sentido, mas ao contrário (...) (Antunes, 2006, p. 99).

Após esta exposição, é fundamental destacar que, contrariamente às concepções que sugerem o declínio das lutas sociais entre estratos sociais, é viável reconhecer a continuidade dos conflitos entre o capital social total e a integralidade das atividades laborais. Esses conflitos perduram, ainda que manifestados de maneira específica por meio dos inúmeros fatores que caracterizam uma região, país, economia, sociedade, cultura, gênero, bem como sua integração na estrutura produtiva global, entre outros aspectos. Dado o caráter globalizado e global do capital, torna-se imperativo compreender também as nuances e peculiaridades presentes nas confrontações entre os estratos sociais, tanto nos países desenvolvidos quanto naqueles que não ocupam uma posição central no sistema.

Não temos como negar as transformações no mundo do trabalho. Contudo, essas transformações não implicam no que é central – a exploração do trabalho como fonte de riqueza do capital – e explicitam o caráter político que as relações de trabalho assumem para legitimar a lógica capitalista. O entendimento dessa configuração nos permite, em tese, estabelecer os contrapontos para esse debate. A luta por melhores condições de trabalho perpassa pelo

entendimento da precariedade em que trabalhadores e trabalhadoras vêm sendo submetidos ao longo de décadas e décadas regidos pela égide do capital.

Compreendemos que é de interesse do capital o discurso do fim do trabalho, que outro modelo de sociedade não é possível, que o trabalho não é o centro do debate, que é possível uma emancipação sem o fim do trabalho abstrato, todas essas afirmativas tem a mesma intencionalidade: fragmentar a classe trabalhadora, dificultar sua organização para a luta, capturar sua subjetividade e levar os sujeitos a sua forma mais animalésca, embrutecidos. Partindo dessas reflexões, buscaremos agora o debate sobre: quem são esses trabalhadores hoje?

Essa pergunta é muito pertinente, pois, se temos como pressuposto o real, não podemos configurar a classe trabalhadora sem analisar as complexidades das relações de trabalho que se põem na atualidade. As transformações no mundo do trabalho, como tentamos apresentar até agora, trazem, indubitavelmente, como consequência direta, novos desafios para a classe trabalhadora. Desafios que se colocam de forma abrupta na vida de homens e mulheres que precisam se submeter aos ditames do capital para sua sobrevivência. Nas próximas páginas, iremos aprofundar esse debate a fim de caracterizar quem é essa classe trabalhadora dos dias de hoje.

1.3 A CLASSE TRABALHADORA NA CONTEMPORANEIDADE

*No presente, a mente, o corpo é diferente
E o passado é uma roupa que não nos serve mais
No presente, a mente, o corpo é diferente
E o passado é uma roupa que não nos serve mais*

(Trecho da música “Velha Roupa Colorida”, Autor: Belchior, 1976)

Ao pensar na classe trabalhadora dos dias de hoje, inegavelmente, veremos que algumas profissões, devido ao avanço tecnológico, nem existem mais. “*No presente, a mente, o corpo é diferente*” nos traz para a reflexão de como “as coisas” mudam, evoluem, porém, para os desprovidos dos meios de produção, a maioria da população mundial, a única opção que resta é vender sua força de trabalho; isso não mudou, continuamos vestindo a “mesma roupa”. Processos de “modernização” das relações de trabalho são acelerados pela COVID-19, que, como plano de contenção da proliferação do vírus, teve o isolamento social²⁸ estabelecendo as

²⁸ Com alto potencial de transmissão entre os seres humanos, o vírus tem causado uma crise sanitária sem precedentes na história, cujos reflexos se desdobraram sobre as relações sociais e o mundo do trabalho. Isto porque evitar aglomerações de pessoas é uma das medidas para diminuir o contágio e a disseminação do vírus. A importância dessa e de outras medidas se dá para evitar o colapso do sistema de saúde, momento que se caracteriza pela ausência de leitos de hospital (UTIs ou enfermarias) para o número de pessoas que precisam de cuidados

condições para que novas experiências laborais fossem testadas nas mais variadas áreas de atuação profissional.

“*E o passado é uma roupa que não nos serve mais*” faz referência ao tempo presente. O artista cearense apresenta em seu repertório a crítica aos padrões sociais, aos modelos pré-estabelecidos. Belchior era antes de tudo um revolucionário, que cantava as coisas de seu tempo com sensibilidade, não se furtando de fazer a crítica. Pensando nos desafios da classe trabalhadora de hoje, a construção histórica da categoria trabalho nos permite analisar como, através dos séculos, os sujeitos se relacionaram com essa atividade vital.

Em um planeta com mais de 8 bilhões de habitantes o potencial produtivo humano é apropriado por uma ínfima parcela (menos de 1% da população mundial²⁹) que acumulam riqueza, em grande parte, pela exploração do trabalho humano. A reestruturação da produção, conhecida como acumulação flexível, segundo Harvey (1992), teve lugar nas últimas décadas do século XX, impulsionada por avanços tecnológicos significativos, como a automação, robótica, microeletrônica e microbiologia, aplicados ao contexto fabril (Antunes, 1999). Essas transformações indicam um novo modo de acumulação e organização do capital, resultando em profundas alterações nas forças produtivas. A crise dos anos setenta, centrada nos países do capitalismo central, foi desencadeada pela superacumulação de capitais devido ao excesso de mercadorias, força de trabalho e capital-dinheiro, combinado com as rápidas inovações científicas e tecnológicas (Harvey, 1992).

O declínio nos padrões de acumulação taylorista/fordista demandou a reorganização da produção e estabeleceu novas relações de trabalho. O constante e extensivo uso da ciência e tecnologia no capitalismo resultou na substituição de grandes contingentes de trabalhadores por máquinas. A criação de riqueza passou a ser cada vez mais associada ao trabalho morto, representado pela tecnologia e maquinaria, em detrimento do trabalho vivo, realizado pelos trabalhadores. Esse cenário revela uma mudança fundamental na dinâmica produtiva, onde a

médicos. Além do isolamento social como medida adotada para a diminuição do número de casos, recomenda-se também a utilização da máscara e medidas de higienes, como o álcool gel nas mãos e a assepsia de objetos coletivos (maçanetas de portas, botões de elevadores, entre outros). No Brasil, o combate ao vírus politizou-se e sua disseminação veio em um contexto desfavorável para a classe trabalhadora, devido a gradativa redução de direitos sociais (Sousa; Sousa, 2020, p. 38).

²⁹ “Segundo a pesquisa, o mundo gerou 42 trilhões de dólares em dois anos. Dois terços desse valor ficou nas mãos de 1% da população mundial. Na última década, o 1% mais rico do mundo acumulou, aproximadamente, 50% da riqueza mundial. A Oxfam estima que...” Leia mais em <https://www.cartacapital.com.br/mundo/dois-tercos-da-riqueza-do-mundo-sao-acumulados-por-1-da-populacao-mundial-diz-oxfam/>. O conteúdo de Carta Capital está protegido pela legislação brasileira sobre direito autoral. Essa defesa é necessária para manter o jornalismo corajoso e transparente de Carta Capital vivo e acessível a todos. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/dois-tercos-da-riqueza-do-mundo-sao-acumulados-por-1-da-populacao-mundial-diz-oxfam/>

automação e a tecnologia desempenham papéis centrais na configuração do processo produtivo contemporâneo.

Segundo a tradição marxista, as categorias são intrinsecamente históricas e refletem as relações sociais do período em que se manifestam. Marx (2020) salienta que essas categorias são **abstrações de relações sociais** e, portanto, estão em constante movimento, evoluindo juntamente com as relações sociais que as compõem. No que diz respeito à classe social, Marx e Engels, ao longo de suas obras, destacam o antagonismo entre as duas classes fundamentais do capitalismo: a classe trabalhadora e a burguesia. Na perspectiva marxiana, essas classes possuem uma dupla dimensão – objetiva, relacionada à sua condição material e posição na produção; e subjetiva, relacionada a sua consciência e a sua ação política.

Vendramini e Tiriba (2014) afirmam que as classes sociais, a luta de classes e a consciência devem ser compreendidas de maneira articulada. As dimensões objetiva e subjetiva não podem ser tratadas como dualidades isoladas, especialmente quando se trata de compreender a dinâmica da luta social. As classes sociais possuem um caráter relacional, ou seja, estabelecem-se em relação ao seu antagonista durante o processo de luta. Essa interconexão entre as dimensões material e ideológica é crucial para uma análise completa das relações de classe e do papel desempenhado pela consciência e ação política nesse contexto.

Devido à sua natureza histórica, as classes sociais experimentam mudanças em sua composição ao longo do tempo, inclusive dentro do próprio contexto capitalista. Ao examinar as obras de Marx e Engels, Mattos (2019) questiona a validade da categoria "classe social" na tentativa de explicar a peculiaridade da classe trabalhadora e da luta de classes na contemporaneidade. O autor responde afirmativamente a essa indagação, sugerindo que, de acordo com a perspectiva de Marx, a classe trabalhadora deve ser definida de maneira abrangente, englobando todos aqueles que dependem da venda de sua força de trabalho, principalmente, na forma de assalariamento.

A definição de classe trabalhadora, nos dias de hoje, pode variar dependendo do contexto e da perspectiva adotada. No entanto, em termos gerais, a classe trabalhadora ainda é composta por pessoas que vendem sua força de trabalho em troca de uma remuneração ou salário, por mais diversificado que sejam as estratificações do trabalho, a relação com o assalariamento; ou melhor, a dependência da relação de troca entre trabalhador e patrão se mantém, mesmo que com traços mais “sofisticados”; fundamentalmente e predatoriamente, continuamos tendo como base material da sociedade capitalista a exploração do trabalho humano.

Marx e Engels reconhecem a diversidade e a heterogeneidade que permeiam a classe trabalhadora, mantendo, no entanto, uma perspectiva abrangente sobre as contradições presentes no contexto capitalista. Essa diversidade é resultado da multiplicidade de condições objetivas de exploração, assim como das distintas formas de consciência, abrangendo desde aquelas alienadas até aquelas de natureza classista. Aspectos como gênero e raça evidenciam essa complexidade, pois são dimensões que atravessam o conceito de classe social, revelando, ao mesmo tempo, as especificidades das opressões dentro de uma mesma classe.

Ao abordar a opressão de gênero sob o capitalismo, os pioneiros do marxismo denunciaram a subjugação da mulher na estrutura patriarcal da família e a intensificação do trabalho industrial feminino. Um século depois, as feministas marxistas resgatam a conexão entre essa forma de opressão e a acumulação capitalista, destacando a centralidade do trabalho reprodutivo, predominantemente realizado pelas mulheres da classe trabalhadora. Esse trabalho reprodutivo mostra-se crucial não apenas para a reprodução biológica e social, mas também para a pressão sobre o preço da força de trabalho. Em resumo, a classe trabalhadora, em sua heterogeneidade, está imersa na totalidade dinâmica e contraditória da vida social, impondo a necessidade de reconhecimento de sua unidade enquanto classe social (MATTOS, 2019).

Na tentativa de caracterizar, nos dias de hoje, a classe trabalhadora, poderíamos incluir uma variedade de ocupações e setores, como: [1] Trabalhadores de indústrias de manufatura: Pessoas envolvidas em produção, montagem e operação de máquinas em fábricas. [2] Profissionais de serviços: Trabalhadores em setores como saúde, educação, transporte, varejo, alimentação e hospitalidade. [3] Trabalhadores da construção civil: Indivíduos envolvidos em projetos de construção e manutenção de edifícios e infraestrutura. [4] Trabalhadores de escritório e administração: Pessoas que executam tarefas administrativas, de escritório e de suporte, como atendimento ao cliente, contabilidade e gestão. [5] Setor tecnológico: Programadores, engenheiros de software e outros profissionais de tecnologia que desempenham papéis técnicos. [6] Setor de cuidados: Cuidadores, enfermeiros, auxiliares de saúde e outros profissionais que prestam serviços de cuidados a pessoas necessitadas. [7] Setor criativo e cultural: Artistas, escritores, músicos e outros profissionais envolvidos na criação de conteúdo cultural e criativo. [8] Trabalhadores autônomos e *freelances*: Pessoas que trabalham por conta própria, oferecendo serviços de maneira independente.

É importante notar que as fronteiras entre diferentes classes sociais e ocupações nem sempre são nítidas, e as estratificações da classe trabalhadora podem variar de país para país e ao longo do tempo, conforme as mudanças econômicas, tecnológicas e sociais ocorrem. Além

disso, debates em torno da definição de classe, questões de classe e estratificação social continuam a evoluir à medida que a sociedade muda.

Os sujeitos da classe trabalhadora enfrentam uma série de desafios significativos que variam dependendo do setor em que atuam, da região em que vivem, especialmente o sul global, e das condições econômicas e sociais específicas em que se encontram. Um dos problemas mais prementes são, justamente, as contínuas modificações e ampliações da forma de extração de mais-valor pelos capitalistas que refletem exatamente nas condições objetivas do trabalho; por exemplo, a questão dos salários e remuneração inadequados, uma vez que muitos desses trabalhadores lutam para obter rendimentos suficientes para cobrir necessidades básicas como moradia, alimentação, assistência médica e educação, elementos fundamentais para sua subsistência.

Destacadamente, as condições de trabalho precárias são a regra dentro do sistema capitalista, caracterizadas por longas jornadas de trabalho, falta de medidas de segurança e saúde ocupacional, e a ausência de benefícios essenciais como licença remunerada e planos de aposentadoria. A insegurança no emprego também é uma preocupação, já que empregos temporários, contratos de curto prazo e trabalho informal são comuns, deixando os trabalhadores sem a estabilidade e segurança necessárias.

Poderíamos listar as condições em que se dão as relações sociais de trabalho dentro do sistema capitalista, iniciando com a propriedade dos meios de produção, condição fundamental para o exercício de poder entre proprietário e trabalhadores. As fábricas, terras e recursos naturais são geralmente de propriedade privada; isso significa que indivíduos, empresas ou corporações detêm o controle desses recursos e os utilizam para produzir bens e serviços, através da exploração da força de trabalho. Essa é uma condição histórica do capitalismo. A exploração da força de trabalho é estabelecida por uma relação “contratual” que foi se adequando aos contextos históricos e as necessidades dos detentores dos meios de produção, em que os trabalhadores são empregados por empregadores em troca de um salário ou remuneração. Esses contratos estabelecem os termos e condições de emprego, incluindo horas de trabalho, salários, benefícios e outros detalhes. A correlação de forças nessa relação – patrão *versus* empregado – é, necessariamente, desproporcional, pois, ao deter os meios de produção, o capitalista relega ao trabalhador vender seu único bem, sua força de trabalho.

A característica fundamental do sistema capitalista é a busca de lucro. Empresários e proprietários de empresas buscam maximizar seus lucros, muitas vezes, visando a eficiência na produção e a redução de custos, o que pode levar a uma competição intensa no mercado. O trabalho no capitalismo envolve uma divisão especializada das tarefas. Os trabalhadores

desempenham funções específicas em um processo de produção altamente segmentado, o que leva à eficiência, mas também à especialização limitada. O sistema capitalista pode resultar em desigualdades econômicas significativas. Aqueles que possuem os meios de produção tendem a acumular riqueza, enquanto os trabalhadores podem enfrentar disparidades salariais, dependendo de suas habilidades, educação e experiência.

O sistema capitalista está sujeito a ciclos econômicos, com períodos de expansão econômica seguidos por recessões. Essas flutuações podem afetar o emprego e a estabilidade financeira. As crises cíclicas do capital são fenômenos intrínsecos ao sistema econômico capitalista, e a compreensão desses eventos tem raízes nas teorias de Karl Marx. Segundo Marx, as crises são inerentes à dinâmica do capitalismo, emergindo da contradição fundamental entre a busca incessante por lucros e a tendência inerente à queda da taxa de lucro.

Essas crises, denominadas de "crises de superprodução", ocorrem quando a produção ultrapassa a capacidade de consumo do mercado. O ciclo típico de uma crise envolve um período de expansão econômica, seguido por um ponto de saturação, onde a produção excede a demanda. Isso leva a uma diminuição dos lucros, redução da produção, demissões em massa e, eventualmente, uma recessão. A especulação financeira e a sobrevalorização dos ativos também desempenham um papel significativo nas crises cíclicas. Durante períodos de expansão, os investidores muitas vezes superestimam o valor futuro dos ativos, resultando em bolhas especulativas. Quando essas bolhas estouram, desencadeiam crises financeiras que reverberam na economia real.

Além disso, as crises são marcadas pela interconexão global das economias. O capitalismo contemporâneo é caracterizado por uma rede intrincada de relações comerciais e financeiras entre países. Uma crise em uma parte do mundo pode rapidamente se espalhar para outras regiões, amplificando seu impacto globalmente. Uma das saídas encontradas pelos governos é a intervenção através de políticas expansionistas, como a redução das taxas de juros ou a implementação de programas de estímulo fiscal, na tentativa de revitalizar a economia. No entanto, essas medidas podem apenas adiar as contradições subjacentes do sistema. Concordamos que as crises cíclicas do capital são um fenômeno inerente ao modo de produção capitalista. Elas evidenciam as contradições fundamentais do sistema, incluindo a busca incessante por lucro, a sobreprodução e a instabilidade financeira. A compreensão dessas crises não apenas ajuda a analisar o funcionamento do sistema econômico, mas também destaca a necessidade de repensar modelos alternativos que possam abordar suas limitações intrínsecas.

O ataque ao associativismo, que se reflete centralmente no sindical é outro desafio enfrentado por muitos trabalhadores. A insuficiência dos sindicatos ou outras formas de

organização coletiva de trabalhadores dificulta a posição contra hegemônica que esses organismos postulam e fortalece os discursos que defendem o fim da luta de classes. Sabemos que essa possibilidade, o fim dos antagonismos entre classes sociais, só é possível com a superação do capitalismo. Para além do problema da articulação dos trabalhadores, a crescente automação e o desemprego tecnológico também representam uma ameaça, pois a substituição de empregos por máquinas traz como consequência o desemprego, mantendo um “exército de reserva” de trabalhadores e trabalhadoras que não conseguem se realocar no mercado pelas exigências de qualificação cada vez maiores.

Ainda temos situações historicamente consolidadas que interferem diretamente nas relações sociais de trabalho. A desigualdade e a discriminação persistem, afetando especialmente mulheres, minorias étnicas e grupos marginalizados, limitando suas oportunidades e tratamento equitativo. Além disso, custos elevados de cuidados de saúde e as pressões psicossociais decorrentes do trabalho podem ter impactos profundos na qualidade de vida e bem-estar desses trabalhadores.

Em pleno século XXI, mais do que nunca, bilhões de homens e mulheres dependem de forma exclusiva do trabalho para sobreviver e encontram, cada vez mais, situações instáveis, precárias, ou vivenciam diretamente o flagelo do desemprego. Isto é, ao mesmo tempo se amplia o contingente de trabalhadores e trabalhadoras em escala global, há uma redução imensa dos empregos; aqueles que se mantêm empregados presenciam a corrosão dos seus direitos sociais e a erosão de suas conquistas históricas consequência da lógica destrutiva do capital que, conforme expulsa centenas de milhões de homens e mulheres do mundo produtivo (em sentido amplo) recria, nos mais distantes e longínquos espaços, novas modalidades de trabalho informal, intermitente, precarizado, “flexível”, depauperando ainda mais os níveis de remuneração daqueles que se mantêm trabalhando (Antunes, 2018, p. 25).

Feitas estas primeiras considerações, parece-nos sensato afirmar que o processo de precarização do trabalho faz parte de uma estratégia do capital para a manutenção e ampliação dos seus lucros. Podemos afirmar isso pela constante tentativa de criar narrativas acerca do fim do trabalho, ou de um processo de retração da classe trabalhadora. Associado ao advento tecnológico, onde os processos de trabalho se tornam automatizados através de máquinas e sistemas informacionais, pareceu-se que estávamos caminhando para o fim do trabalho humano.

Apesar da aparente diminuição do proletariado industrial, que tem suas raízes nas eras taylorista e fordista, em diversas regiões dos países centrais do sistema capitalista, existe uma notável contracorrente impulsionada pelo notável crescimento de novos contingentes de trabalhadores e trabalhadoras, especialmente no setor de serviços. No entanto, essa tendência também se estende para os setores de agroindústria e indústria, embora de maneira variada em

várias nações do hemisfério Sul. Exemplificam essa dinâmica os casos da China, Índia, Coreia, Brasil, México, África do Sul, entre outros (Antunes, 2018).

Ao contrário da completa eliminação do trabalho devido à automação e à digitalização, estamos testemunhando a emergência e a vasta expansão do novo proletariado na era digital. Suas ocupações, variando entre períodos mais ou menos intermitentes e constantes, têm experimentado um novo vigor graças às Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs)³⁰, que conectam uma ampla gama de atividades laborais por meio de dispositivos móveis. Portanto, ao invés de observarmos o desaparecimento do emprego na era digital, estamos, na realidade, presenciando o crescimento exponencial de uma nova classe de trabalhadores de serviços, uma espécie de proletariado global da era digital, que pode ser caracterizado como uma forma contemporânea de exploração, muitas vezes referida como "escravidão digital".

A classe trabalhadora enfrenta diversos desafios nos dias de hoje, desde a precarização do trabalho até a falta de representatividade. Poderíamos enumerar vários desafios que vão desde a flexibilização como uma tendência que tem se intensificado nos últimos anos. Trata-se da adoção de medidas que flexibilizam as relações de trabalho, como a terceirização e a contratação por tempo determinado. Essas medidas têm como objetivo reduzir os custos das empresas, mas, muitas vezes, prejudicam os trabalhadores, que ficam sem direitos trabalhistas. Não obstante a questão tecnológica, que deveria representar um avanço para o mundo do trabalho e, por consequência, uma vitória para a conquista do lazer e tempo livre por parte dos trabalhadores, provocou o efeito contrário, aprofundando a exploração do trabalho através da ampliação das jornadas que agora chegam às casas dos trabalhadores via teletrabalho.

Mattos (2019) afirma que o mercado de trabalho traz como característica, em escala global, a precarização; inegavelmente, mulheres, jovens e os países de industrialização tardia são verdadeiros laboratórios para a precarização das relações de trabalho. Isso não isenta que os países do centro capitalista também não tenham que lidar com as questões da precarização, ademais com o asseveramento das contradições impostas pela relação capital *versus* trabalho, principalmente com as questões étnicas. “Do ponto de vista dos países de industrialização mais antiga, a imigração é hoje um elemento vital para garantia de novos suprimentos da mercadoria-chave: a força de trabalho” (Mattos, 2019, p. 82).

³⁰ Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) podem ser definidas como o conjunto total de tecnologias que permitem a produção, o acesso e a propagação de informações, assim como tecnologias que permitem a comunicação entre pessoas. Com a evolução tecnológica, surgiram novas tecnologias, que se propagaram pelo mundo como formas de difusão de conhecimento e facilitaram a comunicação entre as pessoas, independentemente de distâncias geográficas (Rodrigues *et al.*, 2014).

Um desenho contemporâneo da classe trabalhadora deve englobar a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vendem sua força de trabalho em troca de salário, independentemente do setor em que trabalham, seja na indústria, na agricultura ou nos serviços. Além disso, é importante considerar as interconexões existentes entre esses setores, como na agroindústria, nos serviços industriais e na indústria de serviços. Dadas as profundas metamorfoses ocorridas no mundo produtivo do capitalismo contemporâneo, uma análise ampliada da classe trabalhadora, em sua nova morfologia, deve incorporar a totalidade dos trabalhadores e trabalhadoras, cada vez mais integrados pelas cadeias produtivas globais e que vendem sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário, sendo pagos por capital-dinheiro, não importando se as atividades que realizam sejam predominantemente materiais ou imateriais, mais ou menos regulamentadas.

Diante dessas mudanças, a classe trabalhadora enfrenta novos desafios, como a falta de proteção social e a precarização do trabalho, que afetam tanto os trabalhadores formais quanto os informais. Além disso, a desigualdade e a discriminação persistem como problemas que afetam muitos trabalhadores, especialmente as mulheres, os negros, os LGBTQIAPN+ e as pessoas com deficiência. Para enfrentar esses desafios, é necessário fortalecer a organização sindical e a participação política da classe trabalhadora, buscando novas formas de representação e negociação coletiva. O desenho contemporâneo da classe trabalhadora deve considerar a totalidade dos trabalhadores e trabalhadoras, independentemente do setor em que trabalham, e incorporar as novas formas de trabalho que surgiram com as mudanças no mundo produtivo.

No transcorrer de nossa pesquisa, fica evidenciado que as mudanças nos processos produtivos trazem uma nova configuração para o mundo do trabalho, em que se evidencia o crescimento do setor de serviços, que, dentre as manifestações possíveis para a consolidação da lógica da precarização estrutural do trabalho, é a que mais se adequa.

(...) o capitalismo atual apresenta um processo multiforme, no qual informalidade, precarização, materialidade e imaterialidade se tornaram mecanismos vitais, tanto para a preservação quanto para a ampliação da lei de valor. A enorme expansão do setor de serviços e dos denominados trabalhos imateriais que se subordinam à forma-mercadoria confirma essa hipótese, dado seu papel de destaque no capitalismo contemporâneo. O mito de que a “sociedade de serviços pós-industrial” eliminaria completamente o proletariado se mostrou um equívoco enorme (...). Na contrapartida, vem aflorando em escala global uma outra tendência, caracterizada pela expansão significativa de trabalhos assalariados no setor de serviços (Antunes, 2018, p. 33).

A interação entre trabalho vivo e trabalho morto, entre o sujeito e a máquina, tem como finalidade o aumento da produtividade do trabalho, a extração de mais-valor. Ampliar as capacidades produtivas e, por consequência, ampliar a lucratividade é objetivo do

aprimoramento do maquinário. Porém, o trabalho vivo é ineliminável para o modo de produção capitalista. A relação entre o capital e o trabalho, em que o capitalista, detentor dos meios de produção, emprega o trabalhador assalariado para produzir mercadorias que serão vendidas no mercado. O trabalho vivo, ou seja, a força de trabalho humana, é essencial para a criação de valor e a geração de lucro no sistema capitalista.

O valor das mercadorias é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-las. A mais-valia é a diferença entre o valor que o trabalhador produz durante sua jornada de trabalho e o valor do salário que recebe. Essa mais-valia é a fonte do lucro do capitalista. Portanto, para o sistema capitalista funcionar, é necessário que o trabalho vivo seja empregado para criar valor excedente. No entanto, é importante ressaltar que as transformações tecnológicas e as mudanças nas formas de produção ao longo do tempo podem afetar a maneira como o trabalho vivo é organizado e empregado no sistema capitalista. A automação, por exemplo, pode substituir certas tarefas repetitivas ou manuais por máquinas, mas, mesmo nesse cenário, a operação e manutenção dessas máquinas ainda envolvem o trabalho humano. Portanto, embora as tecnologias possam alterar a natureza do trabalho, a análise marxista sustenta que, enquanto o modo de produção capitalista persistir, o trabalho vivo continuará sendo fundamental para a criação de valor e o funcionamento do sistema econômico.

A relação entre trabalho vivo e trabalho morto é um conceito fundamental na teoria marxista, que explora a dinâmica da produção no contexto do sistema capitalista. Esses termos descrevem a interação entre a força de trabalho humana (trabalho vivo) e os meios de produção, como máquinas, ferramentas, matérias-primas e tecnologias (trabalho morto), no processo de criação de valor. Os meios de produção representam uma acumulação de trabalho passado, ou seja, trabalho que já foi incorporado no processo de produção para criar as máquinas e os materiais utilizados. O trabalho vivo, por sua vez, acrescenta novo valor ao combinar-se com os meios de produção. O valor criado além do valor dos salários é a mais-valia, que representa o lucro do capitalista (Marx, 2020).

A exploração ocorre quando a força de trabalho é paga por um valor menor do que o valor que ela cria. Essa diferença entre o valor produzido pelo trabalho vivo e o valor pago em salários é a fonte do lucro do capitalista. Portanto, a relação entre trabalho vivo e trabalho morto encapsula a dinâmica fundamental do capitalismo, onde os trabalhadores transformam os meios de produção em produtos acabados, criando valor excedente que é apropriado pelo capitalista. O termo "trabalho morto" se refere aos meios de produção, que são os bens materiais utilizados no processo produtivo, como máquinas, ferramentas e matérias-primas. Esses meios de

produção são chamados de "trabalho morto" porque não possuem vida própria e só podem ser utilizados pelo trabalho vivo, que é a força de trabalho humana.

O trabalho vivo é a força de trabalho humana que é utilizada no processo produtivo para transformar os meios de produção em bens de consumo. É por meio do trabalho vivo que o valor é criado, pois é ele que adiciona valor aos meios de produção. Na análise de Marx, o trabalho vivo serve de "meio" ao trabalho morto, acumulado, ou seja, é utilizado para fazer com que os meios de produção produzam mais valor do que o necessário para a reprodução da força de trabalho. Esse valor excedente é apropriado pelos proprietários dos meios de produção, que obtêm lucro com a venda dos bens produzidos. A substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto é uma tendência que tem se intensificado nos últimos anos, com o avanço da automação e da robótica. Isso tem gerado preocupações sobre o futuro do trabalho e sobre o impacto da tecnologia na classe trabalhadora. Em resumo, na análise de Karl Marx, o trabalho morto é representado pelos meios de produção, enquanto o trabalho vivo é a força de trabalho humana utilizada no processo produtivo. A relação entre trabalho morto e trabalho vivo é fundamental para a compreensão da teoria do valor-trabalho e da exploração da classe trabalhadora.

A teoria do mais-valor, desenvolvida por Karl Marx (2020), é um conceito central em sua análise do sistema capitalista. Essa teoria busca explicar a exploração dos trabalhadores e a geração de lucro pelos proprietários dos meios de produção. De acordo com Marx (2020), o valor de uma mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la. No entanto, no sistema capitalista, os trabalhadores não recebem o valor total do seu trabalho em forma de salário. Em vez disso, eles recebem apenas uma parte do valor que produzem, enquanto o restante é apropriado pelos proprietários dos meios de produção como lucro.

A diferença entre o valor total do trabalho realizado pelos trabalhadores e o valor que recebem como salário é chamada de mais-valor. Esse mais-valor é a fonte do lucro capitalista. Marx argumenta que a exploração dos trabalhadores ocorre porque eles são obrigados a vender sua força de trabalho no mercado em troca de um salário, que é sempre menor do que o valor que produzem. Podemos estabelecer dois tipos de mais-valor: [1] mais-valor absoluto: obtido por meio do aumento da jornada de trabalho. Os trabalhadores são obrigados a trabalhar mais horas para produzir mais valor, mas não são compensados adequadamente por esse trabalho adicional. [2] Mais-valor relativo: obtido por meio da modernização e reorganização da produção. Isso envolve o aumento da produtividade dos trabalhadores por meio do uso de tecnologia e métodos mais eficientes. Com a mesma quantidade de tempo de trabalho, mais valor é produzido, mas os salários não aumentam na mesma proporção (Marx, 2020).

A teoria do mais-valor de Marx é uma crítica ao sistema capitalista, argumentando que a exploração dos trabalhadores é inerente a esse sistema. A classe trabalhadora é vista como a fonte de criação de valor, mas não tem controle sobre os meios de produção nem sobre a distribuição dos frutos do seu trabalho. Em resumo, a teoria do mais-valor de Marx busca explicar a exploração dos trabalhadores no sistema capitalista, em que o valor produzido pelos trabalhadores é apropriado pelos proprietários dos meios de produção como lucro. Essa teoria é fundamental para a compreensão da crítica marxista ao sistema econômico e social vigente.

Ao pesarmos na relação da teoria do mais-valor com o setor de serviços no capitalismo contemporâneo, destacamos alguns aspectos que podem nortear nossa proposta investigativa e apontar as consequências para esse novo proletariado informacional. Rosso aponta que “As atividades de serviços compreendem um conjunto muito grande de ações que possibilitam a circulação e o consumo, além de um conjunto enorme de outras atividades a elas agregadas e de natureza diversa” (Rosso, 2014, p. 76). O capitalismo contemporâneo é marcado pela crescente conjunção da produção tradicional de mercadorias "físicas" com a criação de bens e serviços intangíveis. Isso sugere que o valor no setor de serviços pode estar relacionado a aspectos imateriais, como conhecimento, experiência e habilidades.

No transcorrer de nossa exposição, trouxemos o debate sobre a centralidade do trabalho, onde notadamente podemos constatar que a gênese humana é o trabalho; o trabalho como categoria fundante é o que determina a história da própria humanidade. A forma como o ser produz materialmente se inter-relaciona com todas as suas expressões enquanto ser vivo. Apresentamos como as transformações nos meios de produção buscaram estabelecer uma narrativa de “adeus ao trabalho”. Contudo, novamente, a literatura que trata do mundo do trabalho apresenta os limites dos defensores do fim do trabalho em que destacamos a luta pelo fim do trabalho abstrato, que brutaliza os sujeitos, afasta-os de qualquer concepção positiva sobre o trabalho, justamente como quer o capital.

1.4 OS MECANISMOS DE REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO E SEUS IMPACTOS PARA A CLASSE TRABALHADORA NA ATUALIDADE

*O que é que pode fazer o homem comum
Neste presente instante senão sangrar?
Tentar inaugurar
A vida comovida
Inteiramente livre e triunfante?*

(Trecho da música “Conheço meu lugar”, Autor: Belchior, 1999)

Ao trazer mais um trecho da música “Conheço meu lugar”, em específico o fragmento que nos remete ao sofrimento de *homem comum* onde o artista nos indaga o que se pode fazer além de sagrar no presente instante. Veremos ao longo da produção deste texto que estamos sendo convidados por Belchior a ter voz ativa em nossa vida. Os homens comuns são os trabalhadores que buscam o triunfo, mas não aquele pré-determinado pelo capital; buscam a emancipação, a liberdade, o direito de ser quem quiserem ser.

Ao longo da história, os mecanismos de regulamentação do trabalho têm evoluído em resposta às mudanças nas relações laborais e nas condições sociais. Em sociedades antigas, como as civilizações mesopotâmicas e egípcias, existiam códigos de leis que estabeleciam normas para o trabalho, porém, já se evidencia o favorecimento dos “patrões” em detrimento aos trabalhadores. Na Idade Média, as corporações de ofício surgiram como formas de auto regulação onde os trabalhadores de uma mesma profissão estabeleciam regras internas para garantir padrões de qualidade e proteger os interesses da classe. No entanto, essas regulamentações muitas vezes limitavam a entrada de novos membros e poderiam restringir a mobilidade social.

A Revolução Industrial no século XIX trouxe consigo mudanças profundas nas condições de trabalho, dando origem a um movimento de reforma trabalhista. Na Grã-Bretanha, a legislação foi introduzida para regulamentar as horas de trabalho, melhorar as condições de segurança nas fábricas e proibir o trabalho infantil. Esse período marcou o surgimento das primeiras leis trabalhistas. No século XX, os sindicatos desempenharam um papel crucial na regulamentação do trabalho, negociando acordos coletivos e defendendo os direitos dos trabalhadores. O movimento sindical pressionou por melhorias nas condições de trabalho, incluindo salários mais justos, horas de trabalho regulamentadas e benefícios sociais.

Buscaremos expor o caso brasileiro trazendo o debate sobre a reforma trabalhista de 2017 (Lei 13.467/2017). Contudo, compreendemos ser necessário apresentar uma breve contextualização dos elementos constituintes da classe trabalhadora em nosso país e como o Estado brasileiro atua como agente regulador nas relações sociais de trabalho. A compreensão da classe trabalhadora do Brasil, nos dias de hoje, perpassa, inegavelmente, pelo processo criminoso de escravidão³¹ que durou três séculos em nosso país. A marca da escravidão na

³¹ “O tráfico foi responsável pelo arrebato de milhões de homens e mulheres de suas nações na África para serem escravizados na América, especialmente em terras brasileiras. Essa atividade comercial, via oceano Atlântico, foi um grande investimento econômico e cultural do capitalismo europeu, que marcou a formação do mundo moderno e a criação de um novo sistema econômico mundial” (Leite, 2017, p. 64).

história da classe trabalhadora brasileira é profunda e deixou cicatrizes que reverberam até os dias atuais.

A escravidão foi uma instituição central na formação econômica e social do Brasil, durando por mais de três séculos, desde o início da colonização portuguesa até a sua abolição em 1888. Durante esse longo período, milhões de africanos foram trazidos à força para o Brasil como escravizados para trabalhar nas plantações de açúcar, nas minas e em outros setores da economia. Esse sistema brutal não apenas explorava o trabalho dos africanos escravizados, mas também construiu as bases de uma estrutura social profundamente desigual.

O fim da escravidão trouxe consigo a abolição formal da condição de escravo, mas não garantiu uma transição justa para a população negra recém-liberta. O legado da escravidão permaneceu na persistente discriminação racial, na exclusão socioeconômica e em padrões estruturais de desigualdade. A classe trabalhadora brasileira, em grande parte, carrega as marcas desse passado de exploração e opressão. A escravidão moldou não apenas as estruturas econômicas, mas também as relações sociais e culturais no Brasil. A hierarquia racial profundamente enraizada na sociedade brasileira é uma herança direta da escravidão, em que o trabalho escravo foi racializado, e a população negra foi submetida a uma posição social inferior (Leite, 2017).

A classe trabalhadora brasileira, portanto, lida com as ramificações dessa história complexa. As desigualdades socioeconômicas e a falta de acesso igualitário a oportunidades continuam a afetar de maneira desproporcional a população negra no Brasil. O mercado de trabalho, as oportunidades educacionais e as condições de vida, muitas vezes, refletem e reproduzem as desigualdades que tiveram início na época da escravidão. A compreensão da marca da escravidão na classe trabalhadora brasileira é essencial para abordar as disparidades persistentes e buscar uma transformação social. A promoção de políticas antirracistas e a conscientização sobre o legado histórico são passos cruciais na construção de uma sociedade que reconhece e confronta as injustiças herdadas da era escravista.

Ao sair de uma sociedade escravocrata para a sociedade do assalariamento, a classe trabalhadora brasileira ainda enfrenta os resquícios de todo processo histórico que foi a escravidão. Em 2022, segundo relatório da ONU (ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS, 2023), no Brasil foram resgatadas 1.930 pessoas em condições de trabalho análogo à escravidão. Segundo dados da Secretária de Inspeção do Trabalho (STI), órgão do Ministério da Economia, na última década, mais de 19.000 trabalhadores e trabalhadoras foram resgatados em 1.387 operações, no período de 2010 a 2020, de combate ao trabalho análogo à escravidão no Brasil (FIQUEM SABENDO, 2021).

O estado de Minas Gerais foi o que mais registrou resgatados na década (28,88%), seguido por Pará (10,97%) e São Paulo (8,39%). As atividades mais comuns foram criação de bovinos para corte (15,96%), construção de edifícios (11,58%) e cultivo de café (7,59%). [...] Ao menos 17 empresas aparecem na lista com mais de 100 trabalhadores resgatados de suas instalações no período. Uma só empresa teve registro de 565 trabalhadores resgatados. (FIQUEM SABENDO, 2023)

Portanto, o entendimento dos mecanismos de regulação do trabalho no Brasil atravessa esse contexto histórico e marca, desde a sua concepção, uma característica própria dos países da periferia do capital, a precarização como regra. Para a consolidação do trabalho precarizado, temos o Estado como instrumento interventor, papel que sempre lhe coube. Contudo, na correlação de forças patrão *versus* empregado, houve avanços para a classe trabalhadora, fruto da organização dos trabalhadores, que, no imediato, apresentam ganhos, porém, distantes de qualquer ruptura com o grande capital que tem como premissa o acúmulo de riqueza através da exploração da força de trabalho.

Embora seja inimaginável alcançar a completa superação da desigualdade, uma vez que ela é inerente à sociedade de classes e à economia capitalista, é viável contemplar sua atenuação por meio da regulamentação pública do trabalho. Essa regulamentação, responsável pela instituição de diversos direitos e deveres que orientam as relações entre trabalhadores e empresários no mercado de trabalho, busca mitigar a desigualdade estrutural que se manifesta entre esses dois atores. Historicamente, a origem da regulação laboral remonta à pressão exercida pelos trabalhadores, muitas vezes organizados sob correntes anarquistas, socialistas ou comunistas. Em alguns casos, essa regulação assumiu uma natureza predominantemente estatal, consolidada na chamada normatização "legislada", resultado da intervenção quase exclusiva do Estado. Em outras ocasiões, apresentou uma natureza mais societal, envolvendo a participação dos trabalhadores na elaboração das normas, resultando em uma normatização "contratualizada" (Noronha, 1998).

Essa regulação não apenas se referiu diretamente ao trabalho, estabelecendo direitos laborais que normatizam a contratação, o uso e a remuneração da mão de obra, entre outros aspectos, mas também teve impacto indireto ao definir direitos sociais. Esses direitos sociais, que abrangem recursos e serviços previdenciários, educacionais, de saúde, entre outros, de certa forma, permitiram que os trabalhadores subsistissem mesmo sem depender inteiramente do mercado, seja de trabalho, seja de produtos e serviços. Esse aspecto, inevitavelmente, contribuiu para a mitigação da desigualdade previamente mencionada (Oliveira, 1988).

A regulação laboral historicamente esteve intrinsecamente ligada à força dos trabalhadores em face dos empresários, resultando em inúmeros conflitos nas esferas econômica, trabalhista e política. Especificamente na esfera política, observou-se a formação

de partidos burgueses e trabalhistas, sendo estes últimos progressivamente fortalecidos ao longo do século XX, chegando inclusive a assumir o controle do Estado. Esse fenômeno foi evidente na consolidação da social-democracia em países ocidentais e na instituição do socialismo real em outras nações (Oliveira, 1994).

No âmbito político, a ascensão dos partidos trabalhistas ao controle do Estado foi, em grande medida, impulsionada pela presença, no mercado de trabalho, de organizações sindicais. Essas organizações conseguiram, de maneira gradual, impor sua regulação "contratualizada" ao funcionamento do mercado de trabalho. Essa regulação evoluiu paralelamente àquela "legislada", produzida no âmbito do Estado, com o decisivo apoio dos partidos trabalhistas (Oliveira, 1994).

Ao longo do século XX, a regulação laboral foi moldada pela dinâmica de poder entre trabalhadores e empresários, manifestando-se em diversos conflitos nas esferas social, econômica e política. Em períodos de escasso dinamismo econômico, o mercado de trabalho sofreu consideravelmente, enfraquecendo as organizações sindicais e colocando em risco a própria existência dessa regulação. Em contrapartida, em momentos de notável dinamismo, o mercado de trabalho beneficiou-se, abrindo oportunidades para que organizações sindicais e partidos trabalhistas ampliassem ainda mais essa regulação.

Desde a década de 1930, o setor trabalhista no Brasil tem sido objeto de numerosas leis que delinearão sua forma e conteúdo. Mais significativamente do que as normas provenientes de negociações coletivas (acordos e convenções coletivas) e as oriundas do poder unilateral das empresas (regulamentos internos), as normas que efetivamente regulamentaram o trabalho foram aquelas de origem legal. Destaca-se nesse cenário a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), estabelecida pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943, como uma compilação de normas dispersas elaboradas pelo Estado após a Revolução de 1930. A CLT estabeleceu direitos e deveres tanto para os trabalhadores quanto para os empresários.

A CLT abarcava as relações de natureza individual entre o trabalhador e a empresa que o empregava, assim como as relações de natureza coletiva entre os trabalhadores, organizados coletivamente, e as empresas com as quais se relacionavam. Essas normas garantiam direitos materiais, proporcionando proteções ao trabalhador relacionadas à contratação, utilização, remuneração e demissão. Além disso, instituíam direitos formais que se manifestavam em organizações como sindicatos e órgãos de inspeção e justiça laboral.

Em linhas gerais, a CLT buscava viabilizar, no contexto das relações de trabalho, uma sociedade fundamentada na industrialização da economia, na urbanização da população e na corporativização da política. Economicamente, a intenção era garantir uma acumulação

capitalista baseada no avanço da manufatura, uma novidade até então no país, demandando uma força de trabalho abundante, acessível e preparada para o trabalho nas fábricas. No âmbito político, visava afastar possíveis riscos associados à organização e atuação dos trabalhadores segundo princípios anarquistas, socialistas ou comunistas, que estavam em voga no início do século XX.

Assim, a CLT adotou o perfil corporativo do Estado de origem, consolidando normas que não admitiam qualquer forma de organização ou atuação operária que pudesse conflitar com os objetivos da acumulação capitalista e manufatureira. A tentativa abrangente e unilateral do Estado, por meio da CLT, de regular as relações laborais fazia parte desse cenário, onde formalmente oferecia diversos direitos e garantias aos trabalhadores, condicionados à abstenção de conflitos, como um mecanismo para definir sua posição na sociedade emergente no Brasil (Biavaschi, 2007; Gomes, 1979; 1988; Paoli, 1985; Rodrigues, 1979; Santos, 1979; Simão, 1966; Vianna, 1976).

A legislação trabalhista no Brasil, desde a década de 1930, estabelece o registro em “carteira de trabalho” como fundamento do reconhecimento de direitos trabalhistas. Inicialmente restritos aos trabalhadores urbanos, esses direitos foram estendidos aos trabalhadores rurais apenas nas décadas de 1960 e 1970, quando estes já se transformavam em minoria. Mesmo categorias urbanas numericamente significativas, como a das trabalhadoras e trabalhadores domésticos, só muito recentemente foram contempladas pelo conjunto dessa legislação. Tais direitos (limites para jornadas de trabalho, descanso semanal, férias remuneradas, pagamento maior para horas extraordinárias, regulamentação do trabalho perigoso e insalubre etc.), que caracterizam o “trabalho formal” no país, do ponto de vista legal, foram, portanto, conquistados muito lentamente e por parcelas menos qualificadas e pior remuneradas, vivenciam experiências de trânsito entre o trabalho com registro formal e aquele sem registro (Mattos, 2019, p. 85).

A Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) desempenha um papel crucial na vida do trabalhador brasileiro, sendo um documento fundamental para a comprovação do histórico laboral. Ao registrar informações como datas de admissão, demissão, salários e outros detalhes relevantes, a CTPS serve como evidência formal de experiência profissional. Além da sua função comprobatória, a CTPS garante a regularização do trabalhador perante a legislação trabalhista, protegendo-o contra práticas abusivas e assegurando o cumprimento de seus direitos. É por meio da CTPS que são registradas as contribuições previdenciárias, possibilitando o acesso a benefícios como aposentadoria, auxílio-doença e pensão por morte. A carteira também desempenha um papel crucial na solicitação do seguro-desemprego, um benefício vital para trabalhadores demitidos sem justa causa. A Carteira de Trabalho vai além de um simples documento de identificação e é essencial para a regularização do trabalhador, garantindo seus direitos.

Embora a posse da Carteira de Trabalho seja um marco importante para os trabalhadores brasileiros, infelizmente, muitos enfrentam a dura realidade de verem seus direitos trabalhistas desrespeitados. Isso pode ocorrer em razão de diversos fatores, como a prevalência do emprego informal e precário, a fragilidade nos mecanismos de fiscalização trabalhista e a falta de conhecimento por parte dos trabalhadores sobre seus direitos. A precarização do emprego, muitas vezes associada à ausência de registro formal, contratos inadequados e práticas fraudulentas por parte dos empregadores, contribui para a vulnerabilidade dos trabalhadores. Além disso, a dificuldade de acesso à justiça, os custos associados aos processos judiciais e as constantes mudanças nas leis trabalhistas também impactam negativamente na garantia efetiva dos direitos laborais. Nesse cenário, é crucial promover a conscientização dos trabalhadores acerca de seus direitos, fortalecer os mecanismos de fiscalização e advogar por políticas que reforcem a proteção dos direitos trabalhistas. A atuação ativa de sindicatos e órgãos fiscalizadores é essencial para assegurar a defesa e a promoção eficaz dos direitos dos trabalhadores.

Ao analisarmos a quantidade de trabalhadores e trabalhadoras que estão na informalidade no Brasil, percebemos que as leis trabalhistas, ainda que apresentem um avanço para a classe trabalhadora, necessitam de muitas modificações para oferecer, de fato, melhoria para a população que vive da venda da sua força de trabalho. A presença crescente da informalidade na economia brasileira tem se destacado como uma tendência preocupante. Após a crise iniciada em 2014, observou-se um aumento significativo nos índices de informalidade no Brasil, passando de quase 37,7% para 41,1% em 2019. Essa deterioração nas condições do mercado de trabalho antecedeu a chegada da pandemia de Covid-19, agravando ainda mais os desafios enfrentados pelos trabalhadores. Com o advento da pandemia em 2020, os trabalhadores informais foram particularmente afetados, enfrentando impactos significativos tanto em seus rendimentos quanto na sustentabilidade de suas ocupações.

Mesmo com o término das medidas de isolamento social e a gradual retomada da atividade econômica, observa-se que boa parte das ocupações geradas no país permanecem informais. Vale ressaltar que a informalidade não constitui um fenômeno recente, sendo intrínseca à formação do mercado de trabalho brasileiro. No entanto, ao longo da história, os trabalhadores informais não receberam a devida atenção por parte das políticas públicas. Diante do aumento significativo da participação da informalidade na atividade econômica e do surgimento de novas ocupações e formas de trabalho, algumas situadas na fronteira entre o formal e o informal, torna-se imperativo aprofundar a compreensão sobre a informalidade no

contexto brasileiro. Demonstraremos a seguir o quadro com a taxa do trabalho informal no Brasil de 2016 a 2022.

Tabela 1- – Taxa Média Anual de Informalidade no Brasil (2016 – 2022)

Ano	Taxa de informalidade da população ocupada
2013	37,4%
2014	37,7%
2015	37,5%
2016	39,0%
2017	40,2%
2018	40,8%
2019	41,1%
2020	38,3%
2021	40,1%
2022	38,3%

Fonte: IBGE, 2023.

Durante o triênio de 2016 a 2019, observa-se uma trajetória ascendente na taxa de informalidade, passando de 39,0% para 41,1%. Este período coincide com desafios econômicos e incertezas políticas no Brasil³², sugerindo uma correlação entre esses fatores e o crescimento da informalidade laboral. O ano de 2020, marcado pela eclosão da pandemia de Covid-19, apresenta uma notável redução na taxa de informalidade para 38,3%. Esse declínio pode ser atribuído, em parte, às medidas de isolamento social que impactaram significativamente as atividades informais. Trabalhadores nesse setor foram particularmente afetados, refletindo-se na diminuição da taxa média anual.

Em 2021, a taxa de informalidade retorna a um patamar mais próximo dos anos pré-pandêmicos, atingindo 40,1%. Essa recuperação parcial pode ser interpretada como uma adaptação das atividades informais diante dos desafios econômicos e sanitários impostos pela pandemia. O ano de 2022 mostra estabilidade, com a taxa de informalidade novamente registrada em 38,3%. Esse cenário sugere uma possível resiliência ou estagnação na informalidade, indicando que os padrões observados podem estar se consolidando. A análise

³² O ano de 2016 é marcado pelo início conturbado do segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff que iria acarretar no golpe jurídico-parlamentar que a levaria ao impeachment em 31 de agosto do mesmo ano. “A construção do golpe se deu no Congresso, na mídia, em segmentos do Judiciário e no mercado financeiro. Compartilhavam os interesses dos derrotados nas urnas e agiam em sincronia para inviabilizar o governo. O principal objetivo do golpe foi o enquadramento do Brasil na agenda neoliberal, que, por quatro eleições presidenciais consecutivas havia sido derrotada nas urnas. Para tanto, uma das primeiras ações dos interessados no golpe foi a formação de uma oposição selvagem no Congresso. Seu objetivo era impedir o governo recém-reeleito de governar, criando uma grave crise fiscal. Para isto, lançaram mão de pautas-bomba que aumentavam gastos e reduziam receitas. Impediam também, de forma sistemática, a aprovação de projetos cruciais para a estabilidade econômica do país. E, nos primeiros seis meses de governo, apresentaram 15 pedidos de impeachment”. Trecho de artigo escrito pela ex-presidente Dilma Rousseff a respeito do processo que culminou no golpe de 2016. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/04/17/o-golpe-de-2016-a-porta-para-o-desastre-por-dilma-rousseff>. Acesso em: 19 jan. 2021.

desses dados evidencia a complexidade da dinâmica do mercado de trabalho brasileiro, influenciada por fatores econômicos, políticos e pela pandemia.

Acreditamos ser o ano de 2016, especificamente o mês de agosto, de extrema relevância para o entendimento da atualidade. No dia 31 de agosto de 2016, o senado votou pela aprovação do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff³³, extinguindo as poucas chances que o capitalismo democrático ainda poderia trazer de equilíbrio das desigualdades sociais nesse país, dando fim aos dezesseis anos de um governo do campo popular, que, mesmo com suas contradições e o não rompimento com o grande capital, havia proporcionado uma tentativa de ascensão social para as camadas mais pobres, tirando o Brasil do mapa da fome, oferecendo qualquer lampejo de esperança para a população que mais necessitava.

Segundo Braz (2017), o que aconteceu em 2016 não foi um “golpe clássico”, pois não houve rupturas institucionais significativas; foi justamente o contrário, as instituições democráticas burguesas alinhadas com o judiciário e o legislativo arquitetaram e legitimaram a derrubada do governo. Utilizou-se o argumento da defesa à democracia para desmobilizar o símbolo maior do processo democrático que é a eleição direta através do voto. A democracia burguesa transformou o *impeachment* em uma ferramenta para seus ajustamentos, onde as instituições, muitas vezes, amparadas pela grande mídia que tem um papel fundamental na massificação do ideário das classes dominantes, estabelecem as condições para a continuidade ou não de um projeto, projeto este que deve estar completamente atrelado aos interesses dessas classes, ao interesse do capital.

O *impeachment* vem se constituindo recentemente, em especial na América Latina, numa forma “democrática” de depor governos que, embora já tenham servido aos interesses do grande capital, já não servem ou os contrariam em alguma medida. As deposições de governos latino-americanos “inconvenientes” não têm resultado na instalação de ditaduras apoiadas nas forças militares e são feitas com rasgados discursos que apelam ao “republicanismo” e, claro, à democracia (BRAZ, 2017, p. 89).

A necessidade da retirada de um governo com qualquer traço de políticas populistas estava posta. Precisava-se abrir caminho para uma nova hegemonia, que fosse capaz de garantir as condições ideais para a reprodução e ampliação dos interesses do capitalismo. Isso não quer dizer que o governo que estava, que se autodeterminava progressista, deixou de atender aos

³³ O Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) rejeitou na tarde desta segunda-feira (21) a apelação apresentada pelo Ministério Público Federal (MPF) que pedia punições à ex-presidenta Dilma Rousseff (PT) por supostamente ter cometido ‘pedaladas fiscais’ no exercício de seu mandato, exigindo contra ela uma pena por improbidade administrativa. Há sete anos, Dilma era derrubada do poder por golpe parlamentar, em conluio com o então vice-presidente, Michel Temer (MDB), que atribuiu a ela o suposto crime de responsabilidade pela prática das tais ‘pedaladas’. Disponível em: <https://blogdolindenberg.com.br/foi-golpe-justica-federal-isenta-dilma-rousseff-de-pedaladas-fiscais/>.

ditames do capital; necessitava-se de novos rumos em que uma tentativa de conciliação de classes, que, devemos deixar claro, nunca se realizará em um estado burguês, não seria possível. Tratava-se apenas de um refugio para as camadas mais pobres, que, após esse período de ascensão aparente, precisava ser recolocada em seu lugar; era necessária a volta a super exploração do trabalho. Afinal, o capitalista não está preocupado com a desigualdade social, mas, sim, com as formas necessárias para a ampliação de sua lucratividade.

Essa unidade no campo conservador estabelecida para o golpe de 2016 tem uma agenda clara, como destaca Braz:

Tal unidade está na necessidade de acelerar as condições de ampliação de políticas que destravem os obstáculos (políticos, econômicos, sociais e ideológicos) para a implementação de uma agenda regressiva para a classe trabalhadora, em todos os níveis (Braz, 2017, p. 95).

No plano que ficou conhecido como “ponte para o futuro”³⁴, capitaneado pelo então vice-presidente Michel Temer, trazia-se para a pauta uma série de reformas que atendiam, segundo Braz (2017), a quatro objetivos centrais, que seriam: recolocar o Brasil (e a América Latina) na área de influência prioritária dos Estados Unidos, já que esse diálogo havia sido, em certa parte, interrompido com a criação do BRICS³⁵; reduzir os custos do trabalho no país, “aprimorando” as relações de trabalho, criando marcos legais como a lei 13.467/17, resultado da contrarreforma trabalhista, por exemplo, onde se cria no Brasil o trabalho intermitente; impedir qualquer continuidade de políticas que representassem o avanço dos “de baixo”; a

³⁴ “Este programa destina-se a preservar a economia brasileira e tornar viável o seu desenvolvimento, devolvendo ao Estado a capacidade de executar políticas sociais que combatam efetivamente a pobreza e criem oportunidades para todos. Em busca deste horizonte nós nos propomos a buscar a união dos brasileiros de boa vontade. O país clama por pacificação, pois o aprofundamento das divisões e a disseminação do ódio e dos ressentimentos estão inviabilizando os consensos políticos sem os quais nossas crises se tornarão cada vez maiores” (PMDB, 2015, p. 1). Disponível em: <https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>. Acesso em: 15 maio 2021.

³⁵ “O BRICS é o agrupamento formado por cinco grandes países emergentes - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul - que, juntos, representam cerca de 42% da população, 23% do PIB, 30% do território e 18% do comércio mundial. O acrônimo BRIC foi cunhado em 2001 pelo banco de investimentos Goldman Sachs, para indicar as potências emergentes que formariam, com os Estados Unidos, as cinco maiores economias do mundo no século XXI. Em 2006, os países do BRIC deram início ao diálogo que, desde 2009, tem lugar nos encontros anuais de chefes de Estado e de Governo. Em 2011, com o ingresso da África do Sul, o BRICS alcançou sua composição definitiva, incorporando um país do continente africano. Desde o início de seu diálogo, os países do agrupamento buscaram estabelecer governança internacional mais condigna com seus interesses nacionais, por meio, por exemplo, da reforma de cotas do Fundo Monetário Internacional, que passou a incluir, pela primeira vez, Brasil, Rússia, Índia e China entre os maiores cotistas. Ao longo de sua primeira década, o BRICS desenvolveu cooperação setorial em diferentes áreas, como ciência e tecnologia, promoção comercial, energia, saúde, educação, inovação e combate a crimes transnacionais. Atualmente, essa cooperação setorial, que abrange mais de 30 áreas, traz importantes benefícios concretos para as populações dos países do agrupamento. É o caso da Rede de Pesquisa em Tuberculose, que visa a introduzir medicamentos e diagnósticos de qualidade a preços acessíveis” (Descrição retirada do site oficial www.brics2019.itamaraty.gov.br). Disponível em: <http://brics2019.itamaraty.gov.br/sobre-o-brics/o-que-e-o-brics> Acessado em: 15 maio 2021.

readequação das políticas sociais para o atendimento da agenda neoliberal, dando ênfase a políticas de austeridade fiscal que pesarão sobre os trabalhadores.

Buscamos então fazer a análise da reforma trabalhista através da média anual do desemprego no Brasil, analisando a média da taxa de desocupação³⁶ para termos parâmetros reais dos impactos para a classe trabalhadora da Reforma Trabalhista e se as promessas de desburocratização das relações de trabalho e ampliação de postos de emprego iriam se concretizar.

Tabela 2 – Taxa Média da Desocupação no Brasil (2012 – 2022)

Ano	Taxa de desocupação Brasil
2012	7,4%
2013	7,2%
2014	6,9%
2015	8,6%
2016	11,7%
2017	12,9%
2018	12,4%
2019	12,0%
2020	13,8%
2021	13,2%
2022	9,3%

Fonte: IBGE, 2023.

No início do período, de 2012 a 2015, a taxa de desocupação manteve-se relativamente estável, oscilando entre 6,9% e 8,6%. Entretanto, a partir de 2016, observou-se um aumento expressivo, atingindo 11,7%, naquele ano, e alcançando o ápice, em 2017, com 12,9%. Essa elevação pode ser atribuída a fatores econômicos e políticos, refletindo períodos de instabilidade no país. De imediato, a nova lei trabalhista não causa impacto no mercado de trabalho e, no ano seguinte, como veremos, a redução do desemprego não apresenta uma baixa significativa.

O ano de 2018 apresentou uma leve redução na taxa de desocupação para 12,4%, seguida por novas quedas, em 2019, registrando 12,0%. Contudo, em 2020, a taxa de desocupação disparou para 13,8%, revelando os impactos severos da pandemia de Covid-19 no

³⁶ “São classificadas como desocupadas na semana de referência as pessoas não ocupadas nesse período, que tomaram alguma providência efetiva para conseguir um trabalho no período de referência de 30 dias e que estavam disponíveis para iniciar um trabalho na semana de referência. Também são classificadas como desocupadas as pessoas não ocupadas e disponíveis para iniciar um trabalho na semana de referência que, no entanto, não tomaram providência efetiva para conseguir trabalho no período de referência de 30 dias porque já haviam conseguido trabalho para começar após a semana de referência”. Glossário IBGE (2023). Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Mensal/glossario_pnadc_mensal.pdf. Acesso em: 03 dez. 2023.

mercado de trabalho brasileiro, com a imposição de medidas de isolamento social e desafios econômicos.

O ano de 2021 ainda reflete os efeitos da pandemia, embora tenha ocorrido uma leve diminuição na taxa de desocupação para 13,2%. Notavelmente, em 2022, observa-se uma significativa queda para 9,3%, indicando uma recuperação expressiva e sugerindo uma resposta positiva às medidas de retomada econômica e ao avanço da vacinação contra a Covid-19. Esses dados revelam a volatilidade do mercado de trabalho brasileiro, influenciada por eventos macroeconômicos e pandêmicos. Demonstram que a contrarreforma trabalhista não passa de uma narrativa neoliberal para a ampliação da precarização do trabalho, abrindo caminho para o enfraquecimento, ainda maior, de trabalhadoras e trabalhadores na sua busca por sobrevivência.

Podemos apontar que a Reforma Trabalhista de 2017 no Brasil, oficialmente conhecida como Lei nº 13.467/2017, gerou um amplo debate e recebeu críticas de diversos setores da sociedade. Algumas das principais críticas incluem:

[1] Fragilização dos direitos dos trabalhadores: muitos críticos argumentam que a reforma enfraqueceu os direitos dos trabalhadores ao flexibilizar normas trabalhistas, tornando mais fácil a terceirização e a contratação de trabalhadores temporários e permitindo negociações diretas entre empregadores e empregados que possam reduzir benefícios e direitos trabalhistas.

[2] Prevalência do negociado sobre o legislado: a reforma estabeleceu que acordos coletivos e individuais entre empregadores e empregados têm precedência sobre a legislação trabalhista em muitos aspectos. Isso levanta preocupações sobre a possibilidade de pressão sobre os trabalhadores para aceitar condições desfavoráveis em negociações diretas.

[3] Terceirização ampliada: a reforma permitiu a terceirização em todas as atividades, inclusive na atividade-fim da empresa. Isso gerou preocupações de precarização das condições de trabalho e diminuição da segurança no emprego.

[4] Jornada intermitente e parcial: a introdução de contratos de trabalho intermitentes e parciais pode levar à instabilidade financeira dos trabalhadores, que não têm garantia de um salário mínimo mensal ou de um horário fixo de trabalho. A reforma trabalhista viabilizou a redução dos períodos de descanso dentro das jornadas de trabalho, expandiu a utilização de um dispositivo de flexibilização crucial que havia sido introduzido na legislação desde 1998, o banco de horas. Além disso, possibilitou sua aplicação em jornadas parciais e estabeleceu as diretrizes para sua adoção com base em acordos individuais.

[5] Impacto na Justiça do Trabalho: alguns argumentam que a reforma sobrecarregou o sistema judiciário trabalhista com uma enxurrada de processos, pois os trabalhadores passaram a buscar proteção legal contra práticas que consideram injustas.

[6] Dificuldade de fiscalização: a reforma incluiu disposições que dificultam a fiscalização e a aplicação das leis trabalhistas, tornando mais desafiador para as autoridades garantir o cumprimento das normas.

[7] Redução de custos para os empregadores: a reforma foi elogiada por empregadores por reduzir custos trabalhistas, trazendo como consequência a uma redução nos salários e benefícios dos trabalhadores, além de diminuir a seguridade social.

Para a análise das mudanças nos vínculos formais, apresentamos a tabela retirada de Praum e Antunes (2020, p. 184), em que os autores descrevem as principais mudanças nas possibilidades de vínculos trabalhistas, apontando para uma tendência que já vem acontecendo em outros países. São diversas as estratégias de flexibilização habilmente empregadas, as quais comprometem o tempo do trabalhador tanto dentro quanto fora das empresas, impondo-lhes um ritmo, produtividade e intensidade de trabalho constantemente acentuados. Essa heterogeneidade possibilita a articulação de um pequeno núcleo de trabalhadores formais, com contratos por tempo indeterminado, que não estão isentos das formas de precarização, diante de uma profusão de diferentes modalidades de trabalho altamente flexibilizadas (Praum; Antunes, 2020).

Tabela 3 – Vínculos formais e modalidades de trabalho em vigor e suas características

Vínculos formais	Características gerais/legislação correspondente
Por tempo indeterminado	Forma típica de contratação prevista pela CLT
Por tempo determinado	Alteração no prazo-limite para esse tipo de contrato de até 90 dias, antes, para até 270 dias, conforme alteração instituída pela Lei n. 13.429, de 2017, art. 10, §§1º e 2º.
Terceirizado	Possibilidade de terceirização tanto de atividades-meio como de atividades-fim, conforme a Lei n. 13.429, de 2017.
Por tempo parcial	Ampliação do limite da jornada de tempo parcial de 25 horas por semana para até 30 horas por semana. Instituição da jornada de 26 horas com realização de até seis horas extras ou semanais. Possibilidade de banco de horas em jornadas parciais. Aqueles/as que cumprem jornada parcial passam a poder converter um terço de férias a que têm direito em abono pecuniário, conforme a Lei 13.467/2017.
Autônomo	A Lei n. 13.467/2017 institui a possibilidade de prestação de trabalho autônomo de forma contínua e exclusiva para uma única empresa. Antes da reforma de 2017, a instituição do Microempreendedor Individual (MEI), segundo a Lei Complementar n. 128/2008, viabilizou a contratação na forma de Pessoa Jurídica, fundamentada na noção de empreendedorismo.

Intermitente	Sem restrições de uso. Trabalhador/a deve ser comunicado/a do trabalho com até três dias de antecedência. Aceito o trabalho, o não comparecimento é gerador de multa de 50% devida ao empregador. Remuneração: relativa apenas às horas trabalhadas. Tendência: remunerações em valor mensal inferiores ao salário mínimo, conforme a Lei n. 13.467/2017. Destaca-se que a Medida Provisória n. 808/2017 previa carência de dezoito meses para que um/a trabalhador/a contratado/a por tempo indeterminado fosse demitido/a e recontratado/a pela mesma empresa como intermitente. Tal carência perdeu a validade.
--------------	--

Fonte: Praum e Antunes (2020, p. 184).

Entendemos que, na correlação de forças entre patrões e empregados, os trabalhadores partem em profunda desvantagem diante de qualquer acordo proposto por seus empregadores. O ordenamento da sociedade capitalista impõe a trabalhadores e trabalhadoras, como única condição de sobrevivência, a venda de sua força de trabalho. Portanto, pensar em acordos trabalhistas minimamente mais justos para os trabalhadores é desconsiderar a realidade posta dentro da sociedade capitalista. Toda e qualquer melhoria para a classe trabalhadora é resultado de processos históricos de luta dos trabalhadores, portanto, ao apontar a possibilidade desses acordos, compreendemos o retrocesso que isso representa para a classe trabalhadora, por isso, não incorre em erro chamar a Lei 13.467/2017 de contrarreforma trabalhista.

O ponto central aqui é a diversidade, onde várias estratégias de flexibilização são habilmente empregadas, afetando a jornada dos trabalhadores dentro e fora das empresas, impondo-lhes um ritmo de trabalho constantemente acelerado, maior produtividade e intensidade laboral. Essa diversidade permite a coexistência de um pequeno grupo de trabalhadores formais, com contratos de tempo indeterminado (ainda assim, sujeitos a formas de precarização), ao lado de uma grande variedade de modalidades de trabalho altamente flexibilizadas.

Tratamos, até esse momento da pesquisa, do trabalho como categoria central para a sociabilidade humana, das tentativas do capital de um “adeus ao trabalho”, das primeiras aproximações do que seria a classe trabalhadora nos dias de hoje (debate que iremos aprofundar nos próximos capítulos desta tese) e os mecanismos de regulação do trabalho, discutindo a Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017) no Brasil. Compreendemos que essas sínteses iniciais são fundamentais para o debate que iremos fazer nas páginas que se seguem. Trataremos sobre as implicações da tecnologia nas relações de trabalho, entendendo que as novas formas de exploração da força de trabalho que surgem com o avanço tecnológico e a constante necessidade

de mutação do capital estão alinhadas nas esferas jurídicas e ideológicas do modelo neoliberal que, cada vez mais, quer se apoderar da vida do/a trabalhador/a.

O que deveria ser um marco para diminuir as desigualdades atua exatamente ao contrário, servindo para ampliar as contradições sociais e abrindo novos horizontes para a exploração da força de trabalho de forma que só são possíveis graças aos avanços tecnológicos. A disputa pelo tempo de vida de trabalhadores e trabalhadoras se moderniza e traz consigo elementos de controle, precarizando as condições de trabalho e ampliando as possibilidades de subalternação da classe trabalhadora, principalmente dos países do sul global.

2. AS METAMORFOSES DAS RELAÇÕES DE TRABALHO A PARTIR DO ADVENTO TECNOLÓGICO

(...)
Acreditou no sonho
Da cidade grande
E enfim se mandou um dia
E vindo viu e perdeu
Indo para, que desgraça!
Na delegacia
 (...)

(Trecho da música “Notícia da Terra Civilizada”, Autor: Jorge Mello e Belchior, 1993)

Como na canção que apresentamos agora, muitos trabalhadores e muitas trabalhadoras acreditam no sonho de uma vida melhor dentro do capitalismo. Alguns poucos, pouquíssimos, conseguem alguma ascensão dentro dos limites que o capital permite. Mas nunca a emancipação, nunca a libertação do trabalho abstrato. Compreender a realidade para só assim conseguir transformá-la, essa é a mensagem que o poeta nos deixa. Além de retratar o sonho de boa parte da população do interior que, nos períodos de seca, partiam rumo à capital em busca de um dia retornar para seu lar em melhores condições. E, assim, é constituída uma parte da classe trabalhadora brasileira que se submetia ao trabalho precarizado desde sua concepção.

Nos últimos 30 anos, ocorreram mudanças significativas nas formas de acumulação e nos regimes de regulação no sistema capitalista. As competências necessárias para a participação no ciclo produtivo também sofreram alterações, influenciando as oportunidades e modalidades de entrada no mundo do trabalho. As mutações paradigmáticas para a atividade produtiva humana, desencadeadas pela recente crise do capitalismo, desdobraram-se em transformações profundas tanto na esfera material quanto na forma abstrata do trabalho. Elementos determinantes dessa conjuntura de incerteza global englobam não apenas o declínio do modelo fordista-taylorista, mas também a instauração da terceira revolução industrial, amalgamando os avanços da informática e das telecomunicações. Além disso, a globalização, a formação de blocos econômicos, o desfecho da Guerra Fria, a falência do socialismo real e a crise dos grandes discursos explicativos e totalizantes convergem para um processo multifacetado de desconstrução das instituições sociais, historicamente encarregadas de regular a sociedade e proporcionar uma ancoragem ontológica na modernidade (Giddens, 1989).

Essas metamorfoses no paradigma produtivo entrelaçam-se intimamente com a crise da sociedade salarial na Europa e o surgimento de uma área de vulnerabilidade social no cerne das sociedades industriais (Castel, 1998). No contexto brasileiro, a desarticulação do Estado Social,

concebida em sua fase embrionária pela Constituição de 1988³⁷, mas frustrada pela onda liberal permeada pelos governos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso³⁸, aliada ao acentuado processo de flexibilização nas relações de trabalho, associa-se à precarização em um extremo e ao incremento das exigências de qualificação no outro. Esses componentes, entrelaçados de maneira intrínseca, delineiam uma nova conjuntura global/local e situam o Brasil em meio à reconfigurada divisão internacional do trabalho, contribuindo, de maneira acentuada, para a intensificação das desigualdades estruturais que permeiam a sociedade brasileira.

O advento tecnológico desencadeou mudanças profundas nas relações de trabalho, reconfigurando de maneira substancial o panorama laboral contemporâneo. À medida que a tecnologia permeia cada aspecto da sociedade, as dinâmicas tradicionais do emprego são desafiadas e transformadas, inaugurando uma era de complexidade e oportunidades singulares. Este fenômeno não se restringe apenas à automação de tarefas, mas abrange a introdução de novos modelos de produção, interconectividade global e a ascensão de formas inovadoras de organização laboral.

As mudanças observadas são multidimensionais, influenciando não apenas a natureza do trabalho em si, mas também as interações entre empregadores e trabalhadores. A ascensão de plataformas digitais, por exemplo, tem moldado uma *gig economy*, proporcionando flexibilidade, mas, ao mesmo tempo, suscitando debates sobre segurança laboral e direitos dos trabalhadores. Essa metamorfose tecnológica não apenas redefine o que é considerado trabalho, mas também desafia as estruturas tradicionais, como os contratos de trabalho convencionais, criando um terreno fértil para a reflexão sobre a legislação trabalhista e as garantias sociais.

Ao mesmo tempo, a inteligência artificial e a automação apresentam promessas de aumentar a eficiência e liberar os trabalhadores de tarefas rotineiras, permitindo um foco mais significativo em atividades criativas e cognitivas. Entretanto, essa revolução tecnológica não

³⁷ “A transição democrática brasileira foi moldada por forças conflitantes; por um lado, demandas de massa por liberdades políticas e igualdade econômica e, por outro, pressões da elite para a renovação das estruturas de desigualdade e dominação social. Essas forças criaram uma democracia frágil e pouco profunda. Por exemplo, enquanto as liberdades civis, no nível formal, são tão ou mais substanciais que na maioria das democracias ocidentais de maior tradição, na prática, os sistemas jurídicos e judiciais são orientados para a proteção dos privilégios e a penalização dos pobres. A constituição também tem sido alterada com frequência (...), e a lei é frequentemente desconsiderada quando ela entra em conflito com a reprodução do poder ou com as bases excludentes do Estado” (Saad Filho e Moraes, 2020, p. 94).

³⁸ Neste contexto, como sustentáculo ideológico do neoliberalismo, se abre o caminho para o processo de reestruturação produtiva no Brasil. As medidas centrais para a implantação do modelo neoliberal se fundamentam, segundo Alves (2009), na super exploração da força de trabalho, no desmonte nas organizações coletivas de resistência de trabalhadores/as e na manutenção dos índices de desemprego - manutenção de um “exército” de reserva de trabalhadores/as desempregados que aceitariam as mais perversas condições de trabalho em busca de sua sobrevivência.

ocorre de forma homogênea, provocando desigualdades tanto na distribuição de oportunidades quanto na adaptação de diversos setores à nova realidade. Essas metamorfoses desafiam não apenas as estruturas econômicas, mas também as sociedades a repensarem suas abordagens em relação ao trabalho, à educação e à inclusão social. O equilíbrio entre inovação tecnológica e preservação de direitos trabalhistas torna-se um desafio crucial para as políticas públicas e as discussões sociais, sinalizando a necessidade premente de compreender e enfrentar as transformações que o advento tecnológico impõe às relações de trabalho.

A centralidade da nossa reflexão neste momento reside na compreensão de como os seres humanos constroem sua existência, ou a materialidade do trabalho, no contexto do capitalismo contemporâneo. Segundo Netto e Braz (2008), o capitalismo atual fundamenta-se em uma estratégia articulada sobre um tripé: a reestruturação produtiva, a financeirização e a ideologia neoliberal. Este período é marcado por uma significativa ofensiva do capital sobre o trabalho, resultando em uma expropriação sem precedentes dos direitos trabalhistas, aumento do desemprego, precarização e intensificação do trabalho.

As transformações nos modos de produção têm impacto profundo na composição da classe trabalhadora, influenciando suas lutas e formas de consciência, ampliando a heterogeneização e a fragmentação e apresentando novos desafios para a compreensão desse grupo social. A reestruturação da produção, conhecida como acumulação flexível por Harvey (1992), foi caracterizada, nas últimas décadas do século XX, por um significativo impulso tecnológico, com a introdução de automação, robótica, microeletrônica e microbiologia no universo fabril (Antunes, 1999).

Mudanças técnicas e organizacionais têm sido uma constante ao longo da história das sociedades humanas, influenciando uma variedade de atividades em todo o mundo. A engenhosidade técnica e organizacional parece, por vezes, ilimitada, levando a uma constante evolução no modo como as pessoas realizam suas tarefas e organizam suas atividades. Entretanto, nem todas as inovações se perpetuam, sendo algumas efêmeras, enquanto outras se consolidam.

No âmbito do sistema capitalista, a concorrência entre os diferentes capitalistas desempenha um papel crucial. A competição impulsiona a busca por técnicas e formas organizacionais superiores, visando garantir vantagens no mercado e, conseqüentemente, a obtenção de lucros extras, conhecidos como mais-valor relativo. Aqueles que conseguem adotar tecnologias ou métodos organizacionais mais eficientes obtêm vantagens competitivas, enquanto os menos eficientes enfrentam prejuízos ou até mesmo a falência (Harvey, 2018).

O processo de competição acirrada incentiva constantes inovações, pois as empresas buscam superar umas às outras, resultando em saltos tecnológicos e organizacionais. A busca pela liderança no mercado impulsiona a adoção de métodos sempre mais avançados, contribuindo para o aumento da produtividade e a maximização dos lucros extras. À medida que a concorrência se intensifica, empresas são impelidas a ultrapassar a média social, conduzindo a avanços significativos no *mix* tecnológico e nas formas organizacionais.

As forças que direcionam o processo de trabalho, na busca pela valorização, atuam incessantemente para elevar a produtividade da força de trabalho. Esse aumento na produtividade, por sua vez, resulta na redução do valor individual das mercadorias produzidas. Assim, a dinâmica da competição e inovação no contexto capitalista desempenha um papel vital na constante transformação das técnicas e formas organizacionais, moldando o cenário econômico e determinando o curso do desenvolvimento tecnológico (Harvey, 2018).

Essas mudanças anunciam um novo modo de acumulação e organização do capital, baseado em profundas transformações das forças produtivas. A superacumulação de capitais, resultante do excesso de mercadorias, força de trabalho e capital-dinheiro, e as inovações científicas e tecnológicas, foram os principais impulsionadores da crise na década de setenta, com epicentro nos países do capitalismo central (Harvey, 1992). O declínio nos padrões de acumulação taylorista/fordista demandou a reorganização da produção e estabeleceu novas relações de trabalho. O uso elevado e constante da ciência e tecnologia no capitalismo permite a substituição de grandes contingentes de trabalhadores por máquinas, associando cada vez mais a produção da riqueza ao trabalho morto em detrimento do trabalho vivo. Simultaneamente, observa-se um aumento contínuo na qualificação e intelectualização do trabalho social.

Essas transformações demandam a polivalência do trabalhador, que precisa ser capaz de operar diversas máquinas ou desempenhar várias tarefas, demonstrando eficiência, agilidade, habilidade para o trabalho em equipe e participação em uma gestão mais horizontalizada da produção. Aparentemente participativas e horizontalizadas, as novas formas de gerenciamento da produção escondem a apropriação da subjetividade do trabalhador pelo capital. Termos como "associado" e "colaborador" são utilizados ideologicamente para se referir aos trabalhadores. Diversos métodos e técnicas buscam incentivar uma maior adesão à empresa, ao mesmo tempo em que estabelecem um controle mais rígido sobre os trabalhadores em prol da produtividade do capital (Gounet, 1999; Antunes, 1999 e 2018).

Simultaneamente, vivenciamos um processo profundo de fragmentação do trabalho, evidenciado nas formas de subproletarização, terceirização e desemprego. Mesmo nos setores

de trabalho formal, há uma grande disparidade nas condições de trabalho. Harvey (1992) categoriza diversos grupos entre os trabalhadores empregados, desde aqueles com empregos fixos, salários elevados e estabilidade funcional (um grupo pequeno e em constante redução) até os subcontratados, com empregos a tempo parcial ou mesmo casuais, recebendo baixos salários e sem estabilidade. Estes últimos estão sujeitos às formas mais intensificadas de exploração. Além disso, o número de trabalhadores desempregados tem aumentado substancialmente.

Dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2018) indicam um aumento da terceirização e do emprego instável e parcial nas últimas décadas, perfazendo atualmente cerca de 42% dos trabalhadores globalmente, superando 70% em alguns países. Para Antunes (2018), a terceirização torna-se a norma no trabalho atual, e, de maneira geral, os trabalhadores terceirizados recebem salários menores e têm menos direitos. As recentes modificações no campo jurídico-formal no Brasil apresentadas anteriormente, com destaque para a Reforma Trabalhista (nº 13.467/2017), são emblemáticas ao evidenciar a precarização do trabalho. Essas mudanças refletem as estratégias de recomposição do capitalismo contemporâneo no Brasil, com um papel proativo do Estado na destruição dos direitos sociais. O panorama descrito até aqui destaca a precarização e a intensificação como as formas contemporâneas do trabalho abstrato, alienado e assalariado, elementos constitutivos do trabalho no modo de produção capitalista.

Ao longo das últimas décadas, testemunhamos um processo crescente de globalização do capital, onde a riqueza e o poder se concentram em um número cada vez menor de indivíduos ou corporações. Essa dinâmica impacta a população de todos os continentes e países, submetendo-a a uma lógica que favorece a acumulação de capital. Segundo dados alarmantes, apenas 1% da população mundial detém uma quantidade de riqueza equivalente aos 99% restantes³⁹, evidenciando a profunda desigualdade que permeia a distribuição global de recursos.

Conforme apontado por Harvey (2014), essa concentração de poder econômico impulsiona a espoliação dos recursos naturais de nações e povos, tornando-se essencial para a contínua acumulação de capital. Nesse cenário, regras e leis são impostas aos países e suas populações, muitas vezes contrárias aos interesses soberanos das nações e às necessidades básicas de suas populações para uma sobrevivência digna. O chamado "novo imperialismo",

³⁹ Disponível em <https://g1.globo.com/economia/noticia/2016/01/1-da-populacao-global-detem-mesma-riqueza-dos-99-restantes-diz-estudo.html>

descrito por Harvey (2014), destaca a falta de compromisso com a democracia burguesa, onde leis são moldadas de acordo com os interesses de poderosos grupos econômicos, e governos podem ser eleitos ou depostos conforme esses mesmos interesses.

A recomposição do capital, frequentemente impulsionada por crises econômicas, garante a permanência de seu domínio sobre o trabalho. Em momentos de crise, o impacto mais significativo recai sobre a condição de vida dos trabalhadores, manifestando-se através do rebaixamento dos salários, da redução dos direitos sociais e do aumento do desemprego. Essa situação acaba por minar o poder de enfrentamento dos trabalhadores, resultando no enfraquecimento de suas organizações tradicionais, particularmente, dos sindicatos e partidos combativos dos países do capitalismo central, a partir da década de 1980.

No cenário mais recente, especialmente nos anos 2000, observamos a emergência de centenas de mobilizações massivas e uma diversidade de organizações e movimentos sociais. Essas expressões não apenas refletem a fragmentação da classe trabalhadora, mas também evidenciam as contradições intrínsecas ao sistema capitalista e as novas formas de luta que estão sendo ensaiadas para enfrentar os desafios impostos pela fase contemporânea do capitalismo.

Neste cenário, nos propomos a fazer o debate sobre as mudanças nas relações de trabalho tendo como pano de fundo o advento da tecnologia. Para tanto traremos três pontos para reflexão: [1] as transformações no mundo contemporâneo e os impactos no mundo do trabalho; [2] Indústria 4.0 e a informatização da vida; [3] as plataformas digitais e o não tão novo mundo do trabalho. Acreditamos, assim, que chegaremos a uma tentativa de compreensão dos desafios atuais para a classe trabalhadora em um mundo informatizado e hiperconectado.

2.1 AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO CONTEMPORÂNEO E OS IMPACTOS NO MUNDO DO TRABALHO⁴⁰

*Eram três as caravelas
Que chegaram d'alem mar
E a terra chamou-se América
Por ventura? Por azar?*

*Não sabia o que fazia, não
D. Cristóvão, capitão*

⁴⁰ “Mundo do trabalho é o conjunto de fatores que engloba e coloca em relação a atividade humana de trabalho, o meio ambiente em que se dá a atividade, as prescrições e as normas que regulam tais relações, os produtos advindos, os discursos que são intercambiados nesse processo, as técnicas e as tecnologias que facilitam e dão base para que a atividade humana de trabalho se desenvolva, as culturas, as identidades, as subjetividades e as relações de comunicação construídas nesse processo dialético e dinâmico de atividade. Ou seja, é um *mundo* que passa a existir a partir das relações que nascem motivadas pela atividade humana de trabalho, e simultaneamente conformam e regulam tais atividades. É um microcosmo da sociedade, que embora tenha especificidade, é capaz de revelá-la” (Figaro, 2008, p. 92). Disponível em: [file:///C:/Users/IFCE/Downloads/138986-Texto%20do%20artigo-270059-1-10-20171004%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/IFCE/Downloads/138986-Texto%20do%20artigo-270059-1-10-20171004%20(1).pdf)

*Trazia, em vão, Cristo no nome
E, em nome dele, o canhão*

*Pois vindo a mando do senhor
E d'outros reis que, juntos
Reinam mais
Bombas, velas não são asas
Branças da pomba da paz*

(Trecho da música “Quinhentos Anos de quê?”, Autor: Belchior e Eduardo Carbarnois, 1993)

A canção "Quinhentos Anos de Quê?" (1993), de Belchior em parceria com Eduardo Carbarnois, apresenta uma mensagem profundamente crítica e reflexiva sobre a história e as complexidades sociais do Brasil. Ao questionar o significado dos quinhentos anos de história do país, o cantor aborda temas como a colonização, as desigualdades sociais e as consequências do processo histórico na formação da identidade brasileira. A música sugere uma reflexão sobre o legado do passado e a busca por compreender as raízes das disparidades presentes na sociedade brasileira. Belchior utiliza sua poesia musical para nos provocar a pensar criticamente sobre as estruturas sociais e históricas que moldaram o Brasil, promovendo uma análise profunda e questionadora da realidade do país.

Harvey afirma que “a questão da tecnologia é fundamental para compreender as dinâmicas do capital em movimento” (Harvey, 2018, p. 111). O contexto contemporâneo, a rápida evolução tecnológica, tem sido um motor central nas transformações econômicas, sociais e políticas. A automação, a inteligência artificial, a robótica e outras inovações têm alterado radicalmente a natureza do trabalho, contribuindo para a reestruturação produtiva e a globalização dos mercados. Esse fenômeno não é apenas uma resposta à busca incessante de eficiência por parte do capital, mas também uma expressão da necessidade de encontrar novas formas de exploração do trabalho.

A constante busca por eficiência e produtividade impulsiona a substituição de mão de obra por máquinas, resultando em mudanças profundas nas dinâmicas laborais. Ao mesmo tempo, a ascensão de setores intensivos em tecnologia cria novas formas de acumulação de capital e de concentração de riqueza. A influência das grandes corporações de tecnologia na economia global é evidente, destacando como a tecnologia não apenas segue, mas, muitas vezes, molda as estratégias do capital em busca de expansão e lucro.

No final do século XIX e início do século XX, a indústria fabril estava em pleno crescimento. No entanto, os proprietários dessas indústrias sentiram a necessidade de otimizar a produção. Para atingir esse objetivo, era crucial controlar rigorosamente o tempo dos trabalhadores durante suas atividades, visando aumentar a eficiência e a quantidade de produtos

produzidos no mesmo período de trabalho. Além disso, a redução nos custos de produção tornou-se uma prioridade para maximizar os lucros dos capitalistas.

Nesse contexto, os proprietários industriais iniciaram pesquisas em busca de novos métodos que pudessem racionalizar a produção de mercadorias e, assim, aumentar seus ganhos financeiros. No final do século XIX, o engenheiro norte-americano Frederick Taylor (1856-1915) dedicou-se ao estudo minucioso dos serviços prestados pelos trabalhadores nas fábricas. A partir desses estudos, Taylor propôs uma abordagem inovadora para as linhas de produção: em vez de um trabalhador desempenhar várias funções na produção de mercadorias, ele introduziu a divisão do trabalho, na qual cada operário executaria uma única e repetitiva tarefa.

O que Taylor propõe é a implementação de uma gestão científica do trabalho, caracterizada por um "compromisso em aplicar métodos científicos aos problemas complexos e crescentes do controle do trabalho nas empresas capitalistas em rápida expansão" (Braverman, 1987, p. 82). Taylor introduziu a ideia de uma gestão que, por meio de métodos experimentais no trabalho, estabelecesse regras e procedimentos padronizados para a execução das tarefas. Essas normas padronizadas seriam derivadas da melhor equação possível entre tempo e movimento. Para Taylor, a garantia da eficiência desempenhava um papel fundamental na gestão, levando à criação de métodos padronizados de execução destinados a otimizar a relação entre tempo e movimento.

Braverman (1987) argumenta que métodos experimentais sempre foram aplicados ao trabalho, inclusive pelos próprios trabalhadores nas oficinas, que buscavam, por meio da experimentação, aprimorar a execução de suas tarefas. O elemento inovador na perspectiva de Taylor era a proposição de que o estudo do trabalho deveria ser conduzido por aqueles que gerenciam e em seu benefício.

A formação de uma gestão capaz de pré-planejar e pré-calcular todos os elementos do processo de trabalho estava intrinsecamente vinculada a uma proposta de controle intensivo sobre o trabalho. Assim, eleva-se o conceito de controle a um novo patamar ao afirmar que era uma necessidade absoluta impor de maneira rigorosa ao trabalhador a forma pela qual o trabalho deveria ser executado (Braverman, 1987). Essa característica fundamental da gestão científica proposta por Taylor reside na expropriação do conhecimento do trabalhador e na divisão entre execução e concepção.

Taylor percebe que o conhecimento detido pelo trabalhador sobre o processo de trabalho supera consideravelmente o conhecimento da gerência, criando assim possibilidades de resistência por parte do trabalhador ou, igualmente, a oportunidade de adotar uma postura passiva. Conforme destacado por Taylor (1987), a adoção de uma postura passiva, conhecida

como "fazer cera", representa uma posição política dos trabalhadores que acreditam que ao trabalhar menos, estão preservando empregos para a classe e evitando uma exploração excessiva da força de trabalho.

Taylor também aborda a necessidade de controlar a ociosidade no trabalho, identificando as três principais causas: primeiro, a disseminação do equívoco entre os trabalhadores de que um maior rendimento humano e mecânico resultará no desemprego em larga escala; segundo, o sistema falho de administração; e terceiro, os métodos empíricos que levam os trabalhadores a desperdiçarem significativo tempo.

Assim, destaca-se a importância crucial da gestão no planejamento e cálculo do tempo-movimento, bem como na expropriação do conhecimento do trabalhador. A expropriação desse saber possibilita um controle mais efetivo sobre o processo de trabalho, prevenindo a ociosidade e a prática de "fazer cera". Nesse contexto, resta ao trabalhador a realização dos atos mais simples de execução, sendo retirada dele a característica intrínseca que o distingue como ser humano: sua capacidade de concepção. Observa-se que o interesse de Taylor não se concentra em investigar a qualidade do trabalho de forma geral, mas sim na adaptação do trabalho às necessidades do capital. Isso fica evidente pela própria concepção de prosperidade defendida pelo autor, expressa na afirmação: "em uma palavra, o máximo de prosperidade somente pode existir como o máximo de produção" (Taylor, 1987). Aqui, a ideia de prosperidade está condicionada à ideia de produção, indicando que Taylor vincula a prosperidade à quantidade máxima de produção.

Dessa perspectiva, surge a noção de cooperação entre classes, em que Taylor sustenta que a prosperidade do trabalhador depende diretamente da prosperidade da empresa. Assim, torna-se evidente que, para Taylor, o trabalho é concebido em todos os sentidos como um mero instrumento para o crescimento capitalista. Essa inclinação ideológica subjacente leva inclusive a questionamentos sobre a atribuição do título de "científico" que Taylor dá à sua proposta de gerência, uma vez que essa gerência é concebida para atender aos interesses de uma classe específica.

A ligação entre prosperidade e produção ilustra a perspectiva utilitária de Taylor. Além disso, ao associar a prosperidade do trabalhador à prosperidade da empresa, Taylor retrata o trabalho como um meio para alcançar objetivos capitalistas, reforçando sua abordagem utilitarista e ideologicamente orientada para atender aos interesses da classe empresarial. A menção à "gerência científica" é questionada à luz dessa perspectiva, sugerindo que a abordagem de Taylor pode ser mais uma expressão ideológica do que uma abordagem verdadeiramente científica na gestão do trabalho.

Com a adoção do método de divisão do trabalho, conhecido como taylorismo, por grandes proprietários de indústrias, houve uma disseminação desse modelo em diversas fábricas. A fábrica de automóveis de Henry Ford (1863-1947) foi uma das pioneiras na implementação do taylorismo, especialmente por meio das linhas de montagem. Essas linhas consistiam em uma esteira em movimento, onde vários operários desempenhavam funções específicas, enquanto o veículo avançava pela esteira. Cada etapa da produção era realizada por um trabalhador dedicado a uma tarefa específica, como a montagem das rodas do carro. Esse método ficou conhecido como modo de produção fordista e predominou até a década de 1970, permitindo um aumento significativo na produção dentro do mesmo período de trabalho.

Segundo Henry Ford, a aplicação do fordismo permitiria às indústrias economizar no processo de montagem, possibilitando a oferta de produtos a preços mais acessíveis. Os trabalhadores, inseridos na lógica do fordismo, passaram a desempenhar tarefas cada vez mais mecanizadas, exigindo menos qualificação e, conseqüentemente, resultando em salários reduzidos em função da menor exigência de habilidades específicas.

A introdução do fordismo não apenas representou uma nova forma de organização racional do trabalho e da produção, mas também marcou o surgimento de um novo estilo de vida. Assim como os princípios do taylorismo visavam ao controle do trabalho, o fordismo tinha como base o controle do processo de trabalho. Em vez de uma ruptura, o fordismo caracterizou-se pela continuidade e intensificação do controle sobre a força de trabalho, iniciado com o taylorismo. Apesar de incorporar elementos do taylorismo, o fordismo apresenta diferenças fundamentais.

A visão de Ford não se limitava apenas ao domínio da força de trabalho; ele almejava conquistar a adesão dos trabalhadores. Se a inovação técnico-produtiva central foi a introdução da esteira rolante, a inovação ideológica foi o reconhecimento explícito de que a produção em massa implicava em consumo em massa. Isso significava um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma política distinta de controle e gerência da força de trabalho, uma nova estética, e uma nova psicologia – resumindo, um novo tipo de sociedade democrática. O fordismo representou um esforço coletivo sem precedentes para criar, com rapidez e propósito consciente, um novo tipo de trabalhador e um novo tipo de ser humano.

Esse novo tipo de trabalhador, denominado por Gramsci (1976) como "operário-massa", e o novo modo de vida associado às mudanças no padrão de produção, chamado de "americanismo", eram essenciais para a adaptação do trabalhador ao novo ritmo de trabalho e sua extrema racionalização. A implementação da esteira rolante, como tentativa de racionalizar a organização do trabalho, resultou em uma intensificação massiva, automação e mecanização

do processo de trabalho. A esteira rolante tornou-se um meio automatizado e intensivo de controlar o ritmo de trabalho, uma condição tão desejada por Taylor. No entanto, isso gerou um processo de trabalho extremamente exaustivo para os trabalhadores.

Não surpreende que o índice de rotatividade entre os trabalhadores da indústria Ford fosse elevado. A implementação desse novo ritmo de trabalho encontrou forte resistência por parte dos trabalhadores, muitos dos quais inicialmente rejeitaram essa forma de controle e gerência do trabalho. Para conquistar a adesão da classe trabalhadora, uma das principais medidas implementadas por Ford foi o aumento dos salários.

Segundo Gramsci (1976), a política de oferecer salários elevados é uma estratégia inteligente que combina coerção, persuasão e consentimento, sendo alcançada por meio de uma remuneração mais substancial que permita um determinado padrão de vida para a classe trabalhadora. Dessa maneira, a "ideologia fordiana dos altos salários é um fenômeno derivado de uma necessidade objetiva da indústria moderna altamente desenvolvida" (Gramsci, 1976, p. 405), surgida em resposta à resistência da classe trabalhadora expressa por meio de greves, altas taxas de rotatividade e revoltas, e não como um fenômeno primário.

A política de altos salários tem implicações significativas para o capitalismo como um todo, destacando-se que até os dias atuais, as lutas sindicais têm como um de seus pilares a busca por melhores salários. Essa estratégia delinea, de certa forma, o perfil do movimento sindical no capitalismo em geral. Além disso, o aumento dos salários configura-se como uma estratégia para impulsionar o consumo entre a classe trabalhadora, sendo crucial para alimentar o crescimento da indústria de massa. Esse padrão de consumo cria um novo estilo de vida, com determinados padrões de consumo, onde bens, como casa própria e carro, tornam-se objetos de desejo para a população americana.

Gramsci (1976) observa que essa ética do consumo é uma faca de dois gumes, pois, ao mesmo tempo em que o capitalismo necessita que seus trabalhadores consumam, esse consumo deve ocorrer de maneira que não comprometa as condições psicofísicas do trabalhador, necessárias para suportar os ritmos extenuantes de produtividade exigidos pela indústria fordista. Nesse sentido, é preciso investir em uma moralidade abrangente que regula desde a vida sexual do trabalhador fordista até seus hábitos diários de consumo. Ford instituiu uma brigada de agentes para fiscalizar a vida dos operários fora das fábricas, disseminando um conjunto de princípios – o chamado evangelho fordista – para condicionar o modo de vida dos trabalhadores, visando a preservar as energias para o trabalho.

Essas são as características necessárias para moldar o novo tipo de homem promovido pelo fordismo – o operário-massa. Todas essas diretrizes morais, implementadas pela ideologia

fordista de produção, ultrapassaram os limites da fábrica e influenciaram um novo estilo de vida americano. A participação do Estado foi fundamental para viabilizar esse fenômeno. Toda essa moralidade puritana tornou-se uma política de Estado. Conforme observado por Harvey (1992), o tripé essencial para o desenvolvimento do fordismo - não apenas como padrão de produção, mas também como estilo de vida (o americanismo) - incluía o trabalho organizado, o capitalismo corporativo e a nação-Estado.

A principal distinção entre o fordismo e o taylorismo reside no fato de que o fordismo tinha um projeto de hegemonia. Não buscava apenas dominar a força de trabalho, mas almejava conquistar sua adesão. Hegemonia não se limita à dominação; é a capacidade de liderança, e quem lidera é capaz de conquistar a adesão dos outros. Conforme destacado por Gramsci (1976), a hegemonia inicia-se no chão da fábrica, pois, antes de tudo, é necessário conquistar a adesão dos trabalhadores. Daí, vem a concepção de um pacto social ou compromisso social entre a classe capitalista e a classe trabalhadora. Contudo, é crucial que essa hegemonia ultrapasse os limites da fábrica e se torne uma hegemonia social. Nesse ponto, o Estado desempenha um papel fundamental como provedor de políticas públicas e sociais, investindo em saúde, educação e lazer. O Estado de bem-estar social, enquanto provedor, configura-se como um emblema do padrão de produção fordista.

Percebe-se que o fordismo se estabeleceu como um novo padrão de produção, levando quase meio século para estruturar-se e maturar suas consequências para o mundo. Esse novo padrão de produção teve impactos significativos no sistema capitalista de produção, gerando uma nova organização do trabalho, um novo estilo de vida e, conseqüentemente, um novo tipo de homem, cuja influência perdura em certa medida até os dias atuais.

Antunes (2018) aponta os indícios que o sistema capitalista entrava em crise no início dos anos 70, após décadas de sucesso, trazendo como elementos desencadeadores desse momento a queda da taxa de lucro, o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção, o crescimento da esfera financeira, o monopólio resultante da fusão de oligopólios, a crise do “Estado de bem-estar social” e a ampliação das privatizações.

Um dos elementos fundamentais apontados por Antunes (2018) é a queda da taxa de lucro. A taxa de lucro é uma métrica crucial no capitalismo, e seu declínio sugere dificuldades na geração de valor e rentabilidade para as empresas. Esse fenômeno pode ser interpretado como um sintoma das contradições internas do sistema, indicando desafios para manter a dinâmica de acumulação de capital.

Outro fator significativo é o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção. Esse modelo, que se baseava na produção em massa, na padronização e na divisão

rígida do trabalho, atingiu seus limites. As demandas por maior flexibilidade, inovação e adaptação rápida às mudanças no mercado tornaram-se mais evidentes, indicando a necessidade de novas abordagens produtivas. Em relação ao crescimento da esfera financeira, destacamos que o aumento da importância das atividades financeiras em relação à produção real sugere uma mudança na natureza do capitalismo, com implicações significativas para a economia global. Isso indica uma transição de uma economia centrada na produção para uma orientada pelo setor financeiro, com possíveis impactos nas dinâmicas econômicas e sociais.

A fusão de oligopólios e o conseqüente monopólio representam uma concentração de poder econômico nas mãos de poucas grandes corporações. Essa centralização de recursos pode ter efeitos profundos na concorrência e na distribuição de riqueza, potencialmente exacerbando as desigualdades e influenciando as dinâmicas econômicas. A crise do "Estado de bem-estar social" é destacada como mais um fator desencadeador, pois, uma vez estabelecido para atenuar as desigualdades e fornecer uma rede de segurança social, enfrentou desafios à medida que pressões econômicas e políticas questionavam sua sustentabilidade. Isso reflete mudanças nas prioridades políticas e econômicas, influenciando a forma como as sociedades lidam com questões sociais.

Por fim, a ampliação das privatizações indica uma reconfiguração nas relações entre o Estado e o setor privado. A transferência de ativos e serviços públicos para o domínio privado pode ter implicações profundas na distribuição de recursos e na prestação de serviços essenciais, moldando a natureza do Estado e suas responsabilidades. Em conjunto, esses elementos sinalizam uma fase de transição e reconfiguração no sistema capitalista. A análise de Antunes destaca uma série de desafios estruturais e transformações que moldaram o cenário econômico e social, influenciando as dinâmicas globais do capitalismo.

Outros estudiosos, como Harvey (1992) e Druck (1999), interpretam a crise do fordismo como de caráter conjuntural, diferentemente da visão estrutural defendida por Bihl (1999) e Antunes (2002). Harvey (1992) destaca que, mesmo diante das fragmentações e disrupções características da economia política contemporânea, os elementos e relações inerentes ao modo capitalista de produção permanecem presentes. Isso sugere que a crise do fordismo não é incongruente com os princípios fundamentais do capitalismo.

Para Harvey (1992), que retorna às análises de Marx, três princípios definem o modo de produção capitalista: [1] orientação para o crescimento, [2] dependência da exploração do trabalho vivo na produção e [3] necessidade de dinamismo tecnológico e organizacional. Marx demonstrou que essas condições eram inconsistentes e contraditórias, tornando a dinâmica do capitalismo propensa a crises. Harvey (1992) destaca que as tendências de crise do capitalismo

podem resultar em fases periódicas de superacumulação, evidenciadas por capacidade produtiva ociosa, excesso de mercadorias, estoques excedentes, capital-dinheiro em excesso e desemprego significativo.

Ainda segundo Harvey (1992), a crise do fordismo deve ser compreendida como conjuntural, não estrutural. A diminuição dos ganhos de produtividade é um indicador crucial, pois, após três décadas de crescimento contínuo, o fim dos anos 60 e início dos 70 testemunharam uma queda abrupta na produtividade. No ambiente de trabalho, a reação da classe trabalhadora contra os métodos de exploração intensiva do trabalho também é evidente. O desgaste provocado pelos métodos de intensificação do trabalho resultou em resistência, manifestada por aumento do absenteísmo, *turn-over*, dilapidação, sabotagens e greves. Os sindicatos continuavam a pleitear salários elevados, mesmo diante da queda da produtividade.

Outro indicador de crise é a saturação da norma social de consumo, característica da economia de escala fordista. O mercado se saturou, resultando em uma taxa decrescente de consumo de bens duráveis. Isso impactou lucros e produtividade, enquanto a demanda tornou-se mais heterogênea e caprichosa, não atendendo às necessidades de um sistema produtivo que exigia uniformidade. A crise demandou uma reestruturação produtiva, marcada por inversões de perspectiva, desafios ao movimento operário, ruptura do compromisso social pós-guerra, fragmentação do proletariado e flexibilização/precarização do trabalho. Esse período também viu uma reordenação global do mercado, com desafios à hegemonia econômica dos EUA e o surgimento da economia japonesa como um competidor significativo, impulsionada por uma cultura e história únicas que influenciaram o padrão de produção conhecido como toyotismo.

Segundo Druck (1999), o toyotismo, enquanto modelo de produção, apresenta traços distintivos distribuídos em quatro dimensões que abrangem diversos aspectos organizacionais e operacionais. O primeiro é o sistema de emprego nas grandes empresas que adotam o toyotismo, caracterizado por elementos singulares. Em primeiro lugar, destaca-se o chamado "emprego vitalício", uma prática em que, apesar da ausência de contratos formais, os trabalhadores são frequentemente empregados por longos períodos na mesma empresa. Adicionalmente, a promoção dentro da empresa é determinada pelo tempo de serviço, promovendo a estabilidade e a fidelidade do trabalhador. A admissão do trabalhador não se dá para um cargo específico, mas para a empresa como um todo, sendo designado a um cargo específico que corresponde a um salário predefinido.

A segunda dimensão do toyotismo envolve o sistema de organização e gestão do trabalho, compreendendo os princípios do *Just-in-time* (produzir no tempo certo, na quantidade exata), *Kanban* (placas ou senhas de comando para reposição de peças e estoques), qualidade

total (envolvimento dos trabalhadores na melhoria da produção) e trabalho em equipe. Este último princípio baseia-se na organização do trabalho por grupos de trabalhadores polivalentes que desempenham diversas funções, promovendo flexibilidade e adaptabilidade.

Muitas das características do modelo japonês, notadamente o *Just-in-time*, o *kanban* e os CCQ (círculos de controle de qualidade), foram absorvidas pelas indústrias ocidentais, especialmente as americanas. Em conjunto com elementos do padrão de produção fordista, isso marcou o início de uma nova forma de acumulação e produção no sistema capitalista, conhecida como acumulação flexível. Enfrentando a crise do fordismo, as empresas capitalistas buscaram soluções para a queda da produtividade e acumulação, incorporando características do modelo japonês. Essa incorporação resultou em um profundo processo de flexibilização no mundo do trabalho.

O *Just-in-time*, o *kanban* e os CCQ são, essencialmente, estratégias para eliminar os tempos ociosos na produção. Além disso, o trabalho em equipe, associado à suposta integração entre execução e concepção, considerando a participação ativa do trabalhador, seu conhecimento e iniciativa no processo de trabalho, representa, acima de tudo, uma forma de expropriação do saber do trabalhador. Apesar de alguns pensadores argumentarem que o modelo japonês restabeleceu a união entre concepção e execução, permitindo ao trabalhador usar sua capacidade de iniciativa e criatividade, isso também gerou um processo de expropriação do saber laboral.

Bihr (1999) destaca que a incorporação das características do modelo japonês no capitalismo ocidental se desdobra em três modalidades. Primeiramente, na "fábrica difusa", ocorre uma inversão no processo de concentração produtiva originado pelo fordismo. Essa abordagem pressupõe uma unidade central que coordena, planeja e organiza a produção em toda uma rede de unidades periféricas, que podem ser várias centenas. Essa descentralização resulta em um profundo processo de terceirização e subcontratação, hierarquizando os trabalhadores entre uma minoria com salários e qualificações elevados e uma maioria sujeita a condições precárias de emprego.

A segunda modalidade, denominada "fábrica fluida", busca realizar uma produção contínua, sem tempos mortos ou interrupções, ao contrário dos métodos fordistas, que o faziam de maneira imperfeita. Incorporando práticas como *Kanban* e *Just-in-time*, essa abordagem almeja novos ganhos de intensidade e produtividade do trabalho.

Por fim, na "fábrica flexível", a necessidade de flexibilidade está relacionada a mercados mais incertos e heterogêneos, contradizendo o processo rígido de produção do fordismo. Essa flexibilidade envolve uma organização flexível do trabalho, exigindo que os trabalhadores

sejam ágeis, flexíveis e qualificados, e uma flexibilização da força de trabalho, gerando uma divisão entre diferentes categorias proletárias. Quanto aos salários, ocorre uma desindexação e individualização, desregulamentação da política salarial e flexibilização do salário direto, muitas vezes ultrapassando os limites mínimos. Essas características evidenciam como a flexibilização, terceirização/subcontratação e a consequente precarização do trabalho se tornaram fundamentais no processo de acumulação flexível.

Druck (2007) e Bihl (1999) destacam a fragmentação da classe trabalhadora como um ponto crucial desse processo, gerando um trabalhador instável e suscetível a uma flexibilidade multidimensional, denominado por Druck como "operário social". Essa fragmentação impede a apresentação da classe operária como uma força social unificada, apresentando desafios não apenas para o mundo do trabalho, mas também para a sociedade, a cultura e a relação do homem com o planeta, resultando em paradigmas e desafios decorrentes da crise do fordismo.

As crises do capitalismo constituem um fenômeno intrínseco ao sistema econômico que permeia as bases da sociedade contemporânea. Para compreender essas crises, é crucial adentrar nos fundamentos do modo de produção capitalista, um sistema caracterizado pela busca incessante de acumulação de capital. Em seu âmago, as crises não são eventos fortuitos ou externos ao sistema, mas, sim, manifestações de contradições profundas e inerentes à lógica capitalista.

O processo de acumulação de capital, motor propulsor do sistema, gera uma série de tensões internas que culminam nas crises periódicas. A sobreprodução de mercadorias em relação à capacidade de consumo da sociedade emerge como uma contradição central, revelando um descompasso entre a produção de bens e a capacidade de compra da população. Essa disparidade entre oferta e demanda configura-se como o epicentro das crises econômicas, desencadeando efeitos devastadores sobre a produção, o emprego e as estruturas sociais.

É neste contexto que as análises de pensadores como István Mészáros (1930 – 2017) ganham relevância, ao desvelar as intrincadas dinâmicas que sustentam as crises cíclicas do capitalismo. Ao examinar essas crises como sintomas de contradições fundamentais, Mészáros propõe uma reflexão crítica sobre as respostas convencionais adotadas, destacando a necessidade de transformações estruturais profundas para efetivamente lidar com os desafios inerentes ao sistema.

Segundo Mészáros (2018), as crises estruturais são intrínsecas ao modo de produção capitalista e derivam de contradições inerentes a esse sistema. O capitalismo é marcado pela busca incessante de acumulação de capital. Essa dinâmica de acumulação, no entanto, leva a contradições internas que acabam por gerar crises periódicas. Em seu entendimento, as crises

não são eventos acidentais ou externos ao sistema, mas, sim, fenômenos inerentes à lógica do capitalismo. O processo de acumulação de capital gera uma sobreprodução de mercadorias em relação à capacidade de consumo da sociedade. Isso cria uma contradição central, em que a produção visa a obtenção de lucro, mas a capacidade de compra da população não acompanha o ritmo da produção. As crises, então, surgem como uma manifestação dessa contradição fundamental (Mészáros, 2018).

Essas crises não são meros episódios passageiros, mas momentos cruciais que revelam as limitações intrínsecas do sistema. Durante as crises, ocorrem desemprego em larga escala, falências empresariais, queda na produção e uma série de impactos sociais. Essas situações adversas, para o filósofo, não são apenas resultados temporários, mas sintomas de uma estrutura econômica que não consegue superar suas próprias contradições. Além disso, Mészáros (2018) ressalta que as respostas convencionais do sistema para enfrentar as crises, como medidas de austeridade e reajustes econômicos, muitas vezes, perpetuam a desigualdade e acentuam os problemas sociais. Ele defende que a verdadeira superação das crises exigiria uma transformação profunda nas estruturas socioeconômicas, indo além das soluções paliativas frequentemente adotadas.

As crises estruturais do capitalismo não são meros percalços temporários, mas reflexos de contradições fundamentais que revelam a necessidade de repensar as bases do sistema econômico para alcançar uma verdadeira superação das crises. As crises no capitalismo são uma forma de uma reorganização dos modelos produtivos para ampliação da lucratividade, seja através da especulação financeira, seja pela ampliação das formas de exploração do trabalho. Essa é a gênese do capital, a combinação de exploração do trabalho com ampliação dos lucros; não há reforma capaz de alterar tal estrutura. A única forma capaz de proporcionar a emancipação humana é a superação do capitalismo, é uma outra forma de sociabilidade que não se funde na propriedade privada dos meios de produção e, muito menos, na exploração do trabalho humano.

As implicações dos sistemas de reprodução material dentro da lógica capitalista para os sujeitos que tem, como única forma de sobrevivência, a venda da sua força de trabalho é multifatorial. Apresentamos importantes mudanças na história do capitalismo que desencadeiam alterações nos mais variados setores da vida humana. A partir do trabalho, homens e mulheres buscam sua sobrevivência diariamente e têm que se subordinar ao ordenamento capitalista. Mattos afirma que:

As mudanças mais recentes no perfil da força de trabalho refletem alguns processos capitalistas contemporâneos. (...) as saídas buscadas pelo capital levaram a mudanças

significativas na distribuição dos investimentos capitalistas e da força de trabalho pelo mundo (Mattos, 2020, p. 95).

As diversas alterações na dinâmica da acumulação capitalista foram delineadas com base em expressões empregadas com diferentes níveis de densidade, tais como globalização, reestruturação produtiva e políticas neoliberais, entre outras categorias analíticas.

Ressaltamos que, além das questões objetivas, as mudanças nos processos produtivos trazem para as relações sociais de trabalho todo um aparato ideológico que serve de sustentáculo do ideário neoliberal. O caráter fetichista da mercadoria⁴¹, opera, em grande medida, ao transformar as relações sociais entre as pessoas em relações entre coisas. No ambiente mercadológico, os produtos assumem um caráter fetichizado, adquirindo uma autonomia que obscurece suas origens sociais.

Essa metamorfose das mercadorias não ocorre apenas no âmbito econômico, mas penetra nas mentes e subjetividades dos indivíduos. As relações sociais mediadas pela produção e troca de mercadorias moldam as percepções, valores e aspirações das pessoas. O valor de um objeto, muitas vezes, é determinado mais pela sua forma de mercadoria do que por suas características intrínsecas. O fetichismo da mercadoria contribui para a criação de uma consciência alienada, na qual as pessoas podem enxergar as relações sociais como naturais e inerentes, em vez de socialmente construídas. Os desejos e necessidades individuais são, muitas vezes, moldados pelos padrões de consumo ditados pela lógica do mercado. A busca por status, identidade e realização pessoal, muitas vezes, se expressa por meio do consumo de mercadorias, em vez de relações interpessoais autênticas.

Múltiplas formas de fetichizações e reificações poluem e permeiam o mundo do trabalho, com repercussões enormes na vida fora do trabalho, na esfera da reprodução societal, na qual o consumo de mercadorias, materiais ou imateriais, também está em enorme medida estruturado pelo capital. Dos serviços públicos cada vez mais privatizados, até o turismo, no qual o “tempo livre” é instigado a ser gasto no consumo dos shoppings, são enormes as evidências do domínio do capital na vida fora do trabalho, que colocam obstáculos ao desenvolvimento de uma subjetividade autêntica, ou seja, uma subjetividade capaz de aspirar a uma personalidade não mais particular nem meramente reduzida a sua “particularidade”. A alienação/estranhamento e os novos fetichismos que permeiam o mundo do trabalho tendem a impedir a autodeterminação da personalidade e a multiplicidade de suas qualidades e atividades (Antunes e Alves, 2004, p. 349).

⁴¹ “Uma mercadoria aparenta ser, à primeira vista, uma coisa óbvia, trivial. Mas sua análise a revela como uma coisa muito intrincada, plena de sutilezas metafísicas e caprichos teológicos. Quando o valor é uso, nela não há nada de misterioso, seja do ponto de vista de que ela satisfaz necessidades humanas por meio de suas propriedades, seja do ponto de vista de que ela só recebe essas propriedades como produto do trabalho humano. É evidente que o homem, por meio de sua atividade, altera as formas das matérias naturais de um modo que lhe é útil. (...) O caráter misterioso da forma-mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho, como propriedades sociais **que são naturais que e essas coisas**, por isso, reflete também a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social entre objetos, existente à margem dos produtores” (Marx, 2020, p. 146-147).

Nessas circunstâncias, a subjetividade da classe é convertida em um objeto, transformando-se em um "sujeito-objeto" que opera para a autoafirmação e a reprodução de uma força alienada. O indivíduo chega a alienar suas próprias potencialidades, seja ao vender sua força de trabalho sob condições impostas, ou ao se submeter ao consumo de prestígio, ditado pela "lei de mercado" (Tertulian, 1993).

Contudo, é crucial ressaltar que a vida cotidiana não se revela apenas como o terreno por excelência da vida alienada. Pelo contrário, ela se apresenta como um campo de disputa entre a alienação e a desalienação. No contexto da subsunção do trabalho ao capital e nas relações trabalho/capital, o trabalho, mesmo que "subordinado" ao capital, é um elemento dinâmico, constantemente envolvido em uma medição de forças que gera conflitos e oposições ao polo formador da unidade que constitui a relação e o processo social capitalista (Antunes e Alves, 2004).

O fetichismo da mercadoria descreve um fenômeno em que as relações sociais entre as pessoas são enevoadas e transformadas em relações entre coisas, especialmente no contexto do sistema capitalista. Esse fenômeno tem implicações profundas para a classe trabalhadora, afetando não apenas sua compreensão da realidade, mas também suas condições de vida e trabalho. No âmbito do fetichismo da mercadoria, está a ideia de que as mercadorias não são apenas objetos materiais produzidos pelo trabalho humano, mas também portadoras de relações sociais. O valor de uma mercadoria não é percebido como resultado do trabalho humano investido nela, mas, sim, como uma qualidade inerente à própria mercadoria. Isso cria uma ilusão de autonomia e poder intrínseco das mercadorias, sobrepujando as relações sociais subjacentes de exploração e alienação.

Para a classe trabalhadora, essa fetichização tem implicações significativas, contribuindo para a alienação do trabalhador em relação ao produto de seu próprio trabalho. Os trabalhadores muitas vezes não têm uma compreensão clara de como o valor é criado e apropriado no processo de produção, o que pode resultar em uma falta de consciência sobre a exploração que sofrem. Além disso, o fetichismo da mercadoria reforça a ideia de que o valor de uma pessoa está vinculado à sua capacidade de consumir mercadorias. Isso cria uma pressão constante sobre a classe trabalhadora para se envolver em relações de trabalho alienantes a fim de adquirir as mercadorias que são promovidas como símbolos de status e sucesso na sociedade.

O papel dos meios de comunicação e a cultura de consumo exacerbam ainda mais essa dinâmica, criando aspirações baseadas na posse de mercadorias em vez de valores humanos; no cerne do capitalismo, o "ter" se sobrepõem ao "ser". Isso gera uma dependência contínua da

classe trabalhadora em relação ao sistema capitalista, mantendo-a presa a empregos muitas vezes precários e mal remunerados para sustentar um padrão de vida que é frequentemente apresentado como uma medida de sucesso. Assim, o fetichismo da mercadoria é um elemento fundamental no arcabouço das estratégias capitalistas que não apenas distorce a compreensão das relações sociais pelos trabalhadores, mas também perpetua um ciclo que os mantém ligados a um sistema que muitas vezes os explora.

É importante ressaltar que as mudanças apresentadas até agora têm repercussão em escala global, porém não ocorrem de maneira homogênea em todo o mundo. Notadamente, os países da periferia do capital ainda enfrentam os desafios do acesso à informação, saúde, educação, tecnologia, e tantos outros elementos da vida social. A desigualdade no acesso a oportunidades e recursos tecnológicos amplifica as disparidades sociais.

As disparidades nos acessos a serviços fundamentais, como saúde, educação, moradia, comida e tecnologia, entre países do capitalismo central e países da periferia, refletem as profundas desigualdades sistêmicas que permeiam a ordem econômica global. Essas disparidades apresentam desafios substanciais para a classe trabalhadora nos países menos desenvolvidos, criando um contexto em que a luta por condições dignas de vida torna-se ainda mais complexa.

No setor da saúde, por exemplo, os países do capitalismo central geralmente desfrutam de sistemas de saúde mais robustos, com amplo acesso a serviços médicos, medicamentos e tecnologias avançadas. Em contraste, muitos países periféricos enfrentam sistemas de saúde precários, com falta de recursos, infraestrutura inadequada e escassez de profissionais qualificados. Isso resulta em condições de saúde mais precárias e menor expectativa de vida para a classe trabalhadora desses países, que, muitas vezes, enfrenta dificuldades para acessar tratamentos essenciais.

Quando tratamos de educação, os países centrais geralmente possuem sistemas educacionais mais desenvolvidos, com recursos adequados, infraestrutura moderna e corpo docente qualificado. Nos países periféricos, contudo, a educação muitas vezes é marcada por falta de investimento, escolas inadequadas e acesso limitado ao ensino superior. A classe trabalhadora desses países enfrenta barreiras significativas para o avanço educacional, o que impacta suas perspectivas de emprego e mobilidade social.

A questão da moradia revela disparidades ainda mais gritantes. Nos países centrais, as opções de moradia são variadas, e os padrões de qualidade são geralmente mais elevados. Nos países periféricos, a falta de acesso a moradias adequadas é uma realidade para muitos

trabalhadores, que frequentemente vivem em condições precárias, sem acesso a saneamento básico e infraestrutura adequada.

No que diz respeito à comida, a segurança alimentar é um desafio crucial nos países periféricos. Enquanto nos países centrais a diversidade e a disponibilidade de alimentos são comuns, muitas regiões periféricas enfrentam problemas como a fome, a desnutrição e a insegurança alimentar, afetando diretamente a saúde e a capacidade produtiva da classe trabalhadora.

Em relação à tecnologia, a brecha digital entre países centrais e periféricos é evidente. Acesso limitado à internet, falta de infraestrutura tecnológica e escassez de habilidades digitais são desafios enfrentados pela classe trabalhadora em países menos desenvolvidos, impactando suas oportunidades de emprego e participação na economia global. Para a classe trabalhadora, essas disparidades não são apenas obstáculos individuais, mas desafios sistêmicos que perpetuam ciclos de pobreza e limitam as oportunidades de progresso social e econômico. Retomaremos mais adiante o debate sobre os avanços tecnológicos e suas reverberações no mundo do trabalho e por consequência para a classe trabalhadora.

Compreender como as transformações no mundo contemporâneo interferem no mundo do trabalho, após esse primeiro esforço de síntese, nos traz uma reflexão: a sentença está invertida! Não são as transformações na contemporaneidade que interferem no mundo do trabalho, é justamente o contrário; o mundo do trabalho determina como serão as transformações nas várias faces da sociedade. A formação dos sujeitos perpassa pelo mundo do trabalho, são as relações sociais estabelecidas no mundo do trabalho que forjam o trabalhador e a trabalhadora que irão servir ao capital naquilo que ele necessita, dentro de um determinado período histórico.

Pensar em todos os elementos que estão imbricados na constituição do ser social só é possível, em grande parte, após o entendimento das relações sociais de trabalho. Entender como a classe trabalhadora dos nossos tempos se constitui perpassa pelo entendimento de como as relações de trabalho no capitalismo contemporâneo se sofisticaram sem perder a sua gênese. É importante destacar que a consolidação de novas relações de trabalho demanda não apenas normas jurídicas que as legitimem e legalizem, mas também um alicerce ideológico capaz de moldar as novas formas de trabalho de acordo com as perspectivas de vida dos indivíduos.

Destacadamente, o ideário neoliberal traz a necessidade não apenas de transformações estruturais nas relações de trabalho, mas também de uma alteração nas convicções e valores individuais a fim de garantir a conformidade com as novas condições laborais. A aceitação da precarização das condições de trabalho ganha espaço em cenários de desemprego estrutural,

pois a expansão do contingente de reserva de mão de obra eleva o poder de barganha do empregador. Nesse contexto, a máxima "é melhor trabalhar com menos direitos do que não trabalhar" ganha relevância. Contudo, a ampliação dessas circunstâncias precárias não está apenas ligada à necessidade básica de subsistência; ela também está relacionada à formação de subjetividades que se ajustem às novas expectativas laborais.

Essa reflexão nos leva a considerar, por exemplo, as razões pelas quais parte dos motoristas de aplicativo e entregadores evita a busca por carteira assinada⁴². O neoliberalismo não apenas introduziu reformas jurídicas que flexibilizaram as relações de trabalho, mas também estabeleceu a ideia de que os direitos trabalhistas são prejudiciais aos trabalhadores, pois supostamente reduzem sua liberdade de escolha. Dessa forma, a precarização passou a ser associada à modernização, enquanto a rede de proteção social estabelecida na Constituição de 1988 foi retratada como algo antiquado e ultrapassado, a ser superado pelo avançado do mundo da tecnologia.

O neoliberalismo conseguiu capturar os anseios dos trabalhadores, substituindo a estabilidade monótona do mundo fordista, onde as pessoas passavam décadas no mesmo emprego, pela suposta liberdade conferida ao empreendedor individual. Agora, o indivíduo pode escolher os rumos de seu negócio, experimentando emoção e imprevisibilidade. Elementos tradicionais como carteira de trabalho, seguro desemprego e aposentadoria são considerados obsoletos e representativos de um mundo antiquado, exigindo modernização. Mark Fisher (2020) argumenta que a esquerda nunca se recuperou da reviravolta que o capital deu ao mobilizar e incorporar o desejo de emancipação em relação à rotina fordista. Em uma analogia visual, o mundo fordista é personificado por alguém que economiza mensalmente uma quantia na poupança, sem enfrentar riscos ou imprevistos. Já na sociedade neoliberal, o indivíduo é comparado a um *trader*⁴³ que compra e vende ações no mesmo dia, reagindo às flutuações do mercado em uma dinâmica de risco e emoção.

A captura do desejo é essencial para a formação da subjetividade neoliberal, destacando a relação dessa subjetividade com o empreendedorismo e a competição intrapessoal. A lógica da concorrência é um dos mecanismos fundamentais nesse processo, transformando os

⁴² Uma pesquisa realizada pelo Datafolha para a Uber e o iFood mostra que três de cada quatro motoristas e entregadores que trabalham com os aplicativos de mobilidade e entrega preferem manter o modelo atual, em vez de uma eventual contratação pelo regime CLT, mesmo que tivessem acesso aos benefícios trabalhistas previstos na legislação (MATOS, 2023). Está em debate a regulamentação do trabalho de entregadores e motorista de aplicativo no Brasil, foi criado pelo Governo Federal um grupo de trabalho (Decreto Nº 11.513 de 1º de maio de 2023) composto por quarenta e cinco membros: quinze representantes do Governo Federal, quinze representantes dos trabalhadores e quinze representantes das empregadoras (BRASIL, 2023a).

⁴³ "Trader é o profissional que ganha dinheiro com operações de curto prazo (como ações e contratos futuros), independente do mercado estar subindo ou descendo" (INFOMONEY, 2022).

indivíduos em empresas que competem constantemente, até mesmo quando não estão no ambiente profissional. Essa competição se intensifica a ponto de não se limitar ao nível interindividual, tornando-se uma disputa consigo mesmo, onde o sujeito deve superar-se continuamente: "seja a melhor versão de si mesmo". Essa lógica é central para o surgimento de problemas psíquicos como *burnout*⁴⁴, ansiedade e depressão.

Outro princípio da sociedade neoliberal é a responsabilização individual pelos riscos sociais. Assim, não há espaço para um Estado de bem-estar social corrigir desigualdades históricas através de políticas públicas e redes de proteção social. Questões relacionadas ao desemprego, saúde, moradia e aposentadoria são colocadas como responsabilidade exclusiva do indivíduo. Quando há alguma rede de proteção social, ela muitas vezes é privatizada, transferindo a responsabilidade do Estado para a família.

A lógica de mercado permeia todos os aspectos da sociedade civil, não se restringindo à esfera econômica, mas estendendo-se à esfera pessoal e afetiva. O "empreendedor de si" torna-se um sujeito-empresa que busca produtividade e excelência de desempenho, trabalhando para um terceiro como se fosse para si mesmo. Embora exista resistência por parte dos trabalhadores, a disseminação da ideologia neoliberal por diversas frentes, como mídia, igreja, família, política, empresas e escolas, amplia a pressão dessas ideias sobre as consciências individuais.

A introdução da flexibilização no mercado de trabalho foi, muitas vezes, apresentada à sociedade por meio de um discurso atrativo e "moderno", prometendo maior autonomia na gestão do próprio trabalho e tempo. No entanto, para países da periferia do capital, essa flexibilização acabou resultando predominantemente na precarização do emprego e das condições de trabalho, alinhada com as necessidades das empresas. Esse processo também foi caracterizado por uma série de deslocalizações de parques industriais, à medida que o capital buscava oportunidades de exploração da força de trabalho em locais com salários mais baixos, regulamentação trabalhista menos rígida e sindicatos menos organizados, gerando sérios problemas de emprego nas economias e regiões mais desenvolvidas.

As modalidades de flexibilização foram diversas, abrangendo flexibilidade funcional, numérica e salarial, que envolvem a mobilidade e polivalência da força de trabalho. Isso incluiu formas mais arbitrárias de contratação, com variações nos prazos, horários e salários de trabalho, a organização de grupos de trabalho semiautônomos, subcontratação, terceirização,

⁴⁴ “Síndrome de *Burnout* ou Síndrome do Esgotamento Profissional é um distúrbio emocional com sintomas de exaustão extrema, estresse e esgotamento físico resultante de situações de trabalho desgastante, que demandam muita competitividade ou responsabilidade. A principal causa da doença é justamente o excesso de trabalho. Esta síndrome é comum em profissionais que atuam diariamente sob pressão e com responsabilidades constantes, como médicos, enfermeiros, professores, policiais, jornalistas, dentre outros” (BRASIL, [2023?]).

adoção de trabalho por metas e/ou projetos com uma redução expressiva do quadro de funcionários, além do aumento do trabalho intermitente, atualmente plenamente desregulado no Brasil. Outras práticas, como a chamada "pejotização"⁴⁵ e o trabalho em meio período, foram detalhadamente descritas por Cesit (2017). Essas transformações no mercado de trabalho impactaram profundamente a dinâmica empregatícia, acarretando desafios significativos para os trabalhadores e as economias mais desenvolvidas.

A crise de 2008⁴⁶, originada diretamente das repercussões da desregulamentação, liberalização e flexibilização das amarras financeiras nas décadas anteriores, criou um ambiente ainda mais favorável para as investidas do capital em relação ao trabalho. Isso não apenas resultou em uma maior precarização das condições laborais e das relações de trabalho, mas também intensificou a precarização da vida em geral. Em outras palavras, consolidou-se um modo de vida cada vez mais caracterizado pela precariedade, pela instabilidade, pela incerteza e pelo medo em face do presente e do futuro.

Assim, após quase 40 anos de hegemonia neoliberal, as economias centrais, bem como as periféricas, sofreram os abalos da crise instaurada em 2008 que, basicamente, expôs a ponta do *ice-berg* tendo sua manifestação fenomênica no crescimento dos empréstimos *subprime*⁴⁷ associado a altos níveis de inadimplência, execuções hipotecárias e, ainda, práticas creditícias abusivas potencializadas pelo uso de novos instrumentos financeiros, levando a uma insolvência do sistema financeiro que, como em várias outras crises, precisou do auxílio do Estado para frear a dissolução de instituições financeiras e “salvar” o mercado, bem como várias industriais, dentre as quais algumas automobilísticas como a General Motors e a Chrysler que, no início de

⁴⁵ “A denominação “pejotização” tem sido utilizada pela jurisprudência para se referir à contratação de serviços pessoais, exercidos por pessoas físicas, de modo subordinado, não eventual e oneroso, realizada por meio de pessoa jurídica constituída especialmente para esse fim, na tentativa de disfarçar eventuais relações de emprego que evidentemente seriam existentes, fomentando a ilegalidade e burlando direitos trabalhistas. Observe que a “pejotização” no ambiente de trabalho surge como opção aos empregadores que buscam a diminuição dos custos e encargos trabalhistas. Assim, pretende aparentar contratações lícitas para prestação de serviços subordinados, o que fere cabalmente o princípio da primazia da realidade, prejudicando a aplicabilidade dos direitos sociais garantidos aos empregados constitucionalmente” (BRIANEZI, [2011]).

⁴⁶ “A crise econômica internacional de setembro de 2008 atingiu em cheio o coração do sistema financeiro e representou uma inflexão histórica. A imagem mais marcante de seu estopim foi a bancarrota do quarto maior banco de investimentos dos Estados Unidos, o Lehman Brothers. Dada sua dimensão, as consequências de sua falência não se restringiram à esfera das finanças, mas afetaram toda a economia mundial. (...) A crise de 2008 não poderia se dar de maneira diferente: a própria natureza econômica de toda a crise, a “convertibilidade de letras de câmbio em dinheiro”, ou de títulos hipotecários em juros mensais, como a crise do *subprimes*, implica uma quebra abrupta do esquema de reprodução do capital, que tende a reorganizar de forma repentina o seu funcionamento. Isso significa que no interior da crise expressa-se com força a violenta passagem da redistribuição do lucro entre capitais para a concorrência abrupta, canibalesca e destruidora do capital financeiro” (Tonelo, 2021, p. 9-10).

⁴⁷ “Subprime é uma modalidade de crédito de risco concedida a tomadores que não apresentam garantias suficientes para comprovar sua adimplência. O termo foi criado nos EUA no início dos anos 2000, como uma forma de empréstimo de segunda linha para o setor imobiliário que possuía taxas mais altas e alienava a residência do tomador. Na época, com os juros americanos em baixa (em 2003, chegavam a 1%) e uma economia em pleno crescimento, os bancos resolveram criar essas hipotecas de alto risco para atender novos segmentos de clientes. Eram os chamados clientes *ninja: no income, no job, no assets* (sem renda, sem emprego, sem patrimônio). Assim, as pessoas que não conseguiam acesso às taxas mais vantajosas (*prime rate*) na análise de crédito passaram a usar o subprime para ter acesso a financiamentos, cartões de crédito e até mesmo aluguel de veículos. No meio financeiro, o subprime ficou conhecido como “crédito podre” — um termo autoexplicativo” (CAPITAL NOW, 2020).

2009, já haviam recebido em torno de 21 bilhões de dólares por parte do governo estadunidense para gerenciar suas crises (Leite, 2020, p. 113).

Assim, após quase quatro décadas de hegemonia neoliberal, tanto as economias centrais quanto as periféricas foram abaladas pela crise iniciada em 2008. Essa crise, essencialmente decorrente das ramificações da desregulamentação, liberalização e flexibilização das restrições financeiras nas décadas anteriores, manifestou-se de maneira fenomênica no aumento dos empréstimos *subprime*, associado a elevados índices de inadimplência, execuções hipotecárias e práticas creditícias abusivas. O uso de novos instrumentos financeiros contribuiu para a insolvência do sistema financeiro, requerendo a intervenção do Estado para evitar a dissolução de instituições financeiras e "salvar" o mercado, incluindo empresas como a General Motors e a Chrysler, que receberam cerca de 21 bilhões de dólares do governo dos Estados Unidos no início de 2009 para gerenciar suas crises (Leite, 2020).

Podemos compreender, inicialmente, as grandes manifestações e protestos ocorridos após a crise de 2008 como parte das reações à precarização do trabalho e da vida. Braga (2017) destaca que as mobilizações em países como Portugal, Grécia e Espanha e, poderíamos acrescentar, as ocorridas na Itália, bem como o movimento *Occupy Wall Street*⁴⁸, representaram não apenas respostas ao aumento do desemprego, da pobreza e das desigualdades, mas também uma denúncia ao sequestro da democracia pelo sistema financeiro e à precarização do trabalho e da vida. Essa experiência afeta particularmente os trabalhadores mais jovens.

Nesse contexto, surge globalmente uma nova categoria de trabalhadores, cada vez mais arraigada: o precariado⁴⁹, conforme definido por Braga (2012) como um proletariado

⁴⁸ “Em 17 de setembro de 2011, cerca de 150 pessoas ocuparam o Zuccotti Park, localizado em Manhattan, o distrito financeiro de Nova York. Segurando cartazes e gritando palavras de ordem, os manifestantes protestavam contra a desigualdade econômica e social nos Estados Unidos. O movimento, inspirado na Primavera Árabe, não possuía liderança e tinha como objetivo manter uma ocupação constante em Wall Street, a rua mais importante do distrito. As manifestações ganharam força nos primeiros meses, gerando uma onda de protestos semelhantes em diversas cidades dos Estados Unidos, da Europa e de outras partes do mundo, incluindo o Brasil. Em 2008, três anos antes da primeira ocupação em Wall Street, o mundo recebia a notícia de que o Lehman Brothers, um importante banco de investimentos dos Estados Unidos, havia decretado falência, desencadeando a crise financeira de 2008. Nos meses seguintes, a renda familiar estadunidense sofreu uma queda de 25%, enquanto o desemprego teve alta de 10,1%, o maior percentual em 25 anos. Nesse mesmo período, a desigualdade financeira entre a população dos Estados Unidos cresceu, assim como em outros países, mantendo-se elevada ao decorrer dos anos.” (CASTRO 2021).

⁴⁹ Em relação a categoria precariado concordamos com Alves (2013) quando o mesmo aponta que “Portanto, em nossas intervenções críticas, procuramos salientar o precariado como sendo, não uma nova classe social, mas sim uma *nova camada da classe social do proletariado* com demarcações categorias bastante precisas no plano sociológico: precariado é a camada média do proletariado urbano precarizado, constituída por jovens-adultos altamente escolarizados com inserção precária nas relações de trabalho e vida social. Deste modo, num plano sociológico, o precariado como *camada social* média do proletariado urbano precarizado seria constituído, por exemplo, por um conjunto de *categoriais sociais* imersas na condição de proletariedade como, por exemplo, jovens empregados do novo (e precário) mundo do trabalho no Brasil, jovens empregados ou operários altamente escolarizados, principalmente no setor de serviços e comércio, precarizados nas suas condições de vida e trabalho, frustrados em suas expectativas profissionais; ou ainda os jovens-adultos recém-graduados desempregados ou

precarizado. Para Antunes (2018), essa categoria representa a classe que vive do trabalho⁵⁰, incluindo todos os assalariados, desde trabalhadores de serviços até aqueles desprovidos dos meios de produção. O precariado abrange terceirizados, temporários, trabalhadores em meio período, "uberizados", proletariado rural, entre outros. No entanto, Standing (2014) apresenta uma visão diferenciada, considerando parte do precariado como uma potencial "nova classe perigosa", uma classe em construção que difere da classe trabalhadora que caracterizou o capitalismo durante o período fordista/keynesianista. Ele propõe uma estrutura de classes organizada em sete níveis, caracterizados por distintas relações com o Estado e o capital financeiro, incluindo plutocracia, elite, trabalhadores salarizados, proletariado/operário em retração, precariado em formação e *Lumpen* precariado (Standing, 2014).

Para Standing (2014), a característica essencial do precariado é a realização de trabalhos com natureza contratual frágil, instável, flexível e com rendimentos não assegurados. Essa condição gera uma consciência marcada por privação e frustração constantes, sujeita a uma incerteza crônica. Ele identifica três tipos de precariado: os atávicos, originados das antigas classes trabalhadoras; os nostálgicos, compostos principalmente por imigrantes e minorias; e os potencialmente transformadores, formados por trabalhadores precários instruídos, com forte sentimento de privação relativa e frustração.

Nos últimos anos, observou-se uma série de transformações significativas no mercado de trabalho, não apenas em termos produtivos e organizacionais, mas também em relação à força de trabalho feminina, ao aumento do trabalho morto em detrimento do trabalho vivo, à ampliação de formas precárias de emprego (terceirização, quarteirização, pejotização, "uberização"), ao crescimento do trabalho em tempo parcial, temporário e intermitente, ao declínio da força dos sindicatos, à expansão do trabalho em redes, ao aumento do desemprego entre jovens, ao aumento do trabalho em domicílio, à proliferação de "organizações sociais" intermediando força de trabalho e ao rápido crescimento do uso de aplicativos (APPs) em plataformas digitais para conectar oferta e demanda de trabalho, isentando as empresas de responsabilidade perante os trabalhadores.

inseridos em relações de emprego precário; ou mesmo estudantes de nível superior (estudantes universitários são trabalhadores assalariados *em formação* e muitos deles, estudam e trabalham em condições de precariedade salarial)" (ALVES, 2023).

⁵⁰ "A classe-que-vive-do-trabalho, a classe trabalhadora, hoje inclui a totalidade daqueles que vedem sua força de trabalho, tendo como núcleo central os trabalhadores produtivos. Ela não se restringe, portanto, ao trabalho manual direto, mas incorpora a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo assalariado. Sendo o trabalhador produtivo aquele que produz diretamente mais-valia e participa diretamente do processo de valorização do capital, ele detém, por isso, um papel de centralidade no interior da classe trabalhadora, encontrando no proletariado industrial o seu núcleo principal" (Antunes, 2018, p. 102).

Portanto, é crucial ressaltar que o movimento de intensificação da precariedade no trabalho e na vida se alimentou de diversos elementos, incluindo reestruturação produtiva, deslocalizações, desregulamentação, financeirização e terceirização. Esse processo não apenas questiona o status salarial, mas também a relação salarial previamente concebida e estruturada pelo modo de regulação fordista/keynesianista, manifestando-se na precarização econômica. Isso ocorre por meio da desconstrução dos contratos coletivos e da institucionalização da instabilidade, como observado em vários países ao longo do tempo, e que se intensificou no Brasil durante o governo de Michel Temer (Leite, 2018). Essa tendência de desestruturação persistiu ainda durante o governo de Jair Bolsonaro e seu Ministro da Economia, que advogam pela desregulamentação total, privatização e sustentam a necessidade de o mercado de trabalho o mais informal possível. No atual governo do presidente Lula, ainda não houve um processo que de fato rompesse com a contrarreforma trabalhista de 2017, porém alguns avanços, como o grupo de trabalho para a regulamentação dos motoristas e entregadores de aplicativos, demonstram que, a partir da mobilização das estratificações da classe trabalhadora, teremos, pelo menos, a possibilidade de negociar.

Portanto, nos últimos anos, tanto no Brasil quanto em outros países, o chamado mercado de trabalho passou por transformações substanciais que ultrapassam os aspectos produtivos e organizacionais. Essas mudanças incluem um significativo aumento da força de trabalho feminina, embora com disparidades consideráveis entre os países. As mulheres, sabidamente, enfrentam desafios como receber salários inferiores aos dos homens e encontrar dificuldades para ascender a cargos mais elevados, devido a estruturas machistas e misóginas que se configuram como elementos estruturais. Acrescenta-se a esse cenário a questão da mulher negra, que recebe salários ainda menores do que a mulher branca.

Além disso, assistimos a um incremento do trabalho morto em detrimento do trabalho vivo, um aumento significativo das práticas de terceirização, quarteirização, pejotização e, nos últimos anos, da "uberização". Houve também um aumento notável do trabalho em tempo parcial, temporário e intermitente. Observamos o declínio da influência dos trabalhadores organizados e seus sindicatos, a expansão do trabalho em redes, um aumento alarmante do desemprego entre a juventude, uma intensificação do trabalho em domicílio e uma ampliação do emprego no setor de serviços, caracterizado por baixos salários e alta rotatividade.

O número de trabalhadoras e trabalhadores de *call centers* aumentou, assim como a proliferação de "organizações sociais" que intermediam a força de trabalho. No Brasil, a situação se agravará com a terceirização irrestrita das atividades-fim, além das atividades-meio. Paralelamente, testemunhamos um rápido e voraz aumento do uso de aplicativos (APPs) em

plataformas digitais, os quais intermedeiam o trabalho ao facilitar o "encontro" entre oferta e demanda de trabalho/serviço. Esses aplicativos isentam as empresas de qualquer responsabilidade perante as trabalhadoras e os trabalhadores, considerados colaboradores, parceiros ou "empresários" de si mesmos.

A tecnologia não é apenas uma ferramenta nas mãos do capital, mas um elemento intrínseco à sua dinâmica. Ela não apenas reflete as necessidades do capital em movimento, mas também desempenha um papel ativo na definição das trajetórias e das contradições do sistema econômico predominante. Entender as dinâmicas do capital em movimento requer, portanto, uma análise profunda e abrangente do papel central que a tecnologia desempenha nesse complexo jogo de forças.

As transformações no mundo contemporâneo têm sido marcadas por uma série de avanços tecnológicos, mudanças socioeconômicas e reconfigurações geopolíticas que reverberam diretamente no mundo do trabalho. O advento da globalização, impulsionado por avanços nas comunicações e transportes, encurtou distâncias geográficas e integrou economias de diferentes partes do globo. Esse fenômeno trouxe consigo uma reorganização nas cadeias produtivas, levando a uma intensificação da competição entre países e empresas.

Além disso, a questão da tecnologia não se limita apenas ao âmbito econômico. Ela permeia questões sociais e políticas, impactando a forma como as sociedades se organizam e como os indivíduos interagem. A conectividade digital, por exemplo, redefine as relações sociais, a comunicação e até mesmo as estruturas políticas. As transformações tecnológicas têm o potencial não apenas de aumentar as disparidades econômicas, mas também de influenciar a distribuição de poder e de criar novas formas de controle social. A disparidade tecnológica e o acesso desigual à internet entre países do capitalismo central e periférico acentuam significativamente as dificuldades enfrentadas pela classe trabalhadora. Enquanto os países centrais estão imersos na era digital, com acesso generalizado à internet de alta velocidade e tecnologias avançadas, muitos países periféricos lutam para superar barreiras digitais, exacerbando as desigualdades existentes.

No contexto da classe trabalhadora, a falta de acesso as possibilidades que o avanço tecnológico apresenta nos dias de hoje limita severamente as oportunidades de educação, emprego e participação efetiva na economia digital global. Em muitos países periféricos, comunidades rurais e urbanas enfrentam a chamada lacuna digital⁵¹, onde a conectividade é

⁵¹ “Uma lacuna de acesso digital é caracterizada pela falta de conexão com a Internet provocada por diferenças socioeconômicas ou pela falta de infraestrutura acessível. Essa lacuna é muito comum, por exemplo, nas áreas

precária ou inexistente. Isso coloca os trabalhadores em desvantagem. A falta de acesso à internet associada ao pouco acesso à educação pode afetar a capacidade da classe trabalhadora de se manter informada e engajada em questões sociais e políticas, uma vez que, além de não ter acesso à informação, em alguns casos, pode faltar a mediação da informação com a realidade cientificamente comprovada e outros conhecimentos socialmente referendados.

A questão da diferença tecnológica não se limita apenas ao acesso à internet, mas também inclui a disponibilidade de dispositivos tecnológicos. Enquanto nos países centrais a posse de smartphones, laptops e outros dispositivos é comum, em países periféricos, muitos trabalhadores não têm acesso a essas ferramentas básicas, limitando ainda mais suas oportunidades de participar plenamente na sociedade digital. Dessa forma, a lacuna tecnológica não é apenas uma questão de comodidade; é uma barreira que impede a classe trabalhadora nos países menos desenvolvidos de desfrutar dos benefícios educacionais, econômicos e sociais proporcionados pela revolução digital. Enfrentar essa disparidade requer investimentos significativos em infraestrutura tecnológica, educação digital e políticas que garantam o acesso equitativo à internet, capacitando, assim, a classe trabalhadora a competir em um mundo cada vez mais digitalizado.

Nesse contexto, a revolução tecnológica desempenha um papel central nas transformações do mundo do trabalho, uma vez que traz alterações fundamentais para os processos produtivos. A automação, a inteligência artificial e a informatização têm alterado substancialmente a natureza das ocupações, impulsionando a demanda por trabalhadores cada vez mais especializados e provocando uma reestruturação nas ocupações tradicionais. Em um primeiro momento, numa análise do fenômeno apenas no imediato, a tecnologia traz eficiência e inovação, contudo, ao aprofundarmos as análises, ela suscita desafios muito caros à classe trabalhadora, como a substituição de empregos por máquinas e a necessidade de uma constante adaptação por parte dos trabalhadores.

O impacto humano mais significativo do trabalho flexível pode ser resumido na ideia ou conceito de precariedade, que vai além da natureza do contrato de trabalho para abranger uma condição social e humana resultante da sequência desses contratos. Isso gera uma insegurança objetiva e subjetiva, manifestando-se como incerteza nas condições de vida e existência. Essa dinâmica marca uma distinção substancial em relação a mudanças anteriores no mundo do trabalho e tem sido o foco de vários movimentos e protestos globais nos últimos anos.

rurais e em regiões em desenvolvimento, e exige um alto investimento para ser solucionada” (ZABALLOS; RODRÍGUEZ; GABARRÓ, 2020).

Ao apresentar as soluções para suas crises estruturais a partir de mudanças nos modelos produtivos, o sistema capitalista necessita apresentar uma diversidade de formas para a exploração do trabalho e, em alguns casos, retomar alguns modelos apropriando elementos que sofisticam as formas de exploração do trabalho humano. Dessa forma, a precarização do trabalho, que se intensifica a cada ano, há algum tempo, vem se metamorfoseando em uma precariedade da vida. Nesse cenário, trabalhadoras e trabalhadores passam a internalizar a responsabilidade pela própria empregabilidade, assimilando a ideia e o compromisso de se tornarem empreendedores de si mesmos. Essa perspectiva carrega consigo as necessárias consequências, podendo conduzir a um egoísmo social. Em outras palavras, ela pode resultar na negação da solidariedade e na rejeição da redistribuição.

Dentro dessa reconfiguração da classe trabalhadora dos “nossos tempos”, ampliaremos o debate sobre a reestruturação capitalista a partir da utilização de novas tecnologias de informação e comunicação com a emergência das “economias de plataforma”, que traz como elementos norteadores o esfacelamento dos diretos trabalhistas e das possibilidades de estabilidade laboral através da flexibilização do trabalho e o aumento do controle, utilizando-se de todo aparato técnico-informacional, de trabalhadores e trabalhadoras dentro dos processos de trabalho. O panorama contemporâneo das transformações no mundo do trabalho evidencia uma complexa teia de desafios e oportunidades. À medida que resistimos às dinâmicas do trabalho flexível, à ascensão de plataformas digitais e às mudanças nas relações laborais, é imperativo refletir sobre o impacto humano dessas transformações.

A precarização do trabalho, que vai além da natureza dos contratos e se entranha na tessitura social, emerge como uma questão central. A insegurança objetiva e subjetiva resultante dessas mudanças não apenas redefine a natureza do emprego, mas transcende para se tornar uma insegurança nas condições de vida e de existência. Este é um ponto crucial que mobilizou movimentos e protestos globais, como os observados após a crise de 2008, destacando não apenas as preocupações com o desemprego, a pobreza e as desigualdades, mas também a denúncia do domínio do sistema financeiro sobre a democracia e a precarização generalizada.

No entanto, diante desses desafios, também testemunhamos a emergência de novas formas de resistência e reivindicação. Movimentos sindicais adaptativos, a busca por regulamentações mais justas e a promoção de valores centrados na equidade e dignidade no trabalho são ações necessárias na luta por dignidade no trabalho. À medida que navegamos por esse cenário em constante evolução, é crucial considerar não apenas as transformações econômicas, mas também os impactos psicológicos e sociais na classe trabalhadora.

A trajetória do trabalho contemporâneo não é apenas uma narrativa de desafios, mas também de adaptação e resistência. Ao buscar soluções através da organização da classe trabalhadora, podemos aspirar um futuro que possibilite a emancipação dos sujeitos e a possibilidade de luta para a superação do capitalismo, só assim poderemos ter respeito e dignidade para cada indivíduo, promovendo a igualdade de oportunidades e contribuindo para o bem-estar coletivo.

Ao adentrarmos o tecido intrincado da sociedade contemporânea, é inegável que a revolução tecnológica está moldando significativamente a forma como vivemos e trabalhamos. Nesse cenário, a Indústria 4.0 emerge como um elemento fundamental, representando uma revolução industrial impulsionada pela convergência de tecnologias digitais, automação avançada e inteligência artificial, a também conhecida como “Revolução 4.0”.

A informatização da vida não é apenas uma mudança tangível, mas uma transformação profunda que permeia todos os aspectos da existência humana. Desde a automação de processos industriais até a interconexão ubíqua de dispositivos em nossas casas, a tecnologia está redefinindo a própria essência da nossa experiência cotidiana. À medida que exploramos esse fenômeno complexo, é essencial aprofundar o debate sobre os impactos da Indústria 4.0 e da informatização em nossas vidas. Este diálogo aberto deve abordar não os aparentes benefícios defendidos pela lógica neoliberal, onde eficiência e inovação dão o tom do debate e reafirmam o discurso de empreendedorismo e todos os contos de fada do neoliberalismo, mas fundamentalmente as implicações sociais, éticas e econômicas que emergem desse novo paradigma. As questões relacionadas à privacidade, segurança cibernética, desigualdade digital e o futuro do trabalho são apenas algumas das facetas desse debate multifacetado.

Cabe-nos a tarefa de problematizar o discurso da modernização das relações de trabalho e compreender as implicações para a vida de milhões de trabalhadores e trabalhadoras. Os elementos constituintes da indústria 4.0 trazem em si a ampliação da flexibilização do trabalho, a insegurança para a classe trabalhadora, o uso da tecnologia para a ampliação do controle sobre o tempo dos seres humanos e ainda culpabilizam os sujeitos, colocando as mazelas sociais próprias da sociedade capitalista como responsabilidades individuais. Como sociedade, é nosso dever analisar criticamente esses desenvolvimentos e fazer o enfrentamento na busca de diretrizes que garantam uma vida digna para homens e mulheres nessa sociedade informatizada.

2.2 INDÚSTRIA 4.0 E A INFORMATIZAÇÃO DA VIDA

*Saia do meu caminho
Eu prefiro andar sozinho*

*Deixem que eu decida a minha vida
 Não preciso que me digam
 De que lado nasce o Sol
 Porque bate lá meu coração*

*Sonho e escrevo em letras grandes de novo
 Pelos muros do país
 João, o tempo andou mexendo com a gente, sim
 John, eu não esqueço (oh, no, oh, no!)*

(Trecho da música “Comentário a respeito de John”, Autor: Belchior, 1979)

Saia do meu caminho, eu prefiro andar sozinho, deixe que eu decida minha vida.

Belchior não começa essa canção de forma sutil, ele é enfático, como em toda sua carreira. Até mesmo quando se isola do mundo para viver o seu refúgio, o artista se posiciona. Não deixava de esquecer, sonhava em letras grandes. Citar Belchior antes de tratar das relações políticas e o mundo do trabalho em um país que havia descoberto a democracia bem recentemente, e mais recentemente ainda tivemos que garantir que essa democracia, mesmo frágil, pudesse continuar a existir, é sem dúvida, um presente que certamente não temos a envergadura suficiente.

A Revolução Industrial teve seu início entre 1760 e 1840, na Inglaterra, marcada pela substituição gradual dos métodos artesanais por máquinas e ferramentas, a adoção do carvão como fonte de energia alternativa, e o crescente uso da energia a vapor. Essas mudanças nos processos produtivos provocaram impactos significativos nos aspectos econômicos e sociais. O artesão, que antes controlava todo o ciclo produtivo, desde a obtenção da matéria-prima até a venda do produto final, passou a trabalhar para um empregador que detinha o controle sobre o processo, a matéria-prima, o produto final e os lucros. Entre as décadas subsequentes, aproximadamente até o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, ocorreram avanços consideráveis na indústria química, elétrica e do aço, acompanhados por melhorias nas técnicas existentes. Surgiram os primeiros navios de aço impulsionados por potentes motores a vapor, revolucionando o transporte de mercadorias. As primeiras linhas de produção também foram introduzidas, possibilitando a produção em massa a custos mais baixos. Nesse contexto, a invenção e a inovação foram elementos fundamentais, caracterizando a Segunda Revolução Industrial (Coelho, 2016).

Entre as décadas de 1950 e 1970, delineou-se o início daquilo que viria a ser reconhecido como a Terceira Revolução Industrial, conhecida como revolução digital. Essa fase foi marcada pela disseminação do uso de semicondutores, de computadores, de automação e de robotização em linhas de produção. Também se tem o armazenamento e o processamento digital de informações, as comunicações, os telefones móveis e a emergência da internet. No início do século XXI, com o desenvolvimento da internet, o avanço de sensores cada vez menores e mais

poderosos a preços acessíveis, além do aprimoramento contínuo de software e hardware, as máquinas passaram a ter a capacidade de aprender e colaborar, formando extensas redes de dispositivos interconectados. Essa transformação na indústria, cujo impacto se estende à competitividade, à sociedade e à economia, foi denominada pelos professores Erik Brynjolfsson e Andrew McAfee, do Instituto de Tecnologia de Massachusetts, como a "segunda idade da máquina". Em 2011, na Feira Industrial de Hannover, Alemanha, o termo "Indústria 4.0" começou a ser amplamente discutido, sinalizando uma nova era na evolução industrial (Coelho, 2016).

O avanço das tecnologias de informação e sua integração nos processos de produção estão redefinindo a indústria tradicional, impulsionando-a para um nível mais elevado de desenvolvimento organizacional. Para capitalizar os benefícios dessas tecnologias e fortalecer a competitividade no mercado global, discute-se em escala mundial uma mudança de paradigma na fabricação. A Indústria 4.0, denominada pelo governo alemão como a Quarta Revolução Industrial, expressão adotada pelos participantes do último Fórum Econômico Mundial de Davos, abarca um conjunto de tecnologias inovadoras, incluindo nanotecnologia, plataformas digitais, inteligência artificial (IA), robótica, internet das coisas, entre outras. Essas inovações representam um significativo avanço na capacidade de organizar e controlar o trabalho.

O conceito da "Indústria 4.0" teve sua origem na indústria alemã durante a Feira de Hannover, em 2011, com o objetivo de revitalizar a participação da Alemanha no mercado global, concentrando-se no avanço da manufatura no país (Firjan, 2016; Rath, 2017). Essa revolução tecnológica desencadeou diversas transformações, exigindo que profissionais existentes e futuros compreendam e se adaptem a essas mudanças, desenvolvendo novas qualificações e habilidades. O mercado demandará profissionais ágeis e dinâmicos capazes de compreender o funcionamento da Indústria 4.0 (Collabo, 2016).

A implementação de dispositivos "inteligentes" que podem se comunicar de forma autônoma ao longo da cadeia de valor está redefinindo o cenário. Nesse contexto, tecnologias como os *Cyber-physical systems*⁵² (CPS) organizam-se automaticamente, monitoram processos

⁵² “Os *sistemas ciber físicos* (ou CPS, na sigla em inglês para Cyber-Physical Systems) são integrações que envolvem computação, comunicação e controle através de redes e processos físicos. Por intermédio desses sistemas, as empresas têm a oportunidade de representar a realidade do mundo físico em ambientes digitais. Sendo assim, conseguem fazer simulações, testes, predições de desgastes, entre muitas outras possibilidades que a tecnologia oferece. Isso pode representar ganhos expressivos de competitividade para o negócio. (...) os sistemas de manufatura são capazes de monitorar processos físicos, criar o chamado "gêmeo digital", também conhecido como Sistema Ciber-Físico (CPS – Cyber-Physical System) e tomar decisões inteligentes por meio de comunicação e cooperação em tempo real com humanos, máquinas, sensores e assim por diante” (Vieira *et al.*, 2018).

e criam uma representação virtual do mundo real. A *Internet of Things (IoT)*⁵³ conecta máquinas, objetos e pessoas em tempo real, enquanto a *Cloud Computing*⁵⁴ oferece soluções de armazenamento e facilita a troca e gestão de informações, permitindo a integração de processos de produção e negócios para criar valor nas organizações (Santos *et al.*, 2018).

O impacto da Indústria 4.0 transcende a mera digitalização, adentrando uma forma de inovação mais complexa, fundamentada na combinação de diversas tecnologias. Isso demandará das empresas uma reavaliação da gestão de seus negócios e processos, um reposicionamento na cadeia de valor e uma nova abordagem no desenvolvimento e na introdução de novos produtos no mercado, com ajustes nas estratégias de marketing e distribuição. No imediato, o discurso afirma que essas tecnologias não apenas melhoram os processos de produção, mas também têm o potencial de criar valor para as organizações. A combinação dessas inovações permite a integração de diferentes aspectos dos negócios, proporcionando uma visão mais abrangente e eficiente das operações organizacionais. Essa abordagem reflete a busca por maior competitividade no mercado global, impulsionada pela adoção de paradigmas inovadores na fabricação e gestão empresarial.

Atualmente, os consumidores buscam mais do que simples produtos; procuram experiências completas. Cada detalhe é considerado no momento da compra, desde embalagem, marca, atendimento ao cliente até serviços pós-venda. A opinião de outros consumidores, a presença nas redes sociais e informações disponíveis para escolhas conscientes baseadas em fatos tornam-se essenciais. Da produção em massa, evoluímos para a customização em massa, caracterizada pela produção de bens ou serviços que atendem desejos individuais a custos próximos da produção em massa convencional. Essa transição é possível graças à agilidade e flexibilidade das empresas. Produtos e serviços incorporam capacidades digitais, materiais mais inteligentes e sensores que monitoram em tempo real, fornecendo estatísticas de desempenho e prevenindo proativamente desvios, maximizando a utilização, reduzindo custos e aumentando o valor percebido pelos clientes.

⁵³ “O termo internet das Coisas “Internet of Things (IoT)” refere-se a objetos físicos e virtuais ligados à internet, tem as suas raízes no MIT (Massachusetts Institute of Technology) quando em 1999 um grupo desenvolvia o seu trabalho na área da identificação por radio frequência (RFID) conectada. Desde então, tem sido impulsionada pelo aparecimento e uso generalizado de sensores cada vez mais pequenos e baratos, assim como um avanço nos dispositivos móveis, comunicações wireless e tecnologias cloud” (Coelho, 2016, p. 20).

⁵⁴ “(...) podemos dizer que a Computação em Nuvem é um dos termos para descrever um ambiente de computação baseado em uma imensa rede de servidores, sejam estes virtuais ou físicos. Uma definição pode então ser “um conjunto de recursos como capacidade de processamento, armazenamento, conectividade, plataformas, aplicações de serviços disponibilizados na internet”. O resultado é que a nuvem pode ser vista como o estágio mais evoluído do concito de virtualização, a virtualização do próprio data center” (Taurion, 2009, p. 2).

O *World Economic Forum*, em seu relatório "*Collaborative Innovation Transforming Business, Driving Growth*"⁵⁵, de agosto de 2015, define inovação como a "comercialização bem-sucedida de ideias inovadoras, incluindo novos produtos, serviços, processos ou modelos de negócios, resultando em uma melhor experiência para o cliente ou aumento da produtividade das empresas que as utilizam". A inovação colaborativa impulsiona sinergias cruciais, proporcionando vantagens competitivas e sendo vista como um motor para o crescimento social e econômico. Mark Esposito, Professor de Negócios e Economia na *Harvard University Extension School*, destaca que a inovação colaborativa é a próxima grande ideia que precisa ser moldada para permitir o surgimento de novos modelos de negócios colaborativos. Ancorada em bases sólidas de empreendedorismo, a inovação colaborativa é o impulsionador das organizações modernas, capazes de criar novas oportunidades, explorar ideias radicais e testar os limites dos mercados, tornando-se um verdadeiro aliado para o crescimento (Coelho, 2016).

Destacamos a influência crescente das tecnologias da Indústria 4.0 na transformação dos processos de produção e na gestão organizacional. A referência à implementação de dispositivos "inteligentes", que se comunicam autonomamente ao longo da cadeia de valor, indica a ascensão de sistemas tecnológicos avançados capazes de se organizar e monitorar processos de maneira autônoma. Além disso, a menção à Internet das Coisas (IoT) destaca a interconexão em tempo real entre máquinas, objetos e pessoas, sinalizando uma rede dinâmica e integrada que permite uma comunicação mais eficiente e eficaz. A *Cloud Computing* também é apresentada como um componente crucial, fornecendo soluções de armazenamento e facilitando a troca e a gestão de informações.

Contudo a introdução e expansão das tecnologias associadas à Indústria 4.0 têm amplas implicações para a vida em sociedade. Uma das áreas mais impactadas é o mercado de trabalho, onde a automação e a implementação de sistemas inteligentes podem levar a mudanças significativas. Isso inclui a potencial redução de empregos em determinados setores e a demanda por habilidades mais especializadas em outros.

Nesse contexto, é possível identificar distintos grupos que são mais suscetíveis aos impactos dessas mudanças. Em primeiro lugar, trabalhadores que desempenham tarefas rotineiras e repetitivas, aqueles e aquelas que dentro da divisão sociotécnica do trabalho na sociedade burguesa executam trabalhos menores dentro da cadeia produtiva capitalista estão entre os mais afetados pela automação. Máquinas e sistemas inteligentes são especialmente

⁵⁵ Disponível em: https://www3.weforum.org/docs/WEF_Collaborative_Innovation_report_2015.pdf

eficientes na execução de atividades que seguem padrões predefinidos, o que pode levar à redução de postos de trabalho em setores como manufatura e produção em larga escala.

Por outro lado, a demanda por habilidades mais especializadas torna-se uma característica crucial no novo paradigma do mercado de trabalho. Profissionais capazes de lidar com a operação e manutenção dessas tecnologias, bem como aqueles com competências em programação, análise de dados e resolução de problemas complexos, têm maior probabilidade de encontrar oportunidades de emprego e se destacar em um ambiente cada vez mais digital. No entanto, é importante ressaltar que a narrativa da ampliação de oportunidades para profissionais altamente qualificados finda por mascarar o asseveramento da ampliação das desigualdades socioeconômicas. Aqueles que possuem acesso limitado à educação especializada podem enfrentar maiores dificuldades na adaptação a esse novo contexto, o que pode resultar em um aumento das disparidades dentro da própria classe trabalhadora.

Destacamos a ampliação da chamada "uberização" do trabalho, caracterizada por formas precárias de emprego, sem garantias trabalhistas e segurança financeira. Trabalhadores de plataformas digitais, muitas vezes enquadrados como autônomos, podem enfrentar condições de trabalho instáveis e rendimentos variáveis, evidenciando um aspecto mais precário que pode atingir parcelas significativas da classe trabalhadora. Em suma, enquanto profissionais altamente qualificados, pequena parte da classe trabalhadora, conseguem ter acesso a essa qualificação⁵⁶ e podem se beneficiar das oportunidades geradas pela Indústria 4.0, é crucial implementar políticas e programas de formação e requalificação que atendam às necessidades de todos os estratos da classe trabalhadora, evitando o aumento das desigualdades e assegurando uma transição mais equitativa para o novo paradigma tecnológico.

Outra dimensão importante é o surgimento de desafios éticos e de privacidade. A coleta massiva de dados, essencial para a operação de tecnologias como a Internet das Coisas (IoT), suscita preocupações sobre o acesso e o uso adequado dessas informações. Questões éticas se entrelaçam com o dilema da privacidade em uma sociedade cada vez mais digital. A adoção generalizada dessas tecnologias também pode gerar desigualdades sociais e digitais. Aqueles que não têm acesso adequado à tecnologia correm o risco de ficar à margem desses avanços, aumentando as disparidades na sociedade. Essa disparidade se reflete não apenas no acesso à tecnologia, mas também na capacidade de se beneficiar plenamente de suas potencialidades.

⁵⁶ Apenas 21% dos jovens brasileiros, entre 25 e 34 anos, concluíram o Ensino Superior, segundo o levantamento *Education at Glance*, elaborado pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico OCDE, publicado no final de 2021. Disponível em: https://data.oecd.org/fr/resultatrecherche/?r=%2Bf%2Ftype%2FIndicators&r=%2Bf%2Fdata_portal_v2_topics_fr%2Feducation.

Faz-se necessário uma análise mais profunda dos impactos da Indústria 4.0 no mundo do trabalho. Em setembro de 2015 o Fórum Econômico Mundial lançou um relatório intitulado “*Deep Shift Technology Tipping Points and Societal Impact*” que tinha por base uma consulta a 800 executivos e especialistas do setor de tecnologias da informação e comunicação e que pedia que localizassem no tempo de acordo com a sua percepção, 21 pontos críticos de mudança.

Tabela 4 – Ano médio esperado para ponto crítico

2018	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Armazenamento para todos	Robôs e serviços	Internet da/para as coisas	Tecnologias implantáveis	Computação onipresente	Impressão 3D e produtos de consumo	Carros sem motorista	Bitcoin e o <i>blockchain</i>
		Internet vestível	Uso de dados para decisões	Impressão 3D e saúde humana	IA e trabalhos administrativos	IA e tomada de decisão	
		Impressão e fabricação 3D	Visão como nova interface	Casa conectada	Economia de Compartilhamento	Cidades inteligentes	
			Nossa presença digital				
			Governo e a cadeia de blocos				
			Supercomputador de bolso				

Fonte: Adaptado do relatório *Deep Shift Technology Tipping Points and Societal Impact* (WORLD ECONOMIC FORUM, 2015).

A tabela oferece uma perspectiva temporal dos pontos críticos esperados em diversas áreas tecnológicas de 2018 a 2027. Cada ano representa um marco para diferentes tecnologias, destacando os avanços previstos em cada setor. No âmbito do armazenamento de dados, prevê-se um ponto crítico para a acessibilidade generalizada. A presença de robôs nos serviços e a integração da Internet das Coisas (IoT) indicam mudanças significativas na automação e conectividade entre dispositivos. Tecnologias implantáveis sugerem desenvolvimentos notáveis na interação entre tecnologia e corpo humano.

A computação onipresente, a impressão 3D para consumo, carros sem motorista e a consolidação do Bitcoin e *blockchain* representam transformações substanciais em áreas-chave. Dispositivos vestíveis, análise de dados para decisões e impressão 3D na área de saúde humana também estão entre os pontos críticos previstos. A integração da inteligência artificial (IA) em trabalhos administrativos, sua aplicação na tomada de decisões complexas e a visão como uma nova interface refletem avanços notáveis em IA. Os conceitos de casa conectada, de economia de compartilhamento e de cidades inteligentes sugerem uma mudança no modo como interagimos com nossos ambientes e comunidades.

Os avanços tecnológicos previstos abrangem diversas áreas cruciais, sinalizando mudanças significativas no cenário contemporâneo. A computação onipresente representa a disseminação generalizada da capacidade computacional em nosso cotidiano, transcendendo dispositivos específicos para criar um ambiente altamente conectado. A utilização da impressão 3D para consumo promete revolucionar a produção, permitindo a personalização em massa de produtos. Carros sem motorista representam uma transformação no setor de transporte, promovendo veículos autônomos que têm o potencial de redefinir a mobilidade urbana. A consolidação do Bitcoin e do *blockchain* indica uma revolução nas transações financeiras e no registro de informações, introduzindo sistemas descentralizados e mais seguros. Dispositivos vestíveis e a análise de dados para decisões apontam para uma integração mais profunda da tecnologia em nossas vidas diárias, desde a monitorização da saúde até a otimização de escolhas cotidianas.

Na área da saúde humana, a impressão 3D surge como uma ferramenta crucial, possibilitando avanços em próteses personalizadas e até mesmo na bioimpressão de órgãos. A integração da inteligência artificial em trabalhos administrativos e sua aplicação na tomada de decisões complexas sinalizam uma mudança na natureza do trabalho, com a automação desempenhando um papel mais proeminente. A visão como uma nova interface reflete o avanço na interação homem-máquina, indicando um futuro onde os dispositivos compreendem e respondem à linguagem visual de maneira mais natural. Os conceitos de casa conectada, de economia de compartilhamento e de cidades inteligentes denotam uma transformação nas estruturas urbanas e nas interações sociais, impulsionando a criação de comunidades mais eficientes, sustentáveis e interconectadas. Esses elementos coletivos delineiam uma narrativa de mudanças radicais e promissoras que moldarão a sociedade nos anos por vir.

A tabela também aborda aspectos sociais, como nossa presença digital atingindo um ponto crítico e a aplicação da cadeia de blocos nos processos governamentais. Finalmente, a previsão de um "supercomputador de bolso" destaca o desenvolvimento contínuo de dispositivos portáteis com capacidades computacionais significativas. Esses marcos projetados oferecem uma visão abrangente do futuro tecnológico, delineando os avanços que moldarão nossa sociedade nos próximos anos.

À medida que nos deparamos com os avanços tecnológicos projetados para moldar o nosso futuro, é inevitável que uma perspectiva crítica e preocupada venha à tona. Embora essas inovações prometam transformações notáveis em diversas áreas, é imperativo ponderar sobre as implicações mais amplas que podem acompanhar esse progresso. A computação onipresente, por exemplo, levanta questões sobre privacidade e segurança, conforme a tecnologia se

entrelaça em praticamente todos os aspectos de nossas vidas. A constante coleta de dados pode criar um ambiente em que a privacidade individual se torna uma mercadoria rara, suscitando inquietações sobre quem controla e tem acesso a informações pessoais.

A democratização da impressão 3D para consumo, embora ofereça personalização e flexibilidade, também levanta preocupações sobre direitos autorais e segurança na produção de itens complexos. A proliferação de carros sem motorista suscita debates sobre a segurança nas estradas, o impacto nos empregos relacionados ao transporte e as complexidades éticas envolvidas em algoritmos que tomam decisões potencialmente críticas. A consolidação do Bitcoin e *blockchain*, embora traga a promessa de transações financeiras descentralizadas, também enfrenta desafios em termos de regulamentação e adoção generalizada. A integração crescente da inteligência artificial em vários setores levanta questões éticas, incluindo a responsabilidade por decisões automatizadas e a possível ampliação das disparidades sociais.

Na área da saúde, a impressão 3D para a produção de próteses e órgãos apresenta oportunidades notáveis, mas também suscita dilemas éticos, como a acessibilidade a essas tecnologias inovadoras e os potenciais impactos na equidade na saúde. A visão como uma nova interface e a crescente interconexão de dispositivos levantam preocupações sobre segurança cibernética e dependência excessiva de tecnologia. Os conceitos de casas conectadas, de economia de compartilhamento e de cidades inteligentes trazem à tona questões sobre a desigualdade no acesso a essas inovações e os riscos associados à dependência de infraestruturas altamente tecnológicas.

Em última análise, é crucial adotar uma abordagem crítica ao considerar o futuro moldado por essas inovações. A reflexão sobre os impactos sociais, éticos e econômicos é essencial para garantir que avançamos em direção a um futuro que nos possibilite que a tecnologia esteja a serviço da classe trabalhadora. Por mais idealista que essa posição possa parecer, não podemos perder de vista que a luta pela sobrevivência é a luta contra o capitalismo, enquanto não superarmos a sociedade regida pelo antagonismo entre classes.

A Indústria 4.0 desempenha um papel central nas intensas transformações digitais ocorridas na última década. A velocidade com que a informatização e a digitalização permeiam a reprodução social possibilita a multiplicação de teorias sobre o surgimento de uma nova era da humanidade fundamentada em prognósticos disruptivos e na ubiquidade tecnológica. Narrativas e prognósticos se disseminam, afirmando que estamos atravessando uma transição para uma denominada sociedade do conhecimento, gerida e produzida por poderosas inteligências artificiais capazes de se reproduzir, evoluir e executar tarefas em nosso lugar. Diante desse inexorável futuro, argumenta-se que bastaria suportarmos um breve período sob

os efeitos colaterais dessa ruptura, como o aumento do desemprego, da informalidade, das iniquidades e da crise estrutural do capitalismo, para finalmente alcançarmos uma espécie de terra prometida na nova sociedade que nos aguarda logo à esquina (Arias; Pinto, 2023).

Ao adentrarmos no universo da Indústria 4.0, nos deparamos com as manobras das nações mundiais que comandam o capitalismo globalmente que, na edição de 2021, em meio a pandemia de Covid-19, trouxe como tema *Great Reset* (Grande Reinício), propondo uma reflexão sobre a necessidade de reformulação nos paradigmas econômicos e sociais em resposta aos desafios globais. Este conceito, apresentado pelo WEF, surge no contexto da pandemia de COVID-19 e da crise econômica associada, buscando abordar questões mais amplas relacionadas às mudanças climáticas, desigualdades sociais e transformações tecnológicas. Arias e Pinto afirmam que “Em suma. Precisamos de uma ‘grande reinicialização’ do capitalismo” (Arias; Pinto, 2023, p. 132).

Arias e Pinto (2023) apresentam como elementos centrais para debate sobre essa reorganização capitalista dois elementos: [1] capitalismo *stakeholders*: tido como um novo modelo de capitalismo, no qual as empresas não apenas buscam maximizar os lucros de curto prazo para os acionistas, mas também se empenham na criação de valor a longo prazo, considerando as necessidades de todos os seus *stakeholders* e da sociedade como um todo; [2] o aprofundamento da Quarta Revolução Industrial: uma temática recorrente no Fórum Econômico Mundial desde 2016 é o principal ponto da agenda industrial do neoliberalismo pós-crise de 2008. Essa agenda tem conquistado adeptos entre empresas, governos e líderes globais, ampliando a narrativa hegemônica e fatalista do espectro da automação completa. Essa narrativa assombra e justifica a redução de salários e empregos, chegando até mesmo a impulsionar previsões sobre o fim do trabalho.

Pretendemos, como já destacado ao longo do texto, examinar os elementos da Indústria 4.0 e suas consequências para o mundo do trabalho. Notadamente, após a crise financeira de 2008, o cenário mundial testemunhou uma série de transformações significativas em diversas esferas. Economias em todo o mundo foram impactadas, resultando em recessões, desemprego em massa e instabilidade nos mercados financeiros. Essa crise serviu como um ponto de inflexão que redefiniu a trajetória de muitos países e influenciou fortemente políticas econômicas e sociais.

No âmbito econômico, o período pós-2008 foi marcado por esforços para estabilizar e revitalizar as economias afetadas. Muitos governos implementaram medidas de estímulo, resgates financeiros e reformas regulatórias para restaurar a confiança nos mercados. O sistema bancário passou por ajustes, com uma maior ênfase na transparência e na responsabilidade. No

entanto, as sequelas da crise também revelaram desafios estruturais mais profundos. A desigualdade econômica se acentuou em muitos lugares, com crescente disparidade de renda e oportunidades. A austeridade fiscal tornou-se uma abordagem comum em vários países, afetando os serviços públicos e o bem-estar social.

No campo do emprego, o mercado de trabalho passou por mudanças significativas. A precarização do trabalho intensificou-se, impulsionada por práticas como terceirização, contratos temporários e aumento da informalidade. As tecnologias digitais também desempenharam um papel na reconfiguração de setores, com a automação impactando certas ocupações. Além disso, a crise de 2008 teve implicações políticas, dando origem a movimentos populistas e questionamentos sobre a eficácia das instituições financeiras globais. Em alguns casos, surgiram protestos e manifestações contramedidas de austeridade e políticas percebidas como favorecendo os setores mais ricos da sociedade.

Em suma, o cenário mundial pós-2008 foi caracterizado por esforços para superar os efeitos imediatos da crise, mas também por desafios persistentes relacionados à desigualdade, instabilidade econômica e mudanças no panorama político. Essa época moldou debates cruciais sobre o papel do Estado, a equidade social e as formas de enfrentar crises econômicas globais.

O cenário pós-crise de 2008 desempenhou um papel crucial no impulso da Indústria 4.0, representando uma convergência de fatores que favoreceram a “ascensão” dessa transformação industrial. A necessidade de recuperação econômica e a busca por eficiência foram impulsionadores-chave para a adoção de tecnologias inovadoras no mundo empresarial.

Com a crise, as empresas foram desafiadas a encontrar formas mais eficazes de operar, reduzir custos e melhorar a produtividade. Nesse contexto, a Indústria 4.0 emergiu como uma resposta estratégica. As tecnologias associadas, como automação avançada, Internet das Coisas (IoT), inteligência artificial (IA) e análise de dados, ofereceram soluções para otimizar processos, melhorar a eficiência operacional e impulsionar a inovação.

Como já destacamos a ascensão da Indústria 4.0 não foi apenas uma resposta pragmática às demandas econômicas, mas também uma reconfiguração mais ampla do paradigma industrial. A busca por maior eficiência coincidiu com avanços tecnológicos significativos, criando um ambiente propício para a transformação digital.

Contudo, destacamos ainda o impacto que a pandemia do Covid-19 proporcionou, com a necessidade do isolamento social, no impulsionamento das ideias da Indústria 4.0, acelerando a adoção de tecnologias avançadas e promovendo mudanças substanciais nos modelos de negócios e processos industriais. O contexto da crise sanitária global desencadeou desafios sem

precedentes para o grande capital, que fez jus ao jargão burguês “aonde você enxerga problema, eu vejo oportunidade”, impulsionando a transformação digital.

Um dos fatores-chave foi a urgência em garantir a continuidade das operações industriais em um ambiente de distanciamento social e restrições de mobilidade. A automação e a robótica se tornaram ferramentas essenciais para manter a produção enquanto minimizavam a exposição humana ao vírus. Empresas que já haviam investido em sistemas automatizados e conectados estavam em uma posição mais vantajosa para enfrentar os desafios impostos pela pandemia.

A Internet das Coisas (IoT) desempenhou um papel crucial ao possibilitar o monitoramento remoto de equipamentos e a coleta de dados em tempo real. Isso permitiu a gestão eficiente de ativos, prevenção de falhas e otimização de processos, contribuindo para a adaptação rápida das operações industriais às novas demandas.

A inteligência artificial (IA) também se destacou na pandemia, sendo empregada em diversas frentes, desde a análise de dados para prever padrões de propagação do vírus até a otimização de cadeias de suprimentos e operações logísticas. A capacidade de tomar decisões rápidas e baseadas em dados tornou-se uma vantagem estratégica em um ambiente dinâmico e volátil.

Além disso, a necessidade de viabilizar o trabalho remoto impulsionou a implementação de tecnologias que viabilizam a colaboração virtual e a gestão à distância. Ferramentas de realidade aumentada, comunicação digital e plataformas colaborativas se tornaram essenciais para manter a continuidade operacional e a conectividade entre equipes.

A pandemia, ao criar uma urgência para soluções tecnológicas, acelerou a aceitação e a implementação prática dos princípios da Indústria 4.0. Empresas que adotaram essas tecnologias não apenas responderam de maneira mais eficaz aos desafios imediatos, mas também fortaleceram suas bases para uma produção mais eficiente no futuro. Dessa forma, a crise do Covid-19 atuou como um catalisador para a transformação digital e a consolidação dos princípios da Indústria 4.0.

Indubitavelmente, o cenário pós-crise de 2008 somado a crise sanitária do Covid-19 forneceram terreno fértil para a adoção generalizada da Indústria 4.0, marcando uma mudança fundamental na maneira como as empresas operam e se adaptam aos desafios econômicos. Essa transformação não apenas impulsionou a recuperação, mas também definiu o curso para uma nova era da produção industrial.

(...) o contexto pandêmico agrava esse cenário, pois se, por um lado, explicita a crise estrutural do capitalismo pelo aumento de bilionários e concentração de riquezas, concomitantemente ao expressivo aumento da massa da força de trabalho em situação

de desalento e insegurança alimentar, por outro lado, atua como motivação para o recrudescimento da substituição do trabalho pela automação ou pelo maior controle sobre os trabalhadores pela gerencia capitalista (...) (Arias e Pinto, 2023, p. 133).

Um consenso aparente emerge e se solidifica na cultura empresarial, ultrapassando os limites da esfera industrial convencional. Mesmo em países com participação industrial limitada e baixa adoção de tecnologias de ponta na produção, como é o caso do Brasil, observa-se a incorporação de conceitos relacionados a essa agenda na cultura empresarial e educacional. Programas de formação empresarial e sessões de *coaching* destacam a urgência da aquisição de habilidades interpessoais, acompanhados por um conjunto específico de requisitos e necessidades para a adaptação e atualização profissional e tecnológica. Entretanto, essas diretrizes, em sua maioria, parecem se concentrar mais na conformidade dos trabalhadores diante de um cenário de competição acirrada do que na verdadeira qualificação técnica para sua inserção em postos de trabalho que demandam maior exigência intelectual.

O conjunto de inovações tecnológicas desempenha um papel fundamental nas transformações da indústria. Com a robotização, caracterizada pelo "aprendizado profundo" das máquinas, equipamentos e sistemas de produção, observa-se uma melhoria significativa na precisão, eficiência e redução de perdas de insumos, como energia e matéria-prima. A autoaprendizagem das máquinas também permite a identificação e antecipação de possíveis acidentes, desgastes e defeitos, resultando em redução do tempo dedicado à manutenção, reprogramação e correção de defeitos. Essas melhorias se estendem por diversas etapas da produção, incluindo mudanças de produtos, embalagem, distribuição de estoques reduzidos, períodos de manutenção e outras, impactando diretamente na redução de custos em comparação com a utilização do trabalho humano. A conectividade via redes internas e externas (internet) possibilita não apenas a integração corporativa, mas também a integração de toda a cadeia produtiva, desde fornecedores e parceiros até os consumidores. Esse alinhamento integrado proporciona benefícios significativos, como prévio conhecimento, maior flexibilidade no volume de produção e eficiência logística (Gimenez; Santos, 2021).

A emergência das impressoras 3D e a flexibilidade dos robôs, juntamente com mecanismos de interação eficazes com os clientes, estão dinamizando ainda mais essas melhorias. Isso resulta em uma demanda mais personalizada, com impactos de eficiência sistêmica nas etapas de vendas, produção, estoques e distribuição em toda a cadeia produtiva. Os impactos dessas mudanças são expressivos, não apenas impulsionando a demanda por robôs e equipamentos eletrônicos, mas também exigindo um aumento na produção de sensores, baterias móveis, placas e outros componentes, influenciando diversos setores, como indústria

eletroquímica, de energia, de equipamentos elétricos e de novos materiais. Essa transformação reflete a necessidade de adaptação às demandas de uma indústria cada vez mais automatizada e interconectada.

As mudanças em curso terão impactos significativos nas organizações empresariais, exigindo uma redefinição de suas atividades em resposta às transformações que podem afetar a demanda por seus produtos. A análise dessas tendências emerge como um elemento estratégico, demandando uma avaliação criteriosa das capacidades da empresa para lidar com os novos requisitos do mercado, assim como, as possíveis oportunidades de parcerias nacionais e internacionais, relações com os trabalhadores e clientes, especialmente, no âmbito tecnológico e de pesquisa e desenvolvimento.

As estruturas empresariais estão evoluindo junto com a ascensão de grupos de trabalho virtuais e redes digitais de longo alcance. Além das tradicionais divisões departamentais relacionadas a fornecedores, produção, vendas, pesquisa e desenvolvimento, finanças, entre outras, a incorporação de um departamento de tecnologia da informação ganha crescente importância. Essa integração, muitas vezes, implica uma reorganização interna, incluindo a possível divisão entre analistas de dados e as atividades convencionais de tecnologia da informação, destacando a relevância dessas atividades para diversos setores, enfatizando a importância do acesso rápido à informação e da eficiente utilização de grandes bancos de dados (*big data*) em toda a empresa (Gimenez; Santos, 2021).

O foco no núcleo das competências e atividades mais cruciais, com a terceirização das demais, uma prática consolidada há décadas nas formas de organização empresarial, ganhará ainda mais importância. Essa abordagem exigirá métodos mais eficientes, ágeis e seguros, com maior independência para o grupo ou indivíduo responsável pela tomada de decisões. Aspectos como a relação com fornecedores e, principalmente, com os clientes, que são considerados estratégicos no novo cenário digital, serão decisivos para o sucesso das organizações. A Internet das Coisas e a digitalização desempenharão um papel crucial ao demandar e permitir maior flexibilidade nas estruturas administrativas, hierárquicas e de tomada de decisões, tanto em âmbito nacional quanto transnacional para as organizações empresariais. Esse contexto propicia a introdução de estruturas de supervisão independentes da empresa empregadora.

Uma característica fundamental da Indústria 4.0 é a produção instantânea em tempo real, alinhada à demanda dos consumidores. No entanto, esse paradigma também impõe desafios às empresas, demandando descentralização e individualização da produção. A criação de redes de unidades de produção, automação de pedidos e planejamento de materiais são elementos cruciais nesse contexto. O estabelecimento e gestão de "fábricas inteligentes" enfrentarão

desafios em diversos setores produtivos, apesar de tentativas já observadas em áreas específicas, como máquinas inteligentes e impressoras 3D. No entanto, a implementação generalizada ainda está além das capacidades da maioria das empresas (Wisskirchen *et al.*, 2017).

Questões de segurança no ambiente de trabalho também serão redefinidas pelas empresas, incluindo a necessidade de separação entre trabalhadores e robôs em situações perigosas. Isso é particularmente relevante nos casos de robôs "humanoides", que interagem diretamente com humanos em ambientes compartilhados, como hotéis no Japão. Outro aspecto considerado é a queda progressiva nos preços dos robôs, o que pode levar os países mais desenvolvidos a reconsiderarem a internalização de etapas de produção anteriormente externalizadas para locais com custos de trabalho mais baixos. No entanto, a globalização e digitalização também abrem novas oportunidades, como a realocação para regiões ou nações com custos de trabalho mais baixos, envolvendo segmentos variados de atividades, serviços, como *call centers*, armazéns, e programação, por meio de subcontratação, *freelancers*, ou colaborações virtuais especiais por meio de joint ventures (Wisskirchen *et al.*, 2017).

No contexto brasileiro, é crucial destacar o relativo atraso em relação ao processo de transformações introduzido pela Indústria 4.0. As desvantagens brasileiras manifestam-se em diversas dimensões, resultando em uma capacidade sistêmica reduzida para competir em várias atividades industriais e de serviços. Isso é evidente na limitada influência do setor de bens de capital na estrutura industrial, na dependência do desenvolvimento tecnológico e nas restrições frequentes ao financiamento de longo prazo para investimentos. A precariedade e custos elevados da infraestrutura, a estrutura tributária regressiva impactando negativamente nos preços e na competitividade, o declínio do dinamismo da indústria eletrônica nas últimas décadas, a fragilidade nas dinâmicas de pesquisa, desenvolvimento e inovação em comparação com países desenvolvidos e alguns em desenvolvimento (como China, Coreia do Sul e Índia), e as deficiências nos sistemas educacionais e de formação profissional são fatores adicionais que agravam a situação (Gimenez; Santos, 2021).

Essas limitações, entre outros problemas, levaram vários autores a argumentarem que a economia brasileira está passando por um processo de desindustrialização precoce, com impactos significativos em nossa estrutura produtiva e na capacidade de competir em uma nova ordem internacional. Essa ordem é caracterizada não apenas pelo avanço da onda tecnológica, produtiva e organizacional, mas também pela intensificação da concorrência internacional em um contexto de crescente importância das Cadeias Globais de Valor. Como ressaltou o pesquisador brasileiro Afonso Fleury (citado em IEDI, 2017, setembro 1, p. 10), poucas

multinacionais brasileiras são líderes em cadeias globais de valor, sendo a Embraer uma das exceções verdadeiras a essa observação.

É crucial salientar que as significativas mudanças produtivas e tecnológicas estão redefinindo as demandas por educação, formação e qualificação profissional, requerendo uma atenção especial aos sistemas formais de ensino, treinamento, especialização, pesquisa e desenvolvimento. É amplamente reconhecido que essa nova onda tecnológica está expandindo a demanda por trabalho altamente qualificado, e essa demanda deverá aumentar progressivamente à medida que seus impactos avançam (Wisskirchen *et al.*, 2017).

Uma preocupação latente é o fato de que a tecnologia está impactando não apenas o trabalho rotineiro, mas também o trabalho cognitivo, realizado por computadores, robôs e máquinas inteligentes, afetando especialmente os trabalhadores com níveis médios de formação, capacitação ou habilidades. Isso inclui atividades de apoio administrativo, coleta e análise de dados, trabalhos rotineiros e/ou com requisitos cognitivos moderados. Isso aponta para uma crescente necessidade de reciclagem e elevação dos padrões médios de formação/capacitação para padrões mais elevados, com impactos significativos nos sistemas educacionais, de formação, qualificação e reciclagem profissional (Wisskirchen *et al.*, 2017).

Essas pressões podem ser agravadas para trabalhadores de baixa formação/qualificação/habilidade, mesmo experimentando impactos menores dessa onda tecnológica. Eles podem enfrentar desafios como desemprego mais elevado, baixos salários e uma concorrência que exige maior produtividade entre aqueles que constituem uma grande oferta de trabalho de baixa qualificação. Em alguns casos, essas demandas podem se manifestar entre trabalhadores sem vínculos de emprego, envolvidos em atividades independentes ou como pequenos empreendedores (Wisskirchen *et al.*, 2017).

Além disso, é destacado que aproximadamente metade das novas soluções, técnicas de hardware e software, ou equipamentos associados à internet das coisas, como sensores, serão desenvolvidos por startups, indicando uma dinâmica empreendedora significativa nesse cenário (Coutinho, como citado em IEDI, 2017, setembro 1, p. 6). Entre as habilidades mais essenciais, flexibilidade, agilidade, resiliência e capacidade de liderança e comunicação com pessoas são enfatizadas. Estas estão centradas em tarefas associadas a requisitos "intrinsecamente humanos" que as máquinas ainda não conseguem replicar, incluindo pensamento lógico, resolução de problemas, atributos emocionais, transmissão de experiência e desenvolvimento de criatividade. Pessoas criativas e com talento em ciências, matemática, computação e comunicação são apontadas como as mais qualificadas para o novo mercado de trabalho (Manyika, Lund *et al.*, 2017).

Recentemente, a consultoria McKinsey conduziu uma pesquisa sobre a automação e seus efeitos no mercado de trabalho, examinando os empregos que têm potencial para serem automatizados até 2030, bem como as oportunidades de emprego que podem surgir durante esse período. Embora reconheça as dificuldades inerentes à previsão do futuro, a pesquisa fornece *insights* valiosos sobre a transição esperada na próxima década em relação aos empregos perdidos, aos empregos criados e à dinâmica da força de trabalho diante do avanço da manufatura avançada (Manyika, Lund *et al.*, 2017).

Entre as tendências mais significativas identificadas, destaca-se que as tecnologias de automação, como inteligência artificial e robótica, impactarão cerca de 60% das ocupações em todo o mundo, considerando que, pelo menos, 30% das tarefas em cada atividade têm potencial para serem automatizadas até 2030. Essa influência é mais pronunciada em empregos técnicos e de média qualificação, nos quais aproximadamente metade de todas as tarefas pode ser automatizada. A pesquisa sugere que, embora haja trabalho suficiente para assegurar o pleno emprego até 2030, grandes transições estão por vir, superando em escala as mudanças históricas ocorridas nas transições anteriores que impactaram a agricultura e a manufatura. Os cenários projetados indicam que, até 2030, entre 75 milhões e 375 milhões de trabalhadores (correspondendo a 3% a 14% da força de trabalho global) precisarão mudar de categoria ocupacional. Além disso, todos os trabalhadores terão que se adaptar, visto que suas ocupações evoluem em paralelo com máquinas cada vez mais capazes. Algumas dessas adaptações requererão níveis educacionais mais elevados ou mais tempo dedicado a atividades que demandam habilidades emocionais, criatividade, capacidades cognitivas avançadas e outras competências relativamente difíceis de automatizar (Manyika, Lund *et al.*, 2017).

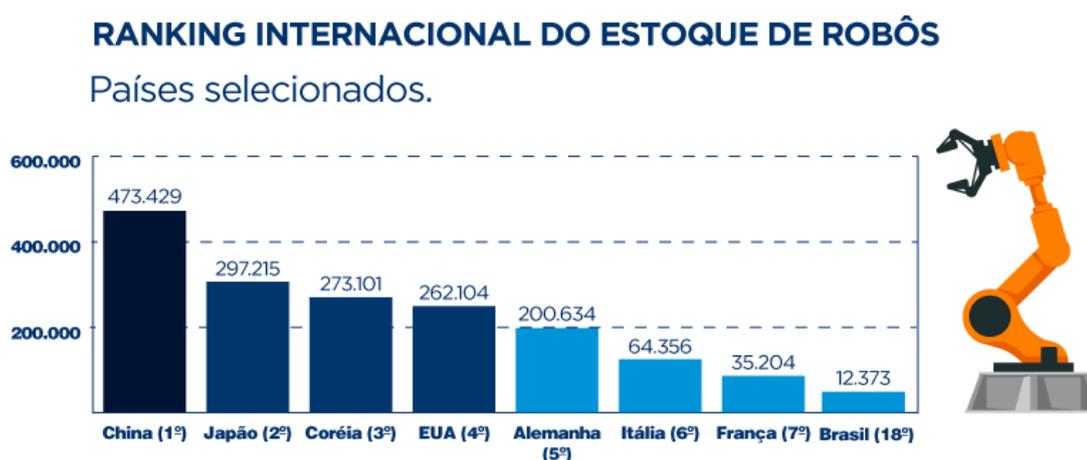
A persistência da polarização de renda nos Estados Unidos e em economias avançadas abre caminho para um cenário em que a demanda por ocupações de alto salário se intensifica, enquanto a maioria das ocupações com salários médios enfrenta uma tendência de redução. Nesse contexto, o avanço da produtividade e a automação, apesar de propiciarem a continuidade do emprego, podem exercer uma pressão decrescente sobre os salários. Esta dinâmica reflete a realidade econômica dessas nações desenvolvidas, onde as ocupações de alto salário, muitas vezes relacionadas a funções mais especializadas e tecnologicamente avançadas, tornam-se mais valorizadas e procuradas.

No entanto, vale ressaltar que esse padrão pode apresentar variações significativas em outras partes do mundo, como na China e em economias emergentes. Nessas regiões, as ocupações de salário médio nos setores de serviços e construção podem experimentar um crescimento líquido. Esse fenômeno pode ser impulsionado pela dinâmica particular dessas

economias em desenvolvimento, onde a demanda por serviços e infraestrutura ainda está em ascensão. O crescimento desses setores não apenas contribui para a criação de empregos de salário médio, mas também favorece o surgimento de uma classe média emergente.

Assim, enquanto as economias avançadas lidam com a perspectiva de uma maior polarização salarial e desafios decorrentes da automação, as economias em desenvolvimento podem testemunhar um impulso na distribuição de renda, à medida que setores-chave experimentam expansão e proporcionam oportunidades de emprego que contribuem para a ascensão da classe média. Essa divergência nos padrões econômicos destaca a complexidade das implicações da automação e do crescimento econômico em diferentes contextos globais. Podemos ter uma melhor perspectiva de como vem se dando esse processo no Brasil ao analisar o ranking internacional de robôs

Figura 1 – Processos de Automação no Brasil (Ranking Internacional do Estoque de Robôs)



Fonte: Federação Internacional de Robótica (IFR)

Fonte: Tecnicon (2019).

Nos últimos anos, observou-se um crescimento expressivo no número de indústrias brasileiras que direcionam investimentos para a automação industrial, sinalizando uma transição em direção à geração da Indústria 4.0. No período de 2016 a 2018, houve um aumento significativo no percentual de indústrias que incorporaram tecnologias de automação no ambiente fabril, elevando-se de 63% para 73%, conforme dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI) (TECNICON, 2019).

Embora esse incremento seja notável, ainda não atingiu seu potencial máximo. Segundo pesquisa da Federação Internacional de Robótica (IFR) (TECNICON, 2019), o Brasil ocupa a 18ª posição entre as nações mais automatizadas, sendo o setor automotivo o que apresenta a maior concentração de tecnologias. Durante a transição das indústrias brasileiras para a

Indústria 4.0, nota-se uma priorização de tecnologias digitais e de robotização, visando aprimorar o desempenho da produção e otimizar a gestão empresarial.

É relevante destacar que, nesse processo de modernização, as empresas de grande porte despontam como líderes na adoção de pelo menos uma tecnologia voltada para o processo produtivo e/ou gerencial, alcançando uma expressiva marca de 90%. Além disso, no âmbito do desenvolvimento de produtos, 58% das empresas incorporam tecnologias como parte integrante de sua estratégia operacional. Este cenário evidencia um progresso significativo, porém, aponta para a necessidade de uma adoção mais ampla e aprofundada de soluções tecnológicas para que o Brasil possa competir de forma mais robusta no contexto global da Indústria 4.0 (CNI, 2019)⁵⁷.

Outro ponto de estrangulamento é a falta de políticas governamentais abrangentes e eficazes para fomentar a modernização industrial. Embora haja iniciativas esporádicas, uma abordagem coordenada e consistente é essencial para catalisar a adoção de tecnologias avançadas. O Brasil enfrenta um desafio multifacetado no que diz respeito à aceleração da automação industrial. Superar essa lentidão requer uma mudança cultural nas empresas, investimentos substanciais em pesquisa e desenvolvimento, infraestrutura tecnológica abrangente e políticas governamentais mais robustas. A inércia atual representa não apenas uma lacuna tecnológica, mas também uma ameaça à competitividade do país no cenário industrial global.

O processo de automação industrial no Brasil avança a passos lentos, revelando uma realidade em que a modernização e a adesão às tecnologias emergentes estão aquém das necessidades competitivas globais. Essa letargia é reflexo de uma série de desafios que permeiam o cenário brasileiro, evidenciando uma resistência significativa à transformação digital no setor industrial. Um dos principais obstáculos é a insuficiente priorização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento. A falta de uma cultura empresarial voltada para a inovação e a escassez de recursos destinados a projetos tecnológicos têm contribuído para a defasagem do país em relação a economias mais avançadas.

Além disso, a infraestrutura tecnológica desigual no território brasileiro é um entrave notável. Enquanto algumas regiões metropolitanas podem se beneficiar de uma conectividade robusta, outras áreas enfrentam carências significativas, o que cria disparidades no acesso e na implementação eficiente de soluções automatizadas. A resistência à mudança em setores mais tradicionais também desempenha um papel crítico nesse cenário. Empresas acostumadas a

⁵⁷Disponível em <https://www.sesirs.org.br/industria-inteligente/industria-40-chegou-no-brasil>

modelos de produção convencionais mostram hesitação em abandonar práticas antigas, mesmo diante das evidentes vantagens em termos de eficiência, redução de custos e qualidade proporcionadas pela automação.

Em síntese, a análise crítica da Indústria 4.0 revela um cenário de transformações profundas e, muitas vezes, desafiadoras para a realidade industrial global. As promessas de eficiência, automação e conectividade, embora carreguem consigo potenciais benefícios, também suscitam inquietações sobre o impacto social, a desigualdade e as implicações éticas. Nesse contexto, a próxima etapa de nosso estudo se volta para um componente cada vez mais central na interseção entre a tecnologia e a sociedade: as plataformas digitais. Ao explorar as dinâmicas e os desafios que essas plataformas apresentam, buscamos compreender não apenas a evolução tecnológica, mas também os modos pelos quais ela molda nossas interações, economia e estruturas sociais. Vamos agora adentrar no universo das plataformas digitais para elucidar as complexidades dessa nova era digital e suas implicações para o futuro.

2.3 AS PLATAFORMAS DIGITAIS E O NÃO TÃO NOVO MUNDO DO TRABALHO

*Era feito aquela gente honesta, boa e comovida
Que caminha para a morte pensando em vencer na vida
Era feito aquela gente honesta, boa e comovida
Que tem no fim da tarde a sensação
Da missão cumprida
Acreditava em Deus
E em outras coisas invisíveis
Dizia sempre sim aos seus senhores infalíveis
Pois é, tendo dinheiro não há coisas impossíveis*

(Trecho da música "Pequeno perfil de um cidadão comum", Autor: Belchior, 1977)

O trecho da música "Pequeno perfil de um cidadão comum", de Belchior, oferece uma análise crítica e provocativa sobre a condição social e as aspirações das pessoas comuns. Ao descrever "*aquela gente honesta, boa e comovida*", o cantor aborda a resignação presente na vida desses indivíduos, que, mesmo enfrentando desafios e a inevitabilidade da morte, mantêm a esperança de vencer na vida. A menção à crença em Deus e em "*senhores infalíveis*" sugere uma crítica à submissão a autoridades e a sistemas de poder, talvez indicando uma reflexão sobre a manipulação das crenças para manter as pessoas em um estado de conformidade. A ironia na última linha, "*Pois é, tendo dinheiro não há coisas impossíveis*", destaca a influência do dinheiro na sociedade capitalista, indicando que, muitas vezes, o sucesso e a realização pessoal estão condicionados à riqueza material. O compositor cearense, por meio de suas letras

poéticas, convida a uma reflexão profunda sobre as contradições e os desafios enfrentados pela população comum, que é obrigada a viver da venda da sua força de trabalho.

Adentramos agora em um cenário laboral onde as plataformas digitais se estabeleceram como atores protagonistas, redefinindo a natureza do trabalho e a dinâmica das relações profissionais. Vivenciamos uma era em que aplicativos, plataformas online e algoritmos se tornaram mediadores cruciais na conexão entre ofertantes e demandantes de serviços. Nesse contexto, a flexibilidade e a autonomia promovidas por essas plataformas vêm acompanhadas de desafios intrincados, cujas repercussões reverberam em toda a sociedade.

As estruturas tradicionais do trabalho tornam-se fluidas e moldáveis, refletindo a instabilidade característica de nosso tempo. A facilidade de conexão proporcionada pelas plataformas trouxe consigo uma nova dinâmica laboral, permitindo que indivíduos ofereçam serviços, ajam como empreendedores independentes e, ao mesmo tempo, enfrentem desafios relacionados à precarização, segurança no trabalho e falta de benefícios tradicionais. Na tentativa de discutir o que é o trabalho subordinado por meio de plataformas digitais, trataremos algumas aproximações possíveis para o momento, mesmo diante da possibilidade de ao terminarmos esse estudo essas aproximações já serem superadas, tendo em vista a dinâmica de funcionamento das plataformas e a velocidade com que as alterações ocorrem.

De acordo com um relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2019), "a expansão das plataformas digitais trouxe mudanças significativas na natureza do trabalho, impulsionando um aumento no trabalho independente e na *gig economy*". Essa transição, embora ofereça oportunidades para uma gama diversificada de trabalhadores, também expõe questões preocupantes, como a ausência de proteções trabalhistas adequadas, a falta de representação sindical eficaz e a vulnerabilidade a flutuações econômicas.

A dualidade entre flexibilidade e insegurança no trabalho nas plataformas digitais é uma realidade intrincada que merece uma análise crítica. Enquanto a flexibilidade pode ser um ativo, ela também pode se transformar em uma armadilha, obscurecendo as fronteiras entre vida profissional e pessoal, e deixando os trabalhadores sem garantias e direitos fundamentais. No entanto, a complexidade não se limita apenas às questões individuais dos trabalhadores. As plataformas digitais têm desafiado os paradigmas tradicionais do mercado de trabalho, impactando a legislação trabalhista, os modelos de negócios e até mesmo a própria definição de emprego. Standing (2014) argumenta que estamos testemunhando a emergência de uma "classe precária global", composta por trabalhadores que, por meio das plataformas digitais, enfrentam uma falta de estabilidade e proteção social.

Esta fase de nossa investigação visa explorar criticamente essas complexidades, questionar as narrativas predominantes e fornecer uma compreensão aprofundada das implicações das plataformas digitais no mundo do trabalho. Ao desvelar as camadas dessa transformação, buscamos não apenas compreender, mas também contribuir para o diálogo sobre como moldar um futuro do trabalho mais equitativo, sustentável e centrado nas necessidades dos trabalhadores e das trabalhadoras. Buscaremos apresentar sínteses que possibilitem o entendimento de como as plataformas digitais e o mundo do trabalho convergem, desafiando-nos a repensar e reconstruir as bases para a resistência da classe trabalhadora.

Antunes (2020), em suas contribuições, destaca as metamorfoses no mundo do trabalho provocadas pela ascensão das plataformas digitais. O autor explora as nuances da precarização do trabalho na era contemporânea, evidenciando como a lógica das plataformas contribui para a desregulamentação e a fragilização das relações laborais. Segundo Antunes (2020), as plataformas digitais não são apenas intermediárias neutras; elas são elementos ativos na reconfiguração do trabalho, moldando-o conforme as necessidades do capital. O autor ressalta que, embora a tecnologia proporcione novas formas de conexão, também se torna um instrumento poderoso para a intensificação do controle sobre os trabalhadores, muitas vezes, mascarado pela aparente autonomia oferecida pelas plataformas. Além disso, aborda a formação de uma classe trabalhadora globalizada e precarizada, cujas condições laborais são influenciadas pelas dinâmicas das plataformas digitais. Sua análise incisiva propõe uma reflexão sobre as implicações sociais, econômicas e políticas desse novo paradigma, salientando a necessidade de resistência e organização dos trabalhadores diante das transformações radicais no mundo do trabalho.

Gonsales (2020) afirma que as plataformas consistem em infraestruturas que integram softwares e hardwares, podendo ser de propriedade pública ou privada. Elas operam com base em dados, são automatizadas e organizadas por meio de algoritmos digitais. Quando nos referimos aos algoritmos digitais, estamos falando de uma sequência de instruções que orienta o computador, desde suas primeiras versões, indicando passos precisamente definidos e regras projetadas para executar uma determinada tarefa.

O progresso tecnológico contemporâneo proporciona uma meticulosa cartografia do processo laboral, uma possibilidade intrinsecamente política. Com os processos automatizados de decisão produtiva, fundamentados no que é convencionalmente denominado como "inteligência artificial" (Dyer-Witthford; Kjosén; Steinhoff, 2019; Eubanks, 2018; Gray; Suri, 2019), a administração algorítmica fundamenta-se em conjuntos de instruções automatizadas capazes de integrar uma vasta gama de variáveis resultantes da extração e processamento de

dados em escalas gigantescas. Essas variáveis abrangem desde estratégias cotidianas dos trabalhadores até as dinâmicas do consumo. O avanço na capacidade de processamento e armazenamento de dados, aliado à ubiquidade da internet em rápida expansão, deu origem à era da internet 2.0 ou *web 2.0*⁵⁸, marcada pelo surgimento das plataformas digitais. O que efetivamente determina a nova capacidade produtiva das empresas de plataforma é a própria estrutura da plataforma. Essa estrutura amplia a capacidade de organização e controle sobre o trabalho, permitindo aos capitalistas uma maior apropriação tanto do mais-valor absoluto quanto do relativo.

As plataformas são utilizadas pelas empresas como um ponto de produção digital diferenciado, que isola as relações sociais envolvidas no trabalho e as transformam em relações de trabalho, funcionando como um mecanismo centralizado que rege a dinâmica das relações de trabalho. Assim, independentemente de onde o trabalho é realizado, seja fisicamente, nas ruas, como no caso dos motoristas da Uber, ou digitalmente, como no caso dos trabalhadores da Amazon Mechanical Turk, sob a lógica algorítmica, as plataformas ampliam a capacidade de controle. São burocracias digitais que além de determinar as regras, também as executam (Gonsales, 2023, p. 126).

A afirmação destaca o papel crucial das plataformas digitais como pontos de produção distintos, onde as relações sociais inerentes ao trabalho são isoladas e transformadas em relações de trabalho formais, apesar da tentativa constante por parte das plataformas, de negar essa relação formal de trabalho. Essas plataformas atuam como mecanismos centralizados que regem a dinâmica das relações laborais, estabelecendo uma lógica algorítmica que transcende o local físico de execução das tarefas. Seja o trabalho realizado nas ruas, como no caso dos motoristas da Uber, ou digitalmente, como nos trabalhadores da Amazon Mechanical Turk, as plataformas exercem uma ampla capacidade de controle.

Ao funcionar como burocracias digitais, as plataformas não apenas estabelecem as regras do jogo, mas também as executam de maneira automatizada. Essa automatização não apenas efetua tarefas operacionais, mas também influencia a própria natureza do trabalho, transformando as relações trabalhistas em processos gerenciados por algoritmos. Nesse contexto, a centralização do controle nas plataformas cria uma dinâmica em que os trabalhadores, independentemente de seu local de atuação, estão sujeitos a uma supervisão algorítmica que vai além dos métodos tradicionais de gestão. Essa característica centralizada não apenas impõe as regras do jogo, mas também redefine as relações de trabalho no cenário digital contemporâneo.

⁵⁸ A Internet 2.0 ou *Web 2.0* não é apenas um conjunto de tecnologias, mas também de atributos que têm uma dimensão social: novos modelos corporativos, conteúdos desenvolvidos por usuários e metadados gerados por usuários, processos corporativos mais abertos e transparentes, simplicidade de design e recursos, produtos e processos descentralizados e participativos (Primo, 2007, *apud* Moreira, 2009, p.16).

No cerne dessa nova forma de organização do trabalho, reside a perda de estabilidade e clareza nas regras, as quais tornam-se pouco identificáveis, apesar de operarem constantemente. Isso abre espaço para conceitos como "despotismo algorítmico" (Abílio, 2020c) e "despotismo fabril digital" (Amorim; Moda, 2020), indicando meios de subordinação que se distanciam da tradicional contratualidade que estabelece os termos da relação salarial. Em outras palavras, não há predefinição ou regulamentação acordada sobre a jornada de trabalho, a distribuição do trabalho ou sua valoração (Abílio, 2020b).

Diante da instabilidade, incerteza e insegurança, o trabalhador desenvolve táticas de sobrevivência subordinadas a regras pouco conhecidas, em um exercício constante e nunca totalmente atingível de adivinhação (Rosenblat; Stark, 2016; Rosenblat, 2018; Abílio, 2020c). A ausência de prescrições formais do trabalho (Dejours, 1999) ocorre simultaneamente à capacidade de mapear e gerenciar, de forma pouco localizável ou fixa, a distribuição do trabalho no tempo e no espaço.

A complexidade aumenta ao lidar com a perda de formas materialmente estáveis na definição do trabalho, especialmente quando diferentes tipos de atividade são controlados por plataformas digitais. A expressão "trabalho de plataforma" (Van Doorn, 2017) busca conferir uma unidade a diversas ocupações controladas por essas plataformas, englobando motoristas, entregadores, tradutores, advogados, professores, diaristas e goleiros. No entanto, a tradução traz desafios, uma vez que a expressão "trabalho de plataforma" pode limitar-se a atividades diretamente relacionadas às próprias plataformas, dificultando a compreensão exata do seu alcance. O termo "trabalho em plataformas" é mais compreensível, mas pode obscurecer a materialidade e as determinações socioespaciais do trabalho, sempre territorializado, mesmo quando mediado virtualmente. Ainda há a possibilidade de referir-se ao trabalho como "mediado por plataformas digitais", sendo "trabalho por plataformas" sua forma abreviada.

A definição de "trabalho digital" (*digital labor*) destaca-se como um conceito central que ganhou notoriedade em 2012, com o livro organizado por Trebor Scholz e, posteriormente, nas obras de Christian Fuchs, como "*Digital labour and Karl Marx*" (2014). O debate inicial focava nas mídias sociais e questionava se os usuários, ao interagirem clicando e compartilhando em suas redes, poderiam ser considerados trabalhadores (Marques, 2018). Mais tarde, essa expressão também passou a denominar as plataformas digitais de trabalho (*digital labor platforms*) e abrange tipos de trabalho que vão além dessas plataformas.

Entretanto, a expressão "*digital labor*" não opera da mesma maneira em inglês e português, e, como conceito, enfrenta uma aparente impossibilidade, uma vez que o trabalho é uma atividade humana e não pode ser eminentemente digital. No entanto, ela não surge do nada.

A expressão se desenvolve como resultado de debates na sociologia do trabalho, na Inglaterra, relacionados a termos como "cibertariado" (Huws, 2003) e trabalho de serviços nas décadas de 1990 e 2000, quando se discutia o trabalho em telemarketing e call centers (Huws, 2019).

A noção de "plataformização" não provém originalmente dos estudos sobre trabalho, mas, sim, dos estudos de plataformas (*platform studies*), com destaque para pesquisadores holandeses como Poell, Nieborg e Van Dijck (2020). Essa perspectiva define plataforma como algo que é simultaneamente empresa, software e infraestrutura digital, incorporando algoritmos, dados, formas de governança e relações de propriedade. A distinção central entre aplicativo e plataforma digital é crucial, sendo o aplicativo apenas a interface visível do software, enquanto a plataforma abrange infraestrutura e modelo econômico.

A plataformização implica a crescente dependência de mecanismos de plataformas em diversos setores da vida, gerando mudanças e/ou permanências em aspectos sociais e culturais. Essa visão foi adaptada para estudos sobre trabalho, compreendendo a dependência de plataformas digitais na execução de atividades laborais e suas implicações em diversas dimensões, como extração de valor, controle e organização do trabalho, papel de materialidades e infraestruturas das plataformas, e vigilância sobre trabalhadores.

As inovações trazidas pelas novas plataformas digitais de trabalho não devem ser automaticamente associadas ao progresso, como frequentemente propaga o discurso dos defensores da flexibilização laboral. Na realidade, a narrativa promovida pelas grandes corporações serve principalmente para atrair uma base de trabalhadores em expansão, utilizando o termo "empreendedorismo" como peça-chave para incentivar a adesão à plataforma. Um equívoco recorrente em relação às plataformas digitais de trabalho é classificá-las de maneira imprecisa como empresas de tecnologia, desviando a atenção da questão central relacionada ao trabalho e sua crescente precarização. As *startups*⁵⁹ argumentam que sua única intenção é conectar oferta e demanda em um espaço digital compartilhado, onde supostamente ambos os lados se beneficiam mutuamente. No entanto, desde o início dessa relação, o trabalhador está em desvantagem, sendo avaliado exclusivamente pelos clientes, levantando questionamentos sobre a equidade na progressão de seu trabalho na plataforma.

⁵⁹ “O termo *startup* era praticamente desconhecido no Brasil, embora bastante popular nos EUA. Foi durante a chamada bolha.com, ou bolha da internet, entre os anos 1996 e 2001, que o conceito se tornou mais comumente utilizado. O significado literal seria “empresa emergente” - na verdade, o termo é intraduzível ao pé da letra. Sinônimo de iniciar uma empresa e colocá-la em funcionamento, sempre foi revestido de uma aura romântica, lembrando jovens trabalhando em uma garagem em torno de uma ideia que ninguém sabia explicar muito bem qual era. Pense no surgimento da Apple e da Microsoft, e terá captado a ideia. Empresas não convencionais, que poderiam submergir em semanas ou arrecadar fortunas, e aí desaparecer, ou não, subitamente. Esta é a ideia a que o termo *startup* remete” (SEBRAE, 2014).

Em pleno século XXI, com o surgimento das plataformas digitais de trabalho, testemunhamos um fenômeno peculiar: a democratização dos meios de produção de maneira draconiana⁶⁰. Para ingressar nesse tipo de trabalho, o indivíduo supostamente precisa apenas de itens que, muitas vezes, já possui, como um smartphone, bicicleta, moto ou carro. No entanto, essa narrativa simplista ignora a realidade de que, em muitos casos, o trabalhador pode não dispor desses itens essenciais, obrigando-o a recorrer ao aluguel ou à compra, resultando em um investimento prévio à sua atuação na plataforma (Figueiras; Antunes, 2020).

O tema ganha notoriedade com a formação de grandes contingentes de trabalhadores sob o controle de empresas que operam por meio de plataformas digitais. O desafio contemporâneo diante desse novo modelo organizacional envolve elementos complexos e armadilhas teórico-políticas. É necessário compreender as plataformas digitais como um novo e poderoso meio pelo qual as relações de trabalho estão passando por reestruturações, sem, no entanto, cair em um determinismo tecnológico que mistifique os processos sociais envolvidos em décadas de flexibilização e transformação no trabalho, materializados, de forma obscura, nas plataformas digitais. Nessa perspectiva, o desafio também consiste em compreender uma tendência que precede e vai além das plataformas digitais, relacionada ao elemento central da uberização, que é a consolidação e o gerenciamento de multidões de trabalhadores como trabalhadores *Just-in-time* (Abílio, 2017, 2020a; De Stefano, 2016; Berg, 2016).

Essa condição de trabalho sob demanda envolve um novo tipo generalizável de remuneração por peça (Lehdonvirta, 2018) que mantém sua centralidade nas formas de exploração capitalistas (Marx, 2012), mas atualiza seus elementos, exigindo a compreensão das permanências, transformações e tendências que se delineiam no presente, assim como um possível e provável futuro do trabalho. Para tornar a questão ainda mais complexa, o trabalho subordinado por meio de plataformas digitais está no cerne dos dilemas contemporâneos relacionados ao mapeamento e ao reconhecimento da exploração do trabalho e de sua centralidade nas formas contemporâneas de acumulação capitalista.

Teorias direcionadas ao trabalho imaterial e às supostas novas formas de subsunção do trabalho sugerem a possibilidade do fim da centralidade do valor-trabalho (Amorim, 2009, 2014). Por outro lado, perspectivas sobre a dominância financeira da valorização (Paulani, 2004), em diálogo com a definição de dominância da valorização financeira de Chesnais (2005),

⁶⁰ “Conjunto de leis que se tornaram célebres por seu excessivo rigor, coordenadas por Drácon, magistrado e legislador de Atenas, na segunda metade do século VII a.C. Foram abolidas por Sólon, também arconte (magistrado), que instituiu leis mais justas e sábias. As leis draconianas puniam de morte não só o homicídio, como também o furto e outros delitos menores, além de obrigar os devedores insolventes a trabalhar para os credores, como escravos, até solvearem seus compromissos” (VADE MECUM BRASIL, 2023).

não perdem de vista a valorização que, embora cada vez mais autonomizada, continua vinculada à exploração do trabalho. A esse cenário, somam-se as indefinições em torno da própria noção do que é trabalho, envolvendo a difícil delimitação das fronteiras entre trabalho, vigilância, consumo e lazer. Isso também alimenta os debates sobre a produção de dados e sua centralidade no capitalismo contemporâneo.

A narrativa da "autogestão" é propagada como algo positivo, negligenciando o fato de que é a própria plataforma que controla o pagamento salarial, direciona para os pontos de interesse, notifica e até mesmo remove os trabalhadores das plataformas. Isso se traduz em mecanismos de subordinação ao trabalho, revelando uma realidade que contrasta com a romantização muitas vezes associada ao processo de uberização e precarização do trabalho. Essa romantização persiste devido à falta de uma compreensão crítica das diversas maneiras pelas quais os algoritmos exploram os trabalhadores (Figueiras; Antunes, 2020).

As grandes plataformas digitais de trabalho estão experimentando uma crescente falta de supervisão por parte do poder público e das legislações, resultando em um processo de precarização do trabalho que permeia todas as esferas da sociedade. A tecnologia, embora muitas vezes seja elogiada por suas inúmeras facilidades, revela-se profundamente comprometida devido ao uso draconiano por parte das grandes plataformas de trabalho, que buscam incessantemente o lucro à custa da exploração do trabalho. Nesse cenário, as plataformas de trabalho desempenham um papel significativo na desestabilização dos alicerces fundamentais do mundo do trabalho.

Esses impasses transcendem meras controvérsias teóricas, repercutindo no reconhecimento da classe trabalhadora, nos conflitos de classe e nas formas de organização e resistência política. O trabalho subordinado por meio das plataformas digitais não apenas alimenta debates acadêmicos, mas também se torna uma fonte imediata para pronunciamentos sobre o possível colapso do sistema capitalista. O termo complexo "*gig economy*" frequentemente resvala para a associação dos trabalhadores uberizados, muitas vezes caracterizados por baixa qualificação e remuneração, à condição de descartabilidade social. Isso sugere a percepção simplista de que a uberização seria meramente sinônimo de uma nova forma de gestão do desemprego.

Conforme evidenciado por Casilli (2021), por trás da fetichizada narrativa de uma "Revolução 4.0", como tratamos anteriormente, há uma poderosa e contemporânea forma de invisibilização da centralidade do trabalho. Essa invisibilização se manifesta na representação do trabalho como algo precário, degradado e reduzido a microtarefas. Diante dessas questões, a complexidade aumenta ainda mais quando consideramos o pensamento social brasileiro, que

é epistemologicamente entrelaçado por dualidades e evolucionismos, com suas respectivas disputas. Estas dualidades, como destacado por Quijano (2005) e Oliveira (2003), atravessam a compreensão do mundo do trabalho no Brasil e influenciam os delineamentos e reconhecimentos de seus horizontes. São desafios epistemológicos que se encontram sempre intrinsecamente ligados a contextos políticos e históricos específicos.

Internacionalmente, o número de trabalhadores que aderem às plataformas de trabalho online tem experimentado um crescimento constante desde 2015, conforme indicado pela pesquisa de Kässi, Lehdonvirta e Stephany (2021). O estudo estima a presença de 163 milhões de perfis de trabalhadores em 351 plataformas mapeadas globalmente, focando apenas nas que envolvem trabalho freelancer entregue e pago remotamente, excluindo aplicativos de entrega e mobilidade. Dos trabalhadores identificados, 14 milhões conseguiram trabalho por meio de plataformas pelo menos uma vez, sendo que 3,3 milhões completaram pelo menos 10 projetos ou receberam pelo menos US\$ 1.000, o que os autores consideram como trabalho "significativo". Quando levamos em conta os múltiplos cadastros em diferentes plataformas por trabalhador, esse número atinge 9,3 milhões. No entanto, os autores destacam um descompasso entre os perfis registrados e aqueles que efetivamente realizaram trabalhos, sugerindo que o aumento de registros de *freelancers* online não é proporcional ao crescimento da quantidade real de trabalho.

Apesar dos desafios na categorização e mensuração do impacto desse tipo de trabalho, sua relevância é evidenciada em preocupações institucionais, como destaca o relatório de 2021 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre plataformas digitais de trabalho. Esse documento identifica a introdução dessas plataformas como uma das principais transformações no mundo do trabalho na última década. A pesquisa, abrangendo diferentes regiões do globo, revela que complementar a renda e trabalhar em casa são os principais motivos para as pessoas recorrerem às plataformas de microtarefas, sendo que, para as mulheres, o segundo motivo é mais prevalente.

Nos últimos anos, a oportunidade de trabalhar por meio de plataformas online cresceu, em consonância com o maior acesso à internet de banda larga e a disseminação de dispositivos digitais, especialmente computadores pessoais e smartphones. Esses avanços permitiram fluxos informacionais mais amplos e rápidos. A pandemia de COVID-19 também intensificou a mediação digital do trabalho. No Brasil, por exemplo, 76% das pessoas com acesso à internet que trabalharam durante a pandemia realizaram a venda de produtos ou serviços por meio de plataformas digitais, incluindo aplicativos e redes sociais, conforme dados do CGI.br/NIC.br (2020).

Conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Belandi, 2023), no quarto trimestre do ano passado, o Brasil contava com aproximadamente 9,5 milhões de indivíduos engajados em trabalho remoto. Esse contingente representa 9,8% do total de 96,7 milhões de pessoas ocupadas que não estavam afastadas do trabalho. Vale ressaltar que essa cifra engloba não apenas os 2,1 milhões que desempenhavam suas atividades remotamente, mas não se enquadravam estritamente no teletrabalho, uma vez que não faziam uso de dispositivos de tecnologia da informação e comunicação (TIC) para a execução de suas funções.

Dentro desse contexto, aproximadamente 7,4 milhões de pessoas estavam envolvidas no teletrabalho, considerado como um subgrupo do trabalho remoto. Esse grupo de profissionais realizava, pelo menos parcialmente, suas funções em um local alternativo ao ambiente laboral convencional, utilizando-se de equipamentos de TIC para cumprir suas responsabilidades profissionais (Brasil, 2023).

O rendimento médio da população ocupada no Brasil atingiu R\$ 2.714 no ano passado. No entanto, entre aqueles que realizaram pelo menos um dia de teletrabalho durante o período de referência, o valor foi 2,4 vezes superior a essa média, totalizando R\$ 6.479. Essa disparidade não é necessariamente atribuída ao teletrabalho, pois essa modalidade inclui profissionais com salários mais elevados, como gerentes e especialistas nas áreas de ciências e intelectuais.

No recorte regional, o Centro-Oeste registrou o rendimento médio mais alto para quem praticava teletrabalho, atingindo a cifra de R\$ 7.255, enquanto o Nordeste apresentou o menor valor, totalizando R\$ 4.820. Em todas as regiões, a média salarial dos teletrabalhadores superou a daqueles que não adotavam essa modalidade.

O percentual de empregadores engajados em teletrabalho, ao menos parcialmente em 2022, alcançou 16,6%. Esta categoria profissional foi a mais prevalente entre aqueles que adotaram essa forma de trabalho durante o período de referência. Em seguida, destacaram-se os empregados no setor público (11,6%) e os empregados no setor privado com carteira assinada (8,2%), conforme revelado pela pesquisa PNAD Contínua (Belandi, 2023).

Ao nos debruçarmos nos números apresentados compreendemos no Brasil, cerca de 9,5 milhões de indivíduos estavam envolvidos em trabalho remoto, representando aproximadamente 9,8% do total de 96,7 milhões de pessoas ocupadas que não estavam afastadas do trabalho. A análise desse trecho revela a expressiva dimensão do fenômeno do trabalho remoto no país. Além disso, é relevante notar que esse contingente inclui não apenas os 2,1 milhões que executavam suas atividades remotamente, mas que não se encaixavam estritamente na categoria de teletrabalho, pois não utilizavam dispositivos de tecnologia da informação e comunicação (TIC) para desempenhar suas funções.

Essa distinção é crucial para compreender a diversidade de situações dentro do universo do trabalho remoto, evidenciando que uma parcela significativa desse contingente não se enquadrava nos moldes tradicionais de teletrabalho, que pressupõem o uso de tecnologias específicas. Essa abordagem mais abrangente ressalta a variedade de formas como o trabalho remoto pode ser configurado, indo além da concepção convencional de teletrabalho, e reflete a complexidade desse cenário no contexto brasileiro. Essa análise inicial oferece uma visão panorâmica do impacto e alcance do trabalho remoto. No tocante ao mundo do trabalho essa “herança” do trabalho remoto é algo muito negativo deixado pela pandemia do Covid-19.

Ainda sobre como a pandemia cria um cenário favorável ao processo de reestruturação produtiva que o capital vinha passando pós crise de 2008, Ricardo Antunes nos apresenta o livro *Capitalismo Pandêmico* (2020), onde o autor reuniu textos escritos com reflexões sobre o período pandêmico estabelecendo as mediações com o mundo do trabalho e o capitalismo em crise.

A crise econômica e a explosão da pandemia do coronavírus, na inter-relação que há entre elas, têm gerado impactos e consequências profundas para a humanidade que depende de seu trabalho para sobreviver. Além dos altíssimos índices globais de mortalidade, ampliam-se enormemente o empobrecimento e a miserabilidade na totalidade da classe trabalhadora. Em parcelas enormes desse contingente, como nos desempregados e informais, a situação torna-se verdadeiramente desesperadora, com o Brasil se destacando como um dos campeões da tragédia (Antunes, 2020, p. 16).

A conjunção da crise econômica e da pandemia do coronavírus desencadeou impactos significativos e consequências profundas para a humanidade, especialmente para aqueles que dependem do trabalho para sua subsistência. A relação entre esses dois eventos resulta não apenas em elevadas taxas globais de mortalidade, mas também em um agravamento considerável do empobrecimento e da miséria que afeta toda a classe trabalhadora. Essa situação é particularmente desesperadora para grandes segmentos desse contingente, como os desempregados e os trabalhadores informais.

Sendo o Brasil um dos países mais afetados por essa tragédia, as circunstâncias no país contribuem significativamente para a intensificação dos problemas sociais gerados pela crise econômica e pela disseminação do vírus. A crise não se limita apenas à questão da saúde, mas se estende para além, agravando desigualdades socioeconômicas e exacerbando as dificuldades enfrentadas pela classe trabalhadora em sua busca por sustento e condições de vida dignas.

A crise gerada pela pandemia expôs a fragilidade da narrativa que o empresariado, de maneira eufemística, chama de "empreendedorismo". Esse termo, muitas vezes utilizado para obscurecer e minimizar as relações de emprego assalariado, revela-se como uma falácia

ideológica do sistema capitalista. Além disso, destaca-se a falta de uma política social eficaz por parte do capitalismo diante do sofrimento dos desempregados.

Diante dessa lacuna, observa-se uma estratégia de manipulação ideológica, na qual a classe trabalhadora que se encontra na informalidade é ilusoriamente transformada, por meio de um discurso envolvente, em "novos empresários" ou "empreendedores". Essa abordagem busca dissimular as condições reais de precariedade e falta de amparo social, perpetuando uma narrativa que, na prática, não oferece soluções concretas para os desafios enfrentados pelos trabalhadores informais.

O trabalho que se expande de forma proeminente no contexto atual do capitalismo, conhecido como trabalho plataformizado, caracteriza-se por condições desafiadoras. As jornadas laborais tornam-se cada vez mais exaustivas, podendo estender-se a até dezesseis horas por dia, frequentemente sem a concessão de folgas semanais. Os salários, mesmo em meio à pandemia, tendem a ser cada vez mais reduzidos. Trabalhadores e trabalhadoras vinculados a aplicativos enfrentam a ameaça constante de demissão, sujeitos a decisões unilaterais das empresas, desprovidas de justificativas obrigatórias (Antunes, 2020).

Além disso, os custos relacionados à manutenção de veículos, motos, bicicletas, celulares e outros equipamentos recaem integralmente sobre os trabalhadores, delineando uma realidade em que os elementos de exploração e espoliação caminham de mãos dadas. Este cenário destaca a vulnerabilidade e a desigualdade inerentes ao modelo de trabalho plataformizado, onde as condições laborais muitas vezes sacrificam o bem-estar e a segurança dos trabalhadores em prol dos interesses das plataformas (Antunes, 2020).

O trabalho subordinado por meio de plataformas requer uma análise contextualizada da desestabilização das categorias tradicionais associadas ao emprego formal. As dualidades que anteriormente orientavam a compreensão do trabalho informal como um "espelho da relação salarial" perdem sua capacidade explicativa diante das transformações em curso. A própria noção de emprego está passando por reconfigurações, enquanto a informalidade também assume contornos mais complexos, indicando processos de informalização que abrangem não apenas os trabalhadores, mas também os meios de gerenciamento e controle do trabalho (Abílio, 2021).

No contexto do trabalho subordinado por meio de plataformas digitais, os trabalhadores não são contratados ou recrutados da maneira convencional. Não há vagas predeterminadas nem processos seletivos; aparentemente, o cadastro é suficiente para ingressar no trabalho. O contrato de trabalho, nesse cenário, transforma-se em um contrato de adesão. No entanto, as

empresas conseguiram efetivamente monopolizar setores específicos e controlar grandes contingentes de trabalhadores.

A própria relação de subordinação passa por um processo de informalização, marcado pela falta de predeterminações claras ou estáveis em relação à jornada de trabalho. Partes do trabalho que antes eram remuneradas agora deixam de sê-lo, e a remuneração passa a ser estritamente vinculada ao "tempo efetivo de produção", termo emprestado do Projeto de Lei 3748/2020, atualmente em tramitação na Câmara Federal, que propõe a implementação do que denomina como "regime de trabalho sob demanda". Esse modelo representa uma perigosa mudança nas bases do trabalho, reforçando a natureza precária e imprevisível do emprego nessas plataformas (Abilio, 2021).

O trabalhador "*Just-in-time*" emerge como um autogerente de si mesmo, capaz de determinar seu tempo, local de trabalho, instrumentos e estratégias. No entanto, essa concepção de empreendedorismo pode ser reinterpretada como autogerenciamento subordinado, no qual o trabalhador assume a gestão de si dentro de um contexto em que as regras, embora informalizadas, exercem um controle rigoroso sobre o trabalho. Essa reinterpretação destaca a subordinação inerente ao autogerenciamento, afastando-se da ideia de uma subjetivação neoliberal centrada na internalização da concorrência em diversas esferas da vida.

O autogerenciamento subordinado não é uma novidade exclusiva das plataformas digitais, pois está enraizado nos arranjos toyotistas e nas políticas neoliberais, estruturando também modos de vida periféricos. Esse modelo antecede as plataformas e é caracterizado pela ameaça constante de exclusão e seleção, transferindo parte do gerenciamento para o próprio trabalhador, embora permaneça totalmente subordinado. As transformações recentes no mundo do trabalho envolvem a eficaz transferência de riscos e custos para os trabalhadores, acompanhada por regulações do trabalho que, paradoxalmente, assemelham-se a desregulações (Gibb, 2017; Krein *et al.*, 2021).

Ao longo das décadas de flexibilização do trabalho e políticas neoliberais, os trabalhadores tornam-se responsáveis pela gestão de sua própria reprodução social. A gestão da sobrevivência, na qual poucas garantias são oferecidas, não apenas molda trajetórias de vida, mas também influencia as dinâmicas e a estrutura do mercado de trabalho brasileiro. O autogerenciamento subordinado, central nas formas contemporâneas de organização e controle do trabalho, reflete uma generalização de elementos estruturantes de modos de vida periféricos (Huws *et al.*, 2017).

A compreensão desse fenômeno exige transcender dualidades tradicionais, como centro-margem, formal-informal e desenvolvimento-subdesenvolvimento. No mercado de

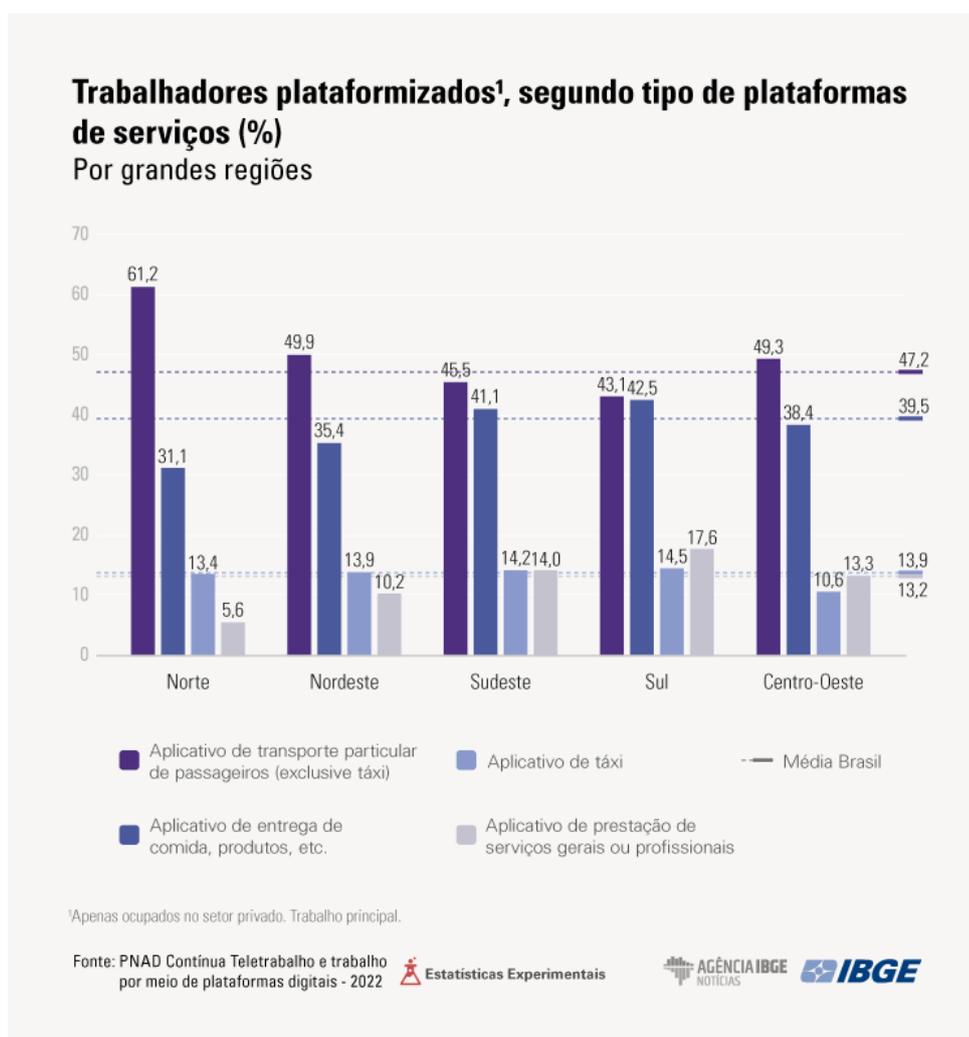
trabalho brasileiro, caracterizado pela alta rotatividade no emprego formal, empregos de baixa qualificação e remuneração, e relações de trabalho que perpetuam a herança escravocrata, a vida dos trabalhadores não se enquadra simplesmente em categorias regulamentadas. Trata-se de um trânsito complexo, marcado por um constante aproveitar de acessos e oportunidades em diversas esferas da vida, envolvendo uma gestão individualizada da sobrevivência que se manifesta como empreendedorismo de si.

As plataformas, por meio do gerenciamento algorítmico e oligopolizações bem-sucedidas, materializam a apropriação monopolizada e racionalizada desses modos de vida periféricos, indicando uma possível generalização desses elementos nas relações de trabalho. A definição de *gig economy* nos países do Norte reflete essa expansão do autogerenciamento subordinado, especialmente evidente em economias europeias. Contudo, ao compreender a uberização como um processo de informalização que acompanha a consolidação do trabalhador sob demanda, percebemos que as formas de organização relacionadas às plataformas digitais inserem-se em uma tendência mais ampla que permeia o mundo do trabalho globalmente, envolvendo redefinições na categoria de emprego, ampliação e reconfiguração da informalidade, informalização dos meios de controle e gerenciamento, transferência de riscos e custos, e o enfraquecimento de garantias e direitos do trabalho (Abílio, 2005).

Os trabalhadores plataformizados no Brasil compreendem uma diversidade de profissionais que realizam suas atividades laborais por meio de plataformas digitais. Este grupo inclui, predominantemente, motoristas e entregadores vinculados a aplicativos de transporte de passageiros e de entrega de alimentos ou produtos. A categoria de transporte, que abrange tanto serviço de passageiros quanto de entrega, representa uma fatia significativa desse contingente.

Esses trabalhadores enfrentam condições laborais desafiadoras, com jornadas extenuantes que podem se estender a longas horas diárias, muitas vezes sem a garantia de folgas regulares. Além disso, os salários tendem a ser reduzidos, mesmo em meio a crises econômicas ou pandemias. A relação de trabalho nesse contexto é caracterizada pela falta de estabilidade, uma vez que os trabalhadores podem ser demitidos unilateralmente pelas empresas, sem necessidade de justificativa. A natureza do trabalho plataformizado também se estende a profissionais autônomos e prestadores de serviços que oferecem sua especificidade de força do trabalho por meio de plataformas digitais. Dessa forma, o termo engloba não apenas os motoristas e entregadores, mas também trabalhadores de diversas áreas que buscam oportunidades de emprego e renda por meio dessas plataformas. Sobre a caracterização dos trabalhadores e trabalhadoras que estão realizando seus trabalhos mediados por plataformas digitais apresentamos os seguintes dados:

Figura 2 – Trabalhadores Plataformizados pelo tipo de serviço



Fonte: BELANDI, 2023.

Analisando a imagem percebemos que o agrupamento de atividades relacionadas a transporte, armazenagem e correio foi o que concentrou o maior contingente de trabalhadores em plataformas (67,3%). Esse grupo engloba tanto o serviço de transporte de passageiros quanto os serviços de entrega, que são os aplicativos mais comuns. Em seguida, destaca-se o setor de alojamento e alimentação, com uma representação de 16,7%. Esse resultado é atribuído principalmente aos estabelecimentos de alimentação que utilizam plataformas de entrega para atender aos clientes.

A categoria de emprego mais comumente adotada foi a "feita por conta própria" (77,1%). A presença de empregados com carteira assinada era mínima entre os trabalhadores em plataformas, representando apenas 5,9%, enquanto no setor privado como um todo, a parcela de empregados com carteira assinada era de 42,2%. Observou-se, portanto, uma

predominância significativa de trabalhadores autônomos na modalidade de trabalho em plataformas.

Quanto ao tipo de serviço prestado por meio de aplicativos, 52,2% (ou 778 mil) dos trabalhadores de plataformas estavam envolvidos em aplicativos de transporte de passageiros, considerando pelo menos um dos dois tipos analisados de táxi ou excluindo táxi. Os aplicativos de entrega de comida ou produtos absorveram 39,5% (ou 589 mil) da força de trabalho em plataformas. Por fim, os trabalhadores que ofereciam serviços gerais ou profissionais por meio de aplicativos representavam 13,2% (ou 197 mil) do total (Brasil, 2023).

O aplicativo de transporte particular de passageiros despontou como a plataforma digital mais amplamente utilizada pelos usuários, registrando um percentual de 47,2%. Em seguida, o serviço de entrega de comida, produtos, etc., obteve uma representação de 39,5%, seguido pelo aplicativo de táxi, com 13,9%, e pelo aplicativo de prestação de serviços gerais ou profissionais, com 13,2%. A região Sudeste liderou com o maior percentual, alcançando 57,9% do total de trabalhadores envolvidos em plataformas digitais, conforme categorizado pelo IBGE. Nas demais regiões, o percentual de pessoas ocupadas que realizavam trabalho por meio de aplicativos de serviços situou-se entre 1,3% e 1,4%.

Quando analisada a distribuição regional específica para o trabalho com aplicativos de transporte particular de passageiros, excluindo táxi, a região Norte se destacou com uma proporção de 61,2%, superando em 14 pontos percentuais a média nacional.

Quanto ao perfil demográfico, os homens representaram a maioria esmagadora dos trabalhadores em plataformas digitais, totalizando 81,3%, um percentual consideravelmente superior à média geral de trabalhadores ocupados, que foi de 59,1%. Por outro lado, as mulheres compuseram 18,7% do total desses trabalhadores. Em termos de faixa etária, quase metade (48,4%) das pessoas envolvidas no trabalho por meio de plataformas digitais estavam na faixa etária de 25 a 39 anos (Belandi, 2023).

Ao se tratar sobre a distribuição dos trabalhadores de plataformas conforme o tipo de serviço prestado por meio de aplicativos. A análise desses elementos revela uma compreensão abrangente do panorama do trabalho nessas plataformas no contexto brasileiro. Inicialmente, chama atenção que mais da metade dos trabalhadores de plataformas, especificamente 52,2%, estão envolvidos em aplicativos de transporte de passageiros. Essa constatação ressalta a prevalência e a significativa participação dos motoristas vinculados a plataformas nesse setor específico. Esse dado pode indicar a consolidação e popularização dos aplicativos de transporte, evidenciando a sua importância como fonte de trabalho para um contingente expressivo da força de trabalho em plataformas.

Em seguida, o texto aponta que os aplicativos de entrega de comida ou produtos absorveram 39,5% da força de trabalho em plataformas, totalizando 589 mil trabalhadores. Esse número expressivo destaca a relevância dos serviços de entrega no contexto das plataformas digitais. A ascensão desses aplicativos pode ser interpretada como uma resposta à demanda crescente por serviços de entrega, especialmente notável durante a pandemia, quando a conveniência e a segurança desse modelo de negócio foram enfatizadas.

Observa-se que 13,2% do total de trabalhadores de plataformas, o equivalente a 197 mil pessoas, oferecem serviços gerais ou profissionais por meio de aplicativos. Essa categoria abrange uma variedade de atividades, desde tarefas domésticas até serviços especializados. A diversificação das funções desempenhadas por meio desses aplicativos destaca a amplitude do mercado de trabalho digital, onde profissionais de diferentes áreas podem encontrar oportunidades.

Além de trabalhar mais (relação ao tempo dedicado ao trabalho) a parcela de trabalhadores que está trabalhando nas plataformas também tem maior informalidade como dizem os dados da PNAD Contínua (Belandi, 2023). No quarto trimestre de 2022, os trabalhadores plataformizados apresentaram um rendimento médio mensal de R\$ 2.645, um aumento de 5,4% em relação aos demais ocupados, cujo rendimento médio era de R\$ 2.510. É crucial observar que ao comparar esses rendimentos, deve-se levar em consideração as disparidades nos níveis de instrução e perfis ocupacionais, com uma presença significativa de pessoas menos instruídas e envolvidas em ocupações elementares entre os não plataformizados.

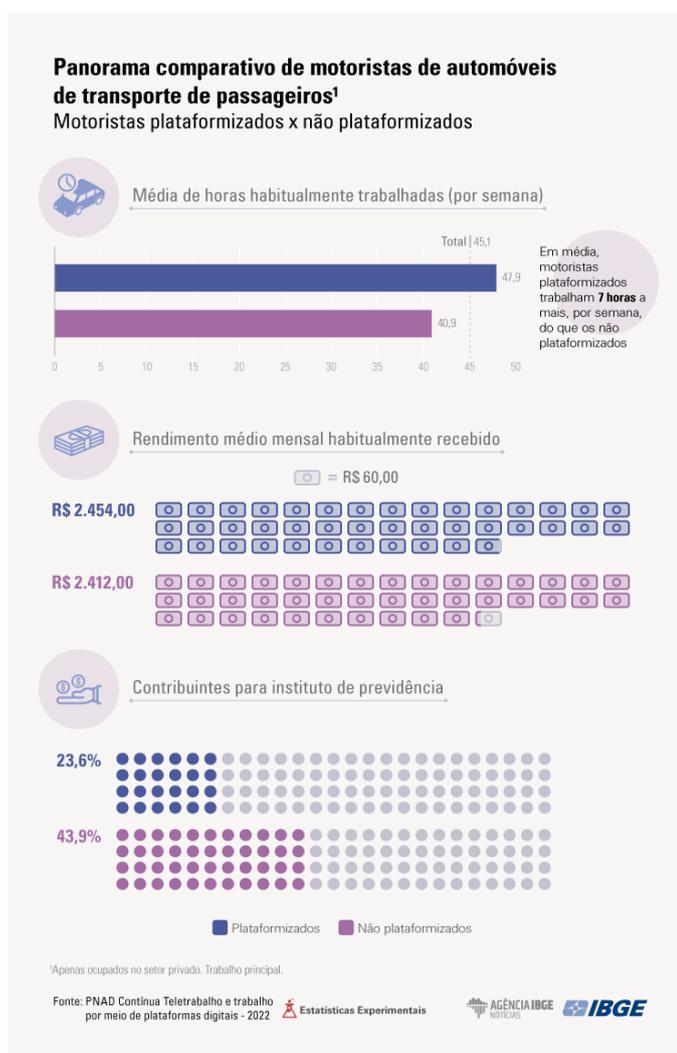
Para os grupos menos escolarizados, os rendimentos mensais reais das pessoas que utilizavam aplicativos de serviço eram mais de 30% superiores aos daqueles que não recorriam a essas ferramentas digitais. No entanto, entre as pessoas com ensino superior completo, os trabalhadores plataformizados (R\$ 4.319) registravam um rendimento 19,2% menor do que os que não utilizavam tais aplicativos (R\$ 5.348). Essa discrepância pode ser atribuída, em parte, ao fato de que muitos trabalhadores plataformizados com ensino superior atuam em ocupações que demandam menor qualificação, como o caso dos motoristas de aplicativos (Belandi, 2023).

Os trabalhadores vinculados a plataformas apresentaram uma jornada de trabalho habitual de 46,0 horas por semana em seu emprego principal, o que representa 6,5 horas a mais do que os demais ocupados, cuja jornada era de 39,5 horas. Essa diferença de horas trabalhadas pode explicar a disparidade nos rendimentos. Se considerarmos o rendimento por hora trabalhada, os trabalhadores plataformizados apresentam uma média inferior aos demais ocupados.

A análise da previdência revela que 60,8% dos ocupados no setor privado contribuíam para a previdência, enquanto apenas 35,7% dos plataformizados eram contribuintes. Além disso, a proporção de trabalhadores informais entre os plataformizados (70,1%) era maior do que entre o total de ocupados no setor privado (44,2%) (Belandi, 2023).

Quanto aos motoristas, no quarto trimestre de 2022, 1,2 milhão de pessoas estavam ocupadas como condutores de automóveis de transporte rodoviário de passageiros. Destes, 60,5% (721 mil) trabalhavam com aplicativos de transporte de passageiros, incluindo táxi, enquanto 39,5% (471 mil) não utilizavam esses aplicativos. A renda dos motoristas plataformizados (R\$ 2.454) era ligeiramente superior à dos motoristas não plataformizados (R\$ 2.412) (Belandi, 2023).

Figura 3 - Motoristas Plataformizados versus Motoristas Não Plataformizados



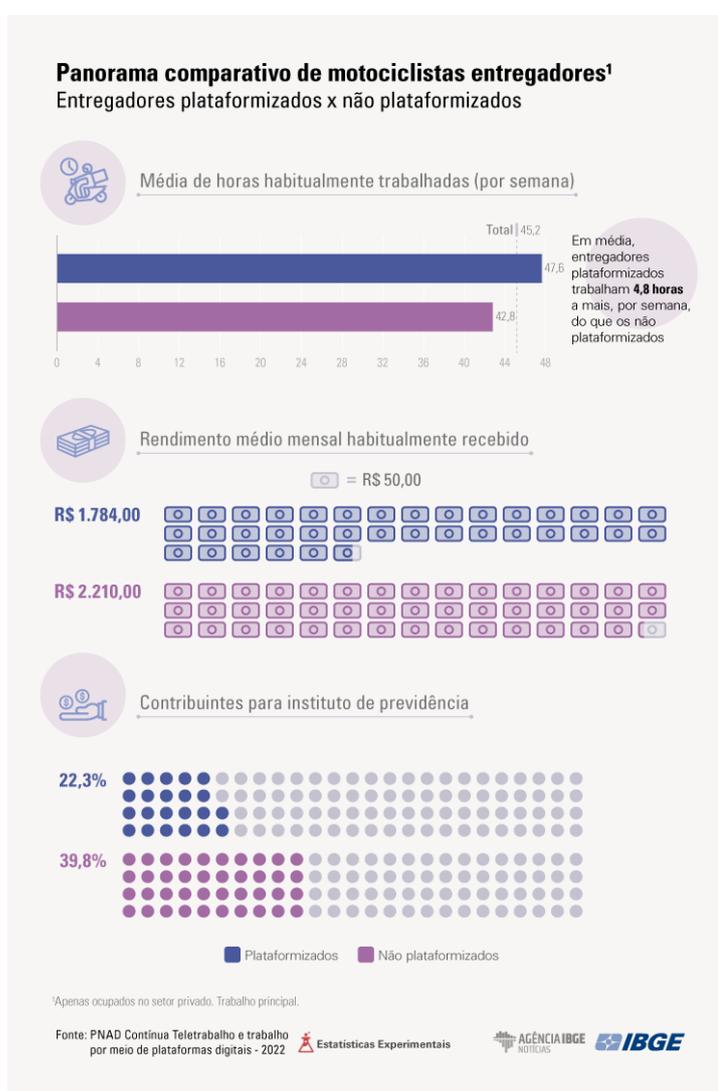
Fonte: BELANDI, 2023.

Dos 338 mil condutores de motocicletas envolvidos em atividades de malote e entrega em seus trabalhos principais, 50,8% (171 mil) desempenhavam suas funções por meio de aplicativos de entrega. Em contraste com a situação dos motoristas, os entregadores

plataformizados apresentavam um rendimento médio habitual de R\$1.784, equivalendo a apenas 80,7% da média dos não plataformizados, que era de R\$2.210 (Pnad Contínua, IBGE, 2023).

Além disso, os entregadores vinculados a plataformas digitais trabalhavam em jornadas semanais mais extensas, totalizando 47,6 horas, em comparação com as 42,8 horas dos não plataformizados. Esta disparidade nas horas trabalhadas resulta em uma diminuição ainda maior no rendimento por hora para os entregadores que utilizam aplicativos, cujo valor era de R\$8,70, em comparação com os R\$11,90 recebidos pelos que não utilizam plataformas (Belandi, 2023).

Figura 4 - Motociclistas Plataformizados versus Motociclistas Não Plataformizados



Fonte: BELANDI, 2023.

A análise dos dados apresentados revela aspectos importantes sobre a realidade dos motociclistas vinculados a plataformas digitais no Brasil. Em primeiro lugar, a disparidade nos rendimentos entre os que utilizam aplicativos e os que não utilizam chama a atenção. Enquanto motociclistas de aplicativo apresentam uma diferença relativamente pequena no rendimento

médio, os entregadores vinculados a plataformas digitais recebem apenas 80,7% do que é recebido pelos não plataformizados. Essa discrepância levanta questões sobre a equidade e a justiça no modelo de remuneração adotado por essas plataformas.

A análise por hora trabalhada reforça essa preocupação, evidenciando que, apesar de trabalharem mais horas por semana, os entregadores que utilizam aplicativos têm um rendimento por hora significativamente menor do que seus colegas não plataformizados. Isso sugere que o modelo de remuneração adotado pelas plataformas pode estar contribuindo para uma condição de trabalho precária, na qual os trabalhadores são pressionados a estender suas jornadas para manter um padrão de renda aceitável.

Outro ponto a ser destacado é a falta de contribuição previdenciária por parte de uma parcela significativa dos trabalhadores vinculados a plataformas digitais. Enquanto 60,8% dos ocupados no setor privado contribuem para a previdência, apenas 35,7% dos trabalhadores plataformizados o fazem. Isso levanta preocupações sobre a segurança social desses trabalhadores no longo prazo, especialmente em um cenário em que a previdência é essencial para garantir um sustento digno na aposentadoria.

Os dados sugerem que o trabalho por meio de plataformas digitais no Brasil está associado a condições desfavoráveis, como baixos rendimentos por hora, jornadas de trabalho extensas e falta de contribuição previdenciária. Esses aspectos levantam questões importantes sobre a regulamentação e a proteção dos direitos dos trabalhadores nesse contexto específico, chamando a atenção para a necessidade de políticas que busquem garantir condições dignas de trabalho e remuneração justa para todos os envolvidos.

Essa análise ressalta não apenas a disparidade nos rendimentos totais entre os entregadores plataformizados e não plataformizados, mas também a importância de considerar a eficiência em termos de remuneração por hora. A diferença significativa nas jornadas de trabalho e no rendimento por hora destaca os desafios e as condições distintas enfrentadas pelos trabalhadores que realizam entregas por meio de aplicativos.

A análise dos dados revela uma disparidade significativa nas horas trabalhadas por semana entre os motoristas de aplicativo e aqueles que não utilizam plataformas de transporte de passageiros. Os motoristas de aplicativo apresentaram uma média de 47,9 horas semanais em seus empregos principais, enquanto os não plataformizados trabalhavam, em média, 40,9 horas por semana. Essa diferença de sete horas na jornada semanal representa um aumento de 17,1% para os motoristas de aplicativo em relação aos seus pares que não utilizam aplicativos.

É notável que, apesar dessa discrepância nas horas trabalhadas, a diferença no rendimento médio entre os dois grupos era relativamente pequena, apenas 1,7% a mais para os

motoristas de aplicativo. O analista destaca que essa discrepância resulta em um rendimento por hora inferior para os motoristas vinculados a plataformas, evidenciando a importância de considerar não apenas os rendimentos totais, mas também a eficiência em termos de remuneração por hora de trabalho.

Ao examinarmos o rendimento por hora, os dados indicam que os motoristas de aplicativo recebiam, em média, R\$ 11,80 por hora, enquanto os motoristas que não utilizam aplicativos ganhavam R\$ 13,60 por hora. Essa diferença ressalta que, apesar das longas horas trabalhadas pelos motoristas de aplicativo, o rendimento por hora é inferior em comparação com seus colegas que não adotam plataformas digitais de transporte de passageiros. Essa análise destaca a complexidade ao se avaliar não apenas as métricas absolutas, mas também as relativas, para obter uma compreensão mais abrangente da situação dos trabalhadores.

Esses dados coletados fornecem uma visão estratificada do perfil da força de trabalho nas plataformas digitais, evidenciando a variedade de serviços oferecidos e a sua importância econômica. A compreensão desses elementos é crucial para avaliar não apenas o impacto quantitativo, mas também as dinâmicas e implicações qualitativas do trabalho nas plataformas no Brasil.

Percebemos o perigo que ronda a classe trabalhadora, uma vez que através das plataformas, as ações e o desempenho dos trabalhadores são minuciosamente monitorados e avaliados, promovendo uma remuneração diretamente ligada à produtividade, e não ao tempo dedicado ao trabalho. As plataformas digitais não apenas aprimoram a organização de dados e cálculos, mas também fortalecem sua capacidade de tomar decisões. Não é surpreendente que, além do monitoramento constante dos trabalhadores, essas plataformas incorporem sistemas de avaliação por parte dos consumidores como variáveis cruciais nos algoritmos de avaliação do trabalho. Isso posiciona os clientes como agentes de gestão, de modo que a satisfação deles, em vez dos gestores tradicionais, é crucial, influenciando as diretrizes e ideias a serem seguidas.

Levando-se em conta a quantidade de trabalhadores e trabalhadoras no Brasil que estão se sujeitando a trabalhos precarizados como única forma de sobrevivência e que as plataformas digitais se colocam, equivocadamente, apenas como agentes mediadores para uma estratificação significativa da classe trabalhadora, temos um mundo do trabalho no nosso país que distancia qualquer possibilidade de emancipação da classe trabalhadora, distancia ainda da perspectiva da organização dos trabalhadores e trabalhadoras para a luta através de suas instituições historicamente referendadas como Associações e Sindicatos.

Após a apresentação desse panorama, vamos nos deter em como esse debate acontece na Educação Física, em específico em como os professores e professoras que estão atuando no

que convencionamos chamar de Indústria do Fitness estão lidando com o trabalho plataformizado. Buscaremos estabelecer as mediações entre as mudanças que ocorreram ao longo do processo de concretização dessa estratificação da classe trabalhadora dentro de uma especificidade do seu universo de trabalho.

3. AS RELAÇÕES DE TRABALHO NA INDÚSTRIA FITNESS COMO OBJETO DE ANÁLISE: A PLATAFORMIZAÇÃO EM FOCO

*O que é que pode fazer o homem comum
Neste presente instante senão sangrar?
Tentar inaugurar
A vida comovida*

Inteiramente livre e triunfante?

(Trecho da música "Conheço meu lugar", Autor: Jorge Mello e Belchior, 1979)

A busca por uma vida "inteiramente livre e triunfante" reflete o anseio por condições de trabalho que permitam liberdade, autonomia e a oportunidade de alcançar o sucesso profissional. Isso pode envolver a superação de desafios no local de trabalho. Quando se refere ao "homem comum" o poeta alencarino destaca a realidade cotidiana dos trabalhadores, muitas vezes distante dos holofotes e glamorização. A música pode servir como uma reflexão sobre como esses trabalhadores comuns enfrentam suas vidas e carreiras. Belchior nos provoca a pensar sobre liberdade e o que seria triunfar na sociedade capitalista, será mesmo o avanço tecnológico predatório de desumanizado o verdadeiro progresso?

No epicentro do debate sobre a plataformização do trabalho na contemporaneidade, as relações de trabalho na indústria fitness emergem como um intrincado objeto de análise, desvelando camadas profundas de complexidade e transformação sob a égide da plataforma digital como uma resposta imediata ao capitalismo em crise e pós cenário caótico deixado pela pandemia do Covid-19, como já apresentamos ao logo do texto. A ascensão vertiginosa da estratégia neoliberal convencionado como "plataformização" revela-se como um divisor de águas nas estruturas laborais dessa esfera, desafiando paradigmas preexistentes e impondo uma reelaboração substancial das dinâmicas no mundo do trabalho. Nesse cenário, a interseção entre a busca incessante por bem-estar físico e as metamorfoses engendradas pelas plataformas digitais delinea uma paisagem laboral repleta de nuances e ambivalências.

A área abrangente do mercado fitness engloba empreendimentos dedicados à promoção da saúde e bem-estar em geral. Originada do inglês, a palavra "fitness" está associada tanto ao bom condicionamento físico quanto às práticas que conduzem a esse estado, como a prática de exercícios físicos.

Assim, as academias que oferecem atividades aeróbicas e musculação, juntamente com centros esportivos, são os representantes mais comuns desse mercado. No entanto, empresas envolvidas com alimentação saudável, suplementação, orientação para perda ou ganho de peso, moda especializada para atividades físicas e estética também têm ganhado destaque nesse segmento. Até mesmo academias de dança e artes marciais podem ser incluídas no mercado fitness, pois proporcionam preparo e condicionamento aos seus alunos.

Em uma perspectiva global, os Estados Unidos dominam o mercado fitness, sendo o país que, até 2019, gerava aproximadamente US\$ 30 bilhões anualmente com negócios nessa área. Os EUA e os outros nove maiores mercados no setor contribuem com 71% da receita total

do setor, totalizando US\$ 64,9 bilhões, conforme indicado pela *International Health, Racquet & Sportsclub Association* (IHRSA).

A metamorfose das relações laborais na indústria fitness, submetida ao escrutínio acurado da plataforma, transcende os limites convencionais das interações profissionais, moldando uma realidade onde a conexão virtual se entrelaça indissolúvelmente com os domínios do físico. Sob a égide da plataformização, as fronteiras entre o pessoal e o profissional tornam-se cada vez mais difusas, promovendo uma coalescência entre o espaço digital e o ambiente físico dos praticantes de atividades físicas.

A necessidade de compreensão de como se estabelecem essas relações de trabalho especificamente na educação física nos levam a um resgate dos processos históricos que marcaram a trajetória desse campo profissional. A década de 1980 marca um importante período para o Brasil e por consequência para a Educação Física. Com a reconfiguração do cenário político no país e o início do processo de redemocratização a área começa a questionar qual sua função social, até porque essa questão era bem demarcada nos períodos militares e a mudança de paradigma urgia no meio acadêmico sendo um debate fundamental para as novas possibilidades educacionais que se tornaram possíveis com o fim do regime militar. Notadamente o livro escrito pelo professor João Paulo Subirá Medina em 1983, “Educação Física cuida do corpo... ‘e mente’: bases para a renovação e transformação da educação física” inaugura esse processo de nova elaboração da Educação Física trazendo uma leitura de viés crítico em consonância com o que acontecia no país.

Nessa interlocução, fomentada pelo clima de redemocratização pelo qual o país passava, a Educação Física fez o seu primeiro contato sistemático com o pensamento de Marx. Um tanto enviesado, pois, num primeiro momento, mediado pela educação e não pelo contato direto com os textos clássicos. Ainda bem que a mediação pela educação se deu, fundamentalmente, pela influência do Professor Dermeval Saviani. Cujo controle sobre a obra de Marx é muito seguro (Húngaro, 2008, p. 19).

A interlocução com as ciências humanas sofre um abalo já no seu início com a eminente derrota do socialismo real e uma nova “morte” de Marx. As possibilidades de superação da lógica vigente até então na educação física, a saber: o paradigma médico higienista e o esportivismo não conseguem ser problematizados afim de superação para uma nova formulação, continuam hegemônicos, contudo, temos ali, o nascedouro das pistas investigativas que nos poderiam dar as condições para superação deste paradigma (Húngaro, 2008).

Na década seguinte, após a nova constituinte de 1988, um marco para o processo de redemocratização do país, traz os anos de 1990 que ficariam marcados para educação física pelo debate sobre a regulamentação que se concretiza no dia 1º de setembro de 1998 através da Lei 9696/98. O reordenamento do mundo do trabalho atendendo as necessidades do capitalismo

mundializado tem como primazia a reserva de mercado por qualificação/formação específica, uma tipificação necessária alicerçada na ideia de profissão liberal que tomava conta do imaginário que se constituía com a transição do modo de produção fordismo/taylorismo para o toyotismo e se replicava em todas as instancias produtivas. No mundo fitness, não foi diferente (Nozaki, 2004).

A busca por regulamentação na profissão de educação física tem sido um tema de debate constante na área, datando seus esforços desde a década de 1980. As justificativas para essa regulação estavam vinculadas à ideia de reserva de mercado, com o objetivo de restringir a atuação de profissionais não formados em educação física, comumente referidos como "leigos", em campos não formais de trabalho. Essa designação era utilizada pelos defensores da regulamentação para descrever trabalhadores de diversas práticas corporais, como mestres, professores, instrutores de artes marciais, capoeira, dança, yoga, pilates, lutas, entre outras, que possuíam seus próprios códigos formativos, mas não eram graduados em educação física.

Além disso, a defesa pela regulamentação da profissão de educação física não encontra consenso, inclusive entre os próprios professores da área. No contexto da educação formal, há questionamentos sobre a necessidade dessa regulamentação, dado que já existe uma robusta estrutura legislativa e jurídica que assegura a legitimidade desses profissionais nesse ambiente. Mesmo que existam decisões judiciais que restrinjam o trabalho de professores na esfera formal da educação, essas restrições são atribuídas às ações do Conselho Federal de Educação Física (CONFEF) e dos Conselhos Regionais de Educação Física (CREFs), prejudicando o exercício pleno de suas funções.

No âmbito não escolar, profissionais também questionam a necessidade de fiscalização de suas atividades, uma vez que suas trajetórias formativas diferem da graduação em educação física, a qual pode demandar décadas para atingir o título de mestre. Essas divergências de perspectiva revelam a complexidade e a falta de consenso em torno da regulamentação da profissão de educação física, evidenciando a necessidade de uma abordagem cuidadosa e inclusiva nesse debate em evolução.

É imperativo ressaltar que a vivência dos profissionais de Educação Física inseridos no universo fitness já evidenciava um cenário de precarização, cujas bases encontram-se enraizadas em convenções coletivas de trabalho propostas por sindicatos patronais. Essas convenções, por sua vez, solidificam-se como instrumentos que, longe de salvaguardar os interesses laborais, convertem-se em meios de instrumentalização das relações de trabalho nesse segmento específico, sendo utilizadas de maneira estratégica pelo empresariado fitness, conforme elucidado por Quelhas (2012). O panorama delineado revela uma intrincada teia de

dinâmicas laborais que, longe de favorecer a estabilidade e o bem-estar dos profissionais, contribuem para a consolidação de um ambiente laboral marcado pela fragilidade e pela desigualdade e desvela ainda que não é a reserva de mercado, função própria da regulamentação da profissão, que garantia uma proteção a esses professores, porém, durante muitos anos o centro do debate sobre as relações de trabalho na Educação Física foi prioritariamente o debate sobre os caminhos formativos.

Evidenciamos que o debate sobre o mundo do trabalho dentro do campo da educação física está centrado no campo da formação, utilizando-se de uma generalização indevida de que, partindo da divisão do currículo em licenciatura e bacharelado, teríamos uma fragmentação na formação e por consequência as condições de trabalho seriam precárias. Tal generalização traz consigo o problema de não propor a análise dos determinantes do próprio mundo do trabalho. Não negamos que a formação ocupa uma importante função nessa análise, contudo, também é um limitante pois não dá conta de explicar as relações que são próprias do mundo do trabalho.

Após análise em dissertações e teses disponíveis nos bancos de dados de Instituições de Ensino Superior que oferecem cursos de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado podemos identificar, a priori, que o debate central quando utilizamos os descritores “educação física” and “mundo do trabalho” está cercilhado na formação, com um número bem reduzido de trabalhos que se propuseram a analisar o mundo do trabalho como categoria central. Na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertação – BDTD – ao usarmos os descritores citados encontramos 44 trabalhos, sendo 33 dissertações de mestrado e 11 teses de doutorado. Após análise dos resumos, objetivo geral e palavras-chave dos trabalhos encontrados, foram selecionados para estudo aqueles em que se estabelecia o diálogo com o mundo do trabalho fora da escola com uma análise crítica que se alinhasse com a matriz teórica que estamos na tentativa de desenvolver. Ressaltamos que nessa primeira busca, dos 44 trabalhos encontrados apenas 4 (3 dissertações e 1 tese) faziam ligação com o objeto que estamos pesquisando e salientamos que a opção por fontes primárias (teses e dissertações) seriam uma tentativa por parte do pesquisador de compreender como a área está dialogando com o objeto de investigação, a saber: as condições de trabalho do/a professor/a que atua no mundo fitness.

Destacamos a dissertação de Furtado (2007), de título “O não lugar do professor de Educação Física em academias de ginástica”, por trazer o debate sobre as transformações do mundo do trabalho e como elas influíram na forma como os serviços relacionados às práticas corporais são desenvolvidos nas academias de ginástica e por consequência o professor como “vendedor” dando continuidade ao processo de aderência aos serviços que estão disponíveis aos alunos. Com uma boa descrição das condições de trabalho dos professores que estão nas

academias de ginástica o próprio autor indica a necessidade do adensamento das categorias alienação e fetichismo para uma melhor síntese em sua pesquisa.

Both (2009) nos apresenta a dissertação “Mudanças no mundo do trabalho e suas mediações na Educação Física” que se propõem a apresentar a reestruturação produtiva do capital a partir dos anos 1970, como esse processo chega ao Brasil e as implicações que isso traz para a formação e no próprio mundo do trabalho. Ao apresentar os resultados de entrevista com dez professores da cidade de Pelotas, RS, o autor aponta à perda de centralidade da educação física dentro do projeto dominante a migração de muitos profissionais para o setor de serviço que tem por primazia o trabalho abstrato. Iremos desenvolver em nossa investigação a categoria trabalho e suas manifestações na sociedade capitalista, portanto o trabalho de Both traz uma primeira aproximação com a temática investigativa que estamos propondo.

Na dissertação de Gaspar (2013), “Os campos de atuação do egresso do curso de Educação Física UFSC após a fragmentação em licenciatura e bacharelado: diferenças e regularidades”, ao retratar a realidade de trabalho dos sujeitos investigados faz a afirmação que as condições de precarização/flexibilização do trabalho estão tanto na escola como nos espaços não escolares. Buscaremos em nossa pesquisa aprofundar o tema, que aprioristicamente, analisamos que existem diferenças fundamentais nas condições que são oferecidas para os/as professores/as que estão na escola e para aqueles/as professores/as que estão em espaços não escolares, diferenças essas que foram ainda mais asseveradas com a contrarreforma trabalhista criando e legitimando mais formas de exploração da força de trabalho e por consequência ampliando a condição de precarização. Entendemos ainda serem insuficientes os dados da realidade para afirmar que a precarização do trabalho na educação física é consequência do processo de divisão curricular entre bacharelado e licenciatura, temos que ter cuidado para não cairmos na armadilha da generalização sem levar em consideração a materialidade.

Já na tese de Fonseca (2017), intitulada “O sistema profissional da Educação Física: o processo de profissionalização, a busca por autonomia e as implicações para a vida profissional”, a autora apresenta uma categorização para os setores da Educação Física a fim de estabelecer sua função dentro da organização social. O que destacamos durante o estudo de sua tese é a caracterização dos profissionais inseridos no mercado de trabalho. A apresentação desses dados nos possibilitará compreensão de um panorama geral da ocupação desses sujeitos diante do quadro geral de empregos no país onde pretendemos realizar uma análise crítica dos impactos das políticas neoliberais que vem sendo adotadas pelo governo atual. Mesmo não tendo a proposta de fazer essa análise a autora faz indicações de dados que quando confrontados

com outros indicadores sociais poderão esclarecedores para a compreensão do trabalho no mundo fitness.

Considerando que a oferta de empregos na Educação Física na maioria dos casos está relacionada com a proficiência em executar atividades físicas no trabalho, o vínculo formal nas faixas etárias entre 40 e 65 anos ou mais, representam apenas 26% do total nacional de profissionais inseridos no mercado de trabalho formal contra 74% dos profissionais com idade inferior a 40 anos. Tal dado indica que a carreira formal tem seu ápice nos primeiros 20 anos de exercício profissional, provavelmente o período que corresponde ao ápice da capacidade física (FONSECA, 2017, p. 163).

Dando continuidade a essa varredura de dissertações e teses na plataforma da BDTD, utilizamos os buscadores “educação física” and “precarização” encontramos 32 trabalhos, sendo 28 dissertações de mestrado e 4 teses de doutorado. Destas 28 dissertações 6 já haviam aparecido na primeira pesquisa com os buscadores anteriores, então, fizemos a análise de 22 dissertações seguindo o mesmo critério já estabelecido de leitura do resumo, palavras chaves e objetivo geral. Após essa análise, apenas a dissertação de Nunes (2014), “Sarados e precarizado: contradições no trabalho de professores de educação física em academias da cidade do Rio de Janeiro”, onde a autora apresenta a mesma linha argumentativa em relação a reestruturação produtiva capitalista dos anos 1970, o que reafirma a necessidade de se compreender como esse processo acontece no mundo e suas reverberações no Brasil para o entendimento das relações sociais de trabalho em nossos tempos. Destacamos a utilização do Protocolo de Avaliação de Riscos Psicossociais no Trabalho – PROART para avaliar as questões psicossociais desses/as trabalhadores/as, que tem como “finalidade principal mapear os riscos psicossociais no trabalho, envolvendo a relação trabalhador e organização do trabalho” (Nunes, 2014, p. 51). Em nossa pesquisa a questão psicossocial dos trabalhadores não fará parte das categorias investigadas, muito por conta dos limites de apropriação do pesquisador e da proposta inicial do objeto de investigação, sendo assim, não negamos a importância de estudos que apontem os adoecimentos causados pelas condições de trabalho impostas pelo sistema capitalista.

Em relação as 4 teses encontradas o trabalho de Quelhas (2012) “Trabalhadores de Educação Física no seguimento fitness: um estudo da precarização do trabalho no Rio de Janeiro” traz importantes contribuições para o desenvolvimento da nossa proposta investigativa já que apresenta uma alinhamento com a matriz teórica que fundamenta o trabalho além de já no seu objetivo geral indicar a análise da precarização do trabalho no setor de serviços, com centralidade nos trabalhadores de educação física que atuam no mercado fitness. Em todo o transcorrer do estudo da tese de Quelhas conseguimos estabelecer um diálogo com o texto e pretendemos adensar/acrescentar algumas categorias como as novas relações de trabalho estabelecidas após a contrarreforma trabalhista e a oferta desse serviço mediada por plataformas

digitais e aplicativos, análises que o autor não poderia ter feito por uma simples questão de nexo temporal. Tentaremos também trazer um quadro de maior abrangência já que a investigação se concentrou na cidade do Rio de Janeiro e o esforço expositivo será na construção de um panorama nacional para o/a trabalhador/a da Educação Física que atua no mundo fitness.

Enaltecemos o esforço de Quelhas (2012) em fazer as mediações de como se constituiu a “indústria do corpo” em meio ao processo de reestruturação produtiva e alavanca neoliberal no Brasil. Fazendo uma exposição crítica da posição dos instrumentos de regulamentação/organização de classe durante o asseveramento das condições de trabalho na reorganização capitalista. Ao incluir o seguimento fitness no setor de serviços aponta, por exemplo, como a regulamentação da profissão de educação física em 1998, contribuiu para “(...) uma tentativa de considerar o trabalho do profissional como um trabalho autônomo, na perspectiva de profissional liberal, prestador de serviço, desconsiderando as relações sociais de produção presentes nesta área” (Quelhas, 2012, p. 90-91).

Quando se compra o serviço (trabalho) de um cantor para satisfazer uma necessidade estética, o gozo do comprador se encerra ao mesmo tempo em que o serviço se cessa, ou seja, o serviço do cantor é inseparável do consumo daquele que o contrata. A utilidade do serviço não modifica sua natureza econômica, pois tanto faz que seja o serviço de um garçom ou de médico, se o ato de produção do serviço não se separe do ato de consumo. Isto também é válido para o caso do trabalhador de educação física que é contratado por uma pessoa para ministrar uma aula ou uma sessão de treinamento (Quelhas, 2012, p. 91).

A listagem completa com os resultados das buscas está disponível nos apêndices 01, 02, 03 e 04, onde organizamos as listas por tipo trabalho (dissertação e tese) e com os buscadores utilizados em cada varredura. Nas listas é possível identificar o autor, o ano, a Instituição de Ensino Superior e o título, também disponibilizamos o link para o acesso a listagem do site onde o leitor pode ter acesso a cada trabalho. Na lista também indicamos a link para acesso a fonte dos dados – Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDBT) – e a data da última atualização da coleta desses dados. Através dessa ação conseguimos estabelecer uma primeira mediação com a produção da área em relação ao objeto que estamos nos propondo a investigar.

Confirmamos que ainda são poucas as pesquisas que se propuseram a compreender as relações de trabalho do professor que atua fora da escola, apesar da multiplicidade de campos de atuação desse profissional. O desenvolvimento desta tese poderá, em alguma medida, contribuir para o debate sobre as condições de trabalho dos profissionais de Educação Física que estão na indústria fitness. Afirmo que, seguramente, o desenvolvimento desta pesquisa proporcionará o enriquecimento teórico do sujeito pesquisador e que os limites que surgirão

serão decorrentes da necessidade de adensamento que ainda, enquanto pesquisador, necessitamos.

Isto posto ressaltamos a importância de se trazer o debate para o mundo do trabalho estabelecendo as mediações com as condições que os/as professores/as de educação física encontram nesses espaços, onde destacamos aqueles/as sujeitos que ocupam os ambientes não escolares. Esse recorte é fundamental pois entendemos que onde teremos maiores evidências dos impactos da nova regulamentação trabalhista que amplia o processo de precarização desses/as trabalhadores/as é exatamente no que vamos chamar de indústria fitness. Mesmo acreditando que o/a professor/a que está na escola também é explorado, não conseguiríamos dar conta desse debate e entendendo a carência de pesquisas nos ambientes não escolares, como mostramos anteriormente através das análises das teses e dissertações produzidas que tinham por objeto de investigação o mundo do trabalho fora da escola, decidimos focar nesses trabalhadores/as que compreendemos estarem inseridos no setor de serviços.

Para tanto iremos tratar nas próximas páginas [1] caracterização da indústria do fitness no Brasil; [2] as “novas” relações de trabalho para professores e professoras de educação física que atuam na indústria fitness; [3] classificação das plataformas digitais fitness: como se dá a remuneração desses trabalhadores e dessas trabalhadoras; [4] e agora professores (as), o que fazer? Acreditamos, ainda que inicialmente, que desta forma poderemos ter mais elementos para o debate sobre o mundo do trabalho, em específico dos trabalhadores e das trabalhadoras que vendem sua força de trabalho na indústria do fitness.

3.1 CARACTERIZANDO A INDÚSTRIA DO *FITNESS* NO BRASIL

O mercado brasileiro destaca-se em escala global devido à sua vasta extensão territorial, o que, por conseguinte, afeta a distribuição geográfica da população. Essa característica, inerente ao Brasil, reverbera de maneira significativa na indústria fitness. O tamanho territorial e a distribuição demográfica, aliados às complexidades socioeconômicas do país, desempenham um papel crucial na determinação da localização dos centros de atividades físicas. Este aspecto, por sua vez, impacta diretamente na concentração de consumidores e não consumidores do mercado fitness, variando conforme região, faixa etária, renda, práticas sociais e uma miríade de outros fatores que exercem influência sobre a decisão individual de participar ou não de atividades físicas.

O crescimento desse setor no Brasil apontado pela Revista da Associação Brasileira de Academias – ACAD – que traz como matéria de capa “Mercado mundial do fitness: principais

players e mudanças no top tem” da edição nº82, de agosto de 2018 aponta de a indústria mundial do fitness havia alcançado no ano de 2017 a marca de 174 milhões de clientes espalhados por 201 mil academias pelo mundo resultando um faturamento estimado de 87,2 bilhões de dólares naquele ano. São números bem expressivos, porém a IHRSA estipulou uma meta de 230 milhões de clientes/alunos até o ano de 2030, um crescimento de 32% em pouco mais de uma década, apostando no mercado brasileiro como um potencial captador desse público. Jacqueline Antunes, diretora da IHRSA para a América Latina, em entrevista, disse:

Em março, o então presidente da nossa associação mundial, Derek Gallup, anunciou uma nova iniciativa para crescer a indústria global para 230 milhões de usuários, um objetivo no qual o crescimento no mercado brasileiro vai ajudar a tornar possível. A IHRSA está trabalhando em estreita colaboração com nossos parceiros, ACAD Brasil e Fitness Brasil para desenvolver educação, recursos e novos produtos para ajudar a indústria brasileira a atingir seu pleno potencial (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ACADEMIAS, 2018, p. 10).

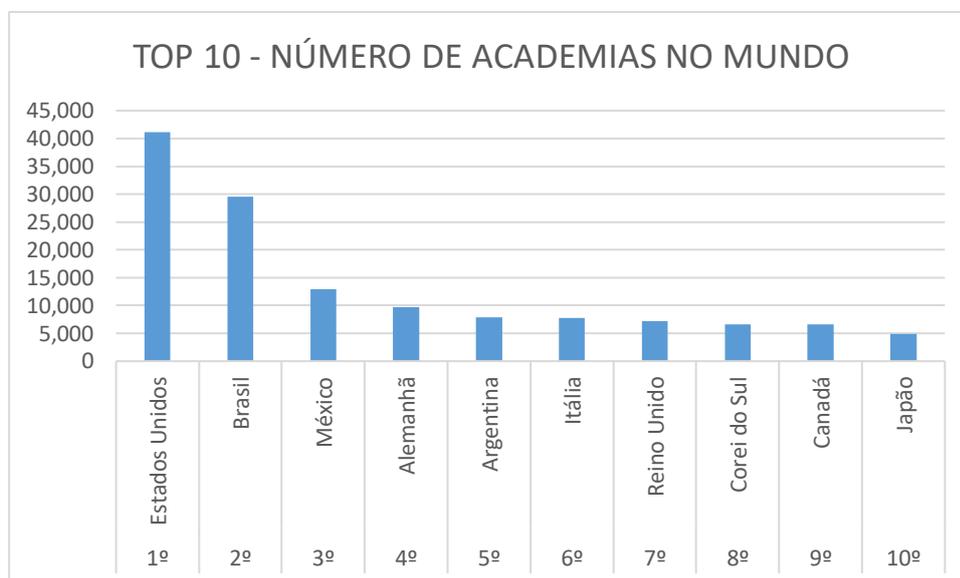
Os dados da pesquisa apontam o Brasil com um faturamento de 2,1 bilhões de dólares no ano de 2017, ocupando a décima segunda posição nesse quesito, contraditoriamente é o segundo em país em número de academias, são 34.509 no total estado atrás apenas dos Estados Unidos com suas 38.477 academias. Quando vamos para o número de clientes o Brasil acumula 9,6 milhões ocupando a quarta posição nesse quesito ficando atrás dos Estados Unidos, Alemanha e Reino Unido. Ainda sobre faturamento quando o gráfico faz a média de arrecadação por academia o Brasil apresenta um resultado bem abaixo dos líderes desse quesito. Enquanto China e Reino Unido têm faturação média por academia de 2.232 milhões e 818 mil dólares respectivamente o Brasil não passa dos 60 mil dólares ficando atrás inclusive de México e Argentina.

A análise dos dados sobre o setor fitness no Brasil revela um paradoxo intrigante e complexo, que instiga uma reflexão profunda sobre a relação entre o volume de academias e o faturamento no país. Em 2017, o Brasil ostentava a posição de segundo país com o maior número de academias no mundo, somando expressivos 34.509 estabelecimentos, ficando apenas atrás dos Estados Unidos, que contavam com 38.477. Contudo, a contradição se desenha quando confrontamos esse cenário com o faturamento do setor.

Em termos de receita, o mercado fitness nacional manteve a marca de US\$ 2,1 bilhões em 2019, classificando-se como o terceiro maior das Américas, ficando atrás apenas dos Estados Unidos e do Canadá, que registraram uma receita de quase US\$ 3 bilhões, conforme dados da IHRSA. Um dado notável é o impressionante número de academias presentes no Brasil, mesmo com uma queda em relação a 2017, o país ainda soma 29.525 unidades oficiais.

Isso mantém o país como a segunda nação com mais academias do mundo, sendo os Estados Unidos o líder com mais 40 mil unidades.

Gráfico 1 - Top 10 em Número de Academias no Mundo



Fonte: Borges, [2023].

Uma análise recente conduzida pela Cortex, uma empresa de inteligência de vendas B2B na América Latina, revelou que o Brasil abriga mais de 32 mil academias em todo o seu território, evidenciando a importância atribuída à saúde, ao bem-estar e ao condicionamento físico no país. A análise dos dados fornecidos pela pesquisa revela um panorama promissor e dinâmico no setor de academias no Brasil. O destaque principal reside no notável aumento na abertura de novas academias entre 2021 e 2022, período que marca o retorno das atividades presencialmente (após período pandêmico), indicando uma tendência de possível expansão e crescimento no mercado.

Os dados que apresentam o número de academias por país revelam uma distribuição global notável, destacando as disparidades e o alcance da indústria fitness em diferentes partes do mundo. Os Estados Unidos lideram significativamente o ranking, evidenciando uma densidade expressiva de academias no país. Esse número expressivo reflete não apenas a conscientização sobre saúde e bem-estar, mas também a cultura prevalente de atividade física e condicionamento nos Estados Unidos.

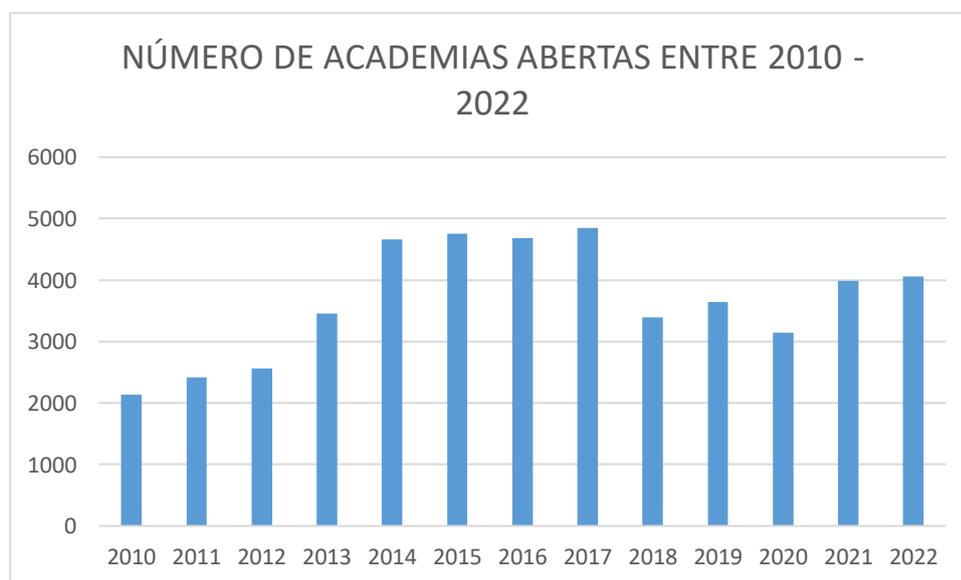
O Brasil ocupa a segunda posição, demonstrando uma presença robusta na indústria fitness. Esse dado destaca a relevância do fitness na cultura brasileira e a importância atribuída ao cuidado com a saúde e à prática regular de exercícios. Com o México e a Argentina nas posições seguintes, percebemos uma forte presença da indústria fitness na América Latina.

Esses números apontam para uma crescente conscientização sobre a importância da atividade física na região.

A Europa também está representada de maneira significativa no ranking, com Alemanha, Itália e Reino Unido ocupando posições relevantes. Esses dados sugerem uma tendência europeia de valorização do condicionamento físico e da busca por uma vida saudável. A presença da Coreia do Sul e do Japão no top 10 destaca a relevância crescente da indústria fitness na Ásia. Esses números indicam uma mudança nas atitudes em relação ao exercício e à saúde nessa parte do mundo. O Canadá ocupa a nona posição, indicando que, assim como seus vizinhos americanos, os canadenses também atribuem importância ao fitness e ao cuidado com a saúde.

Esses dados refletem não apenas a expansão global da indústria fitness, mas também as diferentes ênfases culturais em relação à saúde e ao condicionamento físico. A presença de países de diferentes continentes no top 10 sugere que a conscientização sobre a importância do exercício transcende fronteiras e se torna uma prioridade global. Essa análise destaca o papel central que a indústria fitness desempenha em promover estilos de vida saudáveis em escala internacional. Vamos discutir os dados relacionados a quantidade de academia abertas no período de 2010 -2020 para compreender essa movimentação no mercado brasileiro.

Gráfico 2 - Academias Abertas no Período (2010 – 2022)



Fonte: Borges, [2023].

Ao analisar os números entendemos que a tendência de crescimento do mercado para a Indústria Fitness é de crescimento 2023, visto que, de janeiro a abril deste ano, foram inauguradas 894 novas academias. O fato de que essa tendência parece persistir em 2023 adiciona um elemento de consistência ao cenário, sugerindo que o setor continua a atrair

investimentos e interesse. A abertura de 894 novas academias nos primeiros quatro meses deste ano é um indicador concreto dessa vitalidade, representando um crescimento expressivo no curto período de tempo analisado.

Essa expansão pode ser interpretada como uma resposta positiva à crescente conscientização sobre saúde e bem-estar na sociedade brasileira. A busca por um estilo de vida mais ativo e a valorização do condicionamento físico podem estar impulsionando a demanda por espaços dedicados ao exercício. Essas afirmativas são alimentadas através do discurso dos empreendedores da Indústria Fitness que trazem consigo toda narrativa fetichizado sobre corpo, saúde e bem-estar.

Além disso, o aumento na quantidade de academias não apenas evidencia a oferta crescente de serviços fitness, mas também aponta para “oportunidades” de negócios e empregos no setor. A dinâmica positiva observada sugere um ambiente propício para o investimento contínuo no mercado de academias, com perspectivas otimistas para o futuro próximo. No entanto, é importante monitorar de perto como fatores externos, como mudanças econômicas ou eventos inesperados, podem impactar essa trajetória de crescimento.

O termo "oportunidades" deixa espaço para interpretações amplas e pode não fornecer uma visão detalhada sobre a natureza dessas oportunidades. Devemos destacar também que durante o mesmo período, 2010 a 2022, 15.745 estabelecimentos foram fechados, ou seja, a cada três novas academias abertas uma fecha. Em percentuais estamos falando que 32,9% das academias que abriram nesse período fecharam suas portas (Cortex, 2023).

Enquanto observamos um impressionante crescimento no número de novas academias abertas, o fato de que 15.745 estabelecimentos foram fechados no mesmo período adiciona uma camada de complexidade à análise. A informação de que a cada três novas academias abertas, uma fecha, destaca um padrão de instabilidade e concorrência no setor. Esse dado sugere que, embora haja uma demanda aparente por serviços fitness, o mercado também enfrenta desafios consideráveis, resultando em uma taxa substancial de fechamento de estabelecimentos.

Esses dados são importantes em nossa pesquisa para mostrar o que gira em torno da indústria fitness, um mercado que movimenta bilhões a custo da exploração do trabalho de milhares de professoras e professores. Indica o quanto a lógica neoliberal se apoderou do campo das práticas corporais nos espaços não escolares, mostrando a capacidade metabólica do capital. As crises de acumulação capitalista levaram a uma reestruturação produtiva há mais de 50 anos, a partir de então essas mudanças têm sido uma constante para a manutenção dos lucros e a ampliação da extração de mais-valia, porém, esses modelos produtivos, que tiveram sua origem

na indústria, expandem-se para outros setores como o de serviço, mostrando toda a força do capital em constante mutação.

Importa reconhecer então, que os processos de reestruturação produtiva não se restringem à determinado segmento da produção capitalista, mas pelo contrário, tendem a se expandir e se aplicar ao conjunto da produção de mercadorias, sejam elas materiais ou imateriais, como no caso das mercadorias-serviço vendidas pelas empresas do segmento fitness (Quelhas, 2012, p. 87).

Furtado (2008) nos apresenta o conceito de academia de ginástica como um local destinado à prática de atividades corporais como uma novidade relativamente recente. Segundo Nobre (1999), o termo "academia" só se estabeleceu de maneira definitiva no Brasil no início da década de 1980. No entanto, o mesmo autor observa que espaços semelhantes, embora com denominações diferentes, como "Institutos de Modelação Física", "Centros de Fisiculturismo", "Clubes de Calistenia", entre outros, já existiam há mais tempo.

A história remonta a 1930, quando a ACM (Associação Cristã de Moços) no Rio de Janeiro oferecia a modalidade de judô, convivendo com outras atividades de ginástica e esportes típicos da entidade filantrópica da época (Capinussú, 2006, p. 61). De acordo com Capinussú (2006), a partir da década de 1940, o modelo de academias de ginástica que conhecemos hoje, baseado em ginástica, lutas, halterofilismo ou culturismo, começou a se delinear. Até então, conforme o mesmo autor, as academias estavam principalmente nas grandes capitais brasileiras próximas ao litoral, especialmente no Rio de Janeiro e São Paulo, embora houvesse registros de espaços para aulas de natação em São Luís, no Maranhão, em 1893, e de lutas em Belém do Pará, em 1914.

Bertevello (2006) argumenta que a partir de 1950, as academias começaram a se expandir para outras capitais e cidades de médio porte no interior do país, impulsionadas pelo halterofilismo e pelas artes marciais japonesas. O autor ainda destaca que, em 1971, o primeiro levantamento sobre academias no Brasil indicava que apenas algumas capitais federais possuíam registros em órgãos da prefeitura.

Com o avanço do processo de concentração de capital e a disseminação do halterofilismo e das academias de ginástica, notadamente através de filmes estrelados por Arnold Schwarzenegger e competições de fisiculturismo em níveis regional, nacional e mundial, como os prestigiosos Mister Universo e Mister Olímpia, as academias experimentaram um crescimento gradual. O Brasil solidificou sua presença no cenário global com a antiga Confederação Brasileira de Culturismo (CBC), oficialmente reconhecida pelo extinto Conselho Nacional de Desportos (CND) somente em 1976, filiando-se, em 1978, à

International Federation of Body Builders e a outras entidades internacionais da modalidade (Furtado, 2008).

Nesse contexto, a base de frequentadores de academias expandiu-se, sendo inicialmente centrada principalmente no halterofilismo e fisiculturismo. Em alguns casos, outras modalidades de ginástica, como a calistenia, e a presença de lutas como judô, caratê e boxe, embora em menor proporção devido à especialização das academias de lutas, começaram a surgir. Naquela época, predominavam academias especializadas em halterofilismo, ginástica, lutas e natação, embora a coexistência de mais de uma modalidade em uma única academia começasse a se manifestar.

À medida que o público frequentador crescia, as academias se consolidavam como empreendimentos lucrativos. Paralelamente a esse desenvolvimento, empresas fornecedoras de aparelhos, máquinas e outros instrumentos também prosperavam. Esse período testemunhou a transição de academias que surgiram principalmente por interesse pessoal de seus proprietários para academias que desde o início eram concebidas como negócios voltados essencialmente para o lucro. Nos anos 80, uma combinação dessas características estava presente, com academias mantendo vínculos dos proprietários com a área ao mesmo tempo que se consolidavam como negócios lucrativos (Furtado, 2008).

Segundo Nolasco *et al.* (2006), em 1981 foi publicado o primeiro livro sobre administração de academias de ginástica no Brasil. Teorias administrativas começaram a influenciar a organização interna das academias, modificando a estrutura do espaço e do trabalho. No mesmo período, houve um impulso adicional para as academias de ginástica com a popularização da ginástica aeróbica, impulsionada pela atriz Jane Fonda. A ginástica aeróbica, ao incorporar o ritmo musical, proporcionou um estímulo renovado aos praticantes, tornando-se uma verdadeira "febre" do final dos anos 80 até o início dos anos 90. A gestão interna, supervisão e controle nas academias passaram a ser incorporados de forma mais enfática ao espaço, com uma divisão mais nítida de trabalho entre professores de musculação e aqueles de outras modalidades de ginástica. Nesse período, era comum os alunos escolherem turmas específicas de ginástica, com horários e professores fixos, pagando por aulas específicas. Gradualmente, as antigas salas de halterofilismo foram reorganizadas com a introdução de máquinas e tecnologias que facilitavam o treino, proporcionando maior segurança durante a execução e transformando-se em salas de musculação (Furtado, 2008).

O termo "musculação" substituiu o "halterofilismo", visando atingir um público mais amplo, que não praticava a modalidade competitivamente ou buscava hipertrofia muscular significativa. Assim, as academias que surgiram a partir da metade da década de 1980 já

apresentavam alterações em seus nomes, refletindo a evolução nas necessidades do público. Nomes que antes enfatizavam imponência, como "Músculo e Poder", "Academia do Tarzan" e "Centros de Fisiculturismo", começaram a dar lugar a denominações que destacavam mais a ginástica e/ou a musculação. Nesse contexto, o final dos anos 80 e o início dos anos 90 testemunharam um aumento significativo na prática de musculação, incluindo a participação expressiva de mulheres. A figura da cantora e atriz Madonna, com musculatura bem definida, tornou-se um símbolo e um estímulo por meio dos meios de comunicação. Paralelamente, o Brasil, economicamente, começou a implementar reformas neoliberais, resultando em uma abertura econômica que facilitou a importação de tecnologias, incluindo equipamentos de musculação e ginástica, além de tecnologias de organização e gestão do trabalho (Furtado, 2008).

As salas de musculação e ginástica passaram a se destacar pela caracterização e quantidade de equipamentos. Esse desenvolvimento foi viabilizado pelas transformações da mais-valia em capital, permitindo a acumulação e concentração de capital no setor. O forte crescimento do mercado atraiu investidores de outros setores, estabelecendo uma expansão geográfica com a abertura de mais academias, muitas delas bem equipadas. A competição se intensificou, e as academias, assim como outros setores no sistema capitalista, passaram por transformações na organização da produção.

No Brasil, essas mudanças foram mais evidentes a partir da década de 1990, com a implementação de políticas econômicas neoliberais. As academias, então, começaram a experimentar um novo movimento de transformações, com uma demanda crescente pelo serviço. Capitais de outros setores migraram para investir em academias, rompendo os laços de interesse dos proprietários pela área. As academias transformaram-se em empresas geridas com o objetivo primordial de acumular capital, alinhando-se à tendência da acumulação flexível (Furtado 2008).

A reconfiguração da indústria fitness é exposta por Quelhas (2012) quando mostra que no final dos anos 1980 início dos anos 1990, temos uma mudança nessa atividade econômica. As academias que antes eram comandadas por professores de Educação Física ou entusiasta do fisiculturismo agora são empreendimentos que buscam diversificar seus serviços e são geridos por profissionais da área da administração. Substituíam-se as academias de pequeno porte por galpões muito bem estruturados que ocupavam um número enorme de metros quadrados e ofereciam os mais variados serviços, os halteres e pesos enferrujados davam lugar a máquinas modernas e muito mais que um local para se exercitar as academias se tornam um local de convivência (Quelhas, 2012).

Para Capinussú (2006) a concepção da academia no contexto brasileiro, relacionada às práticas de exercícios físicos, originou-se como uma iniciativa comercial diversificada, sujeita a diferentes denominações ao longo do tempo. A unificação do termo surgiu de forma espontânea nas últimas décadas, possivelmente facilitando a identificação de um profissional autônomo envolvido em diversas formas de atividades físicas. A academia teve abordagens especializadas distintas até alcançar o sentido eclético que predomina no Brasil atualmente. As atividades pioneiras, desde o final do século XIX, foram de quatro tipos, todas provenientes de iniciativas privadas e sujeitas a remuneração por serviços prestados. Incluíram práticas de ginástica associadas a clubes esportivos, ensino de natação em locais públicos adaptados, atividades grupais voltadas para o ensino de lutas e uma outra, já no formato atual de academia, oferecendo práticas de halterofilismo ou combinando exercícios ginásticos com dança clássica e/ou moderna.

Na sociedade capitalista, o indivíduo é entrelaçado por uma intrincada rede de bens-mercadorias e serviços-mercadorias, da qual há pouca possibilidade de escapar, dada a escassa ou total ausência de vida social tal como a conhecemos. Isso é acentuado pela atrofia de habilidades que ocorre na vida do trabalhador. Em última análise, a população se encontra em uma condição de incapacidade de realizar qualquer atividade que não possa ser executada em troca de salário no mercado, em um dos novos ramos do trabalho social. Do ponto de vista do consumo, isso implica uma dependência total do mercado; do ponto de vista do trabalho, significa que todo esforço é realizado sob o domínio do capital, contribuindo também com sua parcela de lucro para a expansão ainda maior do capital (Quelhas, 2012).

Continuaremos nossas análises para entender como se constitui esse mercado no país e principalmente para que consigamos estabelecer as mediações do funcionamento da indústria do fitness com as inovações do campo cooperativo e como isso se desdobra nas relações entre empregadores e empregados que estão a serviço da indústria fitness, pontualmente no trabalho plataformizado a que professores e professoras tem se submetido para conseguir sobreviver.

Identificar quem frequenta os espaços promovidos pela indústria do fitness nos possibilita discutir como se dá esse acesso uma vez que o Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano no Brasil – PNUD (2017), que traz como título “Movimento é vida: atividades físicas e esportivas no Brasil”, descreve as características de quem consegue ter acesso a esse serviço como sendo pessoas com maior rendimento mensal, sem deficiências físicas ou comorbidades graves, em sua maioria homens brancos e com maior escolaridade. Apenas 22,5% das pessoas conseguem fazer atividade física ou esportiva durante 150 minutos por semana. Esses índices e características seguem uma tendência mundial quando comparados

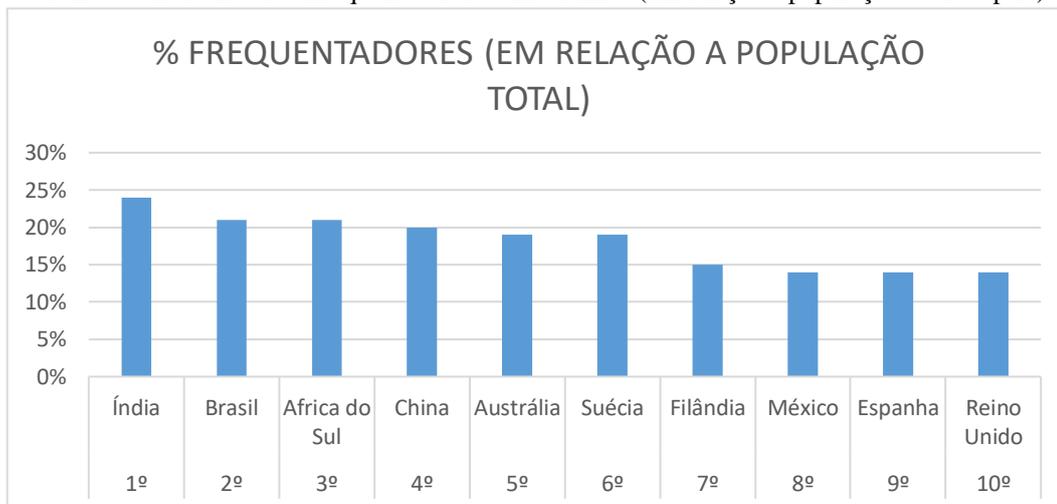
com pesquisas semelhantes em outros países, porém mais acentuado pelo abismo social causado pelo antagonismo de classes no Brasil (PNUD, 2017).

Ao analisarmos o mercado brasileiro de consumidores da indústria fitness nossos achados indicam que aproximadamente 21% da população brasileira frequenta esses estabelecimentos, posicionando o Brasil como o segundo país com maior prática de musculação e outros esportes, ficando atrás apenas da Índia. Apesar da expressividade, a fatia da população brasileira que frequenta academias e centros esportivos não ultrapassa os 5%, evidenciando o considerável potencial de crescimento do setor fitness no país. No entanto, é importante notar que a área foi impactada pela crise sanitária e econômica desencadeada pela pandemia de Covid-19. Como resultado, é esperada uma queda nos números de 2020. Uma estimativa inicial da startup de gestão de fitness Tecnofit revelou que 65% dos alunos interromperam seus treinos nos primeiros meses da pandemia. No entanto, há indícios de uma recuperação rápida no mercado fitness, uma vez que 88% das assinaturas dos desistentes foram reativadas logo após a reabertura das academias em agosto de 2020.

A abundância de academias e a intensa concorrência pelos alunos contribuem para a redução dos custos nas mensalidades. No Brasil, a média do valor mensal de uma academia é de R\$ 110,85, figurando entre os mais baixos do mundo. Entretanto, existem países onde esses custos são ainda mais acessíveis, como Tunísia (R\$ 109,75), Vietnã (R\$ 108,45), Marrocos (R\$ 104,35), Índia (R\$ 102,10), Turquia (R\$ 92,75), Bangladesh (R\$ 89,40), Paquistão (R\$ 82,50), Argélia (R\$ 76,45) e Sri Lanka (R\$ 41,50). A média global é de R\$ 196,37 por mês.

Por outro lado, o Oriente Médio destaca-se como a região onde os custos para a prática de exercícios são mais elevados. No Catar, por exemplo, a média mensal para frequentar academias é de R\$ 545. Logo em seguida, vêm Kuwait (R\$ 509,65), Singapura (R\$ 458,30), Arábia Saudita (R\$ 453,80), Hong Kong (R\$ 418,30), Bahrein (R\$ 396,65), Suíça (R\$ 388,30), Emirados Árabes Unidos (R\$ 357,90), Israel (R\$ 348,25) e Islândia (R\$ 326,85) (Cortex, 2023).

Gráfico 3 - Percentual de Frequentadores de Academias (em relação a população total do país)



Fonte: Cortex (2023).

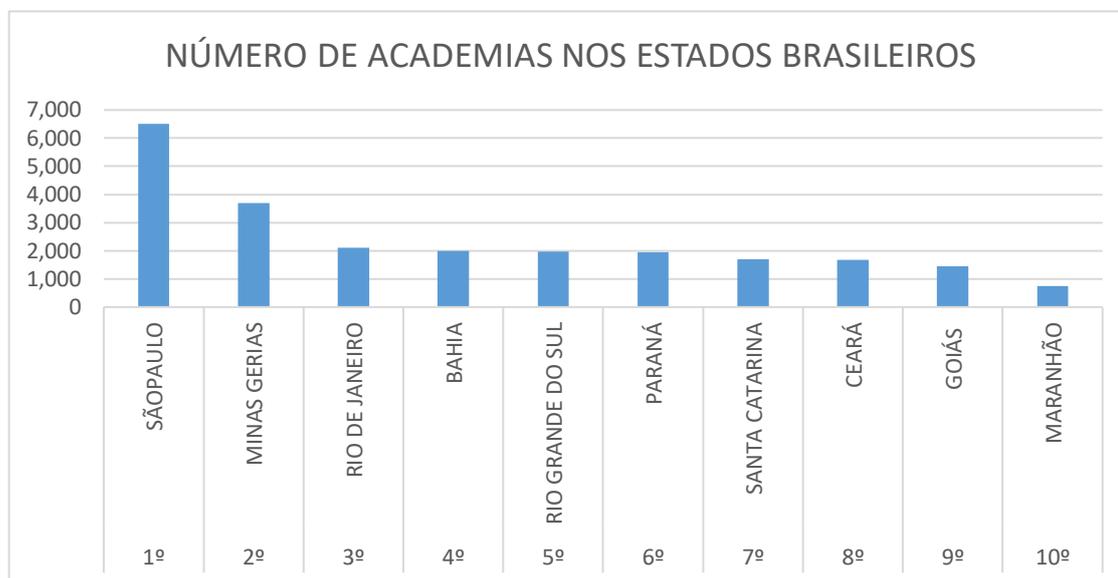
Apesar da expressividade, a fatia da população brasileira que frequenta academias e centros esportivos não ultrapassa os 5%, evidenciando o considerável potencial de crescimento do setor fitness no país. No entanto, é importante notar que a área foi impactada pela crise sanitária e econômica desencadeada pela pandemia de Covid-19. Como resultado, é esperada uma queda nos números de 2020. Uma estimativa inicial da startup de gestão de fitness Tecnofit revelou que 65% dos alunos interromperam seus treinos nos primeiros meses da pandemia. No entanto, há indícios de uma recuperação rápida no mercado fitness, uma vez que 88% das assinaturas dos desistentes foram reativadas logo após a reabertura das academias em agosto de 2020.

Vamos agora a análise do número de academias por estado no Brasil que nos proporciona uma visão abrangente da expansão e distribuição geográfica da indústria fitness no país. Por meio desses dados, podemos identificar padrões regionais, entender a importância atribuída ao condicionamento físico em diferentes estados e examinar a diversidade de práticas relacionadas à promoção da saúde. A seguir, apresentaremos um panorama detalhado dos dez estados que lideram essa tendência, oferecendo insights sobre a cultura fitness e o engajamento da população em busca de um estilo de vida mais ativo e saudável.

A análise do número de academias por estado no Brasil proporciona uma visão abrangente da expansão e distribuição geográfica da indústria fitness no país. Por meio desses dados, podemos identificar padrões regionais, entender a importância atribuída ao condicionamento físico em diferentes estados e examinar a diversidade de práticas relacionadas à promoção da saúde. A seguir, apresentaremos um panorama detalhado dos dez estados que

lideram essa tendência, oferecendo insights sobre a cultura fitness e o engajamento da população em busca de um estilo de vida mais ativo e saudável.

Gráfico 4 - Número de Academias nos Estados Brasileiros



Fonte: Cortex (2023).

O levantamento sobre o número de academias nos estados brasileiros destaca claramente a distribuição expressiva desse setor no país. São Paulo se destaca no topo da lista, apresentando uma quantidade impressionante de 6.496 academias. Essa cifra reflete não apenas a densidade populacional do estado, mas também o fato de estarmos tratando da megalópole nacional, o grande centro econômico do país e que evidentemente vai ter mais espaços para a prática de atividade física.

Minas Gerais ocupa a segunda posição, com 3.684 academias, sinalizando a importância atribuída à prática de exercícios e ao bem-estar nesse estado. O Rio de Janeiro figura em terceiro lugar, com 2.098 academias, evidenciando a prevalência do interesse pela atividade física em uma das regiões mais conhecidas por seu estilo de vida ativo e praiano. A Bahia e o Rio Grande do Sul aparecem em quarto e quinto lugares, respectivamente, com 1.995 e 1.963 academias cada. Esses números refletem a expansão da indústria fitness em estados de diferentes regiões geográficas e características culturais.

O Paraná e Santa Catarina se destacam nas sexta e sétima posições, com 1.947 e 1.694 academias, indicando uma presença considerável no sul do país. Esses estados demonstram a relevância do fitness em uma área conhecida por sua qualidade de vida e práticas saudáveis. Na oitava posição, o Ceará registra 1.689 academias, sublinhando o interesse crescente pela prática de exercícios em uma região nordestina. Goiás ocupa o nono lugar, com 1.444 academias, enquanto o Maranhão fecha a lista com 748 estabelecimentos.

Esses números revelam não apenas a expansão da indústria de academias no Brasil, mas também destacam a diversidade regional em termos de acesso e participação na prática de exercícios. A presença expressiva de academias em diversos estados reflete a crescente conscientização sobre a importância da saúde e do condicionamento físico em todo o país. As diferenças entre as regiões do Brasil são marcantes e abrangem aspectos culturais, econômicos, sociais e geográficos, contribuindo para uma rica diversidade dentro do país. Essas disparidades são fundamentais para compreender a complexidade da nação brasileira.

Cada região do Brasil tem suas tradições culturais distintas, refletindo a influência de diferentes grupos étnicos e histórias de colonização. No Nordeste, por exemplo, observamos uma forte presença da cultura afro-brasileira, expressa na música, dança e culinária. Já o Sul do país mantém uma forte herança europeia, evidente nas festas típicas e na arquitetura das cidades. As disparidades econômicas entre as regiões são notáveis, com o Sudeste concentrando a maior parte da atividade econômica e industrial. Enquanto São Paulo e Rio de Janeiro são centros financeiros e industriais, regiões como o Norte e o Nordeste enfrentam desafios econômicos, com uma maior dependência de setores como agricultura e extrativismo.

O desenvolvimento socioeconômico varia consideravelmente de uma região para outra. Enquanto algumas áreas metropolitanas no Sudeste apresentam índices de desenvolvimento humano elevados, partes do Norte e Nordeste enfrentam desafios relacionados à pobreza e acesso limitado a serviços básicos. As diferenças regionais também se refletem na identidade das pessoas. Os habitantes do Nordeste, por exemplo, frequentemente se identificam fortemente com sua cultura e tradições, assim como os gaúchos no Sul e os amazônicos no Norte. Em um contexto crítico, é importante reconhecer que essas diferenças, embora enriqueçam a diversidade cultural do Brasil, também contribuem para desigualdades sociais e econômicas.

Encontramos em nossas pesquisas dois relatórios intitulados “O Panorama Setorial Fitness Brasil” em duas edições, 2022 e 2023 respectivamente, produzido pela Fitness Brasil que nos apresenta uma classificação das diferentes modalidades que os encontramos nos centros esportivos brasileiros. [1] academia multisserviço: local que possui várias modalidades de atividades físicas, musculação, equipamentos cardiovasculares, atividades aquáticas, Pilates, aulas coletivas e etc.; [2] academia de musculação mais coletivas: local que oferece serviços com pesos livres, máquinas de musculação, equipamentos cardiovasculares e aulas coletivas de ginástica; [3] academia de musculação: local que oferece serviços com pesos livres, máquinas de musculação e equipamentos cardiovasculares; [4] academia especialista: local que oferece, exclusivamente, serviços personalizados individuais ou para grupos reduzidos, como treinamento funcional, Pilates, eletroestimulação, personal training, CrossFit, dentre outros; [5]

escola de esporte: local que oferece atividades esportivas como futebol, lutas, natação, tênis, esportes de areia, dança, ginástica artística etc.; [6] clube: diversas opções de práticas de atividades físicas; [7] condomínio: local residencial que oferece diversas opções de práticas de atividades; [8] hotel, resort e/ou spa: locais que se encontram localizadas nas dependências de hotéis, resorts e SPAs (Fitness Brasil, 2022).

Em relação aos dados apresentados não encontramos diferenças significativas no que diz respeito ao faturamento da indústria fitness, contudo, mais a frente retomaremos o relatório para analisar alguns outros dados, o que nos chamou a atenção nesse momento está na sessão *5.2 Correlação Saúde e Entretenimento* onde destacamos a afirmativa que:

As categorias de consumo estarão cada vez mais segmentadas a um consumo combinado. Alguns fornecedores entendem que os serviços híbridos não se limitaram exclusivamente entre presencial e digital. Para eles, será e está sendo incluído mais uma variável a essa relação: o entretenimento. Serviços presenciais, digitais e que gerem entretenimento. Depois de ter enfrentado um longo período de isolamento social devido à um vírus que, logicamente, afeta a saúde física e mental da sociedade, os consumidores estão passando a enxergar as atividades físicas como algo além da estética, é um ponto que pode agregar no seu bem-estar social e de saúde. Não só é importante a junção das atividades que visam bem-estar e saúde adaptadas ao novo cenário, mas também práticas e situações relacionadas a isso que vão gerar entretenimento ao consumidor do mercado (Fitness Brasil, 2022).

Destaca-se uma mudança nas tendências de consumo, indicando que as categorias de consumo estão se tornando mais segmentadas e voltadas para uma abordagem combinada de serviços. A ideia principal é que os fornecedores estão percebendo a necessidade de oferecer serviços híbridos que vão além da simples distinção entre presencial e digital. Agora, uma variável adicional está sendo incorporada a essa equação: o entretenimento.

A análise sugere que, após um período prolongado de isolamento social devido à pandemia, os consumidores estão reavaliando suas prioridades em relação às atividades físicas. Não se trata apenas de uma busca pela estética, mas de reconhecer as atividades físicas como elementos que contribuem para o bem-estar social e de saúde. Em outras palavras, as pessoas estão percebendo a importância de cuidar não apenas do corpo, mas também da mente, especialmente após as experiências desafiadoras associadas à pandemia.

Além disso, a abordagem proposta destaca que a combinação de atividades físicas adaptadas ao novo cenário não deve ser apenas funcional, mas também capaz de gerar entretenimento para os consumidores. Isso sugere uma integração de práticas e situações que não apenas promovam a saúde, mas também ofereçam uma experiência agradável e envolvente para os indivíduos.

Em resumo, o trecho destacado aponta para uma evolução nas expectativas dos consumidores, destacando a importância de abordagens mais abrangentes nos serviços

relacionados à saúde e ao bem-estar. Essa mudança é influenciada não apenas por fatores estéticos, mas também pelo reconhecimento da importância do entretenimento e do aspecto social para a satisfação do consumidor nesse mercado.

Outro ponto do Panorama Setorial Fitness Brasil (2022) nos chama a atenção é o Capítulo 5 – Crescimento em Tempos de Pandemia onde se reafirma a máxima das “potencialidades” que uma crise pode apresentar para aqueles que se propõem a ariscar. Com a pandemia que nos assolou nos últimos anos, parte dos gestores de negócios que tinham caixa suficiente para um curto período, faliram com esse evento imprevisível.

A defesa que a indústria do fitness, mesmo dentro do mercado em queda, ainda conseguiria enxergar oportunidades de crescimento, uma vez que esse setor enfrentou significativos desafios, contudo, demonstra ser um negócio resistente que, mesmo em meio a uma crise sanitária e econômica, havia experimentado uma rápida recuperação. Nesse período desafiador, surgiram novas oportunidades de oferta e investimento, favorecendo aqueles que possuíam uma gestão de negócios eficiente e uma abordagem profissionalizada. Empresas com sólido respaldo financeiro conseguiram se adaptar às demandas do momento. Em sumo, os grandes empresários lucraram com a crise sanitária onde milhões de pessoas perderam a vida ao redor do mundo.

Um exemplo concreto dessa adaptação ocorreu com o fechamento de algumas academias, o que resultou na transferência de consumidores para aquelas que já estavam mais estruturadas e por consequência não só a demissão de professores e professoras, mas também a desligamento de trabalhadores que atuam nos serviços de apoio para o funcionamento desses espaços como serviços gerais, segurança, recepção dentre outros. Isso indica uma capacidade do mercado de se apoiar, reestruturar e ajustar suas diretrizes para manutenção do status quo em detrimento de qualquer traço de humanização ou sensibilização com outros seres humanos.

Voltando nossa análise para o mercado internacional, Santos (2020) aponta que a Europa testemunhou um aumento de 4,6% no número de Clubes de Fitness e Saúde, totalizando impressionantes 62,2 milhões de sócios. Este cenário dinâmico é influenciado, entre outros fatores, pelo crescimento de aplicações e *wearables* que apoiam os treinos, pela gamificação e pela oferta de serviços cada vez mais personalizados para atender às necessidades do consumidor.

Essa lógica se reflete em uma indústria global e altamente competitiva, pressionando as organizações do setor a inovar na criação e no desenvolvimento de novas experiências de consumo. Estudos recentes indicam que experiências positivas em Clubes de Fitness e Saúde são responsáveis por aproximadamente 92% da satisfação dos consumidores. Esse impacto é

ampliado pela influência significativa da tecnologia nos clubes, especialmente nas aulas que utilizam realidade virtual (Santos, 2020).

Além disso, a satisfação e a qualidade das experiências proporcionadas aumentam em 98% a intenção do consumidor em compartilhar positivamente essa experiência e motivar outras pessoas a consumirem o serviço. Clubes de Fitness que investem no desenvolvimento de experiências positivas, aliadas à tecnologia, observam um crescimento na disposição do consumidor em pagar mais pelos serviços oferecidos (Santos, 2020).

Esses dados fortalecem a ideia de que o compromisso das organizações com seus consumidores na indústria do Fitness tem um impacto positivo direto em suas receitas. O desafio central consiste em potencializar a interação de modo que, ao vivenciar o serviço, o próprio consumidor participe ativamente na concepção de valor para a organização. Uma estratégia que vem se mostrando eficiente na captura das subjetividades dos sujeitos/clientes, uma vez que esse mercado cria o produto e a necessidade, enxergamos toda a lógica histórica do desenvolvimento capitalista em sua sofisticação tecnológica.

É inegável que, dentro da própria indústria do Fitness, surgem diferentes segmentos de mercado. Alguns estão direcionados para centros de treino de baixo custo, incorporando tecnologia para reduzir os custos com pessoal de apoio, enquanto outros adotam o modelo de serviço personalizado em centros de treino-conceito. No entanto, de maneira cada vez mais integrada, o cenário apresentado evidencia que as organizações no contexto do fitness precisam investir na criação de experiências de consumo, indo além da simples entrega do serviço.

Essa abordagem positiva da experiência não apenas se configura como uma vantagem competitiva para a organização, mas, em alguns casos, não se reflete apenas em práticas de marketing voltadas para atrair novos consumidores. Ao contrário, foca-se na criação de envolvimento com aqueles que já consomem o serviço. Assim, quando os consumidores atingem um estágio de elevado envolvimento com uma organização, tendem a manter o consumo do serviço, mesmo diante de outras opções disponíveis. Além disso, esse alto envolvimento simplifica o processo de tomada de decisão de compra, reduzindo o risco de o consumidor desistir do serviço.

As estratégias capitalistas para a conquista das subjetividades humanas são um fenômeno complexo e multiforme que visam moldar as percepções, desejos e valores individuais para atender aos imperativos do sistema econômico capitalista. A análise crítica dessas estratégias revela uma série de aspectos problemáticos. Destaca-se o papel da publicidade e do marketing na criação de narrativas que associam a realização pessoal e a felicidade ao consumo de determinados produtos. Essa abordagem não apenas promove a

cultura do consumo desenfreado, mas também influencia a maneira como as pessoas definem seu próprio valor e identidade com base em bens materiais.

Além disso, as estratégias capitalistas muitas vezes exploram a psicologia humana, manipulando emoções e aspirações para criar uma conexão emocional entre o consumidor e os produtos ou marcas. Isso não apenas reforça a lógica do consumismo, mas também pode levar a uma busca constante por gratificação instantânea e satisfação material como fontes primárias de felicidade. Outro ponto de análise crítica é a noção de individualismo exacerbado promovido pelo capitalismo, que coloca o sucesso pessoal como resultado exclusivo do esforço individual, estratégia fundamental para a afirmação do discurso neoliberal. Essa perspectiva, extremamente problemática e amplamente difundida, desconsidera as questões estruturais de desigualdade e injustiça social, atribuindo a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso unicamente ao indivíduo.

A exploração da imagem corporal e da estética como meio de lucro é outra estratégia problemática. A indústria da moda e da beleza, por exemplo, frequentemente perpetua padrões inatingíveis, contribuindo para a criação de inseguranças e insatisfações pessoais que podem ser exploradas comercialmente.

A análise crítica dessas estratégias revela, portanto, uma profunda interconexão entre o sistema capitalista e a construção das subjetividades. Questiona-se a ética por trás da exploração sistemática das emoções e aspirações humanas para fins lucrativos, ressaltando os impactos negativos na saúde mental, no bem-estar social e na sustentabilidade ambiental. Portanto, emerge a necessidade de uma reflexão coletiva sobre alternativas mais sustentáveis e éticas, que reconheçam a complexidade das subjetividades humanas e busquem modelos econômicos que promovam valores mais equitativos, solidários e orientados para o bem comum.

Indubitavelmente o uso crescente das tecnologias pela indústria do fitness suscita uma análise que nos aponte quais os riscos, possibilidades e desafios associados a essa integração. Por um lado, a adoção de tecnologias inovadoras tem potencial para transformar positivamente a experiência dos usuários, proporcionando maior personalização, acesso a dados em tempo real e novas formas de engajamento. No entanto, essa tendência também levanta preocupações significativas, fundamentalmente com os trabalhadores e trabalhadores que estão inseridos nesse contexto, exigindo assim uma análise crítica mais aprofundada.

Quando analisamos de forma superficial os processos de modernização/informatização da indústria do fitness apresentam vantagens notáveis como a facilitação do acesso à prática de atividades físicas. Aplicativos de fitness, *wearables* e plataformas online tornaram-se recursos populares, permitindo que os usuários treinem em casa, personalizem seus regimes de

exercícios e monitorem seu progresso. Essa acessibilidade ampliada pode contribuir para a promoção de estilos de vida ativos em uma sociedade cada vez mais digitalizada.

Apresentado dessa forma temos a falsa impressão que com a “era digital” todas as pessoas têm a possibilidade de se exercitar, contudo, o termo “acesso” já se apresenta como um limitante uma vez que ainda 20% da população no Brasil não tem acesso à internet (CGI.br, 2023).

Outro ponto de consideração crítica é a privacidade dos dados. A coleta maciça de informações pessoais por meio de aplicativos e dispositivos de fitness levanta preocupações sobre como esses dados são armazenados, compartilhados e utilizados. A exposição excessiva de dados pessoais pode resultar em violações de privacidade e em um ambiente propício para a manipulação de informações sensíveis.

A dependência crescente de tecnologias na indústria do fitness também pode impactar negativamente a autopercepção e a saúde mental. A ênfase em métricas quantificáveis, como calorias queimadas ou passos dados, pode levar a uma mentalidade obsessiva em torno de metas específicas, aumentando o risco de distúrbios alimentares e de imagem corporal. Outro aspecto crítico é a substituição potencial da interação humana pelo uso exclusivo de plataformas digitais. A experiência social proporcionada por academias e grupos de treino presenciais pode ser perdida, afetando a motivação, o senso de comunidade e o apoio mútuo entre os praticantes de exercícios.

A ascensão de aplicativos, websites e plataformas especializadas instaura uma nova ordem nas relações na indústria fitness, onde profissionais encontram-se vinculados não apenas a academias convencionais, mas também a uma teia intrincada de interações digitais. A intermediação algorítmica entre instrutores e praticantes, permeada por métricas de desempenho e avaliações instantâneas, redefine não apenas a natureza do trabalho, mas também a percepção subjetiva do sucesso e da competência na esfera fitness.

Contudo, a mesma plataformização que viabiliza novas formas de engajamento e oportunidades laborais na indústria fitness também incita questionamentos sobre a precarização e a despersonalização do trabalho. A transformação da expertise fitness, traduzida em algoritmos e avaliações padronizadas, suscita inquietações acerca da individualidade e autenticidade perdidas em meio à busca incessante por rankings e classificações. A dicotomia entre a eficiência algorítmica e a autenticidade humana emerge como um dilema intrínseco, desafiando a própria essência do trabalho na indústria fitness.

As relações de trabalho na indústria fitness, subjugadas à influência onipresente da plataforma digital, constituem um campo de estudo intrincado e multifacetado. A plataforma

não é apenas um meio de conexão, mas um agente transformador que redefine a própria natureza do trabalho, delineando um panorama onde a fronteira entre virtual e real se desvanece, e onde a busca pelo equilíbrio físico coexiste com os desafios inerentes à adaptação a essa nova era laboral digital.

Destacamos a relevância da formalização dos vínculos de trabalho como uma variável crucial para compreender a qualidade e dinamismo do mercado laboral, especialmente no contexto da Educação Física. A formalidade do trabalho é apresentada como um indicador não apenas do crescimento econômico de uma nação, mas também das estratégias empregadas para a manutenção do emprego e a sobrevivência no competitivo mercado de trabalho, sobretudo em setores sensíveis às flutuações econômicas e intrinsecamente ligados a questões sociais.

A preocupação com a formalização quando falamos de trabalho assume uma dimensão essencial quando direcionada à Educação Física, delineando a necessidade premente de analisar as características dos empregos considerados de melhor qualidade nesse campo. A alusão à dependência dos fluxos econômicos e à interação direta com questões sociais ressalta a complexidade das dinâmicas laborais nesse domínio específico, tornando a formalização não apenas uma medida administrativa, mas um indicador profundo das vicissitudes enfrentadas pelos profissionais da área.

A referência às reformas neoliberais e suas consequências na configuração do trabalho contemporâneo, conforme denunciado por diversos autores na Educação Física, adiciona uma camada crítica à análise. Destacamos ainda a preocupação com os espaços ocupacionais como determinantes no desenvolvimento do status profissional e na efetivação da profissionalização. O interesse nas implicações entre a formação e a divisão do trabalho, como espaços adotados pelas ocupações, para o desenvolvimento do seu status profissional e sua profissionalização. O trabalho, nesse sentido, considera a expertise exclusiva, adquirida com uma formação especializada e um diploma, como garantias para a oferta de serviços para a sociedade e na negociação com o Estado.

Buscaremos, ao longo desta próxima seção apresentar uma análise estruturada sobre a intersecção entre a formalização dos vínculos de trabalho na Educação Física, as influências das reformas neoliberais e a importância da formação profissional na configuração do status e da profissionalização, além, evidentemente, de apresentar as novas dinâmicas das relações sociais e como se “relacionam” professores e professoras de educação física que estão na Indústria do Fitness com as plataformas digitais para a venda da sua força de trabalho. Ao fazê-lo, fornece uma base conceitual robusta para compreender não apenas as dinâmicas laborais

específicas da área, mas também as complexidades inerentes à interação entre o mercado de trabalho e as transformações econômicas e sociais.

3.2 AS “NOVAS” RELAÇÕES DE TRABALHO PARA PROFESSORES E PROFESSORAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA QUE ATUAM NA INDÚSTRIA DO *FITNESS*

Ao pensarmos nos professores e professoras que atuam na indústria do fitness encontraremos uma diversificação de seres, um reflexo da multiplicidade de postos de trabalho que essa indústria promove. A medida em que as estruturas do fitness fora se modernizando as relações de trabalho, por consequência, também se modificavam. Quelhas (2012) ao nos apresentar o cenário do Rio de Janeiro afirma que na virada dos anos 1980 para os anos 1990 a expansão das academias começa a atrair investidores de outras áreas, dando início aos grandes empreendimentos.

O expressivo crescimento do setor fitness, acompanhado por significativas mudanças em estratégias de investimento e gestão, deve ser contextualizado dentro das amplas transformações econômicas e produtivas que caracterizam o sistema capitalista em escala global. Esse fenômeno tornou-se especialmente evidente a partir do último quarto do século passado. O notável aumento no número de academias de ginástica no Brasil está diretamente relacionado à expansão em escala e importância do setor de serviços nas economias de diversos países, incluindo a brasileira.

Fonseca e Souza Neto (2020, p. 3) afirmam “(...), que ainda sabemos pouco sobre como os profissionais de Educação Física tem se organizado no mercado de trabalho (...)”, debate que já apresentamos anteriormente. Os autores afirmam ainda que essas indeterminações das relações de trabalho também estão presentes em outros campos profissionais, contudo não fazem uma relação com os processos de mutação do próprio capital, que se reverberam justamente nas relações de trabalho, precarizando trabalhadores e trabalhadoras. Apresentam ainda uma análise onde o referencial do mercado trabalho indica a profissionalização, apresentando dados das bases do Ministério do Trabalho (MT), Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) nas suas análises.

Para consolidar a presença e a influência da ocupação nos diversos domínios profissionais, Abbott (1988) destaca que os grupos profissionais buscam estabelecer exclusividade em determinadas áreas de conhecimento, a fim de exercer controle sobre elas. Para atingir esse objetivo, as profissões trabalham no desenvolvimento de um corpo sistemático de teorias, buscam autonomia profissional e buscam a aprovação da comunidade para suas

atividades. Nesse sentido, espera-se que as profissões adotem padrões de conduta e um código de ética claro, fundamentado em valores como honestidade, confiança e comprometimento. Essa dinâmica representa uma espécie de "negociação" entre as organizações profissionais e a sociedade, onde a ocupação precisa persuadir a sociedade sobre as garantias merecidas pelos profissionais devido à sua dedicação à profissão. Isso implica conceder aos profissionais o poder de decisão sobre um domínio ou especialidade específica (por exemplo, médicos decidem sobre questões de saúde, engenheiros sobre construções, advogados sobre leis, etc.) (Fonseca; Souza Neto, 2020).

O treinamento profissional emerge como um elemento crucial nesse processo, sendo a primeira fonte de identificação dos futuros profissionais com a identidade pessoal, pública e oficial da ocupação. Além disso, ele estabelece autoridade e confere legitimidade às atividades práticas. A formação profissional deve culminar na assimilação de dois conceitos fundamentais para o exercício profissional: a prestação de serviços essencialmente voltados para o público e não para benefício próprio, e o comprometimento do indivíduo com a carreira, concebendo-a como uma "carreira" integrada a uma identidade socialmente determinada (Fonseca; Souza Neto, 2020).

Como salvaguarda para os investimentos na profissão, apenas os profissionais treinados e licenciados pelos órgãos profissionais obtêm o direito de utilizar conhecimentos, técnicas e protocolos exclusivos ensinados pelas instituições de ensino profissional. Em contrapartida, os profissionais são chamados a investir tempo e recursos significativos em suas carreiras para serem reconhecidos como os mais qualificados e competentes em suas áreas, legitimando, assim, o monopólio profissional. Quando uma profissão não consegue mitigar os riscos associados aos investimentos dos profissionais em suas carreiras, estes podem ser facilmente atraídos por outras atividades que ofereçam mais prestígio ou podem não se sentir engajados no projeto profissional, resultando em desequilíbrios internos na própria ocupação.

Fonseca e Both (2021) afirmam que o conceito de carreira passa por transformações na sociedade contemporânea. Até a década de 1990, predominava a carreira tradicional, caracterizada pela estabilidade no emprego, progressão linear e ascensão hierárquica nas responsabilidades organizacionais. Recentemente, com a flexibilização das relações de trabalho e avanços tecnológicos que democratizaram o acesso a conhecimentos antes restritos a profissionais de carreiras tradicionais, surgiram carreiras mais flexíveis. Essas carreiras são gerenciadas de acordo com valores pessoais e profissionais, são multifuncionais e possibilitam que os trabalhadores atuem em diversos setores, seguindo percursos diferentes de suas formações iniciais (Fonseca; Both, 2021).

Assim, a natureza multifuncional das atividades profissionais tornou-se mais sensível às demandas do mercado, substituindo estruturas mais rígidas e lineares nas tarefas laborais. Como resultado, as trajetórias de trabalho são marcadas por mudanças constantes, compromissos temporários e investimentos de curto prazo por parte dos trabalhadores nas tarefas que desempenham. A terceirização do trabalho, a subcontratação de especialistas e não especialistas, e a diminuição da dependência da carreira adquiriram novas formas, estimulando a construção da ideia do trabalhador flexível, adaptável, autônomo e dinâmico para atender às exigências do novo cenário profissional (Fonseca; Both, 2021).

Entender o funcionamento da indústria do fitness se coloca como um desafio uma vez que a velocidade das mudanças atualmente tem protagonizado esse setor da economia capitalista. Inegavelmente a pandemia do Covid-19, como já apresentamos, contribuiu para que as academias se tornassem um verdadeiro laboratório para experimentar as mudanças nas relações de trabalho. A FIA Business School (2021) indica que “a questão mais urgente é manter o contato com os alunos e impedir o cancelamento dos serviços”. Destaca ainda que o caminho para a fidelização dos clientes é através da digitalização dos treinos.

Compreender o processo de assimilação social de estratégias de gestão empresarial que acentuam a mercantilização do trabalho envolve reconhecer que tais práticas se associam a narrativas destinadas a minimizar resistências ao processo de exploração. Isso ocorre principalmente ao influenciar agentes e instituições envolvidos na dinâmica entre as classes sociais. Analisar como esses discursos contribuem para a intensificação progressiva da exploração do trabalho, diminuindo os limites socialmente estabelecidos para essa exploração, proporciona uma compreensão mais profunda da necessidade de debater conceitualmente tais fenômenos (Filgueiras; Dutra, 2021).

Portanto compreendemos ser necessário apresentar, o que entendemos ser uma lacuna nos estudos sobre o trabalho na educação física, o debate sobre terceirização e pejetização para termos a compreensão de como chegamos a plataformização. Mesmo com as questões ligadas a pandemia que aceleraram o processo de plataformização (Antunes, 2020), o processo de precarização do trabalho já existia, aliás, cabe um destaque que, as relações de trabalho no capitalismo sempre foram precárias e se agudizaram com as constantes crises capitalista que provocam transformações nos meios produtivos buscando o aumento da lucratividade dos patrões a custo das condições de trabalho dos seus empregados.

Professores e professoras de educação física que atuam na indústria fitness se “reinventam” desde a sua entrada no mundo do trabalho. Os processos de reestruturação produtiva não estão confinados a um segmento específico da produção capitalista; ao contrário,

tendem a se disseminar e a ser aplicados em toda a produção de mercadorias, tanto materiais quanto imateriais, como evidenciado no caso das mercadorias-serviços comercializadas pela indústria fitness (Quelhas, 2012).

Furtado (2009) afirma que é crucial observar que a rapidez das mudanças na estrutura administrativa das academias impõe um ritmo significativamente acelerado de transformações no setor. Quando as academias de ginástica passam a ser geridas como empreendimentos que demandam capital substancial e necessitam de retorno economicamente viável, a tendência é clara: a incorporação de técnicas e teorias administrativas que moldam a gestão e a organização do trabalho nesse espaço de maneira racionalizada. O autor sugere que, dessa forma, as mudanças na natureza das academias podem ser divididas em três estágios.

Um estágio inicial caracterizado pela afinidade com a área, como principal motivação para a implementação das academias. Por isso, a administração empírica, amadora ou do senso comum preponderava.

Um segundo estágio, caracterizado pela mescla entre a afinidade com a área e a inserção das tecnologias da administração em busca de lucros, surgido, principalmente, a partir dos anos 80.

É um terceiro estágio, onde as mais avançadas tecnologias dos instrumentos de produção e da gestão são encontradas nas academias. Há presença da micro-eletrônica nos instrumentos e das mais diversas teorias administrativas de gestão de recursos humanos, de marketing, financeira e contábil, configurando a racionalização nas academias. As academias caracterizadas neste terceiro estágio, as mais avançadas em seu desenvolvimento, denomino de “academias híbridas” (Furtado, 2009, p. 5).

A adoção de teorias administrativas em academias de ginástica não segue o mesmo processo de sua concepção. Esse avanço atinge as academias, sobretudo as localizadas em regiões periféricas de países periféricos, por meio de "saltos". Esses "saltos" explicam as mudanças mais frequentes ocorridas em um período de tempo bastante limitado nas academias brasileiras. Consultores ou empresas de consultoria são contratados para realizar uma reformulação completa na organização da academia. Esse procedimento possibilita que ela incorpore as práticas mais avançadas no âmbito da administração (Furtado, 2009).

Sennet (2008) cunhou o termo "trabalhador em flexitempo". Nesse modelo, o trabalhador tem controle sobre seu local de trabalho, mas não necessariamente sobre os processos de trabalho, que podem ocorrer em qualquer lugar, inclusive em casa. Essa característica é central no trabalho flexível, proporcionando liberdade para a execução das tarefas, embora não faça distinção sobre o papel que o trabalho desempenha na vida do

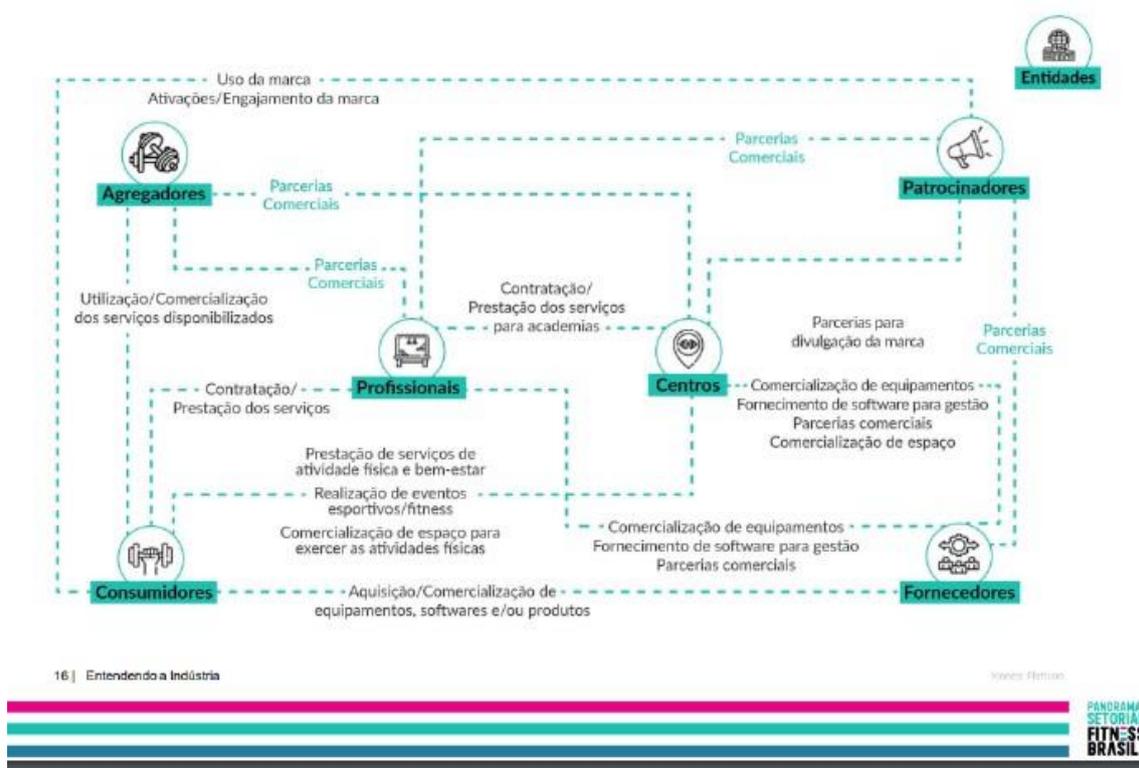
trabalhador, desde que ele atinja os resultados esperados por suas qualificações (Sennet, 2008). Nessa perspectiva, a suposta liberdade no trabalho não se revela como verdadeiramente libertadora (Giddens, 2008).

É no contexto do regime flexível de trabalho que a noção de empregabilidade ganha destaque. Com as transformações econômicas recentes, duas abordagens principais surgem: o discurso hegemônico que enfatiza a responsabilidade individual do trabalhador pelo desenvolvimento e sucesso de sua carreira, e a abordagem de empregabilidade interativa, que se concentra em características pessoais, habilidades específicas da ocupação e interação com políticas de qualificação profissional (Nader; Oliveira, 2007). Concordamos que essas duas abordagens corroboram com o discurso neoliberal sendo fundamental para a captura das subjetividades da classe trabalhadora.

Cabe-nos agora analisar as tendências da indústria para podermos fazer as mediações com o “tipo” de trabalhador que será necessário “forjar” para que as previsões se realizem e esse ramo continue a movimentar cifras bilionárias em nosso país. Para tanto, iremos retomar o Panorama Setorial Fitness Brasil que está na sua segunda edição (2022 e 2023) e, conforme seus idealizadores, “assume a responsabilidade de contribuir com o crescimento e o desenvolvimento do mercado. E apresenta aqui o inédito Panorama Setorial Fitness Brasil” (Fitness Brasil, 2023, p. 9). Alguns elementos apresentados são curiosos e iremos aqui tentar estabelecer o diálogo reflexivo no intuito de estabelecer as relações entre a indústria fitness e o mundo do trabalho de professoras e professores que ocupam esse nicho de mercado. Vale lembrar que apresentamos alguns elementos do relatório na seção anterior e agora iremos nos aprofundar em alguns dados apresentados.

O relatório afirma que o mercado fitness engloba uma variedade de setores e atores, incluindo centros de atividades físicas, fornecedores de equipamentos, softwares, alimentos e bebidas, vestuário, conselhos federais e estaduais, associações, governo, instituições financeiras, patrocinadores, profissionais de educação física e/ou fisioterapia, além dos consumidores, todos conectados para formar a Cadeia Produtiva do setor fitness no Brasil. Essa cadeia produtiva é organizada em sete grandes grupos: profissionais, centros de atividades, agregadores, patrocinadores, consumidores, fornecedores e entidades. Cada grupo representa elos interativos na cadeia produtiva, com conexões e interações entre si.

Figura 5 - Organização dos Setores e Atores do Mercado Fitness



Fonte: Fitness Brasil (2023, p. 16)

A imagem nos mostra o entrelaçamento dos elementos que compõem a indústria do fitness, dando o “caminho” da sua estruturação. Percebemos que os professores e professoras são chamados de “profissionais” com três funções predeterminadas [1] prestação de serviços de atividade física e bem-estar; [2] realização de eventos esportivos/fitness e [3] comercialização de espaços para exercer as atividades físicas. Os alunos e alunas, agora “consumidores” se relacionam com toda a cadeia sendo o foco do processo já que é através do consumo que se mantém a cadeia produtiva. Vale ressaltar que na relação “centros” e “profissionais” fica descrito contratação/prestação de serviços que nos desperta a curiosidade de como o relatório que se propõem a indicar os panoramas da indústria do fitness tratará seus “profissionais”, é o que tentaremos nos aprofundar nas análises que seguem.

Destacamos ainda o tratamento dado ao “consumidor” como impulsionadores da prática de atividades físicas, que têm a opção de aderir a agregadores de academia, possibilitando a realização de exercícios em diversos centros de atividades físicas, como academias, estúdios, entre outros, que mantenham parceria com esses agregadores. Essas empresas estabelecem colaborações com organizações privadas e/ou públicas, ampliando a oferta de seus serviços aos funcionários dessas entidades com preços diferenciados. Isso não apenas atrai talentos para as empresas, mas também incentiva os colaboradores a se envolverem em atividades físicas.

Os consumidores, além de praticarem atividades físicas em diferentes locais, como academias, estúdios, condomínios, clubes ou ao ar livre, também consomem uma variedade de produtos provenientes da cadeia produtiva. Isso inclui produtos comercializados pelos patrocinadores dos centros de atividades que frequentam, bem como a compra de itens dos fornecedores de materiais esportivos necessários para a prática de suas atividades. Além disso, alguns consumidores adquirem equipamentos para treinar em casa, fechando assim o ciclo da cadeia produtiva da indústria de fitness e bem-estar.

É importante destacar o papel dos agregadores nessa relação com as academias por que essas empresas podem ser tonar elementos aceleradores do processo de precarização do trabalho do professor e da professora de educação física que presta serviços para as academias. Observemos que “Do ponto de vista do consumidor final, o agregador oferece, por meio de uma única assinatura, uma ampla rede de diferentes opções de bem-estar, incluindo academias, estúdios de pilates e spas para que o usuário possa agendar o que bem entender” (Achôa, 2023). Do ponto de vista dos parceiros, “a função do agregador é ajudá-los a vender inventário, que de outra forma não teriam vendido, a clientes que de outra forma não teriam atraído” (Achôa, 2023), completa Ricardo Graicer, gerente de expansão e pós-vendas da ClassPass Brasil.

Apesar de sugerir uma afiliação ao setor, o Gympass, uma gigante na indústria fitness brasileira, rejeita a designação de agregador, preferindo posicionar-se como uma solução abrangente para atender à demanda do mercado de bem-estar nas empresas.

“Nossa proposta de valor para os parceiros é ser um canal de venda corporativo que otimiza o uso do espaço ocioso. Visitamos milhares de empresas em nome das academias, oferecendo os mesmos produtos e horários disponíveis nos canais de venda físicos e online. As empresas recebem uma solução completa de bem-estar, incluindo serviços de psicólogos, engajamento, aplicativos, entre outros. Esses serviços combinados nos permitem capturar uma nova receita no mercado corporativo. Com isso, podemos trazer milhões de novos usuários que gerarão uma nova fonte de receita para nossos parceiros”, diz Rodrigo Oliveira, diretor de parcerias do Gympass (Achôa, 2023).

A iniciativa visa atrair mais pessoas para a prática de atividade física. De acordo com dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), quase metade da população brasileira é sedentária, o que pode acarretar diversos problemas no dia a dia dessas pessoas. A OMS preconiza que a atividade física seja realizada pelo menos 12 vezes por mês, o equivalente a três vezes por semana.

“Quando uma empresa oferece um benefício de bem-estar, ela facilita o acesso à atividade física. Os planos costumam ser mais vantajosos para os colaboradores, pois não ficam restritos a uma única academia ou modalidade, proporcionando uma variedade imensa na palma da mão. Unir esse benefício a campanhas de incentivo à atividade física é uma excelente estratégia para estimular as pessoas”, acredita William Gerst (Achôa, 2023).

Segundo uma pesquisa conduzida pela ClassPass, foi constatado que 89% dos profissionais experimentam uma maior produtividade durante o dia de trabalho após realizar exercícios, enquanto 96% revelam sentir consideravelmente menos estresse. Esses números ganham relevância na tomada de decisão sobre a inclusão de serviços de saúde como benefícios para os colaboradores.

"Ao trazer bem-estar aos seus funcionários, você mostra que se preocupa com seu estado físico e mental e prioriza dentro e fora do trabalho. Na ClassPass reconhecemos que bem-estar significa algo diferente para cada pessoa – e os funcionários devem poder escolher o que isso representa para eles. Seja suando muito, fazendo uma pausa consciente ou marcando uma consulta de autocuidado. Tudo contribui para um ambiente de trabalho saudável, com colaboradores motivados e mais pessoas saindo do sedentarismo", argumenta Ricardo Graicer (Achôa, 2023).

Para Rodrigo Oliveira, o estímulo à prática esportiva e aos cuidados com o bem-estar representa uma excelente oportunidade de negócio. "A frequência dos usuários corporativos nas academias não apenas resulta em menor custo com saúde para as empresas, mas também em maior retorno financeiro para as academias. A qualidade do serviço nunca foi tão valorizada como agora" (Achôa, 2023).

Assim como todos os elementos da indústria fitness os "agregadores" também estão se modificando e se adequando as novas "necessidades" do mercado. Um lançamento que se destaca por sua proposta mais inclusiva é o Namu Pass, desenvolvido pela Namu. Este modelo é apresentado como uma plataforma "one-stop-shop" devido à oferta de soluções integradas, com foco na promoção de hábitos saudáveis e prevenção. Com uma presença consolidada no mercado ao longo de oito anos, os serviços da Namu abrangem três pilares fundamentais de saúde: mental, física e nutricional, destinando-se ao consumidor final, colaboradores de empresas (como benefício corporativo), bem como a seguradoras, corretoras, empresas de assistência, crédito consignado, PATs (cartão beneflex), bancos, cartões varejistas, entre outros.

O Namu Pass, um aplicativo voltado para benefícios corporativos, apresenta um modelo inclusivo de contratação de diárias em academias e estúdios de diversas modalidades, como ginástica, yoga, crossfit, artes marciais, natação, pilates, entre outras. O objetivo é impulsionar a receita das academias em até 30%, ao atrair novos alunos por meio de um modelo sem limite de repasse, onde a academia é remunerada por todos os check-ins validados na unidade, juntamente com outras formas de incentivos. Para as empresas, o modelo de diárias propõe o pagamento apenas pelo uso do colaborador nas academias, eliminando a necessidade de uma mensalidade fixa. Além disso, não há segmentação por planos ou categorias, permitindo que os beneficiados da empresa escolham a academia de sua preferência, independentemente da

modalidade e faixa de preço, sem ficarem restritos a uma base fixa de opções", explica Deuk Yeo, CEO da Namu.

O modelo não impõe mensalidades extras ou custos adicionais (como taxas de adesão e manutenção) para as empresas que utilizam a plataforma. O objetivo é tornar os benefícios corporativos acessíveis a empresas de todos os portes e setores, desbravando um mercado anteriormente restrito a poucos players. O executivo da Namu destaca os investimentos contínuos em tecnologia e estrutura na plataforma como parte desse esforço.

Nota-se que o papel dos “agregadores”, guardadas as devidas proporções, se aproxima com o que são as empresas que oferecem serviços terceirizados. Entendendo que terceirização é definida como a externalização de parte do processo produtivo de uma empresa, no qual a contratante transfere atividades para outra organização, geralmente uma pessoa jurídica chamada de contratada ou "terceirizada". A ideia subjacente é que a contratante concentre seus esforços nas atividades em que é especializada, deixando de lado aquelas menos centrais para seus objetivos. Por sua vez, as contratadas se especializariam nessas áreas específicas, ou seja, nas atividades terceirizadas, e seriam responsáveis por contratar diretamente os trabalhadores para executar essas funções (Figueiras; Dutra, 2021).

Outra “modalidade” são os profissionais “pejotizados”, uma prática que está se tornando comum no âmbito do direito trabalhista é a pejotização, que consiste no emprego da pessoa jurídica para disfarçar uma real relação de emprego, criando aparentemente uma situação jurídica de natureza civil (Oliveira, 2013). Uma dinâmica de trabalho em que o indivíduo, enquanto trabalhador, precisa estabelecer uma pessoa jurídica, seja como firma individual ou sociedade empresária, para ser contratado ou manter sua posição em uma empresa, estamos diante de uma relação que reflete um dos muitos impactos gerados pela precarização das relações laborais. Esse fenômeno não apenas atinge os valores relacionados ao trabalho, mas também compromete conceitos consagrados na Constituição Federal, como a dignidade da pessoa humana, que permeia todos os demais princípios presentes em nosso sistema jurídico (Barbosa; Orbem, 2015).

Ambas as modalidades apresentadas anteriormente – terceirização e pejotização – são instrumentos utilizados pelo capital que atuam diretamente nas relações de trabalho. Ao pensarmos o trabalhador dentro do “desenho” proposto pela indústria fitness, observamos a exposição a qual essas pessoas se submetem para garantir sua subsistência. A imposição de metas, a rotinização das tarefas, a autoridade arbitrária de coordenadores e supervisores, os salários reduzidos e os problemas de saúde decorrentes das condições de trabalho são características fundamentais desse emergente proletariado de serviços, cuja presença se amplia

tanto no Brasil quanto em diversas regiões do mundo. Isso configura uma nova configuração do trabalho no cenário brasileiro e em várias partes do globo (Antunes, 2018).

O modelo adotado pela indústria fitness tem uma outra nuance. Os clubes esportivos seguem a lógica do setor de serviços. Nas últimas décadas, observamos uma economia em que o setor serviços desempenha um papel significativo, representando quase dois terços do emprego urbano metropolitano e contribuindo com mais da metade do Produto Interno Bruto (PIB). Essa tendência segue uma trajetória semelhante à evolução econômica de países desenvolvidos. No cenário global, a expansão das atividades de serviços emerge como uma das mudanças mais relevantes introduzidas no cotidiano humano ao longo do século XX (Melo *et.al.*, 1998).

Destacamos que a análise de Melo *et al.* (1998) estava correta. Apresentaremos os dados mais recentes quanto ao setor de serviços, utilizaremos como referencial a Pesquisa Anual de Serviços – PAS, 2021, revelou a existência de 1,5 milhão de empresas ativas, apresentando um crescimento de 7,9% em relação a 2019 e de 9,2% em comparação a 2020. Essas empresas empregavam um total de 13,4 milhões de pessoas, alcançando um recorde na série histórica iniciada em 2007, e efetuaram pagamentos no valor de R\$ 432,3 bilhões em salários, retiradas e outras remunerações. No que diz respeito à receita operacional líquida e ao valor adicionado, as empresas do setor de serviços registraram respectivamente R\$ 2,2 trilhões e R\$ 1,2 trilhão (BRASIL, 2023b).

Os setores predominantes foram transporte, serviços auxiliares aos transportes e correio, que detiveram a maior participação na receita operacional líquida, alcançando 29,3%, seguidos por serviços profissionais, administrativos e complementares, com 27,5%, e serviços de informação e comunicação, que contribuíram com 21,0%. Juntos, esses três segmentos representaram mais de 75,0% da receita operacional líquida. Os demais setores englobaram serviços prestados principalmente às famílias (9,9%), outras atividades de serviços (8,6%), atividades imobiliárias (2,3%) e serviços de manutenção e reparação (1,4%) (BRASIL, 2023b).

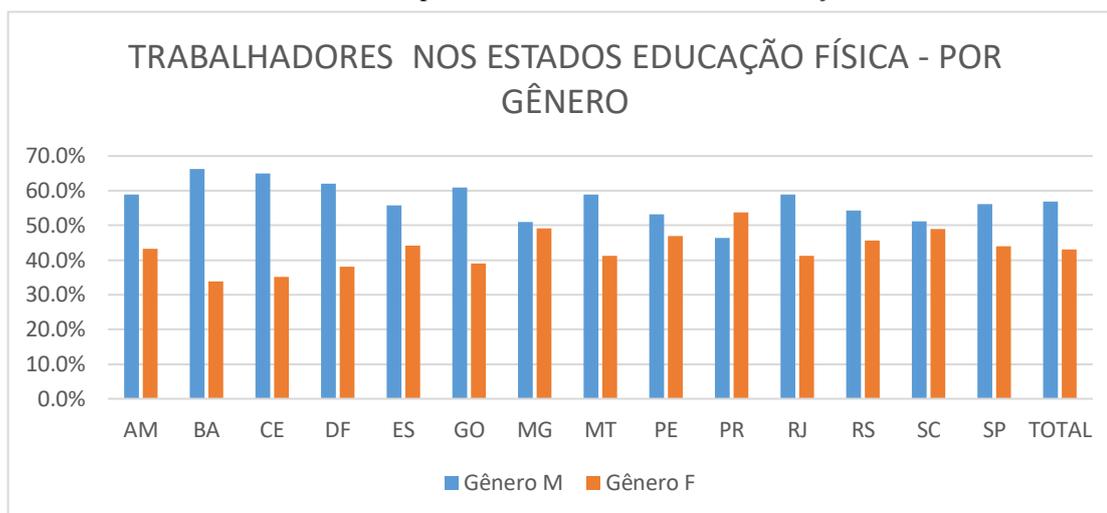
No ano de 2021, o setor de serviços contava com uma força de trabalho composta por 13,4 milhões de pessoas. De 2019 a 2021, houve um aumento de 4,5% no número de vagas, com um acréscimo de 574,3 mil ocupações. Esse crescimento foi impulsionado pelo aumento de 572,4 mil (10,8%) nos serviços profissionais, administrativos e complementares, e 142,7 mil (13,4%) nos serviços de informação e comunicação, contrapondo-se à redução de 242,5 mil (-8,5%) nos serviços prestados principalmente às famílias. Em comparação com 2020, houve um aumento de 7,8% (BRASIL, 2023b).

O segmento com o maior número de trabalhadores é o de serviços profissionais, administrativos e complementares, com 5,9 milhões de postos de trabalho, representando 43,5% do total de ocupados no setor de serviços. Na sequência, encontram-se serviços prestados principalmente às famílias (2,6 milhões), transportes, serviços auxiliares aos transportes e correios (2,5 milhões) e serviços de informação e comunicação (1,2 milhão). Porém esse crescimento do setor não significa melhorias salariais para a classe trabalhadora é justamente o contrário, o salário médio mensal recuou, passando de 2,3 salários mínimos (s.m.), em 2012, para 2,2 s.m. em 2021. Serviços de informação e comunicação (4,5 s.m.) continuou com a maior remuneração, seguido por outras atividades de serviços (3,6 s.m.), influenciado por serviços auxiliares financeiros (BRASIL, 2023b).

Feita essa caracterização, que julgamos fundamental para o entendimento da indústria fitness, voltamos para o Panorama Setorial Fitness Brasil (2023) onde a pesquisa apresenta um quadro com a quantidade profissionais atuando no Brasil, totalizando 569.303 professores (Sistema CONFEF/CREFs, 2022), contudo, nos debruçaremos ainda no estudo de Fonseca e Souza Neto (2020) que também apresentou, a partir dos dados da RAIS, que adota a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) como base metodológica para o registro dos trabalhadores, dados que nos ajudaram nessa caracterização dos trabalhadores do fitness e que podemos complementar nossa análise.

Destacamos que, desde 2002, a CBO é estruturada com base em famílias ocupacionais, as quais se distribuem em quatro grupos hierárquicos: grande grupo ocupacional, subgrupo principal, subgrupo ocupacional e família ocupacional (BRASIL, 2002). O Profissional de Educação Física está inserido no grande grupo 2, que engloba profissionais das ciências e das artes; no subgrupo principal dos Profissionais das Ciências Biológicas, da Saúde e Afins; no subgrupo ocupacional dos Profissionais da Educação Física; e na família ocupacional que compartilha o mesmo nome. Os Professores de Educação Física também estão classificados no grande grupo ocupacional 2, dos Profissionais das Ciências e das Artes, mas no subgrupo dos profissionais do ensino. Veremos agora a categorização de gênero e idade dos professores e professoras de educação física.

Gráfico 5 - Divisão por Gênero em Cada Estado – Educação Física



Fonte: Adaptado de Fonseca e Souza Neto (2020)

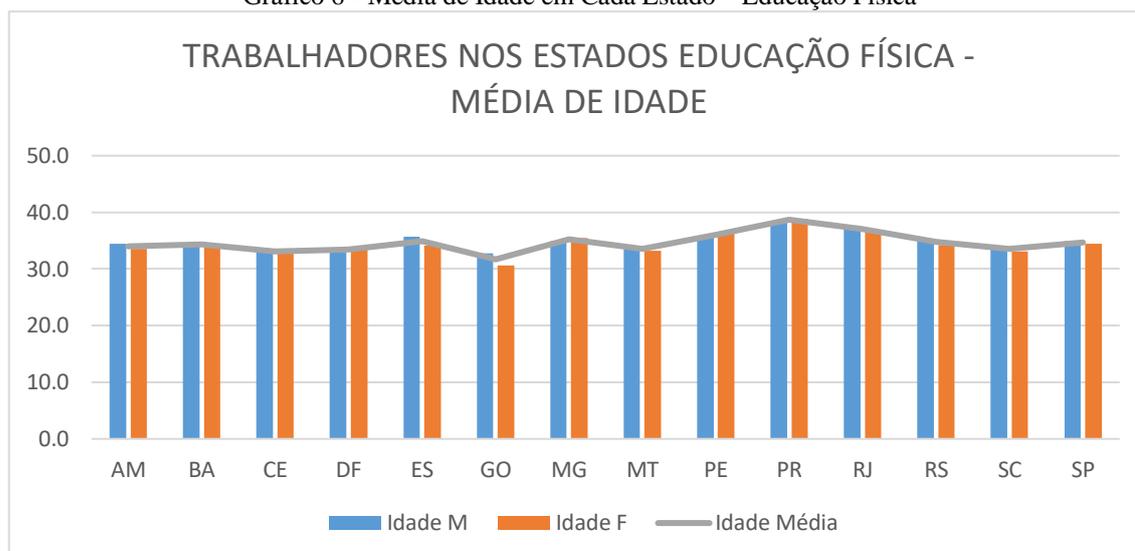
Ao analisar os dados referentes ao quantitativo de professores de Educação Física por gênero em cada estado, é possível observar algumas tendências interessantes. Em termos gerais, o Brasil apresenta uma distribuição relativamente equitativa entre os gêneros, com uma ligeira predominância de profissionais do sexo masculino, representando 56,9%, em comparação com 43,1% do sexo feminino.

No entanto, ao analisar os dados estaduais, notamos variações significativas. O estado da Bahia (BA) destaca-se com uma maior representação feminina, onde as mulheres compõem 66,2% do total de professores de Educação Física, enquanto no estado do Paraná (PR) observa-se uma inversão, com 53,7% de professores do sexo masculino. No Rio de Janeiro (RJ), a distribuição é praticamente equilibrada, com 58,8% de professores do sexo masculino e 41,2% do sexo feminino.

Em alguns estados, como Minas Gerais (MG), Santa Catarina (SC) e São Paulo (SP), a diferença entre os gêneros é menos pronunciada, com porcentagens muito próximas, indicando uma relativa paridade na representação de homens e mulheres no campo da Educação Física.

Ao nos debruçarmos sobre os dados referentes à média de idade por gênero de professores de Educação Física em cada estado, algumas tendências e padrões podem ser identificados. A média de idade geral, considerando ambos os gêneros, varia entre 31,7 anos, em Goiás (GO), e 38,7 anos, no Paraná (PR). Isso sugere uma diversidade de faixas etárias dentro da categoria profissional em diferentes regiões do país.

Gráfico 6 - Média de Idade em Cada Estado – Educação Física



Fonte: Adaptado de Fonseca e Souza Neto (2020)

Em termos de gênero, nota-se que, em vários estados, as mulheres tendem a ter uma média de idade ligeiramente superior à dos homens. Destacam-se os casos de Pernambuco (PE), Rio de Janeiro (RJ) e Paraná (PR), onde a média de idade das professoras é maior do que a dos professores. No entanto, há exceções notáveis, como em Goiás (GO), onde os professores apresentam uma média de idade inferior às professoras. Essa disparidade pode indicar variações nas trajetórias profissionais e na entrada no mercado de trabalho entre os gêneros.

Os dados revelam ainda que a Educação Física conta com um contingente predominantemente jovem de profissionais em diversas áreas de atuação, concentrados principalmente na faixa etária entre 25 e 39 anos. Essa característica de 'profissionais jovens' é consistente em todas as regiões do Brasil. No entanto, ao observar a distribuição etária em âmbito nacional, fica evidente que os profissionais com vínculo formal na faixa etária entre 40 e 65 anos ou mais representam apenas 26% do total, contrastando com os 74% dos profissionais com idade inferior a 40 anos.

Ao contrário de outras profissões, a Educação Física está intrinsecamente ligada aos cuidados com o corpo, e as atividades físico-desportivas se associam à promoção dos princípios de autocuidado e autoconhecimento, direcionando os indivíduos ao consumo de bens e serviços relacionados à saúde. As disparidades observadas refletem as particularidades das atividades no contexto laboral das práticas corporais.

No âmbito esportivo, a presença feminina foi historicamente estigmatizada pela ideologia de que o esporte é uma instituição predominantemente masculina, moldada por características que tradicionalmente representam o universo masculino, como força, resistência e busca de limites. Por outro lado, no ambiente escolar, há uma perspectiva de gênero voltada

para o papel simbólico do cuidado e do ensino, associando a docência predominantemente ao gênero feminino.

Ao pensarmos na caracterização da estratificação da classe trabalhadora que está atuando na indústria fitness o elemento “salário” é fundamental. A remuneração é um indicador concreto do reconhecimento do trabalho e do retorno aos investimentos feitos pelo profissional ao longo de sua formação ou deveria ser. No sistema capitalista, os trabalhadores, em sua grande maioria, dependem dos salários como a principal fonte de renda. Essa relação é caracterizada por diversos elementos que influenciam a vida dos indivíduos.

O salário representa não apenas uma compensação financeira pelo trabalho realizado, mas também está diretamente ligado ao acesso a bens e serviços essenciais, como moradia, alimentação, saúde e educação. Assim, o salário não é apenas uma remuneração, mas um meio vital para a sobrevivência e qualidade de vida dos trabalhadores. No entanto, a dinâmica da relação salarial no capitalismo majoritariamente envolve desigualdades. A disparidade salarial entre diferentes setores, ocupações e níveis hierárquicos é uma realidade marcante. Enquanto alguns poucos trabalhadores recebem salários elevados, outros enfrentam salários mínimos que mal atendem às necessidades básicas.

Além disso, a negociação salarial tem a assimetria como regra, favorecendo os empregadores em detrimento dos trabalhadores. A oferta e demanda no mercado de trabalho, juntamente com o poder de barganha dos trabalhadores, influenciam diretamente a determinação dos salários. Em períodos de alta oferta de mão de obra, os salários tendem a ser comprimidos. A questão da exploração é central nessa relação. Na maioria dos casos, os salários podem não refletir adequadamente o valor do trabalho produzido, resultando em condições precárias para os trabalhadores, especialmente em setores menos regulamentados.

É importante considerar que a relação do trabalhador com seu salário está intrinsecamente ligada às condições macroeconômicas, políticas e sociais do país. Mudanças nas políticas econômicas, flutuações no mercado de trabalho, eventos externos e as constantes crises capitalistas impactam diretamente a capacidade dos trabalhadores de obter salários dignos e justos.

Ao nos debruçarmos sobre a questão específica da remuneração de professores e professoras de educação física o estado do Paraná lidera a média salarial, alcançando R\$ 2.723,71, seguido pelo estado do Amazonas, com R\$ 2.350,69, e Mato Grosso, com R\$ 2.032,33. No entanto, é crucial destacar que alguns segmentos recebem uma valorização maior que outros (Fonseca; Souza Neto, 2020).

O cargo de "Treinador Profissional de Futebol" representa a maior remuneração média, atingindo R\$ 2.935,22. Por outro lado, o campo do ensino, que abrange professores de ensino fundamental, médio e superior, apresenta a maior quantidade de postos de trabalho, com uma faixa de remuneração entre R\$ 1.914,58 e R\$ 2.161,42. Este setor destaca-se pelo equilíbrio na média salarial, possivelmente influenciado pela regulamentação da rede pública de ensino (Fonseca; Souza Neto, 2020).

Profissionais do treinamento, especificamente aqueles vinculados ao campo do fitness e esportivo, muitas vezes formalizados como "preparadores físicos", registram a remuneração mais baixa, atingindo R\$ 1.241,68. Esse padrão fortalece a hipótese de que ao longo da carreira, muitos desses profissionais migram para atividades ligadas ao ensino formalizado, como escolas, em busca de segurança e estabilidade financeira. Essa tendência pode explicar a significativa proporção de profissionais da Educação Física inseridos na Educação Básica, alcançando 53,3% (Fonseca; Souza Neto, 2020).

No setor não escolar, o treinador de futebol se destaca como o profissional com a maior média salarial nacional, provavelmente impulsionada pelo grande número de clubes esportivos distribuídos pelo país. Esses dados ressaltam a diversidade de remuneração dentro da profissão, influenciada pela área de atuação e pelo contexto específico de cada segmento. A valorização de segmentos específicos dentro de uma ocupação pode servir como indicador da diferenciação interna das atividades mais prestigiosas na área. Atividades com maior herança cultural, como o futebol, geralmente apresentam um prestígio mais elevado. Portanto, aquelas atividades com maior variação e menor remuneração indicam que ainda estão em processo de definição de sua importância e buscam recompensas, já que posições de prestígio estão associadas a recompensas (Almeida, 1984).

As disparidades regionais podem ser identificadas nas diferenças salariais entre os estados. No Paraná, por exemplo, o preparador de atletas, o treinador de futebol e os professores de Educação Física no ensino médio e superior contribuem significativamente para a média salarial do estado, atingindo R\$ 2.723,00. No Amazonas, os salários mais altos estão concentrados nos professores do ensino fundamental e médio, alcançando R\$ 2.711,94 e R\$ 2.899,66, respectivamente. Em contrapartida, o Ceará apresenta a média salarial mais baixa, apenas R\$ 1.223,72, consideravelmente abaixo da média nacional, que é de R\$ 1.849,00. Nesse estado, os preparadores físicos recebem em média R\$ 881,43. Este setor abrange instrutores de academias, treinadores personalizados e treinadores em clubes de lazer, sendo, na média nacional, o campo que oferece os salários mais baixos aos profissionais de Educação Física, seguido pelos avaliadores físicos (Fonseca; Souza Neto, 2020).

Os valores de remuneração indicam que os segmentos menos valorizados também são atividades de menor prestígio social e provavelmente carecem de um vínculo social mais forte que justifique sua relevância na resolução de problemas na comunidade. Muitos serviços oferecidos por professores de Educação Física ainda são de difícil acesso para a grande parte da sociedade, pois estão vinculados a espaços privados (clubes, academias, clínicas, hotéis, etc.). Em contrapartida, as atividades no ensino incorporam valores inerentes à profissão docente e são legitimadas nas instituições de ensino, mesmo em regiões precárias, nas quais o acesso aos serviços profissionais também é limitado. É notável que relativamente poucas pessoas podem ter acesso a esses serviços profissionais. Como resultado, existem variações entre os estados na valorização das atividades profissionais da Educação Física, e essas diferenças estão, sem dúvida, relacionadas à presença da área em questões contextuais e às necessidades específicas de cada território (Fonseca; Souza Neto, 2020).

Ao analisarmos as perspectivas de mercado para a indústria fitness, encontramos a análise da Fitness Brasil (2023), baseada nos resultados da pesquisa "Worldwide Survey of Fitness Trends for 2023", em seu *Health & Fitness Journal*, do *American College of Sports Medicine* (ACSM), que tiveram seus resultados lançados no começo de 2023. Na 17ª edição consecutiva, este estudo internacional destacou que a tecnologia continua a desempenhar um papel significativo na indústria de fitness. Portanto, não é surpreendente que mais de 4.500 profissionais de saúde e fitness, participantes da pesquisa, tenham identificado os *wearables* (tecnologias vestíveis) como a principal tendência para 2023.

Em 2020, o treinamento on-line ocupava a 26ª posição. No ano seguinte, alcançou o primeiro lugar como a tendência mais forte. Em 2022, desceu para a nona posição e, nos resultados mais recentes de 2023, encontrou-se na 21ª colocação. Essa queda acentuada pode ser atribuída ao fato de que as pessoas estão retomando as atividades nas academias e, em muitos casos, abandonando os treinos em casa.

As instalações de fitness também parecem estar retornando ao básico em um mundo pós-pandemia: o Treinamento de Força com Pesos Livres conquistou a segunda posição, enquanto o Treinamento com Peso Corporal ficou em terceiro lugar. Além disso, o Treinamento de Core e o Treinamento em Circuito ocuparam, respectivamente, as 11ª e 12ª posições.

Outras tendências permaneceram relativamente estáveis, independentemente das mudanças trazidas pela COVID-19: o Treinamento Intervalado de Alta Intensidade (HIIT), por exemplo, foi a tendência número 1 em 2014 e 2018, mantendo-se presente, mas ocupando o sétimo lugar em 2022 e 2023.

Já o blog da Fia Business Scholl (2021) acredita que “o setor deverá seguir com os aprendizados e o aprimoramento exigidos para se manter de pé em 2020, a exemplo da digitalização, atenção às necessidades do consumidor (...)”. Aponta ainda as sete tendências para a indústria fitness nos próximos anos:

1. **Aplicativos:** Diante da distância física dos locais habituais de exercício, muitas pessoas buscaram orientações de treino por meio de planos de aula e conteúdo online. Embora parte desses recursos esteja disponível gratuitamente, a implementação de um plano completo muitas vezes se beneficia de aplicativos especializados. Essas plataformas foram desenvolvidas para disseminar informações, conectar profissionais a clientes e oferecer produtos como alimentos, roupas e acessórios, entre outras funcionalidades. A tendência é que essa tecnologia permaneça ativa, incorporando serviços relevantes para o público-alvo no setor fitness.

2. **Aulas Online:** A digitalização, acelerada pela pandemia, transformou diversos setores, incluindo as empresas de saúde e bem-estar. Enquanto aquelas voltadas para vendas já estavam familiarizadas com o ambiente online, as academias, acostumadas ao contato pessoal, precisaram se adaptar a uma nova dinâmica. A oferta de aulas online, tanto gravadas quanto ao vivo, tornou-se uma estratégia inteligente para continuar atendendo os clientes, mesmo quando a maioria permanecia em casa para preservar a saúde. A prática de transmitir aulas ao vivo por meio de perfis em redes sociais também se multiplicou, visando engajar os clientes existentes e atrair novos interessados. Essa transição para o ambiente digital é uma realidade que provavelmente continuará e se expandirá no curto prazo.

3. **Exercícios Ao Ar Livre:** A preocupação com vírus respiratórios impulsionou a popularização dos exercícios ao ar livre, oferecendo momentos de relaxamento enquanto se mantém a distância recomendada pelas autoridades de saúde. Locais como praças e parques, que já serviam como pontos de encontro para alunos de academias e atividades aeróbicas, agora são ainda mais valorizados por proporcionarem maior segurança aos praticantes. A realização de atividades físicas em ambientes abertos, próximos à natureza, deverá ser uma prática continuada por academias, centros esportivos e personal trainers.

4. **Adaptação Dos Treinos:** Ao invés de oferecer apenas planos de treino fixos, empresas e profissionais do setor fitness estão se adaptando para fornecer serviços flexíveis, considerando diferentes contextos, disponibilidade de tempo e espaço por parte dos usuários. Essa abordagem mais personalizada e adaptável atende às necessidades específicas de cada cliente, proporcionando uma experiência mais individualizada e eficaz.

5. **Coaching De Saúde E Consultorias Online:** A busca por uma abordagem preventiva e integrada à saúde, que considere corpo e mente, está em ascensão. Isso direciona

os consumidores a locais que oferecem medicina integrada, consultorias em saúde e orientações personalizadas por meio do coaching online. Essa tendência reflete a crescente demanda por serviços que promovam o bem-estar, combinando aspectos físicos e mentais. A ideia desses serviços é ir além das questões fisiológicas, trabalhando as emoções para melhorar a performance nos treinos e a satisfação pessoal. Dessa forma, é possível, por exemplo, tratar distúrbios alimentares, criar dietas customizadas e adaptáveis, prevenir lesões e potencializar o aproveitamento de alimentos.

6. Maior Autonomia dos Clientes: À medida que se acostumam a participar de aulas online e a treinar com orientações remotas, os clientes ganham empowerment, adquirindo a autonomia de escolher os serviços que melhor atendem às suas necessidades. Além disso, eles estão mais informados sobre as vantagens e modalidades de treino, reeducação alimentar e procedimentos para aprimorar a aparência. Nesse contexto, as empresas que se dedicam a ouvir os consumidores e ajustar suas soluções com base nesse feedback saem na frente, fortalecendo a relação com seu público-alvo.

7. Flexibilidade: Oferecer planos que incluam desde treinos básicos e aulas online até pacotes que permitem a combinação de diferentes serviços ou produtos é um exemplo de soluções flexíveis, pensadas para atrair diversos perfis de alunos. Outra tendência notável é a disponibilização de aulas avulsas, dispensando a necessidade de assinatura de contratos ou aquisição de pacotes, proporcionando assim mais liberdade ao cliente na escolha dos serviços que desejam usufruir.

As tendências apresentadas até o momento na indústria fitness refletem uma profunda transformação no modo como as pessoas encaram a prática de atividades físicas e o cuidado com a saúde. A digitalização se destaca como um fenômeno marcante, impulsionado principalmente pela pandemia. O treinamento online, que figurou como a principal tendência em 2021, experimentou uma queda para a 9ª posição em 2022 e, agora, ocupa a 21ª colocação em 2023. Esse declínio pode ser atribuído ao retorno das pessoas às academias e ao abandono, em muitos casos, das práticas em casa.

Surpreendentemente, outras tendências se consolidaram mesmo diante das mudanças trazidas pela COVID-19. O Treinamento de Força com Pesos Livres, o Treinamento com Peso Corporal, o Treinamento de Core e o Treinamento em Circuito ganharam relevância, indicando uma volta às atividades mais básicas e essenciais. O Treinamento Intervalado de Alta Intensidade (HIIT) também permanece como uma tendência sólida, evidenciando sua eficácia ao longo do tempo.

O uso de aplicativos fitness continua a ser uma ferramenta valiosa, não apenas para fornecer planos de treino, mas também para conectar profissionais e clientes, comercializar produtos relacionados à saúde e bem-estar, entre outras funcionalidades. Essa tecnologia, inicialmente impulsionada pela necessidade de adaptação durante a pandemia, permanece ativa e continua a evoluir, agregando serviços de interesse para o público-alvo da indústria fitness.

Aulas online, sejam gravadas ou ao vivo, também se destacam como uma prática que veio para ficar. A comodidade e o alcance dessas aulas contribuíram para a sua consolidação, e a expectativa é que essa modalidade de treinamento mantenha sua popularidade e até mesmo se expanda no curto prazo.

O aumento da prática de exercícios ao ar livre revela uma busca por opções que permitam o distanciamento social, além de proporcionar momentos de relaxamento em contato com a natureza. Academias, centros esportivos e personal trainers estão adotando essa abordagem, promovendo atividades físicas em locais abertos, como praças e parques.

A adaptação dos treinos às diferentes circunstâncias e a oferta de serviços flexíveis estão se tornando mais presentes. Empresas e profissionais do setor estão aprendendo a personalizar seus serviços, levando em conta a disponibilidade de tempo e espaço dos usuários. Além disso, a flexibilidade se manifesta em planos que permitem a combinação de diferentes serviços, assim como na oferta de aulas avulsas, proporcionando mais liberdade de escolha aos clientes.

Essas tendências apontam para uma indústria fitness em constante evolução, impulsionada por inovações tecnológicas, mudanças de comportamento dos consumidores e a busca por soluções mais personalizadas e flexíveis. A capacidade de adaptação e a compreensão das necessidades do público emergem como fatores-chave para o sucesso nesse cenário dinâmico.

Sabemos que a cada “nova tendência” de mercado professores e professoras podem sofrer consequências nas suas relações de trabalho. Nossa curiosidade paira exatamente que, em momento algum, percebemos qualquer preocupação com esses sujeitos que atuam nesses espaços. Entendendo então como funciona essa indústria e conhecendo suas perspectivas de futuro buscamos estabelecer as mediações com o que seriam as “tendências” para o trabalho de professores e professoras dentro desse cenário que foi apresentado.

Para pensarmos em qualquer análise sobre condições de trabalho compreendemos que para além da aparente retração da taxa de desocupação que terminou o ano de 2022 com média de 9,3%, menor taxa desde 2015, devemos levar em consideração alguns outros números que nos apresentam esse “raio x” do mundo do trabalho no nosso país.

A análise crítica dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Belandi, 2023), do IBGE, revela um cenário preocupante no mercado de trabalho brasileiro. Ao constatar que há 10 milhões de pessoas desocupadas, 15,6 milhões subutilizadas e 6,2 milhões subocupadas por insuficiência de horas, fica evidente a magnitude dos desafios enfrentados pela população no acesso a oportunidades laborais dignas e sustentáveis.

O expressivo número de 10 milhões de desocupados destaca a dimensão do desemprego no país, apontando para a dificuldade de parte significativa da população em encontrar ocupação remunerada. Esse número reflete não apenas as adversidades econômicas, mas também questões estruturais, como a falta de investimentos em setores-chave e a instabilidade do ambiente macroeconômico.

A categoria de subutilizados, composta por 15,6 milhões de pessoas, amplia a visão sobre a precariedade do mercado de trabalho. Esses indivíduos enfrentam condições de emprego insuficientes, seja por estarem desempregados, subocupados ou na inatividade por desalento. A subutilização revela a necessidade de medidas que vão além da simples geração de empregos, abrangendo estratégias para melhorar a qualidade e estabilidade dessas ocupações.

A subocupação por insuficiência de horas, que afeta 6,2 milhões de pessoas, destaca um fenômeno muitas vezes negligenciado. Mesmo quando empregadas, essas pessoas não conseguem trabalhar a quantidade de horas desejada, o que impacta diretamente em sua renda e condições de vida. Isso aponta para questões como informalidade, precarização e falta de garantias trabalhistas.

A conjunção desses números reflete a complexidade do mercado de trabalho brasileiro, marcado por desigualdades estruturais, falta de políticas efetivas de emprego e uma economia suscetível a crises. Para enfrentar essa realidade, é crucial adotar políticas públicas que promovam não apenas a geração de empregos, mas a criação de ocupações dignas, com salários justos e condições laborais adequadas. Investir em capacitação profissional, fomentar setores estratégicos e fortalecer a proteção social são passos fundamentais para reverter esse quadro.

A análise crítica dos dados sobre o crescimento do emprego com carteira assinada em 9,2% e o crescimento do emprego sem carteira assinada em 12,9% revela nuances importantes do cenário laboral brasileiro, evidenciando a contradição posta na forma de como “a história é contada”.

O crescimento de 9,2% no emprego com carteira assinada é uma notícia positiva, indicando uma expansão na formalização do emprego. Esse dado sugere que, em determinado período, houve um aumento nas contratações que oferecem garantias trabalhistas e direitos aos

empregados. Isso pode ser interpretado como um sinal de fortalecimento do mercado formal, o que é crucial para a segurança e estabilidade dos trabalhadores.

Por outro lado, o crescimento mais expressivo, de 12,9%, no emprego sem carteira assinada merece uma análise crítica mais atenta. Embora esse aumento possa ser interpretado como uma resposta rápida às demandas do mercado, oferecendo oportunidades de trabalho, criando uma narrativa que o trabalhador tem mais possibilidades de ganho “trabalhando para ele mesmo”, quando na verdade nos indica um cenário de precarização. Empregos sem carteira assinada frequentemente carecem de benefícios e garantias trabalhistas, expondo os trabalhadores a condições mais vulneráveis e instáveis.

A dualidade desses dados destaca a complexidade do mercado de trabalho brasileiro, no qual a formalização coexiste com a informalidade. Enquanto o emprego com carteira assinada representa uma conquista em termos de direitos trabalhistas, o crescimento do emprego sem carteira aponta para desafios persistentes, como a informalidade, falta de segurança no trabalho e menor acesso a benefícios sociais.

Para promover um ambiente de trabalho mais equitativo, é crucial que políticas públicas busquem não apenas aumentar a quantidade de empregos, mas também melhorar a qualidade dessas ocupações. Isso implica em fortalecer as garantias trabalhistas, incentivar a formalização, proporcionar capacitação profissional e abordar as disparidades que existem entre diferentes setores e regiões do país.

A taxa de informalidade correspondente a 40,1% da população ocupada, o que representa 39,1 milhões de trabalhadores informais, é um indicador que demanda uma análise crítica profunda sobre a estrutura do mercado de trabalho no Brasil. Essa informação revela a persistência e até mesmo a expansão de uma realidade que traz desafios significativos.

Em um primeiro olhar, verificando apenas a aparência do objeto, a elevada taxa de informalidade pode ser interpretada como um reflexo da flexibilidade do mercado de trabalho, fornecendo oportunidades rápidas de ocupação. Para muitos trabalhadores, a informalidade pode ser a única opção disponível, especialmente em contextos de dificuldades econômicas ou falta de empregos formais.

No entanto, essa elevada taxa de informalidade também levanta sérias preocupações. Trabalhadores informais frequentemente enfrentam condições precárias, falta de benefícios sociais e segurança no emprego. A ausência de carteira assinada e a falta de direitos trabalhistas fundamentais colocam esses profissionais em uma posição de vulnerabilidade, sujeitos a exploração e instabilidade financeira.

Além disso, a alta informalidade indica uma lacuna nas políticas públicas voltadas para a promoção de empregos formais e a proteção dos direitos trabalhistas. Na verdade, temos assistido um desmonte das garantias dos direitos trabalhistas através da contrarreforma trabalhista – Lei 13.467/2017 (como apresentamos anteriormente).

A informalidade excessiva também tem implicações para a economia como um todo, uma vez que trabalhadores informais têm menor acesso a benefícios sociais e contribuem menos para a previdência social. Isso pode impactar a sustentabilidade dos sistemas de seguridade social e criar desafios adicionais em termos de desigualdade e bem-estar social. Esses números relacionados a informalidade se colocam como parte de um grande processo de precarização do trabalho, algo que tem se sido regra no mundo do trabalho e ainda mais agudizadas países da periferia do capital.

A flexibilização do trabalho, revela-se como um fenômeno que, longe de promover avanços significativos para os trabalhadores, frequentemente resulta em condições de trabalho desfavoráveis e contribui para a precarização do emprego. Em um contexto em que a flexibilidade é muitas vezes apresentada como uma solução para a modernização e eficiência nas relações sociais de trabalho, é crucial analisar o caráter predatório que a flexibilização traz para a classe trabalhadora.

Com o avanço progressivo dessas formas “atípicas” de trabalho, foram se ampliando as formas de ocupação consideradas como precárias, tendo como referência se elas conduzem à insegurança, falta de previsibilidade do futuro, vulnerabilidade econômica e, possivelmente, perda de direitos sociais (Barbier, 2005). Standing (2011) propõe uma definição abrangente e precisa para o termo "precariado". Segundo esse autor, o precariado refere-se àqueles que não desfrutam das sete formas principais de segurança no ambiente de trabalho. Essas formas incluem segurança no mercado de trabalho, que diz respeito a oportunidades adequadas para obter renda; segurança no trabalho, que implica proteção contra demissões sem justa causa; segurança no emprego, relacionada à oportunidade de manter a posição de trabalho e avançar profissionalmente; segurança contra acidentes, doenças, entre outros aspectos; segurança na reprodução de habilidades; segurança de renda; e segurança de representação.

A flexibilização do trabalho está associada à redução de direitos trabalhistas conquistados ao longo de décadas de luta por melhores condições laborais. A flexibilização pode se manifestar na forma de jornadas de trabalho irregulares, contratos temporários, terceirização exacerbada e diminuição das garantias sociais e previdenciárias. Esse panorama cria um ambiente propício à exploração e à instabilidade profissional. Os contratos temporários e a terceirização, frequentemente utilizados como mecanismos de flexibilização, resultam em

maior insegurança e instabilidade para os trabalhadores, que enfrentam a incerteza de não terem um emprego estável. Além disso, essas práticas muitas vezes acarretam em salários mais baixos, benefícios reduzidos e menor acesso a direitos trabalhistas fundamentais.

Outro aspecto crítico da flexibilização do trabalho é a intensificação das jornadas laborais, muitas vezes sem uma contrapartida justa em termos de remuneração. O avanço da tecnologia e a possibilidade de conexão constante podem levar a uma invasão do espaço pessoal e ao aumento das demandas profissionais fora do horário convencional, contribuindo para o desgaste físico e mental dos trabalhadores.

A flexibilização do trabalho também pode resultar em um desequilíbrio nas relações de poder entre empregadores e empregados, tornando os trabalhadores mais suscetíveis a práticas abusivas e à falta de representação sindical efetiva. A diminuição do poder de negociação coletiva pode comprometer a capacidade dos trabalhadores de reivindicar condições laborais justas. A precarização decorrente da flexibilização do trabalho não apenas afeta a qualidade de vida dos trabalhadores, mas também tem implicações sociais e econômicas mais amplas. A falta de estabilidade e segurança no emprego pode impactar negativamente o bem-estar das famílias, contribuindo para o aumento da desigualdade social e para a fragilização das bases da seguridade social (Antunes, 2018).

Em suma, é fundamental questionar os aspectos negativos da flexibilização do trabalho e buscar abordagens mais equilibradas que promovam a modernização do mercado de trabalho sem comprometer os direitos fundamentais dos trabalhadores. A busca por soluções que conciliem a dinâmica econômica com a proteção social é essencial para construir um ambiente de trabalho mais justo e sustentável.

A flexibilização do trabalho na indústria fitness é uma realidade que reflete as transformações nas relações laborais, influenciadas por demandas de mercado, avanços tecnológicos e mudanças nas expectativas dos consumidores e fundamentalmente a busca pela ampliação do lucro. Nesse contexto, a flexibilidade se manifesta de diversas maneiras, impactando profissionais, empresas e clientes.

Uma das formas mais evidentes de flexibilização é observada nos modelos contratuais. Muitos profissionais do setor, como instrutores, personal trainers e profissionais de saúde, frequentemente trabalham como autônomos ou prestadores de serviços, em regime de contratos temporários ou mesmo por projetos específicos. Essa prática permite uma maior adaptação à sazonalidade do mercado e às flutuações na demanda por serviços fitness.

A ascensão de plataformas digitais e aplicativos especializados também contribui para a flexibilização do trabalho na indústria fitness. Profissionais podem oferecer treinamentos

online, consultorias remotas, aulas gravadas ou ao vivo, atingindo um público mais amplo e adaptando-se à crescente preferência por opções virtuais. Essa flexibilidade permite aos clientes escolherem entre diferentes modalidades de treinamento, horários e profissionais, muitas vezes sem a necessidade de vincular-se a contratos rígidos.

É importante destacar que essa flexibilização do trabalho na indústria fitness pode resultar em condições precárias para os profissionais. A ausência de vínculos empregatícios estáveis, a pressão por manter uma imagem física idealizada e a competição acirrada podem contribuir para uma certa vulnerabilidade e insegurança profissional.

Ao estabelecermos um paralelo entre as expectativas de mercado para a indústria fitness e a flexibilização do trabalho como regra percebemos o quão imbricado estão esses movimentos. Nesse contexto o trabalho plataformizado assume o protagonismo das nossas análises por entendermos assumir um protagonismo na indústria fitness e no próprio processo de precarização do trabalho que ocorre em escala mundial na atualidade com o advento da tecnologia e as novas formas de automação do trabalho.

Antunes (2018) destaca que a economia digital está progressivamente permeando diversos setores econômicos, assumindo um papel central no capitalismo e gerando impactos significativos no mercado de trabalho. Segundo o autor, essa transformação tem contribuído para a expansão do chamado "preariado", confirmando nosso entendimento, uma vez que as empresas-plataformas de trabalho entram no mercado sem proporcionar qualquer garantia ou direito aos trabalhadores.

Braga (2017) compartilha da mesma perspectiva, ressaltando que, enquanto na década anterior o preariado era predominantemente composto por trabalhadores terceirizados, especialmente os operadores de telemarketing, na atualidade, é crucial incluir os trabalhadores de plataformas digitais. Estes, segundo o autor, enfrentam condições ainda mais desfavoráveis, pois carecem de qualquer direito ou segurança.

Schmidt (2017) aborda o conceito de economia de plataforma, que se refere a mercados online que englobam pelo menos três componentes principais: quem realiza o trabalho, quem solicita o trabalho e a plataforma que facilita a conexão entre oferta e demanda. Devido ao seu papel intermediário, a plataforma consegue transferir a maior parte dos custos, riscos e responsabilidades para uma das outras duas partes envolvidas. Além disso, a plataforma detém total acesso e controle sobre dados, processos e regulamentações, com a assimetria de informação resultando em uma assimetria de poder.

As empresas-plataformas, por meio de seus discursos, buscam dissociar-se da realidade das relações de trabalho, insistindo que são entidades de tecnologia e não prestadoras de

serviços de transporte ou entrega. No entanto, diversos estudos, decisões judiciais e demandas dos trabalhadores indicam que, por meio de algoritmos, as plataformas estabelecem controle e gerenciamento sobre o trabalho, resultando na perda da autonomia do trabalhador, pois os termos de trabalho são frequentemente impostos sem discussão.

Os mecanismos de controle implementados pelas plataformas são diversos e incluem a determinação dos pagamentos, incluindo sua depreciação ao longo do tempo; imposição de procedimentos de trabalho; incentivos para manter os trabalhadores constantemente conectados; pressões relacionadas ao tempo de entrega; penalidades para recusa de trabalhos; e desligamentos de trabalhadores caso não atinjam altas avaliações. A chamada "gestão gamificada" é também empregada, estimulando a intensificação e prolongamento do tempo de trabalho (Prassl, 2018).

Apesar do uso inovador da programação, a literatura argumenta que a fuga das regulamentações trabalhistas não é uma novidade, pois as condições de trabalho nas plataformas digitais, juntamente com práticas de terceirização, subcontratação e trabalhos temporários sem as mesmas proteções do trabalho em tempo integral, tornaram-se características marcantes do mercado de trabalho desde o século XX (Prassl, 2018; Gray; Siddharth, 2019; Cardoso; Artur, 2020).

Entendendo toda essa problemática partiremos agora para a discussão mais detalhada sobre o processo de plataformação do trabalho apresentando uma tentativa de proposta de classificação das plataformas fitness a partir de como se dá a remuneração de seus "colaboradores". Acreditamos ser essa tentativa a contribuição para o debate sobre o mundo do trabalho na educação física.

3.3 ESTRUTURAÇÃO DAS PLATAFORMAS DIGITAIS: AS PLATAFORMAS FITNESS E AS FORMAS DE REMUNERAÇÃO DE PROFESSORES E PROFESSORAS

Uma das transformações mais significativas no cenário laboral da última década foi a emergência de plataformas digitais de trabalho online. Essa modalidade de trabalho não apenas causou perturbações nos modelos de negócios estabelecidos, mas também impactou o tradicional modelo de emprego que sustentava esses negócios. O trabalho nas plataformas digitais oferece aos profissionais a flexibilidade de atuar em qualquer local e horário, assumindo as tarefas que mais lhes convêm. Contudo, apresenta igualmente desafios, especialmente em relação ao tipo de contrato estabelecido, à adequação da remuneração, à garantia de proteção social e à obtenção de outros benefícios. As oportunidades e desafios enfrentados pelos

trabalhadores suscitam questionamentos sobre os motivos que os levam a escolher essa modalidade de trabalho.

O trabalho mediado por plataformas digitais emergiu como um fenômeno de grande relevância no contexto contemporâneo, transformando as dinâmicas tradicionais do mercado de trabalho. Essa forma inovadora de organização laboral, impulsionada pela interseção da tecnologia digital com as relações de emprego, apresenta uma série de desafios e impactos significativos em diversas esferas da sociedade. Neste debate, exploraremos os aspectos fundamentais desse novo paradigma, discutindo fundamentalmente questões como a natureza da relação de trabalho, as implicações para os trabalhadores, as possíveis classificações e as consequências sociais e econômicas mais amplas.

No contexto da construção do mercado de trabalho das plataformas, conforme salientado por Prassl (2018), emergiram discursos que propagavam a ideia de que a inovação e o empreendedorismo só poderiam prosperar mediante a ausência de regulações tradicionais. Contrariamente a essa narrativa, o autor aponta que análises também destacaram que a inovação estaria restrita ao uso de internet, geo-localizadores e plataformas, mas não no modelo de negócios que dissemina trabalhos considerados não qualificados por meio do controle de uma ampla força de trabalho (Prassl, 2018).

Diante da observação da realidade operacional das plataformas digitais, os juristas buscaram evidenciar o método de organização empresarial daquelas que se aproximam das empresas empregadoras tradicionais. Nesse sentido, Oliveira, Carelli e Silva (2020) definem as plataformas digitais de trabalho como modelos de negócio baseados em infraestruturas digitais que facilitam a interação de dois ou mais grupos, enfocando o trabalho intensivo. Essa definição reflete a discussão de Prassl (2018), que reconhece a existência de autônomos verdadeiros utilizando as plataformas, mas destaca que empresas como a Uber são empregadoras, exercendo a maioria dos poderes empregatícios.

Oliveira, Carelli e Silva (2020) categorizam as plataformas entre puras e mistas ou híbridas. As puras atuam como mercados, conectando vendedores e compradores sem realizar controle relevante sobre as partes. As mistas, por sua vez, representam uma combinação de mercado e hierarquia, como a plataforma Uber, que organiza a interação entre trabalhadores e consumidores, definindo preço, condições e modo de prestação.

Schumdt (2017) destaca a importância de duas indagações cruciais para a classificação das plataformas digitais de trabalho: a vinculação dos serviços e tarefas a um local específico e se esses serviços e tarefas são direcionados a uma pessoa específica. No caso de não estarem vinculados a um local específico, tornando-se realizáveis pela internet, configuram-se como

trabalho de nuvem (cloud work). Se não estiverem atrelados a uma pessoa específica, mas forem atribuídos a um conjunto indefinido de pessoas online, são considerados como trabalho de multidão (crowd work).

Se as tarefas não estão atribuídas a uma pessoa específica, mas são direcionadas a um grupo indeterminado de pessoas online, caracteriza-se como trabalho de multidão (crowd work). Caso cada tarefa seja subdividida para que diferentes indivíduos realizem pequenas partes do todo, estamos diante do trabalho de microtarefas (microtasking crowd work). Se a tarefa não é fragmentada, mas é executada simultaneamente por várias pessoas, sendo pago apenas o resultado final, trata-se de trabalho baseado em concurso (contest-based crowd work). Quando uma tarefa é vinculada a um local específico, exigindo realização em um momento específico por uma pessoa responsável, denomina-se gig work.

(...) Schmidt, então, categoriza o trabalho em plataformas digitais em seis tipos básicos: o tipo de trabalho denominado de cloud work (web-based digital labour) compreende o trabalho freelance (freelance marketplaces), microtarefas (microtasking crowd work) e trabalho criativo baseado em concursos (contest based creative work). O gig work, por sua vez, abarca o setor de alojamento (accommodation), transporte e entrega (transportation and delivery services) e serviços domésticos e pessoais (household services and personal services) (Manzarro; Krein, 2020, p. 33).

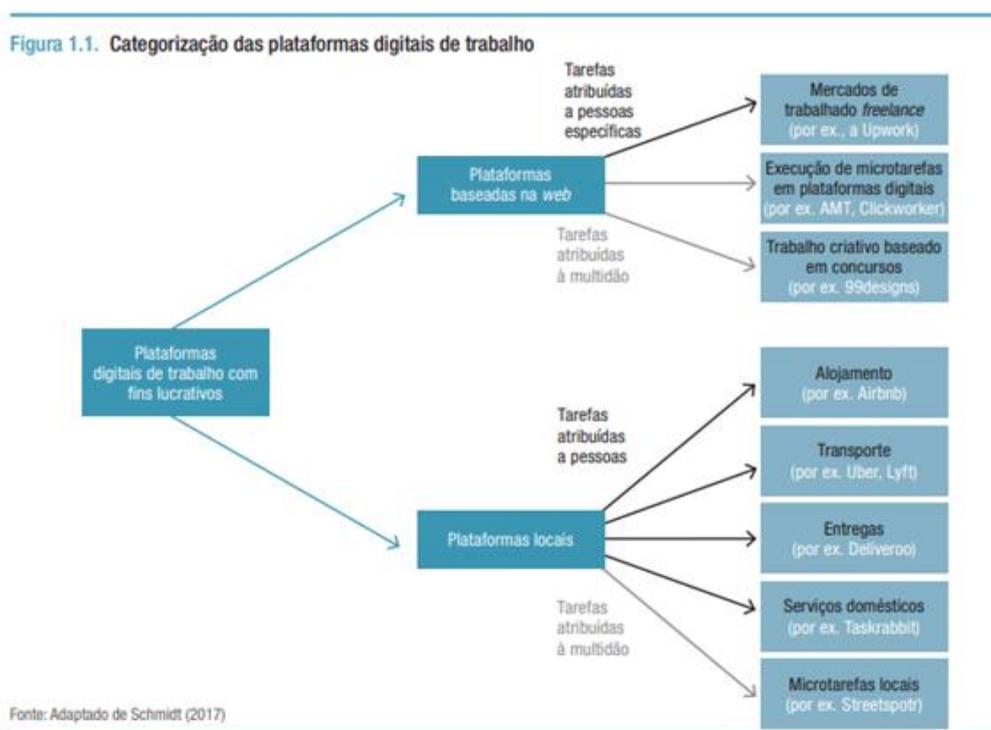
Em um estudo promovido pela OIT (2021), buscou-se uma distinção entre os diversos tipos de plataformas digitais. No primeiro agrupamento, designado como plataformas digitais que oferecem serviços a usuários individuais, estão incluídas as plataformas de redes sociais, de pagamento eletrônico, de arrecadação de fundos, e outras que disponibilizam serviços como notícias, publicidade, sistemas de busca, aluguel de bens e produtos, comunicação, e mercados de aplicativos.

O segundo conjunto refere-se às plataformas que intermediam o trabalho, também conhecidas como plataformas digitais de trabalho. Essas plataformas podem ser subdivididas em dois tipos. O primeiro, chamado de *web-based online*, caracteriza-se por tarefas e trabalhos realizados online ou remotamente pelos trabalhadores. Exemplos de plataformas *web-based* incluem as de trabalho freelance e por concursos, de microtarefas, de programação competitiva e de consultas médicas. Os tipos de trabalho nessas plataformas abrangem tradução, serviços jurídicos, financeiros ou de patentes, design e desenvolvimento de software, programação, análise de dados, e microtarefas, como identificação de imagens, moderação de conteúdo, transcrição, entre outros. O segundo tipo de plataforma de mediação de trabalho é denominado *location-based* e engloba trabalhos realizados pessoalmente em localizações específicas, como

táxi, entregas, serviços para a casa (eletricista ou encanador), trabalho doméstico e cuidados pessoais.

O terceiro conjunto de plataformas digitais apresentado pela OIT compreende aquelas que facilitam e intermediam trocas, sendo também chamadas de plataformas business-to-business (B2B). Os tipos de plataformas incluídos nesse grupo envolvem vendas no varejo e atacado, mercado de manufatura e análises relacionadas, mercado de agricultura e análises relacionadas, e empréstimos financeiros e análises relacionadas. Por fim, o quarto grupo é constituído por plataformas que intermediam o trabalho e fornecem outros serviços, de maneira híbrida. Entre os serviços destacados estão entregas, transporte de passageiros, vendas, entretenimento, e sistemas de pagamento eletrônico.

Figura 6 - Categorização das Plataformas de Trabalho OIT

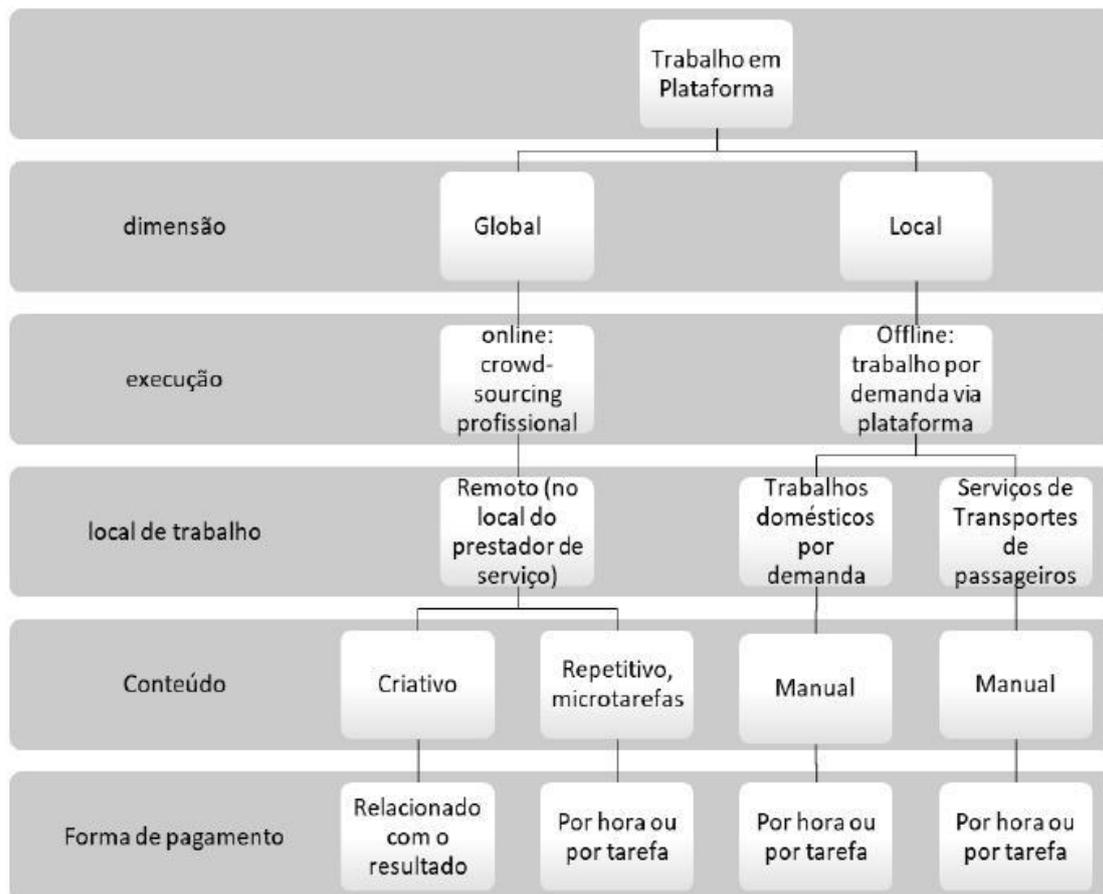


Fonte: (OIT, 2020, p. 4)

Aloisi e De Stefano (2018) propõem uma abordagem não tão diferente. Inicialmente, eles estabelecem uma distinção entre plataformas de trabalho e plataformas que facilitam o acesso a bens, propriedades e capital. No último grupo, eles incluem exemplos como Airbnb, Blablacar (um serviço que possibilita o compartilhamento de caronas reais), serviços financeiros baseados em plataformas e diversos marketplaces para venda de bens. Quanto às plataformas de trabalho, os autores, concentrando-se nos tipos mais comuns (crowdworking, trabalho doméstico por demanda e transporte de passageiros), aplicam a classificação apresentada no quadro a seguir (Aloisi; De Stefano, 2018, p. 10). No entanto, eles ressaltam

que é desafiador realizar uma taxonomia precisa, dada a fase embrionária dessas plataformas, que exibem uma considerável heterogeneidade.

Figura 7 - Divisão do Trabalho Plataformizado



Fonte: Aloisi e De Stefano (2018).

A classificação proposta pelos autores tem a vantagem de ser visualmente acessível e baseia-se nas plataformas que têm maior probabilidade de apresentar desafios à regulação do trabalho. No entanto, há uma lacuna ao não incluir os trabalhadores em plataformas de entrega de mercadorias e alimentos prontos, que poderiam ser consideradas na tipologia das plataformas de serviços de transporte de passageiros.

Ademais, consideramos que a distinção entre trabalho online e off-line, presente também em outras análises (Todolí, 2017), tem suas vantagens, como destacar a possibilidade de conflitos de leis no espaço e de jurisdição, especialmente ao ressaltar a característica da falta de territorialidade do trabalho denominado online. Contudo, essa divisão contribui para a invisibilidade do trabalho, fortalecendo um equívoco que tem se propagado nos últimos anos: a crença na existência de trabalhadores digitais. Na realidade, não há tal entidade. O trabalhador é sempre um ser físico, com necessidades, desejos e vontades, executando o trabalho no mundo

real. A noção de "trabalho digital" sugere erroneamente que o trabalho é realizado por um ser virtual no ciberespaço. O ciberespaço é uma construção fictícia, criada não apenas para permitir ou justificar a evasão da legislação, mas também para expandir o mercado e promover mais competição entre os trabalhadores, resultando em redução salarial (Oliveira; Carelli; Grilo, 2020).

O trabalho, mesmo quando rotulado como online, é sempre fisicamente localizado. O produto do trabalho pode se deslocar quase que instantaneamente, mas é crucial entender que é um trabalhador, situado em um local específico, que o realiza. A capacidade de o resultado do trabalho ser recebido imediatamente em outra parte do mundo, também identificável em termos de localização, é o que torna o trabalho em plataformas desafiador e relevante, embora não seja algo totalmente novo (conflitos relacionados ao trabalho em navios, por exemplo). Acreditamos que a diferenciação entre global e local seria suficiente para enfatizar essa característica (Oliveira; Carelli; Grilo, 2020).

Independentemente da classificação das plataformas, é crucial compreender que todas compartilham um *modus operandi* comum baseado na produção de dados pelos usuários, consumidores e trabalhadores. Esses dados são posteriormente utilizados para gerar valor e rendimentos, alimentando algoritmos de sugestões, marketing e análise preditiva (Loveluck, 2018; Casilli, 2019). A coleta massiva de informações digitais permite que as plataformas avancem na capacidade de prever resultados futuros a partir de dados passados, impulsionando seu desenvolvimento estratégico (Virgílio; Almeida, 2018).

Para aprofundar a compreensão sobre os diversos tipos de tarefas realizadas pelos trabalhadores em plataformas digitais, a pesquisa da OIT de 2017 solicitou aos participantes que descrevessem até cinco tipos diferentes de tarefas que normalmente executavam nessas plataformas. As respostas foram diversas, tornando desafiadora a inclusão dessas tarefas em tipologias existentes, como proposto por Gadiraju, Kawase e Dietze (2014).

Essas categorias podem ser agrupadas com base nos serviços ou projetos oferecidos pelos clientes em diferentes plataformas ou nas competências necessárias para a execução das tarefas pelos trabalhadores. Neste relatório, optamos por categorizar as tarefas com base nos projetos oferecidos pelos clientes ou solicitantes e, sempre que possível, destacamos as diversas habilidades que podem ser necessárias para a realização das tarefas em um projeto específico. A seguir, apresentamos algumas das categorias de tarefas:

[1] Coleta de Dados: Envolve a coleta de metadados específicos solicitados pelos clientes, como busca de informações de contato, endereços de empresas, entre outros. Pode incluir tarefas geograficamente específicas, como coleta de informações sobre produtos em

lojas locais. [2] Categorização: Compreende a classificação de entidades em grupos, como marcação, bookmarking ou pinning, dependendo do solicitante ou site. Exemplos incluem categorizar roupas em uma imagem por cor, padrão, estilo, etc., ou classificar um livro de acordo com seu gênero literário. [3] Acesso a Conteúdos: Tarefas relacionadas à promoção de produtos, otimização de motores de busca e teste de aplicativos. Exemplos incluem inscrição em sites, realizar pesquisas específicas no Google ou Amazon, assistir a vídeos no YouTube e compartilhar postagens no Twitter. [4] Verificação e validação: Os trabalhadores são solicitados a realizar a verificação e "limpeza" de dados ou classificações existentes, além de confirmar a validade de determinado conteúdo. Exemplos incluem a verificação da correção de categorias, a visualização de imagens para garantir correspondência com rótulos ou a identificação de descrições duplicadas de artigos de moda. Além disso, são incumbidos de verificar se os dados fornecidos são válidos e validá-los. [5] Moderação de conteúdos: Refere-se à prática de controlar o conteúdo gerado por usuários e publicado em sites da internet, redes sociais e outras plataformas online. Trabalhadores são encarregados de revisar textos, imagens e vídeos, seguindo diretrizes específicas, para verificar se o material publicado viola leis locais, normas sociais ou as diretrizes da plataforma correspondente. [6] Estudos de mercado e avaliações: Nessa categoria, os trabalhadores podem ser solicitados a avaliar ou classificar produtos, serviços ou locais. Essas avaliações podem adotar diversas formas, como o método de "mystery shopping" (cliente misterioso), no qual um indivíduo visita uma loja (física ou virtual), faz uma compra e classifica os serviços prestados. Além disso, podem incluir a avaliação e teste de aplicativos ou avaliações fictícias sobre produtos, lugares, restaurantes, hotéis ou serviços sem contato direto. Os trabalhadores são convidados a compartilhar suas impressões ou sentimentos em relação a uma entidade específica ou a avaliar se o conteúdo existente transmite determinadas emoções. [7] Inteligência artificial e aprendizagem de máquinas: Nesta categoria, estão incluídas tarefas relacionadas à coleta de material para treinamento de máquinas ou algoritmos de inteligência artificial. A inteligência artificial, como categorizada neste relatório, concentra-se em treinar algoritmos de aprendizagem de máquinas. Exemplos dessas tarefas incluem a gravação de vídeos curtos de ações com objetos do cotidiano, gestos da mão com a câmera do computador, desenho de caixas ao redor de objetos específicos ou a gravação de frases no navegador. Esta categoria também abrange tarefas relacionadas à programação, codificação e resolução de problemas matemáticos ou lógicos. [8] Transcrição: Os trabalhadores são solicitados a transcrever informações provenientes de diferentes tipos de suportes de mídia, como áudio, texto, fotos ou vídeos, para a forma de texto escrito. Exemplos incluem digitar números ou letras visíveis em uma imagem, contar artigos

de uma marca específica em uma foto de prateleira de supermercado, extrair informações de recibos de compra ou transcrever diálogos de arquivos de áudio ou vídeo. [9] Criação e edição de conteúdos: Tarefas nessa categoria exigem que o trabalhador crie novo conteúdo ou edite, releia ou traduza materiais existentes. Isso pode envolver a redação de blogs, entradas em enciclopédias, artigos curtos ou ilustrações gráficas. As competências necessárias para a criação de conteúdos variam, desde habilidades de redação até capacidade de criar elementos gráficos. [10] Inquéritos e experiências: Empresas e pesquisadores universitários recorrem à "multidão" para compreender o comportamento e as opiniões dos consumidores ou obter informações pertinentes para pesquisas acadêmicas. Os inquéritos podem abranger uma variedade de temas e formatos, desde experiências sobre pensamento ético até jogos colaborativos, onde os trabalhadores interagem e podem receber bônus com base em suas escolhas. Essas tarefas, muitas vezes, visam criar tráfego artificial em sites e melhorar sua classificação, sendo denominadas por alguns como "campanhas maliciosas" devido à manipulação de informações em sistemas web. A dificuldade de detectar esse "tráfego falso" gerado por humanos é acentuada pela imposição de requisitos específicos pelos solicitantes para dificultar sua identificação (OIT, 2018).

Ao tratamos das relações de trabalho muitas plataformas incluem documentos denominados "condições de serviço", os quais têm potencial para gerar efeitos contratuais. Apesar de ser raro que os utilizadores da tecnologia leiam, e muito menos examinem minuciosamente, o conteúdo desses documentos (Obar; Oeldorf-Hirsch, 2016), eles são de extrema importância para os trabalhadores envolvidos em microtarefas online. Enquanto os inquéritos fornecem insights sobre as condições de trabalho do ponto de vista dos trabalhadores, as condições de serviço das plataformas oferecem informações adicionais sobre essas condições, por meio de disposições que estruturam e regulam as interações dos utilizadores com a plataforma e com terceiros através dela. Esses documentos estipulam como e quando os trabalhadores serão remunerados, como o trabalho será avaliado e quais são as opções de recurso disponíveis ou indisponíveis para os trabalhadores em situações adversas. Além disso, delineiam as responsabilidades e obrigações tanto dos trabalhadores quanto dos gestores das plataformas e dos clientes (OIT, 2018).

De maneira mais ampla, esses documentos levantam preocupações para os trabalhadores, semelhantes às que surgem em relação aos termos gerais de uso de software no contexto dos direitos do consumidor (Pasquale, 2015). As condições de serviço das plataformas digitais de trabalho apresentam desafios semelhantes para os trabalhadores online aos que os contratos de licença de utilizador final (EULA) e as condições de utilização têm historicamente

representado para os consumidores de software (Cherry, 2014). Esses documentos, elaborados exclusivamente pelos gestores das plataformas, são extensos, de difícil compreensão e carecem de espaço para negociação, favorecendo os interesses dos gestores em detrimento dos direitos dos trabalhadores. A única opção de recurso para estes trabalhadores é a possibilidade de encerrar a sua conta e deixar de utilizar a plataforma.

As condições de serviço frequentemente são extensas, complexas e de difícil leitura. Redigidas por profissionais jurídicos e repletas de terminologia técnica, podem parecer ininteligíveis para aqueles que procuram oportunidades de trabalho. Muitas vezes, um documento principal incorpora vários outros, como políticas de privacidade ou documentos específicos para trabalhadores e clientes. A soma destes documentos frequentemente ultrapassa as 10.000 palavras e, em alguns casos, é ainda maior, com cláusulas que estendem o "acordo" para além do documento principal. Isso torna difícil para os trabalhadores terem uma compreensão abrangente das condições que aceitam (OIT, 2018).

A complexidade e a extensão desses documentos são agravadas pelo fato de as condições de serviço serem frequentemente apresentadas aos usuários em momentos inoportunos, dificultando uma leitura cuidadosa, mesmo para aqueles que teriam o tempo, vontade ou capacidade de entendê-las. Embora os documentos sejam acessíveis por meio de motores de busca, a visibilidade desses links nas páginas iniciais ou nas seções de Perguntas Frequentes (FAQ) das plataformas nem sempre é clara. Esses documentos podem variar entre si, e a inconsistência entre os vários documentos das condições de serviço adiciona mais complexidade. Isso desencoraja os usuários de revisar as condições em tempo hábil, muitas vezes só sendo apresentados a elas de maneira proeminente durante o processo de registro (OIT 2018).

Além disso, é raro que os usuários acompanhem as mudanças nas condições de serviço ao longo do tempo. Muitos documentos concedem aos gestores da plataforma a capacidade de alterar ou atualizar as condições a qualquer momento, muitas vezes colocando a responsabilidade sobre os usuários para "consultar" periodicamente a página das condições para verificar atualizações. Este aspecto gera incertezas sobre como os comentários ou preocupações dos usuários seriam recebidos, uma vez que, como na maioria dos contratos de adesão, as condições de serviço são elaboradas unilateralmente e a outra parte pode apenas aceitar ou rejeitar. Essa perda de poder de negociação é particularmente prejudicial, pois as condições de serviço não apenas regulam o uso da plataforma, mas também diversos aspectos das condições de trabalho dos usuários, incluindo a relação com os clientes mediada pela plataforma (OIT, 2018).

Apresentado o debate inicial quanto a classificação das plataformas e dos processos que envolvem as possibilidades de organização, buscaremos apresentar como está esse tema na área da educação física mediando com a indústria fitness e tentando contribuir com o debate sobre a classificação das plataformas a partir da remuneração do trabalhador. Destacamos o trabalho de Oliveria (2021) que em sua tese intitulada Personal Trainer de Bolso: uma tecnologia disruptivas na produção de imperativos para uma vida fitness (Tese de doutorado, UFRS, 2021) que nos relata que o a orientação de exercícios por diversos meios não é novidade, lembra que existiam programas de televisão e rádio específicos com orientações de exercícios e vídeo aulas e com o advento tecnológico esses “produtos” se expandiram, ampliando suas manifestações e por consequência as formas que professores e professoras poderiam vender sua força de trabalho (Oliveira, 2021).

O autor descreve as tenologias disruptivas dando como exemplo o efeito da UBER para os taxistas no momento de sua implantação, trazendo para o debate a questão doas aplicativos e o “efeito” destes na indústria fitness. Apresenta que as experiências com aplicativos nesse contexto são variadas. Existem, por exemplo, aplicativos conhecidos como "uber das academias", nos quais o usuário paga um valor específico e pode escolher a academia de sua preferência a partir de opções listadas em um mapa orientado por geolocalização (Oliveira, 2021).

No caso do FlexIt, “os clientes podem usar a plataforma para encontrar academias perto de onde estão, mesmo que não tenham plano naquela rede específica”. Paga-se por minuto de uso. Há outros, como o yoooUp e o Get in Fit, que seguem a mesma lógica. Já o Gympass permite desde o acesso a um conjunto de academias constitutivas da rede, bem como a um “personal trainer” on-line via YouTube, ou aplicativo. Inclusive, o Gympass mantém parcerias com algumas empresas, cujos trabalhadores obtêm desconto em sua adesão. Encontram-se, até mesmo, iniciativas chamadas de “uber dos profissionais de Educação Física”. São aplicativos cuja função é localizar profissionais que exerçam a função de personal trainer, por geolocalização, a exemplo do Fitfly e do Alltleta. Por fim, também merece destaque, nesse campo de tecnologias potencialmente disruptivas, um conjunto de empresas especializadas em construir aplicativos personalizados para academias de musculação, por meio dos quais os alunos têm acesso à prescrição do profissional pelo aplicativo, bem como para profissionais que exercem a função de personal trainer, meio em que podem prescrever exercícios e acompanhar os alunos (Oliveira, 2021, p. 22)

Araújo (2023) afirma que a presença cada vez mais abrangente dos dispositivos de tecnologia digital na nossa vida contemporânea representa um fenômeno em constante expansão. A ascensão de tecnologias móveis e vestíveis é apenas uma faceta desse cenário, marcando uma profunda transformação nas interações cotidianas. A interconexão dessas inovações com temas como realidade virtual, inteligência artificial e Internet das Coisas amplia significativamente o alcance e a natureza dessas mudanças.

A realidade virtual, explorada por Pereira e Peruzza (2002), não é apenas uma imersão em ambientes simulados, mas uma extensão do nosso entendimento do espaço e da experiência. Da mesma forma, a inteligência artificial, conforme destacado por Harasim (2015), não apenas automatiza tarefas, mas também molda a forma como processamos informações e tomamos decisões. A Internet das Coisas, como discutido por Silva *et al.* (2017), conecta objetos do nosso cotidiano à rede, transformando simples dispositivos em participantes ativos na criação de dados e interações (Araújo, 2023).

Essas tecnologias não são apenas ferramentas; elas permeiam os alicerces das nossas relações com o mundo e o aprendizado contínuo sobre nós mesmos e sobre elementos culturais. A influência desses dispositivos vai além do âmbito pessoal, estendendo-se para novas dinâmicas de produção, circulação e consumo de bens e serviços em diversos setores. Seja na educação, entretenimento, saúde ou economia, a onipresença da tecnologia digital reconfigura constantemente o modo como nos relacionamos com o ambiente ao nosso redor e entre nós (Araújo, 2023).

A interseção dessas tecnologias não apenas altera a forma como absorvemos informações e nos envolvemos culturalmente, mas também desencadeia uma série de repercussões nos processos econômicos e sociais. A paisagem digital contemporânea não é meramente um reflexo das nossas interações; é um agente transformador que continuará a moldar e definir as experiências humanas à medida que avançamos no século XXI (Araújo, 2023).

Sousa Neto e Húngaro (2022) o fenômeno do trabalho plataformizado, representando a epitome da exploração da força de trabalho por meio de plataformas digitais, ocupa uma posição proeminente nas relações sociais de trabalho contemporâneas. Esta modalidade de trabalho representa um significativo retrocesso, uma vez que o trabalhador, remunerado apenas pelas atividades executadas, se vê obrigado a dedicar grande parte de seu dia ao labor, sem a segurança de obter qualquer retorno financeiro ao término de sua jornada.

No cenário atual da economia capitalista, a indústria fitness emerge como uma componente essencial da vasta "indústria de serviços", adaptando-se ao novo paradigma de negócios que se destaca na era da globalização: a plataformização do trabalho. Nesse contexto, a transformação digital e a ascensão das plataformas online têm redefinido a maneira como a indústria de fitness opera e interage com seus usuários.

A plataformização do trabalho, caracterizada pelo uso extensivo de plataformas digitais para conectar prestadores de serviços a consumidores, torna-se uma abordagem inovadora na indústria fitness. Através dessas plataformas, os indivíduos podem acessar serviços de fitness

de forma conveniente, personalizada e muitas vezes remota. Seja por meio de aplicativos que oferecem treinamento virtual, soluções de monitoramento de saúde ou mesmo a busca por profissionais de educação física, a indústria fitness adere a essa transformação que redefine a dinâmica tradicional de prestação de serviços (Sousa Neto; Húngaro, 2022).

Ao adotar o modelo de plataformização do trabalho, a indústria fitness busca otimizar a eficiência, oferecer maior flexibilidade aos usuários e se adaptar às demandas de um mundo cada vez mais conectado. Isso não apenas reflete a inovação na entrega de serviços de fitness, mas também impacta diretamente a experiência do consumidor, proporcionando-lhe opções diversificadas e acessíveis.

Essa mudança paradigmática ressalta a capacidade de adaptação da indústria fitness às tendências contemporâneas, evidenciando o papel central das plataformas digitais na configuração do futuro do trabalho e dos serviços relacionados à saúde e bem-estar. No contexto da plataformização do trabalho, a indústria fitness se posiciona como uma pioneira na transformação de sua operação, abraçando as oportunidades oferecidas pelo ambiente digital global.

Vamos explorar as plataformas que emergem como protagonistas frequentes nos motores de busca e que, embora compartilhem a mesma lógica neoliberal subjacente, apresentam nuances operacionais distintas. É crucial ressaltar que, apesar de muitas vezes serem erroneamente categorizadas como simples "mediadoras" entre prestadores de serviços e clientes, essas plataformas transcendem essa concepção superficial ao exibir uma organicidade mais complexa.

Essas plataformas, ao ocuparem um lugar proeminente nos resultados dos motores de busca, demonstram não apenas sua popularidade, mas também sua influência na dinâmica econômica contemporânea. A lógica neoliberal, que permeia esses modelos de negócios, fundamenta-se na busca pela maximização dos lucros, na redução da intervenção governamental e na promoção da livre concorrência. No entanto, ao analisarmos mais de perto, torna-se evidente que a dinâmica de funcionamento dessas plataformas não se limita à mera facilitação de transações entre prestadores de serviços e consumidores (Sousa Neto; Húngaro, 2022).

Em vez de serem apenas intermediárias passivas, essas plataformas muitas vezes desempenham papéis ativos na configuração e direcionamento das interações econômicas. Elas moldam a experiência do usuário, definem as condições contratuais, estabelecem padrões de qualidade e, em alguns casos, exercem considerável controle sobre a precificação e a visibilidade dos serviços oferecidos. A organicidade dessas plataformas vai além da simples

conexão entre oferta e demanda, envolvendo uma intrincada rede de decisões algorítmicas, políticas internas e estratégias de negócios.

Ao destacarmos essas nuances, buscamos desmistificar a percepção simplista de que essas plataformas atuam meramente como facilitadoras neutras de transações. Em vez disso, elas se revelam como atores ativos que desempenham um papel fundamental na configuração da economia digital contemporânea. Essa análise mais aprofundada é essencial para compreendermos não apenas como essas plataformas operam, mas também como influenciam e, por vezes, redefinem as relações econômicas e sociais em um contexto globalizado e fortemente mediado pela tecnologia.

Num primeiro olhar, as nuances distintivas entre essas plataformas podem não se revelar de imediato. No entanto, ao aprofundarmos nossa análise sobre o *modus operandi* de cada uma delas, torna-se possível identificar suas particularidades, especialmente no que concerne às estratégias de extração de mais-valia dos profissionais do fitness.

A superfície dessas plataformas muitas vezes parece uniforme, mas uma inspeção mais minuciosa revela abordagens distintas na maneira como conduzem as relações trabalhistas. Cada plataforma, embora compartilhe a essência da economia de plataforma e do paradigma neoliberal, desenvolve táticas específicas para otimizar a extração de valor do trabalho dos profissionais do fitness.

Essas peculiaridades se manifestam em vários aspectos, desde as estruturas de remuneração até os mecanismos de controle e avaliação do desempenho dos profissionais. Algumas plataformas podem adotar modelos de pagamento por tempo, enquanto outras favorecem sistemas baseados em tarefas específicas. Da mesma forma, as métricas de avaliação de desempenho podem variar, impactando diretamente a autonomia e o bem-estar dos trabalhadores do setor fitness.

Além disso, as plataformas podem implementar políticas distintas em relação aos benefícios oferecidos, à transparência nas transações e à flexibilidade no estabelecimento de preços. Essas diferenças podem influenciar significativamente a experiência dos profissionais do fitness que participam dessas plataformas, criando assimetrias importantes na dinâmica de trabalho.

Ao reconhecer e compreender essas nuances, ganhamos uma visão ampliada das implicações do trabalho nessas plataformas específicas. Essa análise detalhada é fundamental não apenas para os profissionais do fitness que buscam participar dessas plataformas, mas também para os formuladores de políticas e pesquisadores interessados em compreender as complexidades das relações de trabalho na era digital. Um primeiro esforço de classificação

conforme a vinculação com o professor ou professora que irá prestar o serviço foi elaborada no percurso de escrita desta tese e apresentaremos a seguir.

Tabela 5 - Classificação das Plataformas Fitness Conforme Vinculação Profissional

PLATAFORMA	DESCRIÇÃO	VINCULAÇÃO PROFISSIONAL
NikeTrainingClub https://www.nike.com.br/LandingPage/In dex/para-treinar/ntc/app-nike-training-club/	Rotina de exercícios conforme o nível de aptidão do usuário (o próprio aluno “determina” esse nível); acompanhamento individualizado (aulas gravadas ou atendimento <i>online</i>) ou em grupos; diversificação de atividades (musculação, ioga, corrida, ginástica).	Os professores de Educação Física responsáveis pela organização desses treinamentos atuam através de contratos (prestadores de serviços); os vencimentos variam conforme os serviços contratados.
Hora do Treino https://horadotreino.com.br/	Oferece os serviços de <i>personal trainers</i> (acompanhamento de treinamento, orientação de caminhadas e corridas, etc) conforme localização do cliente (semelhante aos serviços da Uber). Isto é, aquele que estiver mais próximo ao local que o cliente deseja atendimento será direcionado para realizar o serviço. A plataforma explicita aos usuários que a responsabilidade pela realização e qualidade do trabalho é dos profissionais.	A plataforma repassa aos/as trabalhadores apenas um percentual do que foi pago pelo cliente (em torno de 65%); afirma que não tem funcionários, e sim parceiros/as, e que não há nenhum vínculo entre a plataforma e o/a prestador do serviço.
GymPass https://site.gympass.com	A plataforma funciona como uma grande “cooperativa” na indústria do <i>fitness</i> , uma espécie de <i>pool fitness</i> capaz de juntar celebridades a grandes marcas de academias e suplementos oferecendo os mais variados serviços nessas áreas.	Para que o profissional ou a empresa possa fazer parte da plataforma é necessário aderir a um plano – conforme queira dar visibilidade a sua marca. São oferecidos pacotes para cada perfil de cliente.
MeuAppFitness https://www.meuappfit.com.br/	Oferece suporte aos profissionais do <i>fitness</i> que estão migrando para o atendimento virtual, com disponibilização de vídeos e programas que auxiliam na formulação dos treinamentos de uma forma em geral.	O professor paga um pacote de serviços (postagens, site, vídeos, etc) conforme sua necessidade e recebe o suporte desse serviço ao longo de seu contrato.
Freeletics https://www.freeletics.com/pt/	Diferencia-se das demais plataformas pois ela se utiliza apenas de inteligência artificial em todo o processo de formulação de rotinas de treinamento. Inteligência artificial que é alimentada, unicamente, pelas informações enviadas pelos próprios/as usuários/as, não havendo nenhuma participação de <i>personal trainer</i> ou qualquer outro/a trabalhador/a da indústria do <i>fitness</i> .	Não há oferta de serviço de <i>personal trainer</i> ou qualquer outro profissional da indústria do <i>fitness</i> .

Fonte: Souza Neto e Húngaro (2022)

Destacaremos aqui cinco aplicativos que surgiram em nossas buscas, com características peculiares, e tentaremos estabelecer as diferenças entre eles e como podem impactar na atuação desses professores que estão tendo que se submeter a esse mercado. Iniciaremos com o NikeTrainingClub, da gigante esportiva Nike, que oferece treinos gratuitos aos seus usuários elaborados pelo que eles chamam de Master Trainer e substituí, a princípio, a necessidade de um professor para o acompanhamento já que é estabelecido um plano conforme as informações dadas pelos alunos onde as aulas ficam disponíveis. A ideia de autonomia é defendida pelos idealizadores da plataforma.

Com outro formato, a plataforma GymPass entra no mercado como a proposta de juntar academias e oferecer um serviço agregado, uma espécie de cooperativa entre empreendedores do fitness. O usuário escolhe entre os planos que incluem o acesso as academias conveniadas, a aplicativos de bem-estar e ao acompanhamento por pessoais trainers. Os profissionais que atuam na plataforma são chamados de “parceiros” onde, após a aprovação cadastro, devem estar à disposição para atender os clientes, muito próximo ao que é praticado pelos aplicativos de entrega por exemplo.

Ainda nesse seguimento temos as plataformas que oferecem suporte para profissionais do fitness que estão migrando para o atendimento virtual, com disponibilização de vídeos e programas que auxiliam na formulação dos treinamentos de uma forma em geral. A plataforma MeuAppFitness cumpre esse papel e, além de ser um hospedeiro, oferece serviços de suporte e assessoria para o profissional.

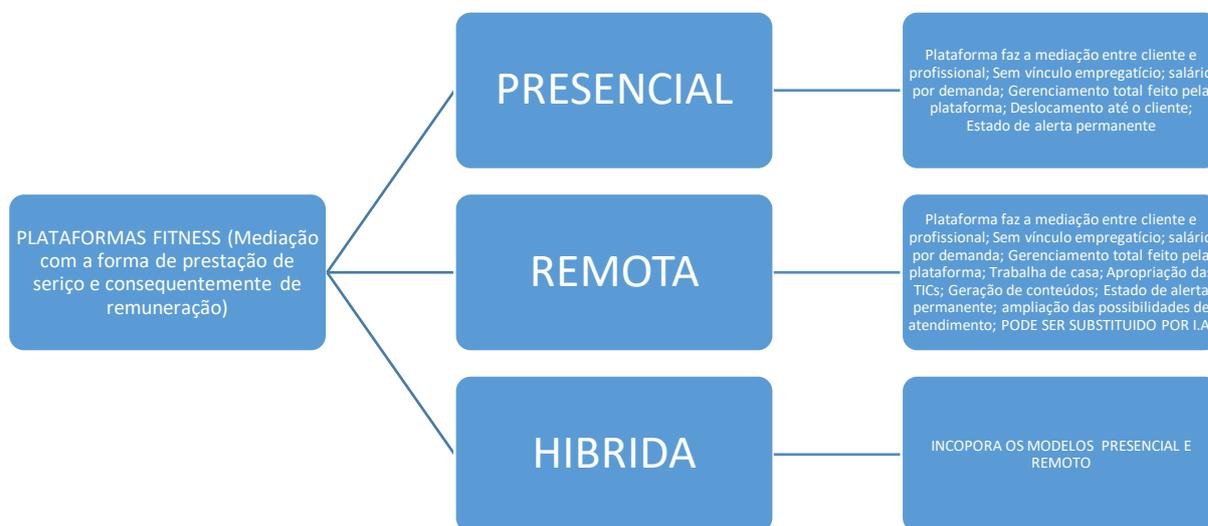
A plataforma Hora do Treino traz em seu slogan “Ter uma consultoria com personal trainer nunca foi tão fácil. Escolha o personal Trainer Online que mais combina com você e atinja seus objetivos com a nossa plataforma de consultoria de treino”. Aqui temos um exemplo que funciona nos mesmos moldes da UBER. Ao fazer o cadastro o profissional fica à disposição para o atendimento dos clientes que são de sua inteira responsabilidade, porém, o valor é pago a plataforma e apenas um percentual, em torno de 30% do valor pago pelo usuário, é repassado ao trabalhador a quem fez o atendimento. A empresa defende que não tem funcionários e sim parceiros e não há, inicialmente, nenhum vínculo entre plataforma e o prestador do serviço.

Além da precarização dessa modalidade de trabalho realizado por plataformas digitais destacamos o aumento de aplicativos que usam inteligência artificial na formulação e acompanhamento dos treinamentos. A plataforma alemã Freeletics tem ganhado notoriedade na indústria fitness por utilizar inteligência artificial na elaboração de seus programas de exercícios onde os feedbacks dos usuários determinam as próximas etapas de treinamento, utilizando uma estratégia de gamificação do processo de treinamento entre os usuários criando

um ideário de superação. Esse modelo substitui o profissional de Educação Física do processo de elaboração e acompanhamento de programas de exercício e traz à tona o debate sobre o fim do personal trainer.

Nossa tentativa após essa análise é elaborar uma proposta de classificação para as plataformas fitness que possibilitem aos professores e professoras que atuam na indústria fitness a compreensão da sua condição de trabalho. Para além disso esperamos que outros e outras colegas que vislumbram pesquisar assuntos correlatos tenham a possibilidade de melhorar e ampliar essa proposta que estamos compartilhando.

Figura 8 - Modelo para Classificação das Plataformas Fitness Conforme Prestação do Serviço



Fonte: Direta

No cenário contemporâneo, as plataformas fitness emergem como intermediárias essenciais na prestação de serviços, moldando significativamente não apenas a forma como as atividades físicas são conduzidas, mas também os mecanismos de remuneração associados. Essas plataformas representam uma convergência entre a indústria do fitness e a tecnologia digital, introduzindo novas dinâmicas na relação entre profissionais e clientes.

A mediação exercida por essas plataformas se estende além de simplesmente conectar prestadores de serviços fitness a clientes em busca de atividades físicas personalizadas. Elas desempenham um papel crucial na definição das condições de trabalho, estabelecendo padrões de remuneração, facilitando transações e, em última análise, moldando a experiência tanto para os profissionais do fitness quanto para os usuários finais.

O cerne desse modelo de negócios reside na sua capacidade de proporcionar conveniência e acessibilidade. Profissionais do fitness têm a oportunidade de ampliar sua base

de clientes, enquanto os consumidores desfrutam de uma variedade de opções e flexibilidade em termos de escolha de treinos, horários e locais.

A remuneração, nesse contexto, assume uma forma dinâmica, muitas vezes vinculada ao número de sessões conduzidas, à duração do treino ou a outros critérios específicos da plataforma. Esse paradigma de pagamento baseado em resultados ou em tarefas realizadas representa uma mudança significativa em relação aos modelos tradicionais de remuneração no setor do fitness.

Contudo, a mediação dessas plataformas também levanta questões importantes sobre a justiça e a equidade nas relações de trabalho. Como essas plataformas estabelecem padrões de remuneração e influenciam as condições contratuais, a necessidade de garantir direitos trabalhistas adequados, transparência nas transações e uma distribuição justa dos benefícios torna-se premente.

Assim, ao explorarmos as plataformas fitness como mediadoras na prestação de serviços e na determinação da remuneração, é imperativo considerar não apenas os benefícios oferecidos em termos de acesso e conveniência, mas também as implicações mais amplas para os profissionais do fitness e para a configuração mais ampla do mercado de trabalho nesse setor em constante evolução.

O trabalho na plataforma fitness, caracterizado por uma complexa interação entre profissionais do fitness e clientes, reflete uma série de características distintas que moldam significativamente a natureza dessa atividade laboral na era digital. Destacaremos e expandiremos cada uma dessas características para uma compreensão mais abrangente: [1] Mediação entre Cliente e Profissional: Nas plataformas fitness, a intermediação entre clientes e profissionais ocorre de maneira central. A plataforma atua como um facilitador essencial, conectando aqueles que buscam serviços de condicionamento físico a profissionais capacitados. Essa mediação não se limita apenas à introdução inicial, mas muitas vezes abrange a comunicação contínua, agendamento de sessões, pagamentos e feedback. [2] Sem Vínculo Empregatício: Uma característica distintiva é a ausência de vínculo empregatício entre a plataforma e os profissionais do fitness. Eles são considerados prestadores de serviços independentes, o que implica que não estão formalmente empregados pela plataforma. Essa condição tem implicações significativas nos direitos e benefícios trabalhistas, muitas vezes gerando debates sobre a necessidade de proteções laborais mais abrangentes para esses trabalhadores. [3] Salário por Demanda: O modelo de remuneração baseado na demanda é uma prática comum nas plataformas fitness. Os profissionais recebem pagamento por cada sessão ou serviço prestado, refletindo uma abordagem orientada pelos resultados. Isso cria uma

dinâmica em que a compensação está diretamente vinculada à sua disponibilidade, número de clientes atendidos e eficiência na execução das atividades propostas. [4] Gerenciamento Total Feito Pela Plataforma: As plataformas exercem um controle abrangente sobre a gestão das operações. Elas ditam as regras, estabelecem os padrões de serviço, gerenciam a interface do usuário, coletam pagamentos e, em alguns casos, até mesmo controlam a visibilidade do profissional na plataforma. Esse gerenciamento centralizado pode criar desafios em termos de autonomia profissional e liberdade de escolha. [5] Deslocamento Até o Cliente: Muitas vezes, o profissional do fitness é encarregado de deslocar-se até o cliente para realizar as sessões de treinamento. Esse aspecto logístico adiciona uma camada extra de complexidade ao trabalho, exigindo planejamento eficiente de horários e, em alguns casos, envolvendo deslocamentos consideráveis. [6] Estado de Alerta Permanente: A natureza do trabalho na plataforma fitness muitas vezes impõe um estado de alerta constante aos profissionais. Eles precisam estar prontos para atender às demandas variáveis dos clientes, responder a solicitações de última hora e gerenciar a própria disponibilidade de maneira flexível para otimizar a geração de renda.

Essas características delineiam um panorama peculiar do trabalho na plataforma fitness, destacando tanto os benefícios oferecidos em termos de flexibilidade e acesso quanto os desafios relacionados à precarização laboral, à falta de segurança social e à dependência das dinâmicas operacionais ditadas pelas próprias plataformas. O debate em torno desses elementos é crucial para uma compreensão abrangente e a busca por modelos de trabalho mais equitativos nesse setor específico.

Explorando as características do trabalho remoto na era das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e considerando a possibilidade de substituição por Inteligência Artificial (I.A.), podemos discutir os elementos fundamentais desse cenário: [1] Trabalho de Casa: O trabalho remoto, ou home office, é uma prática crescente nas atividades profissionais contemporâneas. Os profissionais realizam suas tarefas a partir de suas residências, aproveitando a flexibilidade proporcionada pela conectividade digital. [2] Apropriação das TICs: A apropriação das TICs é essencial no contexto do trabalho remoto. Profissionais utilizam uma variedade de ferramentas digitais para comunicação, colaboração e execução de tarefas, demonstrando uma dependência significativa dessas tecnologias. [3] Geração de Conteúdos: O trabalho remoto muitas vezes envolve a geração de conteúdos diversos, seja na forma de documentos, apresentações, materiais multimídia, entre outros. A criação de conteúdo digital é uma parte integrante das atividades realizadas nesse ambiente de trabalho. [4] Estado de Alerta Permanente: Assim como no contexto das plataformas fitness, o trabalho remoto exige um estado de alerta constante. Profissionais precisam estar acessíveis, responder a comunicações

instantâneas e gerenciar suas tarefas em um ambiente digital dinâmico. [5] Ampliação das Possibilidades de Atendimento: O trabalho remoto amplia as possibilidades de atendimento ao permitir que profissionais alcancem clientes ou colaboradores em diferentes localidades geográficas. Essa expansão geográfica é facilitada pelas tecnologias digitais de comunicação. [6] Pode ser Substituído por I.A.: A crescente presença da Inteligência Artificial levanta a possibilidade de automação de algumas tarefas no trabalho remoto. Determinadas funções, especialmente aquelas que envolvem processamento de dados e padrões previsíveis, podem ser substituídas por soluções baseadas em I.A., impactando a dinâmica tradicional do trabalho remoto.

Na interseção entre as modalidades presencial e remota de trabalho, emerge uma forma híbrida que redefine as fronteiras tradicionais do ambiente laboral. Esse cenário híbrido representa um paradigma dinâmico, moldado pela convergência das plataformas digitais e das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), que têm impactado significativamente a maneira como profissionais se engajam em suas atividades laborais.

As plataformas de trabalho, que inicialmente eram predominantemente associadas a ambientes presenciais, adotaram progressivamente modelos mais flexíveis. A implementação do trabalho remoto, impulsionada pela disseminação das TICs, trouxe consigo uma mudança nas práticas laborais, permitindo que profissionais realizem suas atividades a partir de locais remotos, muitas vezes de suas próprias residências.

A transição para um modelo de trabalho híbrido é uma resposta às demandas contemporâneas por flexibilidade e eficiência. Profissionais agora têm a capacidade de escolher entre a presença física em um local de trabalho tradicional, usufruindo da interação face a face e da dinâmica do ambiente compartilhado, e a adoção do trabalho remoto, aproveitando as vantagens da conectividade digital e da autonomia de local.

No contexto das plataformas fitness, essa abordagem híbrida pode significar a combinação de treinamento presencial em academias específicas com a oferta de sessões online personalizadas. Os profissionais podem usar plataformas digitais não apenas como meios de marcação e gestão de clientes, mas também como ferramentas para estender seu alcance a indivíduos que buscam orientação fitness à distância.

Para além do fitness, essa hibridização do trabalho reflete uma transformação mais ampla nas relações de emprego e nas estruturas organizacionais. Empresas estão adotando modelos híbridos que equilibram o melhor dos dois mundos, aproveitando a colaboração presencial quando necessário e integrando a flexibilidade do trabalho remoto.

A tecnologia desempenha um papel crucial nesse processo, facilitando a comunicação remota, a colaboração virtual e a gestão eficiente de tarefas. A realidade aumentada, por exemplo, pode ser empregada para criar experiências colaborativas envolventes, conectando profissionais independentemente de sua localização física.

Em síntese, a forma híbrida de trabalho representa uma evolução na concepção tradicional de emprego, explorando sinergias entre os formatos presencial e remoto. Essa abordagem visa otimizar a produtividade, promover um equilíbrio saudável entre vida profissional e pessoal e capitalizar as oportunidades proporcionadas pela tecnologia digital. À medida que essa transformação se consolida, é essencial uma abordagem flexível e adaptativa para enfrentar os desafios e maximizar os benefícios desse novo paradigma laboral.

Essas características delineiam um panorama contemporâneo do trabalho remoto, destacando tanto as vantagens proporcionadas pela flexibilidade e conectividade quanto as questões associadas ao equilíbrio entre vida profissional e pessoal, à segurança da informação e à adaptação contínua às mudanças tecnológicas. A interseção entre o trabalho remoto e a Inteligência Artificial adiciona uma camada adicional de reflexão sobre o futuro dessas práticas laborais.

Detalhando os elementos percebemos que ainda não conseguimos encontrar todas as respostas, contudo acreditamos esse ser um dos caminhos para que possamos ampliar o debate no mundo do trabalho na educação física, principalmente no espaço que denominamos indústria fitness. A velocidade com que os processos produtivos vêm se modificando e por consequência sua interferência nas relações sociais de trabalho nos provoca a estar atentos as constantes atualizações que são necessárias para a compreensão e resistência diante desses desafios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*No presente, a mente, o corpo é diferente
E o passado é uma roupa que não nos serve mais
No presente, a mente, o corpo é diferente
E o passado é uma roupa que não nos serve mais*

(Trecho da música “Velha Roupa Colorida”, Autor: Belchior, 1976)

Ao pensar na classe trabalhadora dos dias de hoje, inegavelmente, veremos que, algumas profissões, devido ao avanço tecnológico, nem existem mais. *No presente, a mente, o corpo é diferente* nos traz para a reflexão de como “as coisas” mudam, evoluem, porém, para os desprovidos dos meios de produção, a maioria da população mundial, a única opção que resta é vender sua força de trabalho, isso não mudou, continuamos vestindo a “mesma roupa”. Processos de “modernização” das relações de trabalho são acelerados pela COVID-19, que como plano de contenção da proliferação do vírus teve o isolamento social estabelecendo as condições para que novas experiências laborais fossem testadas nas mais variadas áreas de atuação profissional.

E o passado é uma roupa que não nos serve mais faz referência ao tempo presente, o artista cearense apresenta em seu repertório a crítica aos padrões sociais, aos modelos pré-estabelecidos. Belchior era antes de tudo um revolucionário, que cantava as coisas de seu tempo com sensibilidade, não se furtando de fazer a crítica. No exame aprofundado da categoria trabalho na contemporaneidade e na configuração da classe trabalhadora nos dias atuais, é inegável a complexidade e as transformações profundas que caracterizam esse cenário. A evolução tecnológica, a globalização e as mudanças nas relações econômicas e sociais desempenham papéis preponderantes na redefinição do panorama laboral.

Tendo como objetivo geral desta pesquisa a investigação do trabalho do professor e da professora de educação física que atua na indústria fitness e como desdobramentos como objetivos específicos [1] verificar a categoria trabalho na contemporaneidade; [2] configurar a classe trabalhadora nos dias de hoje; [3] compreender como atuam as plataformas digitais na mediação com o trabalho; [4] perceber como o trabalhador e a trabalhadora da educação física que está na indústria fitness se relaciona com o trabalho plataformizado e [5] caracterizar como se dá o pagamento pela prestação de serviço do professor e da professora de educação física através das plataformas que oferecem os serviços fitness. Organizamos nossas sínteses de modo a apresentar as mediações possíveis de cada ponto além de também expor aquilo que não demos conta.

O capitalismo em escala global passou por uma significativa transformação nas últimas quatro décadas, caracterizada pela ascensão da acumulação flexível. Essa mudança representou uma ruptura marcante com o padrão fordista, dando origem a um novo modelo de trabalho e estilo de vida centrados na flexibilização e na precarização do emprego. As alterações foram impulsionadas pelo processo de financeirização e globalização econômica em um grau sem precedentes. Nesse contexto, o capital financeiro emergiu como o condutor predominante, exercendo controle sobre todos os setores do capital e subordinando a esfera produtiva, contaminando suas práticas e modos de gerenciamento do trabalho.

O papel do Estado, por sua vez, intensificou-se como gestor dos interesses da burguesia financeira, e os governos, em sua grande maioria, têm adotado políticas pautadas pela desregulamentação dos mercados, especialmente os financeiros e de trabalho. Esse fenômeno é reflexo do avanço do capital financeiro sobre as demais esferas econômicas, reconfigurando as relações de poder e influenciando diretamente as dinâmicas de gestão do trabalho. Esse contexto contribuiu para a consolidação de um cenário global em que a flexibilidade e a precariedade no ambiente de trabalho se tornaram características predominantes, demandando uma análise crítica e a busca por alternativas que promovam condições mais equitativas e sustentáveis.

Esse extenso e diversificado processo de precarização do trabalho tem gerado insatisfações, manifestações e mobilizações, apesar dos desafios enfrentados. Além disso, tem delineado novas modalidades de representação, todas buscando enfrentar o intenso processo de deterioração dos direitos sociais dos trabalhadores, especialmente aqueles sujeitos às dinâmicas dos trabalhos em plataformas. Dado que a precarização não é um fenômeno estático, mas sim um processo que ora se intensifica ora se atenua, a capacidade de resistência, revolta e organização desse novo proletariado digital se torna um elemento crucial para conquistar formas de proteção no trabalho capazes de impedir a chamada escravidão digital.

O ponto fundamental para a compreensão da classe trabalhadora reside nas condições materiais que colocam homens e mulheres em diferentes posições nas relações de produção. Essas relações estabelecem uma dicotomia entre os detentores dos meios de produção e a ampla massa de indivíduos desprovidos, privados de qualquer meio próprio para sustentar a reprodução de suas vidas. Esse cenário se desenrola em um mundo regido pela lógica das mercadorias.

A ascensão da chamada "*gig economy*" e das plataformas digitais de trabalho trouxe consigo novas formas de inserção profissional, caracterizadas pela flexibilidade e pela ausência de vínculos empregatícios tradicionais. A emergência de trabalhadores autônomos, *freelancers*

e prestadores de serviços por demanda delinea uma realidade em que as fronteiras entre empregador e empregado tornam-se cada vez mais tênues. No entanto, esse novo paradigma não está isento de desafios e problemáticas. A precarização das condições de trabalho, a ausência de garantias sociais e a instabilidade financeira são aspectos que permeiam esse cenário contemporâneo. A classe trabalhadora, longe de se apresentar como uma massa homogênea, assume contornos diversos, marcados por diferentes níveis de acesso a direitos e oportunidades.

Ressaltamos a natureza intrinsecamente social e material das tecnologias, considerando-as como práticas sociomateriais. As tecnologias não são meramente ferramentas ou dispositivos neutros, mas sim elementos fundamentais que participam ativamente na construção e transmissão de modos de existência. Elas são vistas como portadoras de valores incorporados em suas arquiteturas, o que implica que carregam consigo influências culturais, éticas e sociais que moldam a maneira como são utilizadas e percebidas.

Destacamos a onipresença das tecnologias, afirmando ainda que estão presentes tanto nas interações cotidianas quanto no modo de produção capitalista. Isso sugere que as tecnologias desempenham papéis significativos não apenas na esfera individual e social, mas também na estrutura econômica mais ampla. No contexto do modo de produção capitalista, as tecnologias não são apenas instrumentos facilitadores, mas agentes ativos que contribuem para a configuração e dinâmica do sistema econômico. Assim, chamamos a atenção para a complexidade das relações entre tecnologia, sociedade e economia, destacando a necessidade de compreender as implicações profundas que as práticas tecnológicas têm na construção de modos de vida e na organização dos sistemas produtivos.

Evidenciamos que a concepção de plataforma de trabalho representa uma forma de organização empresarial fundamentada em tecnologia, possuindo uma natureza artificialmente enxuta. Ou seja, trata-se de uma estrutura econômica comparável às empresas nos modelos fordista ou toyotista. Não seria apropriado considerar determinadas plataformas apenas como redes tecnológicas atuantes exclusivamente no domínio virtual da informação.

A perspectiva crítica proporciona a revelação de uma série de fetiches e ocultações que são alimentados por uma adesão irrestrita e determinista à tecnologia, como se esta fosse algo autônomo e desvinculado da atuação tipicamente capitalista das empresas por trás das plataformas. Isso caracteriza um fetiche tecnológico que busca naturalizar decisões políticas e econômicas, construindo arranjos que invisibilizam o trabalhador. Exemplos incluem a concepção de uma plataforma autônoma em relação à empresa fundadora, a ideia de trabalho

digital como um encobrimento do trabalho real e um discurso de ciberespaço como meio de eludir as regulamentações trabalhistas historicamente territorializadas em nações.

O cenário do trabalho influenciado por plataformas digitais no Brasil está em rápida expansão, especialmente impulsionado pela pandemia da Covid-19. Esse fenômeno apresenta tanto elementos de continuidade quanto inovações significativas no contexto do emprego e do trabalho, tendo impactos adversos em um mercado historicamente desestruturado.

Uma das características marcantes desse tipo de trabalho no Brasil é a sua ampla heterogeneidade em termos de perfis socioeconômicos dos trabalhadores. Isso ocorre em um contexto de generalização do trabalho precário, que está intrinsicamente ligado aos processos de informalidade laboral. O controle exercido sobre o processo de trabalho por meio das plataformas digitais no Brasil é marcado por uma significativa assimetria de poder. Essa dinâmica incorpora inovações relevantes na forma de gerenciamento algorítmico, redefinindo as relações tradicionais de trabalho.

A estruturação desse tipo de trabalho no Brasil é predominantemente baseada no trabalho autônomo por conta própria e na promoção dos valores do empreendedorismo. Esse modelo tende a dissociar o trabalho de seus direitos associados, contribuindo para a precarização do emprego. Outro aspecto importante é a atuação dessas plataformas digitais para contornar a legislação e a jurisprudência dos tribunais do trabalho. Simultaneamente, buscam construir um marco regulatório alinhado ao seu modelo de negócios, estabelecendo um padrão de acumulação econômica que se apoia nos ganhos provenientes da arbitragem regulatória.

O processo de terciarização da economia brasileira foi caracterizado pela dualidade, com a expansão tanto dos serviços tradicionais quanto dos novos. O avanço da industrialização ocorreu em paralelo com uma agropecuária e serviços tradicionais, destacando um desequilíbrio que parece ser uma característica comum no desenvolvimento econômico de países periféricos. Essa mistura de setores econômicos modernos e tradicionais é particularmente evidente no setor de serviços, onde assume um peso significativo.

A dualidade presente no setor de serviços é historicamente observada na disseminação global dos padrões de consumo dos países centrais, que levaram à adaptação das estruturas produtivas e de emprego dos países periféricos ao novo contexto internacional. No Brasil, a elevação da renda per capita urbana e o perfil da distribuição da renda concentraram atividades típicas de uma economia moderna nos grandes centros urbanos.

Essa concentração resultou em um excedente de mão de obra marginalizada, que busca seu sustento em atividades de baixa ou nenhuma qualificação, incluindo diversos tipos de prestação de serviços pessoais. Esse cenário reflete não apenas as transformações econômicas,

mas também as dinâmicas sociais e laborais presentes na economia brasileira ao longo do tempo.

A terceirização e a plataformização são fenômenos que, embora enraizados em uma narrativa empresarial semelhante e alinhados em seus objetivos de precarizar a força de trabalho e reduzir as resistências à exploração, fundamentam-se em arranjos substancialmente diferentes. No caso da plataformização, a participação dos consumidores no processo de avaliação e o envolvimento de outras empresas como usuárias dos serviços não podem ser compreendidos como um processo de descentralização que conduza as empresas-aplicativos ao papel de intermediárias.

Apesar dessas distinções, as figuras da terceirização e da plataformização compartilham algumas características. Ambas são formas de gestão do trabalho, intensificam a mercadorização do trabalho e, de maneira mais ou menos radicalizada, promovem a burla às estruturas de proteção social. Isso resulta, de forma fraudulenta, na condução dos trabalhadores ao que é denominado "nova informalidade". No caso do trabalho mediado pela plataforma, essa nova informalidade é ostensivamente alcançada pela negação de qualquer vínculo laboral, enquanto na terceirização varia entre a inefetividade dos direitos trabalhistas, a informalidade em si e a negação do assalariamento.

As plataformas de trabalho, ao estabelecer, organizar e manter um modelo de trabalho assalariado, adotam a típica postura de empregador no exercício do poder diretivo, sujeitando-se, assim, à aplicação do Direito do Trabalho. A inovação nesse modelo empresarial reside nos métodos mais sutis empregados para exercer o controle. Em vez de adotar a estratégia hierárquica e de vigilância temporal associada ao fordismo, essas plataformas optam por utilizar um controle baseado em algoritmos, um sistema de reputação, um poder punitivo e uma orientação econômica.

Esses novos métodos tecnológicos e de gestão empresarial são aplicados ao tradicional trabalho assalariado, resultando na emergência de uma nova questão social relacionada à retomada da mais-valia absoluta. Isso se manifesta por meio de longas jornadas de trabalho, baixa remuneração e a transferência de custos e riscos de produção para o trabalhador.

A abrangente área do mercado fitness reflete uma vasta gama de empreendimentos dedicados à promoção da saúde e bem-estar. A essência do mercado fitness transcende a simples oferta de serviços e produtos relacionados à atividade física, expandindo-se para abraçar conceitos mais amplos de saúde e qualidade de vida. Esse ecossistema engloba academias, estúdios de fitness, profissionais de saúde, aplicativos de exercícios, equipamentos

especializados, entre outros, todos compartilhando a missão comum de contribuir para o bem-estar global.

A expressão "fitness" carrega consigo a ideia de um estilo de vida ativo e saudável, sugerindo a prática regular de atividades físicas como um caminho essencial para alcançar e manter um corpo e mente saudáveis. A associação do termo com o condicionamento físico vai além do aspecto estético, permeando a busca por equilíbrio, energia e vitalidade.

Nesse contexto, o mercado fitness se torna um reflexo das crescentes preocupações da sociedade contemporânea com a saúde e o bem-estar. A oferta diversificada de serviços e produtos visa atender às necessidades variadas dos consumidores, desde aqueles que buscam rotinas de exercícios intensas até os interessados em abordagens diversificadas, como práticas de mindfulness e nutrição equilibrada. O mercado fitness representa não apenas um setor econômico em expansão, mas também um movimento cultural que reflete a conscientização coletiva sobre a importância da saúde e do equilíbrio na vida moderna.

A metamorfose das relações laborais na indústria fitness, sob a minuciosa análise das plataformas, revela uma transformação profunda que vai além dos contornos convencionais das interações profissionais. Esse fenômeno delinea uma nova realidade, na qual a conexão virtual se entrelaça de forma indissolúvel com os domínios do físico, gerando uma simbiose complexa entre o mundo digital e as práticas cotidianas.

O escrutínio acurado das plataformas na indústria fitness aponta para uma reconfiguração integral das relações laborais. Ao adentrar nesse ecossistema, os profissionais e usuários se veem imersos em uma dinâmica que transcende os limites tradicionais das interações de trabalho. O digital não apenas coexiste com o físico, mas também os funde de maneira intrínseca, criando uma interdependência que redefine a natureza do trabalho e das relações profissionais.

A conexão virtual, mediada pelas plataformas, não se limita a ser um mero complemento das interações físicas; ao contrário, ela se torna um elemento fundamental na construção e manutenção dessas relações. Profissionais e clientes encontram-se interligados em uma teia digital que influencia diretamente as práticas no mundo real. Isso implica uma integração mais profunda das tecnologias no cotidiano do setor fitness, moldando não apenas a forma como o trabalho é executado, mas também como é percebido e valorizado.

A interconexão entre o virtual e o físico na indústria fitness representa uma evolução significativa nas dinâmicas laborais. A tecnologia das plataformas não apenas facilita a prestação de serviços, mas também redefine as expectativas e os padrões do setor. Essa

metamorfose sugere que a virtualidade não é apenas um espaço acessório, mas um ambiente no qual as relações laborais são ativamente construídas e moldadas.

A análise cuidadosa das plataformas na indústria fitness evidencia uma transformação profunda e interligada, na qual a convergência entre o virtual e o físico redefine as relações laborais, inaugurando uma nova era de interações profissionais no contexto da contemporaneidade digital.

A assertiva de que a indústria do fitness, mesmo em um mercado em declínio, consegue vislumbrar oportunidades de crescimento, revela a resiliência e adaptabilidade desse setor diante de desafios significativos. Mesmo em um cenário marcado por uma crise sanitária e econômica, o segmento demonstrou uma notável capacidade de recuperação, evidenciando sua posição como um negócio resistente.

A continuidade do crescimento da indústria do fitness, mesmo em períodos adversos, sugere que ela possui características intrínsecas que a tornam menos suscetível às flutuações econômicas. Essa resiliência pode ser atribuída a vários fatores, como a crescente conscientização sobre saúde e bem-estar, a busca por atividades físicas para melhorar a qualidade de vida e o papel crescente do setor no contexto da cultura contemporânea.

Ao longo da exposição apresentamos alguns dados sobre a caracterização de professores e professoras de educação física, algumas atualizações não foram possíveis de serem feitas e compreendemos isso como uma fragilidade em nossa pesquisa. O trabalhador e a trabalhadora da indústria fitness vive um período de incertezas e preocupações. A volatilidade do setor associado ao ritmo acelerado das mudanças nas formas de produção leva a preocupação dessa estratificação da classe trabalhadora. A falta de organização coletiva (enfraquecimento do sindicalismo no Brasil) e os constantes ataques (reforma trabalhista) deixa esses homens e mulheres expostos as vontades do mercado.

O trabalho plataformizado é visto como uma oportunidade, suas contradições são postas em segundo plano já que muitas vezes essa forma de trabalho é a única possível (considerando que temos mais de 40% da população trabalhando na informalidade) e o sujeito se coloca nesse trabalho de forma acrítica tornando a indústria fitness um laboratório para as experiências de desregulamentação do trabalho no contexto neoliberal. Não foi possível dar conta do debate sobre o cooperativismo de plataforma, uma possibilidade de resistência dentro desse cenário que é o trabalho plataformizado.

Pensar formas de resistência, atualização constante dos dados sobre o mundo do trabalho nessa era digital, identificar essa relação na Educação Física com um olhar voltado principalmente para os professores e professoras que atuam fora do ambiente escolar, sem

contratos, carteira assinada ou qualquer outro mecanismo que garanta minimamente sua possibilidade de lutar pelos seus direitos. Esses são alguns compromissos que vamos assumir após essa pesquisa, pois o compromisso com a área da Educação Física e com a luta dos trabalhadores e trabalhadoras em geral é o que nos move.

Finalizo esse texto apontando para um (re)começo, inspirado em Belchior trago uma última reflexão através da música *populus, meu cão*, música que foi censurada durante a ditadura militar onde, de forma astuta, o compositor cearense incluiu “meu cão” fazendo a defesa que a música era para seu cachorro. Belchior nos brinda com fortes reflexões como no trecho “O escravo, indiferente, que trabalha e, por presente, tem migalhas sobre o chão” a referência ao escravo representa a condição de submissão e exploração, onde o trabalho árduo é recompensado apenas com migalhas, escancarando a desigualdade social e econômica fruto da sociedade capitalista. A repetição de gerações faz menção a continuidade de opressão e exploração ao longo do tempo. A ideia de que primeiro foi o pai, depois o irmão e agora o próprio eu, reforça a ideia de um ciclo vicioso em que estamos submetidos. A referência ao testamento especial pode indicar uma narrativa de desesperança e falta de perspectiva para o futuro, como se a única coisa deixada fosse um documento oficial sobre a morte sem razão. A repetição do verso "Tenho medo" reforça a sensação de temor e apreensão. "Populus, meu cão" faz referência ao que a classe trabalhadora ao sofrimento da classe trabalhadora e as amarras que estão no nosso cotidiano.

REFERÊNCIAS

ACHÔA, Yara. **O que você precisa saber sobre agregadores de academia: como funcionam, benefícios e desafios do setor**, 17 out. 2023, Fitness Brasil, 2023. Disponível em: <https://www.fitnessbrasil.com.br/2023/10/17/o-que-voce-precisa-saber-sobre-agregadores-de-academia-como-funcionam-beneficios-e-desafios-do-setor/>. Acesso em: 03 dez. 2023.

ALOISI, Antonio; DE STEFANO, Valeirio. **Européenne legal framework for “digital Labour platforms”**. Luxembourg: Publications Office of The European Union, 2018.

ALOISI, Antonio; DE STEFANO, Valerio. Delivering employment rights to platform workers, 31 jan. 2020. **Rivista Il Mulino**, 2020. Disponível em: https://www.rivistailmulino.it/news/newsitem/index/Item/News:NEWS_ITEM:5018. Acesso em: 03 dez. 2023.

ALVES, Giovanni. O que é o Precariado?, 22 jul. 2023, **Blog da Boitempo**, 2023. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2013/07/22/o-que-e-o-precariado/>. Acesso em: 03 dez. 2023.

ALVES, Giovanni. Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal – Precarização do trabalho e redundância salarial. **Revista Katál**. Florianópolis, v.12, n.2, p.188-197, jul/dez, 2009.

AMARO, Daniel. 5,18 milhões de brasileiros dependem de aplicativos para ter uma renda, 30 set; 2022, **Edição do Brasil**, 2022. Disponível em: <https://edicaodobrasil.com.br/2022/09/30/518-milhoes-de-brasileiros-dependem-de-aplicativos-para-ter-uma-renda/>. Acesso em: 12 ago. 23

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. *In*: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1995, p. 9-23.

ANDERSON, Perry. **Brasil à parte: 1964-2019**. Tradução Alexandre Barbosa de Souza. 1ª ed. – São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, Ricardo e SOTELO, Adrián. A crise da sociedade do trabalho: entre a perenidade e a superficialidade. *In*: ROMÃO, José Eustáquio & OLIVEIRA, José Eduardo de (Orgs.). **Questões do século XXI**. São Paulo: Cortez, 2003, p. 101-120.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas, SP: Ed Cortez, 2006.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 1. ed., São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo. **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. 1ªed. – São Paulo: Boitempo, 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ACADEMIAS – ACAD. Mercado mundial do fitness: principais *players* e mudanças no top *tem*. **Revista Acad Brasil.**, a. 20, 3. ed., n. 82, ago. 2018. Disponível em: <https://acadbrasil.com.br/wp-content/uploads/2019/03/edicao-82.pdf>. Acesso: 11 maio 2021.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. **Revista de Economia Contemporânea**, número especial, 2017, p. 1-63. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rec/v21n2/1415-9848-rec-21-02-e172129.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2023.

BELANDI, Caio. Em 2022, 1,5 milhão de pessoas trabalharam por meio de aplicativos de serviços no país, **Agência IBGE**, Notícias, PNAD Contínua, 25 out. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38160-em-2022-1-5-milhao-de-pessoas-trabalharam-por-meio-de-aplicativos-de-servicos-no-pais>. Acesso em: 03 dez. 2023.

BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa** - o movimento operário europeu em crise. São Paulo: Boitempo, 1999.

BORGES, Andressa. Levantamento mostra que Brasil tem mais de 32 mil academias. **Blog Sistema Pacto**, [2023]. Disponível em: <https://blog.sistemapacto.com.br/levantamento-mostra-que-brasil-tem-mais-de-32-mil-academias/>. Acesso em: 03 dez. 2023.

BOTH, Vilmar Jose. **Mudanças no mundo do trabalho e suas mediações na Educação Física**. 2009. 123 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2009.

BRAGA, Ruy. A vingança de Braverman: o infotaylorismo como contratempo. *In*: ANTUNES, Ricardo e BRAGA, Ruy (orgs.). **Infoproletários** – degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009.

BRAGA, Ruy. Os sentidos de julho. **Blog da Boitempo**, jul. 2015. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2015/07/06/os-sentidos-de-junho/>. Acesso em: 18 maio 2021.

BRAGA, Ruy. **Rebeldia do Precariado**: trabalho e neoliberalismo no Sul global. São Paulo: Boitempo, 2017.

BRASIL, Agência Gov. **Ocupação no setor de serviços cresceu 7,8% e chegou ao recorde de 13,4 milhões em 2021**, 31 ago. 2023, Pesquisa Nacional de Serviços – 2021, Agência IBGE Notícias, 2023b. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202308/ocupacao-no-setor-de-servicos-cresceu-7-8-e-chegou-ao-recorde-de-13-4-milhoes-em-2021#:~:text=A%20Pesquisa%20Anual%20de%20Servi%C3%A7os,sal%C3%A1rios%2C%20retiradas%20e%20outras%20remunera%C3%A7%C3%B5es..> Acesso em: 03 dez. 2023.

BRASIL, Cristina Índio do. Pnad Contínua mostra que 9,5 milhões faziam trabalho remoto em 2022, 25 out. 2023, **Agência Pública**, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-10/pnad-continua-mostra-que-95-milhoes-faziam-trabalho-remoto-em-2022>. Acesso em: 03 dez. 2023.

BRASIL. Decreto Nº 11.513, de 1º de maio de 2023. Institui Grupo de Trabalho com a finalidade de elaborar proposta de regulamentação das atividades de prestação de serviços, transporte de bens, transporte de pessoas e outras atividades executadas por intermédio de

plataformas tecnológicas. **Diário Oficial da União**, de 01/05/2023, pág. nº 1, Poder Executivo, Brasília, DF, 2023a, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11513.htm. Acesso em: 23 dez. 2023.

BRASIL. **Saúde de A a Z: Síndrome de Burnout**. Ministério da Saúde, [2023?]. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/sindrome-de-burnout#:~:text=S%C3%ADndrome%20de%20Burnout%20ou%20S%C3%ADndrome,demandam%20muita%20competitividade%20ou%20responsabilidade>. Acesso em: 03 dez. 2023.

BRAVERMAN, Henry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

BRAZ, Marcelo. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 128, p. 85-103, jan./abr. 2017.

BRIANEZI, Katy. **“Pejotização”, você sabe o que significa?**, Jusbrasil, Artigos, [2011]. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/pejotizacao-voce-sabe-o-que-significa/121934275>. Acesso em: 03 dez. 2023.

BROCH, Caroline; TEIXEIRA, Fabiane Castilho; SOUZA, Juliano de; RINALDI, Ieda Parra Barbosa. A expansão da educação física no ensino superior brasileiro. **Journal of Physical Education**, v. 31, 2020.

CAPITAL NOW. **Subprime: descubra o que é e as causas da crise imobiliária**, 06 jan. 2020, Capital Now, Investimentos, 2020. Disponível em: <https://capitalresearch.com.br/blog/subprime/>. Acesso em: 03 dez. 2023.

CARDOSO, A. C. M; ARTUR, K. O trabalho controlado pelas plataformas digitais: enfim, a classe trabalhadora chegou ao paraíso? **Le Monde Diplomatique**, 23 jan. 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/enfim-a-classe-trabalhadora-chegou-ao-paraiso/>. Acesso em: 03 dez. 2023.

CARDOSO, A.C.M. Direito e dever à desconexão: disputas pelos tempos de trabalho e não trabalho, **Revista da Universidade Federal de Minas Gerais**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1 e 2, p. 62-86, jan./dez. 2016.

CARELLI, Rodrigo de Lacerda. Plataformas digitais não podem cobrar percentual de trabalhadores intermediados, 13 jul. 2019, **Jota**, 2019. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/plataformas-digitais-nao-podem-cobrar-percentual-de-trabalhadores-intermediados-13072019>. Acesso em: 03 dez. 2023.

CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão e. **“O tempo é o senhor da razão”?** A política externa do governo Collor, vinte anos depois. 2014. 238 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 2010.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**, v. 1, São Paulo: Paz e Terra, 2003.

CASTRO, Edna. Industrialização, transformações sociais e mercado de trabalho. **Papers**, n. 25, Belém: UFPA/ NAEA, maio 1994.

CASTRO, Isis Gabriella de. **Occupy Wall Street**: entenda o que foi o movimento!, **POLITIZE!**, 22 mar. 2021. Disponível em: <https://www.politize.com.br/occupy-wall-street/>. Acesso em: 03 dez. 2023.

CATHO. **Home office: confira o Guia completo e conquiste a vaga ideal**, 29 nov. 2023, Comunicação, 2023. Disponível: <https://www.catho.com.br/carreira-sucesso/carreira/home-office/>. Acesso em: 10 maio 2021.

CATTANI, Antonio David (Org.). **Trabalho e tecnologia**: dicionário crítico. Petrópolis: Vozes, 1997.

CERVO, Amado Luiz. Sob o signo neoliberal: as relações internacionais da América Latina. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 43, n. 2, p. 5-27, dez. 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292000000200001. Acesso em: 03 dez. 2023.

CESIT. **Dossiê - Reforma trabalhista (em construção)**. Campinas: Unicamp, 2017.

CGI.BR - Comitê Gestor da Internet no Brasil. **TIC DOMICÍLIOS**: Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Domicílios Brasileiros – 2022. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, São Paulo, 2023. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20230825143720/tic_domicilios_2022_livro_eletronico.pdf. Acesso em: 03 dez. 2023.

COELHO, Pedro Miguel Nogueira. **Rumo à Indústria 4.0**. 2016. 65 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia e gestão Industrial). Departamento de Engenharia Mecânica, Faculdade de Ciências e Tecnologias, Universidade de Coimbra, Coimbra, jul. 2016. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/36992/1/Tese%20Pedro%20Coelho%20Rumo%20à%20Industria%204.0.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2023.

DAL ROSSO, S. **Mais trabalho**: a intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.

DE STEFANO, Valerio. The Rise of the "Just-in-Time Workforce": On-Demand Work, Crowdwork, and Labor Protection in the "Gig Economy". **International Labour Office**, Inclusive Labour Markets, Labour Relations and Working Conditions Branch. Geneva: ILO, 2016. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_protect/---protrav/---travail/documents/publication/wcms_443267.pdf

DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia. Terceirização: a chave da precarização do trabalho no Brasil. In: NAVARRO, Vera; PADILHA, Valquíria (orgs.). **Retratos do trabalho no Brasil**. Uberlândia: EDUFU, 2009.

DRUCK, Maria da Graça. **Terceirização**: (Des)Fordizando a Fábrica: um estudo do complexo petroquímico da Bahia. São Paulo: Boitempo, 1999.

FIQUEM SABENDO. **Autuações por trabalho escravo e resgatados**. Fonte_ Informações obtidas pela Agência Fiquem Sabendo, por meio da Lei de Acesso à Informação, com o

Ministério da Economia. Protocolo 03005.000183_2021-44, respondido. 22 out. 2021. Disponível em: <https://docs.google.com/spreadsheets/d/13jtXUKZDiEHVLEnvU38VMisQJq0RkjoWB/edit#gid=1100289865>. Acesso em: 03 dez. 2023.

FIQUEM SABENDO. **Os autuados por trabalho escravo entre 2010 e 2020**. Transparência, mar. 2023. Disponível em: https://fiquemsabendo.com.br/trabalho/autuados-por-trabalho-escravo-entre-2010-e-2020?gad_source=1&gclid=Cj0KCQiAr8eqBhD3ARIsAie-buMOaUkrjYb2q0njLYO31ekVepB7IOqVH2Su1784TvaoYlg4S-KZjeMaAoSxEALw_wcB. Acesso em: 13 nov. 2023.

FITNESS BRASIL. **Panorama Setorial Fitness Brasil**, mar. 2022. Disponível em: https://d335luupugsy2.cloudfront.net/cms/files/377466/1647344810211FREE%20Panorama%20Setorial%20Fitness%20Brasil_2022.03.11.pdf. Acesso em: 03 dez. 2023.

FONSECA, Rubiane Giovani. **O sistema profissional da Educação Física: o processo de profissionalização, a busca por autonomia e as implicações para a vida profissional**. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Motricidade Humana, Rio Claro, SP, 2017.

FONTES, Virginia. Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho. **Revista KALLAIKIA**, n. 2, jun. 2017.

FRITSCH, Rosângela; JACOBUS, Artur Eugênio; VITELLI, Ricardo Ferreira. Diversificação, mercantilização e desempenho da educação superior brasileira. **Revista da Avaliação do Ensino Superior**, Campinas, v. 25, n. 01, jan.-abr. 2020.

FURTADO, Roberto Pereira. **O não lugar do professor de Educação Física em academias de ginástica**. 2007. 188 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.

GASPAR, Rafael Affonso. **Os campos de atuação do egresso do curso de Educação Física da UFSC após a fragmentação em licenciatura e bacharelado: diferenças e regularidades**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2013.

GIDDENS, Anthony. *A Constituição da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

GIOVANNI. Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal – Precarização do trabalho e redundância salarial. **Revista Katál**. Florianópolis, v.12, n.2, p.188-197, jul./dez. 2009.

GONSALES, Marco. Indústria 4.0: Empresas plataformas, consentimento e resistência. In: ANTUNES, R (org.). *Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo, p. 125-139, 2020.

GRAMSCI, Antonio. Americanismo e Fordismo. *In: Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1976.

GROHMANN, Rafael. Plataformização do trabalho: entre a datificação, a financeirização e a racionalidade neoliberal. **Revista Eptic**, v. 22, n. 1, jan./abr. 2020.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HIRST, Mônica; PINHEIRO, Letícia. A política externa do Brasil em dois tempos. **Revista de Política Internacional**, v. 38, n. 1, p. 5-23, 1995. Disponível em: <http://brasilnomundo.org.br/wpcontent/uploads/2014/11/apoliticaexternadobrasilemdoistempops.pdf>

HÚNGARO, Edson Marcelo. **Trabalho, tempo livre e emancipação humana**: os determinantes ontológicos das políticas sociais de lazer. 2008. 266p. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física, Campinas, SP.

IANNI, Octávio. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

INFOMONEY. **O que faz um trader?**, 08 nov. 2022, InfoMoney, Carreiras do Mercado Financeiro, 2022. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/guias/trader/>. Acesso em: 03 dez. 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_alphacontent&view=alphacontent&Itemid=362. Acesso em: 15 maio 2021.

LAVOURA, T. N. A DIALÉTICA DO SINGULAR-UNIVERSAL-PARTICULAR E O MÉTODO DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA. **Nuances: Estudos sobre Educação**, Presidente Prudente, v. 29, n. 2, 2018. DOI: 10.32930/nuances.v29i2.6044. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/6044>.

LEITE, Maria Jorge dos Santos. Tráfico Atlântico, Escravidão e Resistência no Brasil. **Sankofa, Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana**, a. 10, n. 19, São Paulo, 10(19), ago. 2017, p. 64-82. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1983-6023.sank.2017.137196>. Acesso em: 03 dez. 2023.

LESSA, Sérgio. **Mundo dos homens**: Trabalho e ser social. São Paulo: Instituto Luckás, 2012.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. Trad. Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, Karl. **Grundrisse**. Trad. Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2016.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. Trad. Jesus Raniere. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **O Capital**: capítulo VI (inédito). Resultados do processo de produção imediata. São Paulo: Editora Moraes, 1980.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I, volume 1. Tradução de Reginaldo Sant`Anna. 29ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I, volume 2. Tradução de Reginaldo Sant`Anna. 29ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I, volume 1. Tradução de Rubens Enderle. 2ª ed. – São Paulo: Boitempo, 2020.

MATOS, Fábio. **Datafolha: 75% de motoristas e entregadores rejeitam contratação via CLT**, 22 maio 2023, *Metrópoles, Negócios*. Disponível em: <https://www.metropoles.com/negocios/datafolha-75-de-motoristas-e-entregadores-rejeitam-contratacao-via-clt>. Acesso em: 03 dez. 2023.

MATTOS, Marcelo Badaró. **A classe trabalhadora de Marx ao nosso tempo**. São Paulo: Boitempo, 2019.

MATTOSO, Jorge Eduardo Levi. O novo e o inseguro mundo do trabalho nos países avançados. *In: OLIVEIRA, C. A. et al (Orgs.). O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século*. Scritta, 1994

MEHRING, Franz. **Karl Marx A história de sua vida**. Ed. José Luís e Rosa Sundermann. São Paulo, 2013.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2016.

MIGUEL, Henrique; LIMA, Leonardo Emmanuel de Medeiros; CAMPOS, Marcus Vinícius de Almeida; SANTOS, Daniel dos. Impactos da Covid-19 sobre o Personal Trainer. **Interamerican Journal of medicine and Health**, n. 3, 2020, e202003030.

MONTENEGRO, Renan. **Neoliberalismo, política externa e política econômica: notas sobre o período FHC**. 2011. 18 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

NIEBORG, David B.; POELL, Thomas. The platformization of cultural production: Theorizing the contingent cultural commodity. *New Media & Society*, v. 20, n. 11, p. 4275-4292, 2018.

NOZAKI, Hajime Takeuchi. **Educação física e reordenamento no mundo do trabalho: mediações da regulamentação da profissão**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense – Niterói: UFF, 2004.

NUNES, Deise de Jesus Soares. **Sarados e precarizados: contradições no trabalho de professores de educação física em academias da cidade do Rio de Janeiro**. Universidade Federal Fluminense, Niterói – RJ, 2016.

OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **As plataformas digitais e o futuro do trabalho Promover o trabalho digno no mundo digital**, Genebra, 2020. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/publication/wcms_752654.pdf. Acesso em: 03 dez. 2023.

OLIVEIRA, Murilo Carvalho Sampaio; CARELLI, Rodrigo de Lacerda; GRILLO, Sayonara. Conceito e crítica das plataformas digitais de trabalho, **Rev. Direito e Práx.**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 4, 2020, p. 2609-2634. DOI: 10.1590/2179-8966/2020/50080| ISSN: 2179-8966 2632. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmninnibpcjpcgclclefindmkaj/https://www.scielo.br/j/rdp/a/y85fPG8WFK5qpY5FPhpvF9m/?format=pdf>. Acesso em: 03 dez. 2023.

OPAS – Organização Pan-Americana de Saúde. Histórico da pandemia de COVID-19, **Folha informativa sobre COVID-19**, [2020?]. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>. Acesso em: 17 jul. 2023

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, Brasil. **Relatório 2020 ONU Brasil**, mar. 2023. Disponível em: https://brasil.un.org/sites/default/files/2023-03/ONU_Brasil_Relatorio_Anual_2022.pdf. Acesso em: 03 dez. 2023.

PENA, Rodolfo F. Alves. "**Consenso de Washington**"; **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/consenso-washington.htm>. Acesso em: 03 fev. 2021.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano no Brasil**. Movimento é Vida: atividades físicas e esportivas para todas as pessoas. 2017. Disponível em: <https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/2023-04/relatorio-nacional-desenvolvimento-humano-2017%20%282%29%20%281%29.pdf>. Acesso em: 12 maio 2021.

QUELHAS, Álvaro de Azeredo. **Trabalhadores de Educação Física no segmento fitness: um estudo da precarização do trabalho no Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista. Marília/SP. maio 2012.

RANIERI, Jesus. **Trabalho e dialética: Hegel e Marx e a teoria social do devir**. São Paulo: Boitempo, 2011.

RIBEIRO, A. de F. (2015). Taylorismo, fordismo e toyotismo. *Lutas Sociais*, 19(35), 65–79. <https://doi.org/10.23925/ls.v19i35.26678>

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **O que é uma startup?**, 13 jan. 2014, Artigos, 2014. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-que-e-uma-startup,6979b2a178c83410VgnVCM1000003b74010aRCRD>. Acesso em: 03 dez. 2023.

SILVA, André Luiz Reis da. A Política Externa Brasileira e a Matriz Neoliberal de Inserção Internacional (1990-2002). In: **SEGUNDAS JORNADAS DE HISTÓRIA REGIONAL COMPARADA**. Porto Alegre. 2005. Disponível em: <http://cdn.fee.tche.br/jornadas/2/H2-03.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2023.

SILVA, Christiane Pimentel. O método em Marx: a determinação ontológica da realidade social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 134, p. 34-51, jan./abr. 2019.

SINDICATO DAS MANTENEDORAS DO ENSINO SUPERIOR – SEMESP. **Mapa do Ensino Superior no Brasil 2015**, 2015. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/pesquisas/mapa-do-ensino-superior-2015/>. Acesso em: 24 abr. 2021.

SINGER, André. A segunda alma do partido dos trabalhadores. **Novos Estudos**, ed. 88, v. 29, n. 3, novembro 2010.

SOUSA SOBRINHO, José Pereira de Sousa. **Formação em educação física: uma análise à luz da centralidade do trabalho**. 2009. 231f. Dissertação (Mestrado em Educação) -

Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza-CE, 2009.

SOUZA NETO, Valmir Arruda de; Edson Marcelo HUNGARO. Como a indústria fitness se uberiza, 05 maio 2022, **Outras Palavras**, 2022. Disponível em: <https://outraspalavras.net/trabalhoeprecariado/como-a-industria-fitness-se-uberiza/>. Acesso em: 03 dez. 2023.

STANDING, Guy. O precariado e a luta de classes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 103, p. 9-24, 2014.

TAURION, Cezar. Cloud Computing: computação em nuvem – transformando o mundo da tecnologia da informação. Rio de Janeiro: Brasport, 2009, p. 2.

TAYLOR, Frederick Winslow. **Princípios de administração científica**. São Paulo: Atlas, 1987.

TECNICON. **Automação Industrial no Brasil**: quais são os próximos desafios?, 26 set. 2019. Disponível em: https://www.tecnicon.com.br/blog/434-Automacao_Industrial_no_Brasil_quais_sao_os_proximos_desafios_. Acesso em: 03 dez. 2023.

, Francisco J. S.; OLIVEIRA, Manfredo Araújo (Orgs). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva**: as novas determinações do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1996.

TUMOLO, Paulo Sérgio. Reestruturação produtiva no Brasil: um balanço crítico introdutório da produção bibliográfica, **Educação & Sociedade**, dez 2001, vol 22, nº 77, p. 71- 99.

VADE MECUM BRASIL. **Leis de Drácon**. 2023. Disponível em: <https://vademecumbrasil.com.br/palavra/leis-de-dracon>. Acesso em: 03 dez. 2023.

VIEIRA, Maiara; NICOLA, Fernando Mercuri; VIEIRA JUNIOR, Milton; SIMON, Alexandre Tadeu; CORRER, Ivan. A aplicação de sistemas Ciber-Físicos (Cps) em sistemas de manufatura: um estudo bibliométrico, out. 2018. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUCAO, 38., 2018, Maceió. **Anais eletrônicos...** Maceió: ENEGEP, 2018. DOI: 10.14488/ENEGEP2018_TN_STO_258_478_36385. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/329066797_A_aplicacao_de_sistemas_ciber-fisicos_CPS_em_sistemas_de_manufatura_Um_estudo_bibliometrico. Acesso em: 03 dez. 2023.

WORLD ECONOMIC FORUM. **Deep Shift: Technology Tipping Points and Societal Impact**, set. 2015, Global Agenda Council on the Future of Software & Society, 2015. Disponível: https://www3.weforum.org/docs/WEF_GAC15_Technological_Tipping_Points_report_2015.pdf. Acesso em: 03 dez. 2023.

ZABALLOS, Antonio García; RODRÍGUEZ, Enrique Iglesias; GABARRÓ, Pau Puig. **IDBL 2020**: Relatório anual do Índice de Desenvolvimento da Banda Larga: Lacuna digital na América Latina e Caribe, jun. 2021, Banco Internacional do Desenvolvimento – BID, 2021. Disponível em: <https://publications.iadb.org/pt/relatorio-anual-do-indice-de-desenvolvimento-da-banda-larga-idbl-2020-lacuna-digital-na-america>. Acesso em: 03 dez. 2023.

ZENHA, Luciana. Redes sociais online: o que são as redes sociais e como se organizam? **Cadernos de Educação** - UEMG, a. 20, n. 49, v.1, 2017/2018, p. 19-42.

APÊNDICE 01 - BUSCADORES: "EDUCAÇÃO FÍSICA" AND "MUNDO DO TRABALHO" (BDTD)

DISSERTAÇÕES

AUTOR	ANO	IES	TÍTULO
JAIME HUMBERTO PACHECO CARRILLO	2004	Universidade Estadual de Campinas	Stress no trabalho em professores de educação física do sistema municipal de educação, na comunidade de Concepcion, oitava região, Chile
FABRICIO BOSCOLO DEL VECCHIO	2005	Universidade Estadual de Campinas	Qualidade de vida e avaliação física em intoxicados por mercurio : estudo observacional transversal descritivo
HUGO LEONARDO PERES	2007	Pontifícia Universidade Católica de Goiás	Educação Física e mundo do trabalho: um estudo sobre concepções de educação física numa escola profissionalizante
ROBERTO PEREIRA FURTADO	2007	Universidade Federal de Goiás	O não lugar do professor de Educação Física em academias de ginástica

LISANDRA OLIVEIRA E SILVA	2007	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Um estudo de caso com mulheres professoras sobre o processo de identidade docente em educação física na rede municipal de ensino de Porto Alegre
ANDREIA DESTEFANIA	2007	Universidade Estadual de Campinas	O bacharelado em recreação e lazer da FEF/UNICAMP
ROSICLER TERESINHA SAUER	2008	Universidade Federal de Sergipe	Educação Física e a Precarização do Trabalho Docente: realidade e possibilidades
NÚBIA JOSANIA PAES DE LIRA	2008	Universidade Federal de Sergipe	Educação física : realidade e possibilidades da prática pedagógica para o estudante trabalhador
AGUINALDO CÉSAR SURDI	2008	Universidade Federal de Santa Catarina	A fenomenologia como fundamentação para o movimento humano significativo
VILMA JOSÉ BOTH	2009	Universidade Federal de Pelotas	Mudanças no mundo do trabalho e suas mediações na Educação física
ROGÉRIO GONÇALVES DE FREITAS	2010	Universidade Federal do Pará	As condições de vida no trabalho e a saúde de professores de educação física do município de Belém
LOVANE MARIA LEMOS	2011	Universidade Federal de Pelotas	Formação e trabalho do (a) trabalhador (a) de educação física na formação social capitalista
JOICE VIGIL LOPES PIRES	2013	Universidade Federal de Pelotas	A Educação Física e as mudanças no mundo do trabalho: um olhar através da aplicação do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas municipais de Bagé.
RAFAEL AFFONSO GASPAS	2013	Universidade Federal de Santa Catarina	Os campos de atuação do egresso do curso de Educação Física da UFSC após a fragmentação em licenciatura e bacharelado: diferenças e regularidades
PATRÍCIA SANTIAGO VIEIRA	2013	Universidade Federal de Goiás	O trabalho em saúde nos hospitais de gestão terceirizada: o caso do Estado de Goiás

JAIME EVERARDO PLATNER CEZARIO	2013	Universidade Federal Fluminense	O desafio da articulação entre a formação em saúde e a integração ensino-serviço
SUÉLLEN CRISTINA VAZ DE OLIVEIRA	2014	Universidade Federal do Triângulo Mineiro	Avaliação do desempenho docente: o curso de Educação Física
EVERSON ZARYKOSKI AMARAL	2014	Universidade Federal de Pelotas	Educação física e precarização: uma análise do trabalho docente a partir da década de 1990
WILLIAN BATISTA DOS SANTOS	2014	Universidade de Brasília	A formação continuada de professores : estudo de suas implicações ideó-políticas através da apropriação de suas bases teóricas e de pesquisa de campo em Goiânia, primeiras aproximações às suas especificidades no âmbito da educação física
PAULO FERNANDO MORAES	2014	Universidade Estadual Paulista	Envelhecimento ativo de professores de um programa de atividades físicas da UnATI/ESALQ/USP
FABRÍCIO KRUSCHE RAMOS	2015	Universidade Federal de Santa Maria	PROPOSTA PEDAGÓGICA PARA O ENSINO MÉDIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - GESTÃO 2011/2014 - E SUA RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO FÍSICA E O MUNDO DO TRABALHO
RAFAEL VIEIRA DE ARAÚJO	2015	Pontifícia Universidade Católica de Goiás	A CORPOREIDADE-SUBJETIVIDADE DOS EDUCANDOS TRABALHADORES DO PROEJA - FIC.
VICKELE SOBREIRA	2015	Universidade Federal do Triângulo Mineiro	Indícios da formação de professores de Educação Física em Minas Gerais
GUILHERME MOURA MIRANDA FIMILIANO	2015	Universidade Federal de Santa Catarina	A prática pedagógica da educação física na escola pública: 'jogando para o capital'?
FRANCIELLE DE CÁSSIA TONETTO MORAES	2016	Universidade Federal de Santa Maria	A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E O MUNDO DO TRABALHO EM TEMPOS DE CRISE DO CAPITAL
IÚRI RIBEIRO	2016	Pontifícia Universidade Católica de Goiás	FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL: novas orientações legais, outras identidades profissionais?

CARIN GOMES TEIXEIRA	2016	Universidade Federal de Pelotas	Mapeamento dos Trabalhos de Conclusão de Curso de Licenciatura em Educação Física na UFPel
REBECCA SAMARA FIDELIS DE ALMEIDA	2016	Universidade de Brasília	Precarização do trabalho em educação a distância
JOELMA DE SOUZA NOGUEIRA	2017	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul	Educação Física na Educação de Jovens e Adultos : percursos formativos e profissionais de professores
CARMEM REGINA CALIGARI	2017	Universidade Federal do Triângulo Mineiro	O perfil profissional docente dos egressos da Faculdade de Educação Física da Universidade Federal de Uberlândia-MG
FERNANDO AUGUSTO GENERINO SOARES	2017	Universidade Federal da Paraíba	A contrarreforma do ensino médio do Governo Michel Temer: a reorganização do projeto neoliberal e a desconstrução da educação física escolar
SILVIA HEUER	2019	Universidade Federal do Paraná	"Lazer sério" e crossfit : as características da "identidade guerreira" em atletas amadores
JOSIANE MORAES MARINHO	2019	Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT)	Futebol para a vida: o gol de placa é esse

Disponível em:

<https://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?filter%5B%5D=format%3A%22masterThesis%22&lookfor=%22educa%C3%A7%C3%A3o+f%C3%ADsica%22+and+%22Mundo+do+trabalho%22&type=AllFields>

APÊNDICE 02 - BUSCADORES: "EDUCAÇÃO FÍSICA" AND "MUNDO DO TRABALHO" (BDTD)

TESES

AUTOR	AN O	IES	TÍTULO
CARLOS HEROLD JUNIOR	2006	Universidade Federal do Paraná	As relações entre corpo e trabalho : contribuição crítica a educação
LUIS FLÁVIO REIS GODINHO	2008	Universidade Federal da Paraíba	Laços frágeis e identidades fragmentadas: interações, discriminações e conflitos entre trabalhadores da Refinaria Landolfo Alves - 1990-2006.
LEDA SULLETE FERRI NASCIMENTO	2014	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	O mundo do trabalho e a formação docente : um estudo dos cursos de licenciatura em educação física na região metropolitana de Porto Alegre/RS
MARIANA ZUANETI MARTINS	2016	Universidade Estadual de Campinas	Aperfeiçoando o imperfeito : a ação sindical dos jogadores de futebol no período pós-Lei Pelé

ROSEINA BRAGA CARLUCCI	2016	Universidad de León (ULE)	A qualidade da educação superior do tecnólogo no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM
CAROLINA SANTOS BARROSO DE PINHO	2017	Universidade Estadual de Campinas	A produção do conhecimento sobre formação de profissional em educação física : realidade e perspectivas superadoras
RUBIANE GIOVANI FONSECA	2017	Universidade Estadual Paulista	O sistema profissional da Educação física: o processo de profissionalização, a busca por autonomia e as implicações para a vida profissional
SARAH BEATRIZ COCEIRO MEIRELLES FÉLIX	2017	Universidade Estadual de Londrina	Momentos e movimentos da implantação de um Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) em uma cidade do Sul do Brasil
VICENTE CABRERA CALHEIROS	2018	Universidade Federal de Santa Maria	O trabalho pedagógico da educação física: em busca das múltiplas determinações
DANIEL CANTANHEDE BEHMOIRAS	2019	Universidade de Brasília	Formação e currículo : a experiência do PIBID na educação física da UnB
JEIMIS NOGUEIRA DE CASTRO	2019	Fundação Oswaldo Cruz	Identidade e gênero em cenas do cinema: um estudo sobre o ensino de Educação Física e a construção dos corpos no contexto escolar

Disponível em:

<https://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=%22educa%C3%A7%C3%A3o+f%C3%ADsica%22+and+%22Mundo+do+trabalho%22&type=AllFields>

**APÊNDICE 03 - BUSCADORES: "EDUCAÇÃO FÍSICA" AND "PRECARIZAÇÃO"
(BDTD)**

DISSERTAÇÕES

AUTOR	ANO	IES	TÍTULO
ROSICLER TERESINHA SAUER	2008	Universidade Federal de Sergipe	Educação Física e a Precarização do Trabalho Docente: realidade e possibilidades
CIBELE BICHL BOSSLE	2009	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	"Personal trainer & Cia" : noções de marketing na literatura sobre treinamento personalizado
ECLEA VANESSA CANEI BACCIN	2010	Universidade Federal de Pelotas	Educação Física escolar: implicações das políticas educacionais na organização do trabalho pedagógico
JEIMISON DE ARAÚJO MACIEIRA	2010	Universidade Federal da Paraíba	Uma análise sobre as condições de realização do trabalho pedagógico dos professores de Educação Física na rede municipal de ensino da cidade de João Pessoa-PB

ANA APARECIDA ESPERDIÃO CONSTANCIO	2011	Universidade Federal de Pelotas	Gênero e Educação Física: repercussões da política educacional gestão 2007-2010 em Santa Cruz do Sul
RUBENS DOS SANTOS BRANQUINHO	2011	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	Currículos apostilados: o professor de educação física da escola pública do estado de São Paulo frente ao novo paradigma educacional
LOVANE MARIA LEMOS	2011	Universidade Federal de Pelotas	Formação e trabalho do (a) trabalhador (a) de educação física na formação social capitalista
SHIN PINTO NISHIMURA	2012	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	A precarização do trabalho docente como necessidade do capital : um estudo sobre o REUNI na UFRGS
BARBARA CRISTINA PUPIO	2013	Universidade Federal de Maringá	As disputas pela direção da formação de professores de educação física no Brasil (1980-2012)
HELGA MARIZIA SOARES	2013	Universidade Federal do Triângulo Mineiro	Implementação da política nacional de humanização: olhar dos gerentes da Atenção Primária à Saúde
LUIZ ALBERTO DOS SANTOS FERREIRA	2013	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	O trabalho da educação física na composição de equipe de saúde mental especializada em álcool e outras drogas
RAFAEL AFFONSO GASPAR	2013	Universidade Federal de Santa Catarina	Os campos de atuação do egresso do curso de Educação Física da UFSC após a fragmentação em licenciatura e bacharelado: diferenças e regularidades
PATRÍCIA SANTIAGO VIEIRA	2013	Universidade Federal de Goiás	O trabalho em saúde nos hospitais de gestão terceirizada: o caso do Estado de Goiás
SUSANA SCHNEID SCHERER	2014	Universidade Federal de Pelotas	A implantação da proposta pedagógica de ensino médio politécnico e integrado em uma escola da rede estadual do Rio Grande do Sul
MARLUZA SECCHIN MALACAME	2014	Universidade Federal do Espírito Santo	A relação entre teoria e prática na formação e no trabalho docente : a pesquisa como solução?

EVERSON ZARYKOSKI AMARAL	2014	Universidade Federal de Pelotas	Educação física e precarização: uma análise do trabalho docente a partir da década de 1990
CAROL FARIAS SILVA	2015	Universidade Federal do Espírito Santo	O Planejamento na jornada de trabalho do professor de Educação Física
DOUGLAS ALMIR TOLFO ROSSA	2015	Universidade Federal de Santa Maria	O REUNI E A INTENSIFICAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOS PROFESSORES: ESTUDO DE CASO DO CEFD/UFSM
THAIANE BONLDO DO NASCIMENTO	2015	Universidade Federal de Santa Maria	LAZER MERCADORIA E JUVENTUDE: RELAÇÕES ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO A PARTIR DO CASO CONCRETO DA BOATE KISS
ANDRESSA PIRES BOPSIN	2016	Universidade Federal de Pelotas	Saúde docente e precarização do trabalho no curso de Educação Física na rede privada de ensino superior
BRUNO MODESTIO SILVESTRE	2016	Universidade Estadual de Campinas	Precários no trabalho e no lazer : um estudo sobre os professores da rede estadual paulista
MICAELA MANO	2016	Universidade Federal de Santa Maria	POLÍTICAS PÚBLICAS EM TEMPOS DO GOVERNO PT: UMA ANÁLISE SOBRE O PELC
FRANCISCO DE ASSIS FURTADO OLIVEIRA	2016	Universidade Federal de Pelotas	Tessituras sobre a relação trabalho e saúde na vida do professor de Educação Física da Rede Estadual de Ensino de Pelotas/RS.
PATRÍCIA BUSS	2016	Universidade Federal de Santa Catarina	Os impactos de programa socioeducativos do governo federal na educação física escolar: do esvaziamento do conteúdo à virada assistencialista da escola
DEISE DE JESUS SOARES NUNES	2016	Universidade Federal Fluminense	Sarados e precarizados: contradições no trabalho de professores de educação física em academias da cidade do Rio de Janeiro
REBECCA SAMARA FIDELIS DE ALMEIDA	2016	Universidade de Brasília	Precarização do trabalho em educação a distância

NAYARA SILVEIRA BERNARDES DE ASSIS	2018	Universidade Federal do Paraná	A dança na escola : um mapeamento das produções discentes dos programas de pós-graduação no Brasil de 2012 a 2016
RENATA NASCIMENTO DUARTE	2018	Universidade Federal de Santa Maria	O câmpus da UFSM/RS como espaço para o lazer

Disponível em:

<https://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=%22educa%C3%A7%C3%A3o+f%C3%ADsica%22+AND+%22precariza%C3%A7%C3%A3o%22&type=AllFields&filter%5B%5D=format%3A%22masterThesis%22>

APÊNDICE 04 - BUSCADORES: "EDUCAÇÃO FÍSICA" AND "PRECARIZAÇÃO" (BDTD)

TESES

AUTOR	ANO	IES	TÍTULO
ÁLVARO DE AZEVEDO QUELHAS	2012	Universidade Estadual Paulista	Trabalhadores de Educação Física no segmento fitness: um estudo da precarização do trabalho no Rio de Janeiro
MARIA CONCEIÇÃO DOS SANTOS COSTA	2017	Universidade Federal do Pará	Trabalho e formação docente em educação física na educação de jovens e adultos na rede municipal de Belém/PA
ANA PAULA DE MELO	2018	Universidade Estadual de Ponta Grossa	CONDIÇÕES SOCIAIS PARA A ATRATIVIDADE, O ACESSO E A PERMANÊNCIA NAS LICENCIATURAS DA UEPG
GUSTAVO MANESCHY MONTENEGRO	2019	Universidade Federal de Minas Gerais	Lazer e formação cultural: uma análise das trajetórias de professores universitários nos estados do Pará e Amapá

Disponível em:

<https://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=%22educa%C3%A7%C3%A3o+f%C3%ADsica%22+AND+%22precariza%C3%A7%C3%A3o%22&type=AllFields&filter%5B%5D=format%3A%22doctoralThesis%22> Parte superior do formulário